



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

CAPITALISMO E CRISE CONTEMPORÂNEA – A RAZÃO NOVAMENTE OCULTA

Aloísio Sérgio Rocha Barroso

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
Economia Social e do Trabalho, sob a
orientação do Prof. Dr. Carlos Alonso
Barbosa de Oliveira.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Aloísio Sérgio
Rocha Barroso em 24/02/2003 e orientada
pelo Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de
Oliveira.*

CPG, 24/02/2003

Campinas, 2003

UNIDADE	198
Nº CHAMADA	TEUICAMP B278c
V	EX
TOMBO BC	53888
PROC.	124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20105103
Nº CPD	

CM00183421-3

AB 10 25/01/14

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

B278c Barroso, Aloisio Sergio Rocha.
Capitalismo e crise contemporânea : a razão novamente oculta / Aloisio Sérgio Rocha Barroso. – Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Capitalismo e crise. I. Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
- III. Título.

À
Paula Vilhena, minha companheira
querida dos sonhos da vida.

*"As pessoas sonham com as
coisas de que a mente se
ocupou durante as horas da
vida desperta".
(FREUD, 1932)*

Ao "Toca", ao "Dida" e ao "Di",
filhos maravilhosos, luzes nos
nossos sonhos.

Ao Aloísio e à Zita,
pais e cúmplices dos
desejos de todos nós,
e de Maurício e Marco.

706678138

Agradecimentos

A tentativa de articulação lógica que orienta este texto tem cerca de 23 anos de construção. Refiro-me aos tempos de militância intelectual, sindical e partidária, após minha graduação em medicina. O que não lhe dá, absolutamente, nenhuma garantia - abstratamente falando. A não ser a da constatação de como diabos é difícil se meter a pensar a "logicidade de si".

Certamente esta dissertação não se realizaria sem a excepcional experiência do aprendizado oportunizada pelos professores, colegas e funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, muito especialmente os do CESIT. Neste pude acessar a especialização em Economia Sindical e do Trabalho, o mestrado e a cursos no doutorado. A todos os cesitianos sem exceção, às novas amizades, os meus agradecimentos.

Uma deferência especial ao Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, primeiro pela sua confiança em orientar a escolha e o desenvolvimento da nossa temática; segundo por sua maneira amistosa e singular no exercício difícilíssimo da boa pedagogia. Bem como ao incentivo permanente do professor Marcelo Proni.

Também registro o apoio às condições de nossa presença no mestrado, dos professores Waldir Quadros, Wilson Cano, Geraldo Di Giovanni e João Manuel Cardoso de Mello. E a este último, por suas aulas de aguda inteligência e cultura, a certeza da admiração.

Não devo esquecer ainda a grande colaboração que me emprestou o doutorando Eduardo Mariutti, leitor paciente, sugestor de fontes, em quase todo o nosso percurso. Tampouco omitir as gentilezas do amigo Licério Siqueira, funcionário do CESIT; bem como às de Cida e Alberto, da Secretaria Acadêmica.

Destaco do mesmo modo contribuição dada pela Direção Nacional do PCdoB, liberando-me de tarefas políticas.

Tudo isso vale a pena. Quando a alma não é pequena.

Desconfiai de doutrinas que nascem à maneira de Minerva, completas e armadas. Confiai nas que crescem com o tempo. (MACHADO DE ASSIS, A Semana, 1894)

SUMÁRIO

Ítem		Página
Dedicatória		iii
Agradecimentos		v
Epígrafe		vii
Sumário		ix
Resumo		xi
Apresentação		xiii - xvi
Preâmbulo	Sobre a noção de "Sistema"	xvii - xxxvi
Introdução		1 - 30
Capítulo 1	Paradoxos da crise de civilização. - Capitalismo, Valor e financeirização da riqueza - Crises financeiras, globalização e América latina - Globalização, movimento desigual e hegemonia	31 - 69
Capítulo 2	Hegemonia norte-americana e tendências da crise Sobre signos e questões da hegemonia. - Um roteiro da estratégia norte-americana Das metamorfoses do capital e do trabalho - Um breve panorama das mudanças hoje - O proletariado e os fundamentos prospectivos do programa comunista - além do "paradoxo da mentira"	71 - 116
Capítulo 3	Questionamentos e perspectivas anticapitalistas diante da crise - Problemas fundamentais da transição socialista. Apontamentos. - Kurz, Wallerstein e Arrighi : a saída pela "porta de emergência".	117 - 150
Considerações Finais		151 - 154
Bibliografia		155 - 174
Anexos		175 - 178

RESUMO

Argumentamos que a crise capitalista pós anos '70 evoluiu no sentido do desmantelamento radical do padrão atípico vigente entre 1945-73. Desde então, não só se regride à dinâmica sócio-política mimética do liberalismo, como se generaliza um movimento de "financeirização" da riqueza, alavancada particularmente nos anos '80; assentando-se sobre uma marcha de crescimento econômico "stop and go", cujo vetor apontaria a estagnação no capitalismo central. Fenômenos visivelmente amplificados com a desestruturação geopolítica (e ideológica) da configuração sistêmica mundial bipolar, a partir de 1989-91 – colapso dos países socialistas do Leste da Europa e da URSS (o "socialismo real").

Nesse movimento, simultaneamente ao reforçamento/declínio cíclico da hegemonia dos EUA, mudanças significativas no "mundo do trabalho" multiplicaram as idéias opositoras às possibilidades das transformações anticapitalistas. Enquanto ganham ampla divulgação formulações teóricas que interpretam estarmos diante do "colapso terminal" do sistema capitalista; marcam-se datas para o "caos sistêmico iminente". Teses estas enfaticamente defendidas similantemente por Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Robert Kurz.

Afirmamos, por conseguinte, que as idéias desses autores são falsas. Primeiro porque partem de uma concepção completamente distorcida da constituição e da dinâmica do modo de produção capitalista. Segundo porque suas proposições alternativas, para além de ilusórias, baseiam-se em exercício proféticos. São construções teóricas (precárias) de Filosofia da História, e também regressivas à teleologia.

Consideramos que, no mundo do capital sob impulsão "rentista" inusitada, acentua-se a reificação das relações sociais, estas nos aparecendo quase à beira da virtualidade. Circunstâncias históricas determinativas à eclipse da Razão - e de teorias nela submersas.

APRESENTAÇÃO

Os impasses e as perspectivas do capitalismo contemporâneo têm como epicentro a emergência da crise dos anos 70 do século recém-findo. Evoluíram como expressões concretas da globalização neoliberal – regressão radical frente ao atípico período dos “anos dourados” –, cuja engrenagem absolutiza tendencialmente a dominância financeira.

Entrementes, a “financeirização” da riqueza capitalista é uma categoria lógico-histórica concreta. Diz respeito às condições específicas de configuração da *dinâmica sistêmica recente do capital*; e da apreensão dialética desse novo. Trata-se de um padrão de fabricação de riqueza afiançado pela plutocracia dos Estados do capitalismo central, que se generaliza; nos levando à vivência de um regresso à utopia do capitalismo liberal, na era da ditadura dos oligopólios e inaugurador do “supermonopólio” das finanças.

Imerso numa história ultrapolitizada do capitalismo, seria leviano crer tal movimento como um rebento de uma circularidade financeira pretérita – séculos amém. Assim sendo, seria melhor apelida-lo à moda : um clone de Prometeu enfeitado pela descoberta do ouro, não do fogo. Porque não existiriam diferenças entre o mercantilismo circulacionista, o capitalismo da “livre concorrência” e o da fase monopolista. Tampouco se elucidam as novas veredas nas quais a *forma/função* do capital retroalimenta a mecânica diversificada da valorização.

Afirme-se então desde logo : trata-se de reducionismo teórico querer enquadrar a “financeirização” conceitualmente, mimetizando agudas observações de Lênin (ou de J. Hobson, e de R. Hilferding) acerca do capital financeiro e formação da “oligarquia financeira”, ou enxergando igualdade a propósito da função rentista de países - como se extraídas a fórceps da dinâmica do imperialismo das primeiras décadas do século XX. E se uma vez arvorada numa visão totalizante, essa definição, do ponto de vista categorial, não é também uma “configuração particular do imperialismo” (F. Chesnais), pois isto lhe decretaria um certificado de eternização, ou mesmo de transcendência; porque daí se deduz que, sendo irreduzível, a “globalização financeira” seria irreversível.

Contudo, seria grave erro eludir a atualidade do X capítulo (“O lugar do imperialismo na história”), do famoso “panfleto” de Lênin, onde já apontara a decisiva correlação entre a tendência à decomposição (parasitismo) e desenvolvimento; bem como o que acentuara no escrito sobre a compulsão reacionária e guerreira deste capitalismo.

Hipostasia (e suicídio político), portanto, propagandear um "imperialismo sem império" (Hardt & Negri), numa alusão à invisibilidade/diluição dos EUA na vigente ordem de poder mundial.

Iluminando o outro extremo, após o fatídico 11 de setembro de 2001, nos meados de 2002, Gore Vidal denunciara mais de 250 ataques militares norte-americanos, de 1947-8 para cá, contra outros países, sem provocação anterior; a escritora Tony Morrison (Nobel em literatura, 1993) enfatizara que seu país voltou ao clima "macarthista" e de caça às bruxas; e o (sempre) "rebelde" Noam Chomsky criticava a hegemonia dos EUA no planeta, segundo disse, construída à base de sangue, capital, fogo e hipocrisia. Renomados norte-americanos, eles, corajosamente, nada mais fazem do que fornecer o testemunho de um Estado em arrebatamento doutrinário à la Carl Schmitt : "Soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção" – *o extremus necessitatis casus*. Como se ecoasse à impressionante vitalidade da obra-prima:

"Esta é a geração daquele enorme *Leviatã*, ou antes – com toda a reverência – daquele deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus imortal, nossa paz, nossa defesa" (Thomas Hobbes, "*Leviatã*", 1651).

Mas o dito movimento subjacente do capital só é inteligível se historicizado, vez que emerge (da engrenagem à desmontagem) do Sistema Monetário Internacional de Bretton-Woods, do pós-2ª Guerra Mundial. Sistema solenemente sepultado, para que se tentasse a ressurreição de um carnívoro rei Midas, pelos curandeiros da *haute finance*. Enfim : esboroamento de pilares principais de "regulação" dos furiosos impulsos financeiros da valorização capitalista; desestruturação sistemática de mecanismos centrais de contenção à propagação da "lei da selva" do dinheiro e do poder : além de tudo, ouvidos moucos ao grande *insight* de Karl Polany.

Daí porque o desmantelamento daquela ordem financeira internacional vir servindo à imensa controvérsia sobre as destinações e o desenvolvimento da crise do capitalismo, nesses últimos 30 anos. Crise que deve ser vista, em sua essencialidade, em contraposição ao longo e excepcional período que emana do novo quadro econômico-geopolítico – e ideológico –, posterior à 2ª grande guerra. Atipia expressamente aqui reafirmada em : a) na arquitetura geopolítica mundial bipolar; e, b) nos antagonismos gerados no interior da concorrência intercapitalista central. A evolução dos dois fenômenos sobredeterminaram a ordem-desordem prospectiva.

Unilateral, por conseguinte, "carregar nas tintas" discorrendo a propósito do segundo fator (visão economicista); ou nomeadamente quando o diagnóstico da insanidade capitalista termina em prescrição de sua eutanásia; o que nem liquida, de fato, o rentista, nem também se sabendo em qual longo prazo "todos estaremos mortos".

Porque eis o problema que nos é colocado - na verdade são dois : 1) estaríamos vivendo uma "crise terminal" do capitalismo; e, 2) a saída seria, digamos assim, pela "porta de emergência" - todos nós navegando sob exclusivos desígnios de piloto automático.

Os inéditos dilemas da desordem atual são assim descritos, em análises bastante semelhantes, por Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e (numa outra variante) Robert Kurz. Ou seja, a visão (similar) desses autores pode ser agrupada por enfática homologia em que baseiam suas suposições : uma proximidade do "*caos sistêmico*" (ARRIGHI, 2001); ou da "*crise terminal*" do capitalismo, daqui a "*30 ou 50 anos*" (WALLERSTEIN, 1999; 2002); e também uma "*catástrofe absoluta deste estágio terminal do capitalismo*" (KURZ, 2000) - situando aqui topicamente o impulso nervoso de suas conclusões.

Via de regra, os três autores, em vários dos seus estudos, compreendem as saídas para a crise nos "movimentos sociais" em geral, no desenrolar espontâneo da persistência das "contradições sociais", ou nas lutas mundiais "antiglobalização". No plano nacional, atacam e ridicularizam particularmente as organizações políticas porta-vozes do proletariado e das classes trabalhadoras - "velha esquerda", entoam em monocórdio; bem como eludem (ou negam) o sentido e o papel da ação sindical hoje.

Não custa lembrar : o profeta iraniano Zoroastro (entre 1500 e 1200 a.C.), ou Zaratustra, ao criar Ahura Mazda ("Senhor da Sabedoria"), para explicar a cosmogênese, teve de inventar o seu contrário, Angra Mainya, o espírito da destruição, do mal ativo.

O fato é que sabemos não ser qualquer novidade histórica, reconhecer no capitalismo algo que parece não prescindir em fabricar uma estranha "ideologia" da irracionalidade - ora à direita, ora à esquerda. E dessa maneira alertado, pretendemos apresentar neste estudo que as idéias centrais dos três autores mencionados, têm fundo *teleológico*. Críticas do capitalismo, politicamente são teorias que terminam por prestar desserviço à luta pela transformação profunda deste sistema, e a superação de seu modo de reproduzir riqueza abstrata e triturar pessoas concretas.

Assim pensando, o objeto da dissertação problematizará :

- Um PREÂMBULO sobre a noção de "Sistema". De posição crítica e contraposta aos principais fundamentos da idéia de "Sistema-Mundo" (ou "Economia-Mundo capitalista"), de I. Wallerstein.

- Uma INTRODUÇÃO. Onde se parte de uma opinião geral sobre a origem, o caráter e o desenvolvimento da crise dos anos 1970-80. Buscando o ponto de enlace às demais partes da dissertação, através do debate sobre os pressupostos teóricos centrais dos autores mencionados.

- Um CAPÍTULO 1. Que se concentra na década de 1990, voltando as atenções para a discussão das interpretações sistêmicas da crise financeira. No centro se encontra a discussão sobre diversos entendimentos acerca da "financeirização" da riqueza, os elementos da caracterização da dinâmica financeira do capitalismo atual.

- Um CAPÍTULO 2. Que parte do debate sobre a "Hegemonia" norte-americana, acentuando-se particularmente os enfoques das alternativas estratégicas do *establishment* frente à nova situação dos anos 70. O declínio econômico *relativo* dos EUA, o sentido evolutivo das mudanças no capital e trabalho, junto a um debate teórico/programático sobre o proletariado abrem caminho para situar alternativas à crise do capitalismo.

- Um CAPÍTULO 3. Onde serão examinadas as possibilidades de saídas, ensejadas pela crise atual, na visão dos autores considerados. Considerando-se que os impasses capitalistas sistêmicos atuais reclamam a construção teórica de uma política alternativa estrutural à crise, vislumbrante de horizontes de superação à sociabilidade do capitalismo regressivo e "financeirizado".

- As CONSIDERAÇÕES FINAIS

UM PREÂMBULO SOBRE A NOÇÃO DE “SISTEMA”

O sistema como relação, ontologicamente aberto ao movimento do real.

A titulação desta seção em “Preâmbulo”, a) tenta aclarar nosso entendimento sobre o significado epistemológico que emprestamos à noção de “sistema”, ao nosso ver perseguinte do desenvolvimento da razão dialética contemporânea; b) posiciona-se, conclusivamente, em oposição crítica à idéia de “sistema” que teoricamente funda a concepção de I. Wallerstein – a “Economia-Mundo capitalista”.

Do ponto de vista filosófico, temos concordância em que a questão crucial da inteligibilidade do significado de “sistema”, nos remete à diferenciação (atualíssima) entre as concepções de estrutura conclusa, ou “fechada” (destacadamente as de I. Kant e de G. Hegel); e aquela, marxista, que “invertendo” o pensar às raízes da materialidade, compreende o sistema como um ente ontologicamente aberto e relacionado-relacionável.

Fundamentalmente porque, em Kant¹ há uma formulação categorial destinada à construção interpretativa de figuras lógicas relacionadas (quando o são) apenas intuitivamente, e a priori, como ele mesmo repete à exaustão. O que é considerado grande avanço, frente ao a um sistema categorial com caráter de locução (oratória) e silogístico que lhe conferia Aristóteles. Dito isto de outra maneira – resumidamente, sem embargo a rigor -, em Kant : a) as idéias têm existência absoluta, seja pertencendo à própria constituição do espírito (ou inatas), mesmo aquelas – “pelo menos algumas” – vindas de fora, sendo por seu mecanismo instituído, em essência, inteligíveis; e suas leis imanentes seriam as verdadeiras leis da realidade ²; e, b) todo o seu sistema categorial fundante, atua sob a “forma de sistema fechado” (de quadro), determinante das formas de interpretação, não sendo suscetível de evolução e enriquecimento ³.

Em G. Hegel, gigante do pensamento filosófico e fundador da dialética moderna, também emerge a visão de sistema como totalidade conclusa. Extremamente complexo, não como dedução arbitrária, ou por desejo estético de uma perfeição esquemática, quando no desenho de suas famosas tríades. Mas, em relevo, porque suas suposições ontológicas básicas prosseguem a fazer nele próprio a fabricação da estrutura sistêmica. Ou seja, há totalidade, sistematicidade e concretude em conexão deveniente (em devir), ou que vai do nada ao ser ou do ser ao nada; porém, em Hegel, o vetor de seu pensamento lógico-dialético

aparece como a revelação do espírito na história concreta e contraditória. O mais rico de sua doutrina do Ser, da Essência e do Conceito, encerra-se neste último. O que, nessa última instância, oculta o real, tornando o sistema prisioneiro do espírito ⁴.

Importa lembrar então, que não foram poucas as tentativas ("existencialistas") de caracterizar Hegel como porta-voz de um pensamento próximo do irracionalismo, em particular na "Fenomenologia". Entretanto, como nota Kopnin, ali, a essência da argumentação hegeliana consiste – como vimos – na elevação do próprio racionalismo a um nível tal que o próprio irracional e místico toma as "formas de movimento do pensamento"; pois, formada nos séculos XVII e XVIII, essa racionalidade se tornara um dos traços característicos da filosofia burguesa da época, que assemelhava a natureza à razão humana e em tudo encontrava a racionalidade. Ocorre ainda que, do ponto de vista gnosiológico, o conhecimento é racional em alguns sentidos, pois se encontra sempre vinculado ao pensamento humano. Por isto, no caso de Kant, o conhecimento contrapõe dois momentos : o sensorial e o racional, que, isolados um do outro, não podem formar o conhecimento ⁵ (ARANTES, op.cit., p. 21).

Assim, há também uma "historicidade da razão", da qual depende - é sua consequência - a historicidade da ciência; e a teoria do conhecimento é sempre a teoria do conhecimento do homem social, em amplo sentido (VIEIRA PINTO, op.cit., p.p. 99 e 115).

Nessa última dimensão, a teoria do conhecimento marxista encontra-se integrada relevantemente – mas não só – pelas categorias centrais de Totalidade e Contradição; totalidade no sentido das manifestações da dialética materialista na natureza, na sociedade e no pensar; contradição como sendo a categoria decisiva da origem do movimento e do desenvolvimento do ser e dos fenômenos em geral.

Isso num sistema que "não exclui a relação", mas constituído concretamente de relações; é definidor de "um horizonte de *possibilidades reais* – dentro das quais se incluem toda a sorte de transformações e, tendencialmente, o revolucionamento do próprio 'sistema' na sua configuração vigente -, em cujo âmbito o *trabalho histórico das relações* se dá" (BARATA-MOURA, J., 1997 [1988], p. 51; grifos do autor).

Mais ainda: como método, não aceita a violação da unidade entre a dialética materialista e o relacionamento da materialidade da história, ao tempo em que considera os condicionamentos sociais do processo do conhecimento como determinativos da unidade orgânica interna e a diferença relativa, existentes entre o materialismo histórico e o dialético –

“teorias de níveis diferentes de abstração” (cf. KELLE, V., e KOLVAZÁN, M., 1990, p.p. 47-49).

Portanto, Sistema, História, e Ciência do real. Pois, para o físico e historiador da ciência, Olival Freire Jr. – pesquisador na equipe do famoso cientista Michel Paty, ex-diretor de pesquisa do C.N.R.S. -, foi F. Engels quem, apoiando-se exclusivamente em considerações filosóficas de ordem dialética, acusou o fatalismo presente na cosmologia da mecânica clássica newtoniana; insights que prenunciariam as teorias relativísticas e quânticas : no “Prefácio à Dialética da Natureza”, “uma das mais belas páginas literárias da história da ciência”, ressalta o cientista brasileiro (FREIRE JR., 1995, p. 31). O qual destaca, em importantíssimo estudo, então mencionando a correlação entre a física e a filosofia, nos debates da década de 1990, sobre a controvérsia dos quantas : “A idéia de *totalidade* tem encontrado sustentação, também, em certos desenvolvimentos, teóricos e experimentais, na nossa compreensão acerca das bases da física dos quanta” (FREIRE JR., 1999, p. 207). Isto significa principalmente - em traços muito resumidos -, que, dos anos 1960-70 para cá, tanto as pesquisas de Roland Omnès (o fenômeno da “descoerência” [“decoerência”]), tanto a evolução programática de David Bohm (da “causalidade” à “Totalidade e da Ordem Implícita”), possibilitam, à base dessa história, a suposição de que “o conceito de totalidade tende a se constituir parte intrínseca da física quântica” (FREIRE JR., p.p. 205-215; OMNÈS, 1996, p.p. 228-232).

Vimos, no início, grandes linhas de uma relação entre gnosiologia e epistemologia, desprendidas da emanção “reflexiva” da materialidade ontológica do ser, do real. Aproximem-nos mais da visão de Marx – e também marxista –, de elementos fundacionais de sua construção epistemológica.

A propósito do debate dessa importante questão, parece-nos bastante oportuno apontar o que registramos como manifestações da linha tênue existente - e por vezes historicamente não limitante - , entre razão e irrazão. Inclusive no interior do pensamento dos críticos de Marx.

Relativamente à problemática situada, a nosso juízo, eis como se pode apresentar um resumo das concepções teóricas do professor J. Gorender, conhecido historiador brasileiro, que sempre se considerou marxista, e recentemente inventor do “Marxismo sem utopia” :

“Em O Capital, temos a *teoria geral* do modo de produção capitalista. Com ela, deu-nos Marx o método dialético categorial-sistemático através do qual aquela teoria foi elaborada” (GORENDER, J., 1978, p. 22, grifos nossos).

"Marx (...). Recusava a autoria de uma teoria supra-histórica com a pretensão de explicar todas essas trajetórias. Afirmou que acontecimentos notavelmente análogos conduzem a resultados totalmente distintos quando ocorrem em meios históricos diferentes. *Mais tais afirmações sempre vieram como ressalvas e qualificações em face do princípio orientador determinista de O Capital.* (...) Assim, por mais diferentes que tenham sido os caminhos históricos percorridos pelos povos, todos eles, cedo ou tarde, conduzem ao capitalismo. O que significa a inevitável geração da classe proletária e das condições em que esta protagonizará a criação da sociedade comunista. *O imanentismo materialista se transforma em teleologia. O comunismo aparece como a culminância do destino da espécie humana sobre o planeta Terra*" (GORENDER, 1999, p.p. 28-29; grifos. nossos)⁶.

Contraditemos então às formulações do autor, espécie de síntese bastante representativa de seu afastamento da teoria de Marx. A partir de pontos de vista opostos ao dele que se relacionam à epistemologia inovadora de O Capital.

O Capital, como se sabe, tem sua publicação iniciada em 1867, divulgação só completada por Engels (1894), tendo Kautsky (1905-1910) - numa péssima compilação de manuscritos -, editado "Teorias da mais-valia" (Livro 4). Conforme acentuou Hobsbawm, já pelos fins dos anos 50 do século passado, Marx já era "altamente especializado" em história do desenvolvimento capitalista, e que, mesmo julgando-se pelos padrões contemporâneos, as informações disponíveis eram extremamente deficientes entre 1850-60, fato entretanto tornado irrelevante, "especialmente quando utilizadas por um homem da acuidade mental de Marx ", então um "profundo conhecedor" da volumosa literatura da teoria econômica, disponível na bibliografia de O Capital (HOBBSAWN, 1977, p. 28). Evidentemente, uma obra na qual se torna necessário a precaução contra o facciosismo interpretativo, como no proseletismo do famoso cientista burguês K. Popper : "a história caracteriza-se antes por seu interesse por acontecimentos reais, singulares ou particulares do que pelas leis e as generalizações" sintetizara Popper, contra Marx; o que leva D. Bensaid a opor que Marx não se dava a esse tipo de previsibilidade histórica : "O Capital não é a ciência das leis da história, mas crítica da economia política" (BENSAID, 1999, p. 29). Mas, claro, não só, pois trata-se ali de um crítica fundada num método da dialética em geral ("pois a dialética da sociedade burguesa em Marx é apenas um caso particular da dialética"); que n' O Capital vai do mais simples (a troca de mercadorias), ao desenvolvimento, crescimento e movimento das contradições desta sociedade, no somatório das partes singulares, do seu começo até o fim (LENINE,V., 1989, p. 299). Ou, precisamente, como chamou atenção Marx - no posfácio à segunda edição de seu estudo -,

nele foi utilizado um método de pesquisa para “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão interna”; distinto do método expositivo, a seguir voltado para descrever “adequadamente o movimento do real” (MARX, 1983, p. 20).

Estou a enfatizar, enfim, a existência um novo método dialético, *entranhando nas conexões internas dos fenômenos*, traço decisivo da cientificidade do saber concebido em Marx; particularmente centrado na crítica das teorias hegemônicas que se estabeleciam como científicas, a exemplo da economia política clássica de D. Ricardo e A. Smith, quando da elaboração de O Capital.

Mas, novamente, não só. Porque além de notável, a nova epistemologia n’O Capital, em um de seus traços mais salientes, exhibe exatamente uma radical superação das concepções teleológicas ou finalísticas do mundo. O que pode ser apreendido – numa ilustrativa antítese da interpretação de Gorender – na certa análise de João Maria Freitas Branco : “O Capital é, no seu todo, o mais puro exemplo desse concebimento *não-teleológico* : é a própria contradição que cria as condições objetivas para a sua superação.(...) Hegel falava de ‘fim imanente’, idéia essa que o *materialismo dialético aproveita para edificar um conceito científico em alternativa à velha noção teleológica concebida como intencionalidade externa*” (FREITAS-BRANCO, 1990, p. 77; últimos grifos nossos).

Mesmo assim, suponha-se que Gorender ainda raciocine como se estivesse num momento pré-materialista dialético – o que não é proibido, lógico. Como o “immanentismo materialista” desde O Capital veio a se transformar em “teleologia”? Sim, é isto mesmo que ele quer dizer, pois logo adiante afirma: “Todo o esplêndido monumento que é O Capital se converteu numa espécie de máquina que produz a certeza inabalável do advento do socialismo”, para confundir o leitor, a seguir misturando Marx e “marxistas” em geral (p. 29). E, trilhando caminhos obscuros, afirma ele agora, em seu livro : “Já é tempo de atualizar o *marxismo* e lhe retirar a função de sucedâneo da teologia, se isto for possível” (p. 32). Como explicar então porque Marx, uma vez que tinha rejeitado as idealizações utópicas, não era profeta - “[Marx] Rejeitou as idealizações utópicas e ateve-se àquelas inferências possíveis a partir do próprio capitalismo. Marx se pretendia cientista e não profeta”; GORENDER, 1983, p. 25 -, além aderir à teleologia, passou a produzir multidões de adeptos da teologia – menos, ele, o professor Gorender ? Simplesmente porque, não querendo assumir seu distanciamento do marxismo, recorre a sofismas desse tipo. O que, seguramente não causaria inveja a Protágoras, líder sofista grego, que certa feita disparou, em uma de suas máximas : “O

homem é a medida de todas as coisas; das que são enquanto são, das que não são enquanto não são”.

Acresce lembrar que, à exceção desse tipo de referências como as citadas, os estudos que ele utiliza para combater opiniões de Marx, nos capítulos IV e V, dizem respeito a um período anterior, ou seja, a outras fases do desenvolvimento do seu pensamento, de momentos antecedentes à elaboração de O Capital. O que isto significa? Significa, a inversão da periodização histórica da epistemologia marxiana, do desenvolvimento de seu pensamento. Mas, vamos por partes.

O que significa “imanentismo”? Rigorosamente, em filosofia, a imanência de 3º significado (ou seja pós-kantiana), o que quer dizer “negação de qualquer realidade ou ser fora da consciência ou da autoconsciência, podendo ser exemplificadas em doutrinas como o idealismo romântico, o gnosiológico, ou ainda em todas as formas de consciencialismo” (ABBAGNANO, N., 1999, p.p. 539-540; MORA, J.F., 1978, p. 198-199). Mas seja “imanentismo” proveniente da imanência aristotélica, de 1º ou de 2º significado, evidentemente – de maneira geral, mas especificamente desde O capital -, “imanentismo materialista” em Marx só é possível num pensamento trôpego de Gorender : ele estabelece duas categorias antagônicas (produtoras duma teleologia); enredando-se em seu próprio labirinto, brota de imediato de sua sentença, a aporia, e não de uma (mais complexa) antinomia - como aparenta imaginar que fosse, Gorender.

Apressadamente, poderíamos pensar, do que foi até aqui exposto, que a imputação do professor a Marx de “ressalvas” que este não fez (nota 1), e das “qualificações” conceituais que realiza o autor, como estas acima, não o aconselhariam se meter a resolver o “problema” da utopia em Marx. Mas, como dissera o professor N. W. Sodré, embora aparentando desconhecer as mínimas associações dial ticas, “o Sr. Gorender está longe de ser um tolo” (SODRÉ, 1979, p. 165).   época relembro -, Sodré foi dos pioneiros a por abaixo a “descoberta” de um novo modo de produção, nunca existente na história humana, “O escravismo colonial”, que Gorender afirmou ter sido vigente no Brasil (SODRÉ, 1979).

Passemos então ao mais importante: situar numa primeira dimensão, a materialidade histórica, social e teórica da epistemologia de Marx (porque é isto que o professor Gorender tenta atacar).

A crítica de Marx ao idealismo já se faz presente, desde muito cedo, em 10 de novembro de 1837, numa carta a seu pai, onde escreve haver uma “oposição do real e do que deve-ser que   própria do idealismo”, em

tom de reparo e num exemplo típico sua adesão ao pensar materialista, mesmo sob o excepcional predomínio da filosofia hegeliana, notadamente na Alemanha (BARATA-MOURA, J., [1983] 1997, p.p. 74-75). De acordo com I. Mézszáros, já ali - quando Marx escrevia "Partindo do idealismo, que entrementes confrontara e alimentara com o idealismo de Kant e de Fichte, cheguei a buscar a idéia na própria realidade" - nele havia consciência e empenho "em encontrar uma solução" para a contradição representada pelo "desenvolvimento problemático da filosofia, enquanto universalidade alienada" (MÉSZÁROS, I., 1980, p. 161).

Olhadas às pressas, as palavras de Marx na carta a seu pai, têm como pano de fundo uma crítica ao idealismo, ao qual normalmente se combate, exatamente por separar o "ser" e o "dever-ser", na medida em que o "dever-ser" é a própria essência. Ou, seja uma espécie de dicotomia entre "fenômeno" e "essência". O que parece também desprender-se de uma afirmação de Marx, em "Sobre a questão judaica", em suas críticas às teses de B. Bauer, onde ele diz que "Para nós, a religião já não passa por ser o *fundamento*, mas apenas o *fenômeno*, da limitação mundana. Nós explicamos, portanto, o constrangimento religioso dos cidadãos livres a partir de seu constrangimento mundano" (cit. in :BOTTIGELLI, E., 1976, p. 113).

Não obstante, aparecem com força, tanto a partir no desenvolvimento de suas críticas a L. Feurbach (que identifica o ser, ou o real, com o que é "sensível"), uma vigorosa oposição ao positivismo da identificação *imediata*, empirista, de "fenômeno" e "essência". Feuerbach não "concebe a significação da atividade revolucionária, atividade práctico-crítica", escreve Marx à primeira Tese anti-feurbachiana (1845); ou na teorização de um "essencialismo" antropológico ou humanístico, que se desprende da filosofia feurbachiana, destacado pensador materialista; como nos idos de 1850, na crítica da denominada economia política "vulgar" (ou burguesa). Todavia, encontrando-se num estágio ainda insuficiente, a crítica da separação entre "fenômeno" e "essência" explicitara-se já em "A ideologia Alemã" (1845-46).

Nesse sentido, o que nos chama a atenção, é que há um desenvolvimento no sentido de uma dupla crítica à relação decisiva da cientificidade entre "fenômeno" e "essência". Desenvolvimento este incompreensível sem se levar em (alta) consideração, a lapidar assertiva de Marx, de que "toda a ciência seria supérflua se houvesse coincidência *imediata* entre a aparência [fenomênica] e a essência das coisas", contida no III volume de O capital (MARX, 1974, p. 939, livro 3, v. 6; grifo nosso).

O que significa dizer: uma compreensão precária das relações ontológicas dialéticas entre “fenômeno” e “essência”, mesmo à luz de circunstâncias históricas, sociais e ideológicas bem determinadas, também podem transformar a “essência” numa ficção, numa espécie de poder estranho, ou autárquico. Por isto a crítica marxiana então se dirige ao positivismo, que identifica empiricamente a relação “fenômeno”/“essência”.

Como afirma Barata-Moura, para Marx, a *unidade e a diferença* existente entre “fenômeno” e “essência” é um “processo que se funda materialmente na própria dialética do real”, sendo esta dialética imprescindível ao conhecer (BARATA-MOURA, 1983, p.p. 69 e 81). Conforme ainda a análise percuciente deste filósofo marxista português, em K. Marx : 1) a cientificidade de um saber tem que responder as aparências identificando a conexão interna dos fenômenos, fundada de maneira materialista, onde a própria dialética (do) social é apenas uma expressão de uma modalidade específica do dinamismo material, ela própria “agência” e fator de mediação, de transformação; 2) ao se analisar como crucial a conexão interna dos fenômenos, isto não implica em doutrinamento teleológico ou finalístico, do movimento dialético ou da história, pois a *totalidade* sistemática ou do sistema, não é uma arbitrária pressuposição de um esquema que se projeta sobre o real, e sim uma visão onde a estrutura sistêmica, que dialética e praticamente realiza a prova de si e seu desenvolvimento, aponta um leque de possibilidades; 3) ao invés de futurologias e profecias, há insistência da necessidade de se fundarem as condições objetivas, em desenvolvimento, tanto em possibilidades que se podem enxergar, quanto em projetos determinados de intervenção transformadora; daí a importância relevante da noção de tendência – *“uma lei cuja execução absoluta é detida, retardada, enfraquecida, por circunstâncias que o contrariem”*. Onde Marx – afirma Barata-Moura – deixa “bem patente, contra todos os que o acusam, e acusem de fatalismo mecanicista, que os processos materialmente determinados são uma história que permanece viva, na racionalidade mesma que produz” (idem, ver : 122-123; citação de O Capital, livro 3, volume 6). Ou ainda - buscando aqui sintetizar idéias de grande clareza em Moura -, a dialética sem mística é crítica e revolucionária, que apreende o fluxo do movimento aberta a itinerários de transformação, devendo ser (a penetração científica no curso do desenvolvimento econômico-social) uma tarefa e uma conquista para a classe operária e as forças do progresso em geral, não recatadamente isolada ou rigorosamente separada do seu horizonte ideológico (idem, 124-125; grifos nossos).

Novamente, tentando falando em português mais claro : a) as concepções do saber científico em Karl Marx radicam no materialismo

que ultrapassa a manifestação fenomênica, para apreender o movimento de suas conexões, sua ontologia; b) portanto do ser social em permanente transformação, ou da sociedade humana transformadora da história.

Totalidade sistêmica "aberta"; lei de tendência e contra-tendências. É o que compreendemos ser necessário ter sido afirmado, para uma visão também mais aproximativa do entendimento da crise capitalista.

Vejamos então a idéia de "Sistema-Mundo" propagandeada por I. Wallerstein.

[“Os pés e a cabeça” de] O “Sistema-Mundo” do dr. Wallerstein

O livro “Sistema Mundial Moderno” (v. I), de Wallerstein, é aberto com seguinte pérola, exemplo impressionante de um pensamento sofisticado; que comentamos pela relevância de seus parâmetros lógicos :

“A mudança é eterna. Nada muda, nunca. Ambos estes ‘clichés’ são verdadeiros. As estruturas são como recifes de corais de relações humanas que têm uma existência estável durante períodos de tempo relativamente longos. Mas as mesmas estruturas nascem, desenvolvem-se e morrem” (p. 15; grafia mantida) ⁷.

Voltando ao significado da coisa, “sistema” (ou a “economia-mundo capitalista”) que expressa uma espécie de amálgama da tese de F. Braudel da história de longa duração (“long durée”), com um prolongamento das teorias da dependência, e contrárias ao tipo de desenvolvimentismo, por exemplo contido nas formulações de W.W. Rostow ⁸.

Propõe-se então Wallerstein a uma “ruptura metodológica”, contrária à idéia de compreender a dinâmica das formações sociais a partir do nacional concreto; conferindo-lhe uma visão sistêmica mundial, para ele de “totalidade”. Não é à toa, que, como ele próprio descreve : as “origens” e “datas aproximadas” do (seu) sistema mundial moderno (ou da “economia-mundo capitalista”), “então apenas limitado à Europa”, são de “1450-1640”. Sistema cuja “consolidação” deu-se “sensivelmente entre 1640 e 1815”. A seguir (“grosso modo”, 1815-1917), teríamos uma “economia-mundo num empreendimento global”, transformada

tecnologicamente pelo "industrialismo" moderno, "tão repentina e vasta que o sistema na verdade teve que ser recriado". Esta "economia-mundo capitalista", encontra-se em "consolidação", de "1917 até a atualidade e das tensões 'revolucionárias' particulares' que esta "consolidação provocou" (p. 22) .

Em uma definição recentíssima e feita sob encomenda (verbete citado), diz Wallerstein que ("fui eu quem") tentou estabelecer "essa distinção" do termo de Braudel "économie-monde", para "world-economy", capitalista - com o hífen, claro; afinal, diz: "Todo e qualquer conceito, especialmente quando é novo, é um exercício de polêmica" . 1) O que abarca, no interior de uma "única e abrangente" divisão do trabalho, não mais (como ele pensava antes) "certo número de estruturas estatais distintas"; e sim que "não contiveram, dentro de suas fronteiras", as tais estruturas (grifo nosso). 2) Mesmo assim, contra a teoria da "modernização", o sistema-mundo enfatiza "a polarização da estrutura sistêmico-mundial ao longo do tempo" . 3) Epistemologicamente, ao invés da identificação da unidade analítica do Estado-nação dentro de uma ótica de observação de "enunciados apropriados, semelhantes a leis", a questão decisiva para Wallerstein é a "noção de que os sistemas-mundo são 'sistemas históricos'; ou 'estruturas que determinam processos em curso, predominantemente cíclicos e históricos, ou seja, desenvolvem-se ao longo do tempo, tem início e fim'" (grifos nossos). 4) Ele nos diz ainda que seu conceito é um dos que se prestam à "controvérsia do pensamento social do século XX"; que seu conceito poderia "ser facilmente incluído em quase toda a teorização típica sobre comportamento social", mas, se despidido de polêmica, "estaria viciado e dificilmente acrescentaria algum *insight* significativo" (grifo de Wallerstein.).

Prossigamos, naquilo que julgamos expressar o essencial. E nada mais representativo das *bases* desse sistema de Wallerstein, do que passagens de definição teórica, no cap. 2 de seu livro.

Após (apoiando C. Cipolla) dizer que o que é "verdadeiramente significativo" da "estrutura financeira do século XVI", não é a subida dos preços mas "o declínio da taxa de juro", prossegue afirmando que o que isto mesmo indica é ter emergido um "sistema capitalista", onde, "como Marx disse, dataria 'da criação no século XVI de um comércio e de um mercado englobando o mundo inteiro'" (p. 82). Ou seja, para justificar um seu "sistema capitalista" europeu, datado na metade do século XV, ele utiliza uma citação de Marx que se refere ao XVI, acerca da fase comercial do capitalismo.

O que foi exposto, parece-nos mais que suficiente para uma apreensão dos pressupostos concepções de sistema, conforme Wallerstein. Assim:

1. Fica mais explícita, mais clara a necessidade de longas transcrições de formulações decisivas de Kant e Hegel. Relembrando o apontado na nota 7, chamo então à atenção da circularidade repetitiva e esquemática da visão de sistema em Wallerstein. Trata-se de uma visão (paupérrima) de variantes do idealismo filosófico, quando “tempos diferentes são apenas partes de um mesmo tempo” (Kant); onde o verdadeiro (na história) é “o círculo que pressupõe e tem como começo e seu fim como sua finalidade” (Hegel). O que estou afirmando é a existência de um idealismo filosófico de raiz nas formulações de Wallerstein sobre sistema, inúmeras vezes disfarçadas em jogo de palavras.

Exatamente para Wallerstein – e absurdamente – “O passado apenas pode ser contado como realmente é, não como realmente foi”; na medida em que o passado é “um ato social do presente”, feito por homens do presente e “afetando o sistema social do presente”. Mas a “verdade” muda porque a sociedade muda, diz ele; pois “tudo é contemporâneo, mesmo o que é passado” (p. 20; grifos de Wallerstein.).

Bem ao contrário, como disseram sobre isso Marx e Engels:

“A História não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que pois isso continua, portanto, por um lado, *em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida*, e por outro lado *modifica as velhas circunstâncias com uma atividade completamente mudada*, o que permite a *distorção especulativa* de fazer da história posterior o objetivo da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América o objetivo de proporcionar a eclosão da Revolução Francesa”⁹.

Evidentemente, se o passado (e “tudo”) é contemporâneo, tudo permanece como estava antes, e por isto ele só pode ser contado como é, e não como realmente foi. Ou seja : o passado é agora, e a história (a “verdade”) só muda (se e que muda) na cabeça dele - Wallstein – e dos homens. E, sob outro ângulo, como não cansou de repetir Henri Lefebvre, atacando o formalismo metafísico, o real se apresenta como móvel, múltiplo, diverso e contraditório. Se nos prendermos à “forma e definirmos a razão” através dela (confundindo entendimento [o conteúdo]

com a razão), “o real será lançado no irracional” (LEFBVRE, 1991, p. 170; grifos nossos).

2. Também é de uma gritante evidência, que Wallerstein falsifica o significado contextualizado, portanto concreto, daquela frase de Marx. Porque, em primeiro lugar, no movimento de constituição do modo de produção capitalista, a separação do comércio e da indústria é momento crucial para o entendimento das *formas* e *funções* de que o capital se reveste. Assim, é no segundo momento (da manufatura) que se verifica o que Marx designou como, a) alargamento da divisão do trabalho, com a separação de produção e intercâmbio, a formação de uma classe especial de comerciantes; b) esta divisão do trabalho “entre as diferentes cidades”, propiciou, de imediato, o nascimento das manufaturas, que suplantaram o sistema corporativo; c) com a manufatura livre das corporações – afirma Marx –, “mudaram também, imediatamente, as relações de propriedade” (MARX, op. cit., 1982, p.p. 47-49); d) este segundo período (da manufatura liberta), “teve início por meados do século XVII, e durou quase até ao final do século XVIII”, época em que o comércio e a navegação tinham se expandido “mais depressa do que a manufatura”, desempenhando de um papel secundário (p. 51; grifos nossos); e) ao desenvolver-se “irresistivelmente no século XVII”, “num país” (Inglaterra), a concentração do comércio e da manufatura, criaram para este país, “um relativo mercado mundial” – e a procura de manufaturados –, que não satisfazia o nível das forças produtivas da indústria existente; f) Inglaterra e França tiveram que conquistar revoluções (1640 e 1688, e 1789, respectivamente – escreve Marx), para que internalizassem a concorrência, “universalizada pela grande indústria” (idem, p. 53); g) então, junto com os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, “submeteu a si o comércio, transformou todo o capital em capital industrial e criou assim a rápida circulação (o desenvolvimento da finança) e concentração dos capitais” (idem, p.p. 53-54).

Em segundo lugar, o capital comercial assim como o capital usurário (formas antediluvianas do capital), podem “conviver com qualquer regime de produção” – afora formas mais primitivas da organização social – que podem “dar origem a um maior ou menor desenvolvimento das formas mercadoria e dinheiro” (BARBOSA DE OLIVEIRA, 1985, p. 14). Por isto também, o capital a juros não pode ser confundido com o desenvolvimento com o capital usurário, porque ele prolifera em sociedades “onde não impera o regime capitalista na produção” (idem, p. 15). Desse modo, conquanto o capital comercial processa estímulo da produção de mercadoria e a divisão social do trabalho, ele segue transformando a produção, “sem contudo revolucioná-la” (idem, p. 16; grifos nossos). Daí porque, como diz certamente Barbosa de Oliveira, o trabalho assalariado, embora supondo uma “mercantilização acentuada”

da produção, ele não é resultado imediato desta : necessita-se de condições apropriadas para a proletarização e a formação do mercado de trabalho propriamente dito (ibidem).

É por isso que Marx, em "Formações econômicas pré-capitalistas", demonstrando o movimento de constituição do conceito de capital, assevera que comerciantes e usurários somente encontram as condições de compra do trabalho livre, quando este "foi separado das condições objetivas de sua existência, em consequência de um processo histórico"¹⁰. Explicar este processo histórico, em verdade, é a grande preocupação de Marx em todo o texto, porque, para ele, trata-se do problema central da "dissolução" : uma época, em que, simultaneamente, "*a riqueza monetária*" já se desenvolveu até certo ponto; em que ela (a riqueza monetária), é, "em si", um agente desta dissolução, ou "a condição de sua transformação em capital". Entretanto – e isto é fundamental –,

"*a mera existência da riqueza monetária*", mesmo conquistando uma espécie de "supremacia", "não é bastante para esta *dissolução resultar em capital*. Se fosse, a Roma antiga, Bizâncio, etc., teriam concluído sua história com trabalho livre e capital ou melhor, teriam começado uma nova história" (p. 102; grifos de Marx).

Por tudo isso, é que consideramos grosseira deturpação, a afirmação de Wallerstein sobre Marx, acerca de um *sistema* capitalista, seja ele europeu - muito menos mundial, no século XVI. Isto acontece, neste caso de Wallerstein, não só por artifício intelectual. É que ele, para fabricar um "sistema mundial moderno", ou uma "economia-mundo capitalista", para ele já européia na metade do século XV, parte de pressupostos teóricos falsos. Sua idéia de capitalismo não passa de uma "distorção especulativa" deliberada. Idéia, aliás, também contestada pelo respeitadíssimo Marc Bloch, fundador da escola dos *Annales*, francesa, de quem se disse discípulo Fernand Braudel, por sua vez, "ideólogo" de Wallerstein e G. Arrighi.

Vale então a pena concluir com uma mais demorada citação de Bloch (em sua homenagem), integrante de seu último escrito:

"'Capitalista', o regime econômico do século XVI? Pode ser. Considerem, porém, essa espécie de descoberta universal do ganho de dinheiro, infiltrando-se então de cima para baixo, tragando tanto o comerciante ou notário de aldeia quanto o grande banqueiro de Augsburg ou de Lyon; vejam a ênfase colocada no empréstimo ou na especulação comercial muito mais cedo do que na organização produção: em sua contextura humana, como era então diferente esse capitalismo do Renascimento do sistema bem mais hierarquizado, do

sistema manufatureiro, do sistema saint-simoniano da era da revolução industrial! (...) Em que data fixar o surgimento do capitalismo... em si, com C maiúsculo? Na Itália do século XII? Na Flandres do século XII? Na época de Fugger e da Bolsa de Anvers? No século XVIII, até no XIX? Tantos historiadores...tantas certidões de nascimento, quase tão numerosas...quanto daquela burguesia (...) Talvez, afinal de contas, não fosse exatamente a mesma burguesia.Tampouco o mesmo capitalismo”¹¹.

E a formulação humildemente elegante de Bloch condena o “insight” de (um vaidoso) Wallerstein a uma opaca caricatura, a uma ineliminável piada sem graça.

NOTAS

¹ Referencio-me aqui na obra magna, "Crítica da razão pura" (1787), desse grande filósofo idealista alemão - para quem, como se sabe, o mundo existe fora do nosso pensar, sendo ele entretanto incognoscível. Acompanhemos então aspectos centrais de seu pensamento, tratando de ciência e sistema: "Disso tudo ressalta a idéia de uma ciência particular, que se pode chamar Crítica da razão pura. Eis que a razão é a faculdade que nos fornece os princípios do conhecimento *a priori*. Portanto, a razão pura é a que contém os princípios para conhecer algo absolutamente *a priori*" (p. 59). Isto porque, nesta ciência, "Denomino transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*. Um sistema de conceitos deste gênero deveria denominar-se filosofia transcendental" (p.58). Nesta idéia, constituída de uma ciência a filosofia transcendental, para a qual a crítica da razão pura deverá esboçar "*arquiteticamente o plano total, quer dizer, a partir de princípios, com plena garantia da perfeição e solidez de todas as partes que constituem esse edifício*". É o sistema de todos os princípios da razão pura" (idem, ibidem; últimos grifos nossos).

Finitude sistêmica que se apresenta com nitidez em uma de suas definições de espaço, onde para Kant, a representação do espaço é "uma grandeza infinita dada"; (...) "Mas é assim que o espaço é pensado - já que todas as partes do espaço existem ao mesmo tempo no espaço infinito. Então, a representação originária de espaço é intuição *a priori* e não conceito" (p. 69). E ainda mais claramente : "O espaço *não representa qualquer propriedade das coisas em si, tampouco essas coisas nas suas relações*" (p.70; grifos nossos). Mas, mais importante para a nossa discussão é o conceito de tempo, para Kant. Tempo que é "um a representação fundamental que constitui *a base de todas as intuições*"; ou "tem apenas uma dimensão. Tempos diferentes não são simultâneos, porém sucessivos"; "O tempo não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal, mas uma noção pura da intuição sensível. Tempos diferentes são apenas partes de um mesmo tempo" (p. 73, grifos nossos). Diz ele ainda na parte "Exposição transcendental do conceito de tempo", que este, "nada mais é do que a noção do sentido interno, ou seja, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior. Objetivamente, o tempo não pode ser uma determinação de fenômenos externos" ; ou é condição imediata dos fenômenos "da nossa alma" (p. 75). Assim, para Kant, "Se retirarmos do tempo a condição particular da nossa sensibilidade, desaparece também o conceito de tempo" (p. 77); do mesmo modo que no espaço, "*considerado em si próprio, nada é móvel*" (p. 79) . Nesta idéia, constitui-se uma ciência a filosofia transcendental, para a qual a crítica da razão pura deverá esboçar "*arquiteticamente o plano total, quer dizer, a partir de princípios, com plena garantia da perfeição e solidez de todas as partes que constituem esse edifício*". É o sistema de todos os princípios da razão pura" (idem, ibidem; últimos grifos nossos). Ver "Crítica da razão pura", de Immanuel Kant, texto integral, Martin Claret, 2001.

² Cf. Alvaro Vieira Pinto, no formidável "Ciência e existência - problemas filosóficos da pesquisa científica", p. 64, Paz e Terra, 1979, 2ª edição.

³ A Lógica em Kant se baseia principalmente em interpretações de doze categorias até então classificadas : unidade, multiplicidade, universalidade, realidade, negação, limitação, substância e acidente, causa e ação, interação, possibilidade e impossibilidade, existência e inexistência, necessidade e causalidade.; ver ainda as suas famosas "Antinomias", no cap. II do Livro segundo, às p.p 356-379. Também sobre a distinção entre o pensamento de Aristóteles e de Kant, Ver : "Fundamentos lógicos da ciência"

(Civilização Brasileira, 1972), de P.V. Kopnin, cap. "O lógico e suas formas", e especialmente p. 42;

⁴ A) A fonte mais imediata da "tríade" hegeliana consiste na idéia de que a superação, ou o terceiro termo, é a síntese de dois opostos. Mas suas categorias da doutrina do Ser, Essência e Conceito, são categorias finitas, que se aplicam a categorias finitas no mundo; e apenas o Conceito possui desenvolvimento - as duas outras, não (Ver : Inwood, M., "Dicionário Hegel", p.p.92 e 311, Zahar, 1997).

B) No mesmo sentido - ou seja, naquilo que diz respeito à nossa discussão - examinemos passagens decisivas da I parte da "Fenomenologia do Espírito" (1807), exatamente na seção "Prefácio do Sistema da Ciência" [para Hegel, "A via régia habitual na filosofia é ler os prefácios e as resenhas, para obter uma idéia aproximada da Coisa"]. Na "Fenomenologia", o objeto próprio é o saber em devir, ou o espírito que aparece; estabelecido e definindo-se pela *"ciência da experiência que a consciência faz"*. Assim, logo na apresentação de seu sistema da ciência, Hegel abre o índice escrevendo : " O elemento verdadeiro é o conceito e a sua figura verdadeira a sistema científico" (p. 37). O que significa dizer que "ao pôr-se a verdadeira figura da verdade na cientificidade - ou o que é o mesmo, ao sustentar-se que a verdade tem o elemento da sua existência unicamente no conceito" (...), " O absoluto não deve ser concebido, mas sentido e intuído; não é o seu conceito, mas o seu sentimento e a sua intuição que devem ter a palavra e ser expressos (p. 40; grifos nossos). E em argumentando claramente sobre o que se disse acima do espírito então revelado : " *O olhar do espírito tinha de ser dirigido à força para o terrestre e nele se fixar*" ; é que ao invés da claridade só possuído pelo "supraterrestre", num opaco e confuso que alguém "chamou de experiência", agora, "parece haver necessidade do contrário : o sentido enraizou-se de tal modo no terrestre que é necessária uma igual força para o elevar acima dele" (p. 41; grifos nossos). Atacando o "formalismo" (aí incluído a metafísica kantiana), afirma Hegel que na nova figura da consciência que aparece, dá-se "pela falta da expansão e da especificação do conteúdo; mas mais ainda pela falta da elaboração da forma, *através da qual as diferenças são determinadas com segurança e ordenadas na suas relações fixas*". (...) "pois o entendimento é o pensar, o eu puro em geral" (p.p. 42-43; grifos nossos). E o absoluto é o sujeito : "Segundo a minha visão, que se deve justificar através do sistema mesmo, tudo depende de apreender e de exprimir o verdadeiro, não como *substância*, mas precisamente também como *sujeito*" (grifos de Hegel); e essa substância "viva" - diz Hegel - é , além, o ser que é na verdade *sujeito...*, uma vez que "O verdadeiro é o devir de si mesmo, o círculo que pressupõe e tem como começo e seu fim como sua finalidade, e que só é efetivo mediante o desenvolvimento e o seu fim" (P. 45; grifos nossos). Prosseguindo, Hegel, numa refutação dialética, de si (de que o saber só como ciência ou como *sistema* é efetivo), dessa designada proposição, fundamental, ou "princípio da filosofia", diz ser isto verdadeiro, e "já também falso", porque é o começo; afirmando novamente que o verdadeiro "é efetivo unicamente como sistema ou que a substância é essencialmente sujeito, exprime-se na representação que enuncia o absoluto como *espírito* - o conceito mais sublime e que pertence aos tempos modernos e à sua religião"; daí porque "Só o espiritual é o *efetivo*; ele é a essência *ou o que é em si* - o que é em relação ou o determinado, o ser-outro e o ser-para-si - e o que nesta determinidade ou no seu ser fora de si permanece em si mesmo - *ou é em e para si*" (p. 48; grifos de Hegel). Deste modo - e rigorosamente -, " O espírito que se sabe assim como espírito é a *ciência*. Ela é a sua realidade efetiva e o reino que ele edifica para si no seu próprio elemento" (idem, ibidem; grifo de Hegel). In: "G. W. F. Hegel. Prefácios"; tradução, introdução e notas do especialista Manuel J. Carmo Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1990.

C) Importa notar que, na perspicaz e esclarecedora observação de Paulo E. Arantes, a determinação lógica que Hegel denomina de "o Outro para si" (ou o Outro de si mesmo), significa a natureza, o outro do espírito; em "Hegel. A ordem do tempo", p.

34, Polis /Hucitec, 2000. Ver ainda os excelentes capítulos I e II, onde se encontra uma instigante discussão sobre o espaço e o tempo em Hegel, Kant, Schelling e Fichte, ícones da filosofia clássica Alemã. Ainda, para uma visão sistemática da magistral elaboração do desenvolvimento categorial da "Fenomenologia", ver "Hegel. A razão quase enlouquecida", de Leandro Konder, Campus, 1991, p.p. 27-35.

⁵ Cf. Kopnin, op. cit., p.p. 46-58. Que, à p. 59, afirma, com brilhantismo : "Destarte, o racional e o irracional são momentos de um processo único de desenvolvimento do conhecimento humano. É impossível livrar de repente do irracional. Ele é superado na medida em que se desenvolve a humanidade e seu pensamento".

⁶ As citações estão respectivamente em "O Escravismo colonial", Ed. Ática, 1978; e "Marxismo sem utopia", Ed. Ática, 1999.

Essas duas citações, substantivas e/ou conclusivas de argumentação dos estudos referidos, demonstram bem uma regressão teórica do autor. Vamos comentar somente aspectos que se entrecruzam com a nossa discussão. Retomaremos outros aspectos do segundo estudo em outra seção.

No final de 'meios históricos diferentes', o autor remete à nota 6, do cap. IV de seu livro "Marxismo sem utopia". Distintamente de quando a referência lhe serviu no passado (ver : "O escravismo colonial", p. 21) – em que apenas parcial e erroneamente recorre a partes das cartas explicadas adiante –, Gorender não transcreve o que escrevera Marx, numa carta-resposta ao artigo de N. K. Mikhailovski, 'Karl Marx sob o julgamento de I. Jukovski', desmistificadora de falseamentos da interpretação de O Capital, publicada no periódico russo Oitichestvienniie Zapiski, em outubro de 1877. Só pode ser coincidência : o grupo "A Libertação do Trabalho", tendo à frente o filósofo menchevique G. Plekanov, recusou a divulgação integral da carta de Marx, encontrada em seus papéis por Engels, e somente enviada em 1884 à Vera Zasulitch, vinda a público em 1886 e 1888. A resposta de Marx, prontamente redigida ao tomar conhecimento dos "ataques" que sofrera sobre O Capital, teve imensa repercussão nas polêmicas que se seguiram, por alguns anos, no movimento revolucionário russo, tendo inclusive sofrido comentários de V. Lênin; sendo considerados já a algum tempo documentos célebres (ver : a Introdução de R. C. Fernandes a " Dilemas do Socialismo" , 1982, p.p. 157-158; Bensaid, D., op.cit., 1999). Nela, escreveu indelevelmente Marx : "(...) O capítulo sobre acumulação primitiva *pretende somente traçar o caminho por onde, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal. (...) "se a Rússia tende a transformar-se numa nação capitalista, à maneira das nações da Europa Ocidental – e nos últimos anos ela tem-se dado muito mal nesse sentido – não o conseguirá sem antes transformar uma boa parte de seus camponeses em proletários; e então, uma vez introduzida no seio do regime capitalista, ela experimentará suas leis impiedosas, como ocorreu com outros povos profanos. Isto é tudo. Mas não o é para meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, para chegar, finalmente, a esta formação econômica ... Mas ele que me perdoe : isso, ao mesmo tempo, muito me honra e muito me envergonha"* (Marx, 'À redação de Oitichestvienniie Zapiski ' ; In : 'Dilemas do Socialismo', 1982 : 166-167; grifos. nossos).

É a esta "ressalva", exclusivamente, a que nos remete o professor Gorender. Francamente, desde quando isso é ressalva ('que se destina a corrigir erro naquilo escrito')? Isto é reafirmação explicativa de uma análise crucial, onde não há qualquer retificação fundamental. Mas por que o professor Gorender veio de omiti-la? Simplesmente porque esta opinião de Marx depõe contra o cerne das argumentações do professor. Não só porque se desconhece, até hoje, qualquer retificação teórica decisiva

feita por Marx (ou Engels), no que diz respeito àquela visão materialista e dialética das *raízes fundantes da acumulação e direção geral da dinâmica expansiva do capitalismo* que se depreende de O Capital. O que fica evidente numa deliberada omissão de Gorender (pois ele também os conhece) de outros documentos, onde Marx, responde, com toda a nitidez possível, à acusação de estar contido n'O Capital, uma análise *fatalista da história*. Assim, quase quatro anos depois, numa outra carta datada de fevereiro-março de 1881, escrita em três manuscritos e em resposta à revolucionária Vera Zasulich (menchevique-martovista, depois seguidora de G. Plekanov), Marx diz esperar que "algumas linhas sejam suficientes para *não lhe deixar qualquer dúvida sobre o mal-entendido a respeito de minha teoria*. Analisando a gênese da produção capitalista, eu digo : ' No fulcro do sistema capitalista está, portanto, a separação radical entre o produtor e os meios de produção... *a expropriação dos cultivadores*. Até agora, só na Inglaterra ela se completou de modo radical... Mas todos os outros países da Europa Ocidental percorrem o mesmo movimento (O Capital, edição francesa, p. 315). Portanto, a 'fatalidade histórica' [Marx aspeia a interpelação de Zasulich] desse movimento está expressamente restringida aos países da Europa Ocidental . O porque desta resposta é indicada na seguinte passagem do capítulo XXXII : ' *A propriedade privada*, fundada sobre o trabalho pessoal... será suplantada pela *propriedade privada capitalista*, fundada sobre a exploração do trabalho alheio, sobre o trabalho assalariado" (In : Dilemas do socialismo", p.p. 187-188; grifos de K.M.).

Mas vamos a questão que nos parece a principal. Segundo tinha escrito Gorender, O Capital se transmutou, segundo análise dele, de "teoria geral do modo de produção capitalista", criador do "método dialético categorial-sistemático" , em portador de um "princípio orientador determinista", por isso causador de "imanentismo materialista", por sua vez transformado em "teleologia" . É que *não* há uma "teoria geral" do modo de produção capitalista n'O Capital. Sendo as explicações de Marx suficientes para compreendermos que iria de encontro a seus postulados científicos decretar um "modelo" único em toda a parte do globo. Nessas cartas de Marx, aparecem "minha teoria", "esboço da gênese", ou "analisando a gênese", o que é muito distinto. Observe-se, por exemplo, como interpreta a questão, Carlos A. Barbosa de Oliveira : "(...) advertimos que os capítulos históricos [de O Capital] não constituem um estudo sobre a formação do capitalismo inglês. Na verdade, ainda que não alcancem o estatuto de 'teoria geral' do capital, *explicitam as determinações gerais comuns à formação de qualquer capitalismo*. Em outras palavras, a análise de Marx *não fixa leis gerais do processo de gênese do capitalismo, mas retém os momentos lógicos deste processo*, tais como ... (...) Exatamente porque Marx identifica estas determinações comuns à formação de qualquer capitalismo, e também porque este modo de produção apresenta a tendência a generalizar-se por todo o globo é que pôde afirmar : 'os países industrialmente mais desenvolvidos não fazem mais que mostrar aos países mais atrasados o espelho de seu futuro' " (Barbosa de Oliveira, 1985, p. 65; grifos. nossos). Evidentemente, Oliveira indica com clareza, as passagens do capital mercantil ao industrial, as leis específicas do modo de produção capitalista. De maneira similar, o renomado economista Maurice Dobb, analisara em seu último ensaio escrito : "O que impressiona em O Capital, ao contrário, é sua estrutura essencialmente *histórica* : objeto de análise e da demonstração são as particularidades de funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico-social ligado a determinadas condições históricas, que o caracterizam como modo de produção específico" (Dobb, 1980, p. 132). Bem mais recentemente, Mauro C. B. de Moura, e seguindo uma determinada linha internacional de pesquisas sobre as reelaborações das edições alemã e francesa (entre 1872 e 1875), encontra desde pequenas emendas, até amplas reformulações em aspectos do estudo de Marx, como no caso da análise sobre o 'fetichismo mercantil'; destaca, insistentemente, não ter havido n' O Capital "uma versão definitiva", isso não o impedindo uma caracterização convincente : "A argumentação de Marx, ainda que não se disponha a escrever uma história do capital, enquanto narrativa de sua constituição empírica,

efetua, sem embargo, uma reconstrução de seus passos necessários, lógicos, das suas condições de possibilidade de existência e desenvolvimento, cujo ordenamento acompanha, a nível abstrato, seu movimento de constituição real" (Moura, 1999, p.p. 66-73).

Para uma visão do desenvolvimento do pensamento marxiano, ainda no próprio decorrer dos grandes debates que se seguiram à publicação de O Capital, tem grande importância consultar : o primeiro manuscrito à Zasulich, (In : "Dilemas...", idem : 175-176);, e as cartas a N. Danielson, de novembro de 1878 e abril de 1879 (In : "Cartas sobre el capital", 1974, p.p. 221-222 e 222-227).

⁷ Ver : O sistema mundial moderno. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI", v. I, p. 15, (Introdução), Porto, Afrontamento, 1990 [1974].

Falamos em sofisma porque dita formulação não pode ser considerada uma "Antinomia", seja no sentido kantiano, seja no pós-kantiano ("Sintática" ou semântico-epistemológica): ambas tratam de *contradições* entre dois enunciados *demonstráveis* em seus termos (ver : Abbagnano, idem, 63-67; Lênin, 1989 : 620). O que não é, a nosso ver, o caso.

Em primeiro lugar, as duas afirmações não são "clichês" coisa nenhuma : são dois planos lógicos antagônicos e incomunicáveis, onde "nada muda, nunca" é falso no absoluto – metafísica de "primata" –, um atentado contra a ciência, às leis da natureza, e à mobilidade e transformação sócio-histórica pela prática humana. Em segundo, colocar sinal de igualdade entre relações humanas e estruturas de "recifes de corais", é o mesmo que imputar aos homens à *incapacidade de não ser igual* à natureza, decretando-lhes uma razão natural (ou um pensar ao máximo "positivista"), incapaz de pensar o domínio da própria natureza, ou mesmo da evolução da racionalidade humana ser (no mínimo!) diferente daquela do "primata" – ser sabidamente superior aos tais recifes de corais. Em terceiro, é por isso que também não é igual a "existência estável" – pouco importando aqui se de duração mais ou menos longa – dos "recifes" às das relações humanas, pois, bem a propósito : "Ao viver, o homem historiciza o tempo, a duração cronológica do existir da realidade. Sem o homem, o que ocorre é apenas evolução, geológica ou orgânica, mas apenas a introdução da razão engendra a perspectiva histórica, pela introdução da distinção entre passado, presente e futuro" (Vieira Pinto, op. cit., p. 186). Por último, o que significa dizer serem iguais, do nascer ao perecer, as "mesmas estruturas", ou seja, a dos recifes e as das "relações humanas"? Significa, de imediato, que Wallerstein recusa a existência da lei (ou princípio, para alguns) fundamental da dialética da "negação da negação". [Ver, em distintos domínios : "Dialética ciência e natureza – um estudo sobre a noção de 'dialética da natureza' no quadro do pensamento científico moderno", Freitas Branco, idem, p.p. 90-92; "Filosofia da ciência contemporânea", OMNÈS, R., p.p. 57-62, Unesp, 1996; "Totalidade e Contradição. Acerca da dialética", Barata-Moura, J., p. 191, Lisboa, Livros Horizonte, 1977]. Mas se tal recusa é um problema de Wallerstein, o que não pode ser recusado – como bem disse G. Lukács – em relação aos próprios fatos, às suas relações e estruturas é a constatação científica de que "Quando são identificadas constelações singulares, deve-se evitar que elas sejam tomadas acriticamente como esquemas para outras constelações situadas diferentemente"; pois "O nascimento e a morte de organismos superiores indicam, com evidência, quais são os limites da transformação. Os complexos da vida social, ao contrário, tão logo seja superada sua naturalidade, têm certamente um ser que reproduz a si mesmo, mas esse ser – mais uma vez, de modo crescente – *vai além da simples reprodução do estado primitivamente dado*; essa reprodução ampliada, mesmo podendo encontrar limites sociais *nas relações de produção, é todavia qualitativamente diversa da estagnação, decadência e fim, que são representadas nos organismos pela velhice e pela morte*" (Lukács, "Os princípios fundamentais ontológicos de Marx", p.p.82 e 93-94, Ciências Humanas Ltda., 1979; grifos e negrito nossos).

⁸ Ver o verbete sistema-mundo, no "Dicionário do pensamento social do século XX", Outhwaite, W., & Bottomore, T. (editores), p.p. 690-692, Zahar, (1996), assinado por Wallerstein.

⁹ Em "Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista" [primeiro e mais importante capítulo de "A ideologia Alemã"]; nova versão de 1966, Moscou; in : "Marx Engels, Tomo I, Avante!/Progresso, 1982 , p. 29.

¹⁰ Marx, p. 101, Paz e Terra, 1977, 2ª edição, Introdução de E. J. Hobsbawn.

¹¹ Ver : "Apologia da História – ou o ofício do historiador", M. Bloch, Zahar, 2001, p. 145. Escrito por Bloch em 1941, pouco antes de ser fuzilado pelos nazistas (1944). Republicado na França, em 1993 e 1997. O dr. Wallerstein certamente conhecia esse elogiado e incompleto documento ; mas o omitiu em seus dois volumes do sistema mundial moderno, onde inúmeros outros estudos de Bloch são por ele citados aos borbotões.

INTRODUÇÃO

I.

Completamente inverossímil fugir-se dos gigantescos redemoinhos em que são tragadas as transições e rupturas históricas, impositores de dúvidas terríveis e sobressaltos aos espíritos viventes à época moderna. Note-se - pois ilustrativo- idéias em paradoxo, plasmadas as veredas das grandes mudanças nos fins do século XIX.

No interregno do assalto à Bastilha, e às vésperas da vaga revolucionária européia, o novo, a decadência e a conflitualidade política eram também o cotidiano na velha França. Marie-Henry Beyle, o brilhante Stendhal, em sua famosíssima biografia de Napoleão (1837), reclamava das preferências políticas dos leitores - eram antiliterárias, causas de decadência; e escrevia: quanto a mim, desejo a manutenção pura e simples do que aí está. Mas meu credo político não irá impedir-me de compreender o de Danton, de Sieyès, de Mirabeau e de Napoleão, verdadeiros fundadores da França atual ¹.

O fato é que se tornou imperdoável esquecer 1848 : o brado singrara os mares revoltos da época moderna - visível enraizamento do capitalismo - sentenciando que tudo que era sólido e estável se volatilizava, tudo que era sagrado era profanado, e os homens estavam por fim obrigados a enfrentar sem ilusão a sua posição social e as suas relações mútuas ² . O que, para além de tudo, parecia prenunciar a genialidade de Charles Darwin, quando, na revolucionária obra "A origem das espécies" (1859), arrebatara estupefação (e ódios) ao demolir a sacrossanta idéia da criação cristã.

Ninguém duvida : parecendo lavrada em granito, a grande literatura pulsa, desvela a intimidade recorrente das grandes perplexidades humanas. Raskólnikov, personagem central de Fiódor Dostoievski, em "Crime e Castigo" (1866) - primeiro monumental romance da conflitualidade psicológica da época moderna - comete um crime moderno e é punido com um castigo moderno; drama que se eleva mais ainda,

¹ "Napoleão", de Stendhal, 1996, Boitempo, Prefácio, p. 22.

² Cf. Marx-Engels, 1985 : 63-64. Marshall Berman voltou a lembrar que "O Manifesto expressa alguns dos *insights* mais profundos da cultura modernista e, ao mesmo tempo, dramatiza alguns de suas contradições internas mais profundas" (Berman, 2001, p. 118).

quando o desemprego ceifava vidas, em seu conto "Os dois suicídios" (1876). Modernidade também de crua e fantasmagórica pobreza, descrita no "A história do ninguém" (1850-67), do grande Charles Dickens ³.

"Terra estéril", chamava-se o livro do grande poeta norte-americano T.S. Eliot, escrito para Ezra Pound, seu compatriota e gigante das letras, que, nos 30 do século XX, resumia as perplexidades das conexões dos dois séculos na palavra-de-ordem "Tornar Novo". Ou: "Il faut être absolument moderne" - "É preciso ser completamente moderno", celebrizara-se a máxima de Arthur Rimbaud.

Chamado de profeta literário do novo, o norueguês e excepcional dramaturgo Henrick Ibsen (1828-1906), vivia a dizer que "a grande tarefa de nossa época é fazer explodir todas as instituições existentes - destruir"; e, numa exortação à rebelião contra as miríades do capitalismo que se espraiava, não fazia segredo de que "a velha concepção de pátria já não basta para qualquer um que tenha maturidade intelectual".

Novo espírito, novo humor, novo realismo, novo hedonismo, novo teatro, novo partido, novo sindicalismo, nova mulher...enfim, era tudo quanto refletia a modernidade sob o olhar radiante do escritor Holbrook Jackson, em seu livro "A década de 1890", exatamente sobre a efervescência da Grã-Bretanha moderna.

Curioso e emblemático: quatro anos antes, o brasileiro Joaquim Nabuco - escritor, diplomata e parlamentar - nada enxergava de parecido, de "novo", ou "moderno", no sentido de Jackson. Do outro lado do mundo, dizia ele (1886) que a escravidão tinha se apoderado "do movimento abolicionista por meio de uma simulação, e [o que] conseguiu em nome das nossas idéias!" ⁴.

E se, no começo daquele século, para Hegel, o progresso espiritualizava-se ao dar nascimento e forma à racionalidade, definindo a história pelo desenrolar da racionalidade ⁵, eis um dos seus desfechos : F.

³ F.D., em "Diário de um escritor", Ediouro, s/data; de Dickens in : "Os carrilhões e outros contos", Ediouro, s/data.

⁴ Artigo publicado na imprensa pernambucana, onde Nabuco escrevera, pouco acima, entre o sarcasmo e a indignação : "Nós devíamos estar preparados para ver alguns conservadores, que dizendo-se abolicionistas, combateram conosco os ministérios liberais escravocratas, abandonarem-nos logo que se formasse o primeiro ministério escravocrata conservador" ("O eclipse do Abolicionismo"; in: Joaquim Nabuco - a Abolição e a República", 1999, Universitária, UFPE, p.43).

⁵ A Interpretação é de Paulo Arantes, citando Hegel : "[a África] ...não tem história propriamente dita...não mostra movimento ou desenvolvimento...é um mundo a-

Nietzsche (1887) – após asseverar serem os homens modernos filhos de uma época fragmentada, pluralista, doente e estranha – enxergava nunca ter havido “na Terra, desgraça tão grande, mal-estar tão horrível”; os homens viam-se reduzidos a pensar, a deduzir e calcular, combinando causas e efeitos : “Infelizes!”, exclamava Nietzsche, em “Genealogia da moral”, seu famoso estudo que submergia na psicologia da consciência moral (NIETZSCHE, 1991: 51). Nihilismo, ou (des) razão, o século chegara ao fim.

Neste “momento”, ter-se-iam apagadas as luzes esclarecedoras do governar tradicional, ao grande pensar dos ‘XIX - por corrosão de um “utilitarismo cru”, movido em cega autoconfiança no liberalismo econômico; com “trágico colapso do sistema econômico internacional” (POLANY, K., 2000 :51 e 35).

Sabidamente, a paradoxal atmosfera de ruptura e transição, imbricava-se aos albores do novo milênio. Ventos das grandes transformações nas idéias, e nas artes em explosão na Europa; invenções, ciência, tecnologia, filosofia, psicologia, urbanização acelerada e difundida pelas industrializações, o automóvel, o telefone, o telégrafo sem fio, etc. Impulsos que se espalhavam da emergência do capitalismo monopolista.

Convergiu uma economia capitalista central mudando de marcha à explosão de uma grande crise (1873-96), bem no trânsito ao novo século. Adventos que construiriam, a *essência* da nova configuração do capitalismo moderno. Com efeito, a o novo estágio do capitalismo e a emergência do sistema imperialista mundial, atravessaram duas grandes guerras mundiais – a Grande Depressão dos anos 30 neste interregno -, e os processos constitutivos das primeiras experiências de construção do socialismo – a partir da revolução russa de 1917. Mas a 1ª Guerra Mundial e as revoluções deste pós-Guerra ainda fariam parte do século XIX : “O conflito de 1914-1918 apenas precipitou uma crise que ele não havia criado” (POLANY, idem : 35).

Materialmente, para Hobsbawm, no período que denomina de a economia mundial da Era do império (1875-1914), sete características fundamentais deveriam ser consideradas ⁶: 1) O Pluralismo da economia

histórico, não-desenvolvido, inteiramente prisioneiro do espírito natural” (Arantes, 2000, p.p. 193 e 188-89).

⁶ Ver o 2º capítulo de “A era dos Impérios” (Paz e Terra, 2ª edição, 1988, p.p. 57-85).

mundial. 2) O relativo declínio industrial da Grã-Bretanha, mas reforço das suas posições financeiras. 3) O advento da revolução tecnológica - ou 2ª Revolução Industrial. 4) A configuração monopolista, alterando a estrutura e a dinâmica da grande empresa. 5) Mudanças quantitativas e qualitativas nos padrões de consumo; aparecimento do crédito a prazo. 6) O crescimento acentuado, absoluto e relativo, do setor terciário da economia. 7) A ampliação do papel do Estado/setor público – crescente convergência entre política e economia ⁷.

Transições econômico-sociais e ideológicas. Idéias nos devidos lugares do mundo. Crepúsculo da época liberal de inspiração iluminista.

Que agora, transpassando os 'XX, simulam um mimetismo de regressão histórica secular.

Pois sem dúvida, as transformações sistêmicas operadas no capitalismo dos últimos 30 anos, sobrepoem imagens refletoras de uma conhecida idéia de Marx, segundo a qual a história só se repetiria como tragédia ou como farsa:

"Hegel observava algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem como que duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar; uma vez como tragédia e a outra como farsa" (MARX, 1982: 417).

⁷ De passagem - e nesse sentido -, é mais que notável a confusão e o "livre-arbítrio" de Giovanni Arrighi, em matéria de periodização. Diz ele que no início imaginava um "longo século XX", em três momentos : a Grande Depressão (1873-96), a "crise de trinta anos" (1914-45) e a "ascensão, plena expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação em escala mundial" (desde a "crise mundial da década de 1970"); depois Arrighi afirma que "descobri" - em Braudel - outro longo século XX : 1. a expansão financeira do fim do XIX e início do XX; 2. a substancial expansão das "décadas de 1950 e 1960" ; 3. a "atual expansão financeira, em cujo decurso as estruturas do 'antigo' regime norte-americano vêm sendo destruídas, com a criação - supõe-se - de um novo regime" (Arrighi, "O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo", Contraponto/Unesp, 1996 [1994], p.p ix-x). Ora, num ou noutro caso, isto não é história real! Não se trata de interpretação do concreto, mas de uma invenção. Observe-se novamente Polany, aqui comentando apenas um (decisivo) aspecto da história do século XX : "No início da década de 30, a mudança surgiu abrupta. Seus marcos foram o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos quinquenais na Rússia, o lançamento do New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha, o colapso da Liga em favor de impérios autárquicos. *Enquanto no final da guerra os ideais do século XIX eram predominantes e sua influência dominou a década seguinte, já em 1940 havia desaparecido qualquer vestígio do sistema internacional, e à parte enclaves, as nações viviam uma conjuntura internacional inteiramente nova*" (Polany, idem : 39, grifos nossos). Como se sabe, nada tem de voluntarismo a denominação de "A Era dos extremos - o breve século XX (1914-1991)", obra consagrada mundialmente, de Eric J. Hobsbawm; Companhia das Letras, 1995.

Bem ao lado, parecem contemporâneas suas descrições impressionantes sobre os resultados da colonização britânica na Índia, quando a chegada da grande indústria inglesa provocara efeitos "devastadores"; expressão de manifestações essenciais do movimento do capital - concentração e centralização - cuja influência "destruidora desta centralização não faz mais que revelar nas dimensões mais gigantescas, as leis orgânicas inerentes à economia política que presentemente atuam em toda cidade civilizada" (MARX, 1982 : 524).

II.

O desenvolvimento sinuoso e multilateral da crise atual, em seus fundamentos econômicos centrais, sem dúvida, aglutina uma verdadeira legião de cientistas sociais em torno da sua origem, natureza e perspectivas, circundando os anos 70. Melhor dito: em 1973, encerraram-se os famosos "anos dourados" do capitalismo (convencionados entre 1945-73). Coincidentemente - e para aqueles que se referenciam nos "ciclos longos"⁸ -, enigmáticos 100 anos depois do deflagrar da chamada I Grande Depressão (1873 a 1896).

Demarcando para esta fase os anos 1950-73, Hobsbawn, em pontos centrais de sua análise, diz ter havido a dominância de um "equilíbrio" emoldurado sociopoliticamente. A economia se encontrava numa dependência da coordenação entre o crescimento da produção e dos ganhos mantenedores de lucros estáveis. Um "pacto", aceitável para todos, teria se estabelecido : diante de um longo *boom* de altos lucros, os

⁸ Ver, por exemplo, : "A história econômica mundial - 1790-1970" (MAURO, F., Zahar, 1976, 2ª edição). Mauro adota largamente, em todo o seu referenciado estudo, os ciclos de longa duração de Nikolai Kondratieff - a propósito, nos quais se baseia Immanuel Wallerstein, como veremos. Foram as pesquisas do economista e estatístico russo Nikolai Dimitri Kondratieff (1892-1930) que concluíram pela existência dos "ciclos longos", na dinâmica da economia capitalista. Compostos de uma fase a, de ascenso, e uma b, de descenso, seus marcos clássicos, atualizados por seus seguidores, estariam em : 1790-1815 (a); 1815-1847 (b); 1847-1873 (a); 1873-1896 (b); 1896-1920 (a); 1920-1940 (b); e 1940-1973 (a). Assim, notam-se largos intervalos, cujo ciclo duraria em média cerca de 50 anos (ou de 40 a 60). Marcada por inovações tecnológicas e crescimento produtivo no centro do sistema, e a fase "b", recessiva, caracterizada por crises de superprodução provocada por investimentos excessivos. Ocorre que, diz Hobsbawn, "embora eu não conheça nenhuma explicação amplamente aceita sobre os chamados 'ciclos de longa duração' de Kondratiev...(...) para os historiadores, a periodização mais útil da história da Europa dos séculos XIX e XX, coincide, em grande parte, com os ciclos de Kondratiev" (HOBBSAWN, 1998 [1981]: 62). Ou ainda: tais ciclos, "ninguém até hoje os explicou satisfatoriamente. Sua existência foi refutada por estatísticos e outros cientistas" (HOBBSAWN, 1998 [1984] : 40).

capitalistas pouco se incomodavam com altos salários pagos aos trabalhadores, havendo regularidade em sua elevação, benefícios extras e um Estado previdenciário "sempre mais abrangente e generoso"; nos marcos do keneysonianismo a previsibilidade tornava mais fácil o planejamento. Nestas décadas de euforia, nas dezesseis economias capitalistas mais industrializadas, o investimento cresceu a uma taxa anual de 4,5%; quase três vezes mais do que o período que vai de 1870 a 1913 (HOBBSAWN, op. cit., 1995, cap. 9).

Feito esse enquadramento bem geral – sem dúvida "otimista" (ver Anexo I) –, importa destacarmos que *três movimentos* foram cruciais na ascensão e colapso deste padrão do pós-2ªGuerra. Conjunto no qual procuramos agrupar autores de diferentes correntes de pensamento, que convergem na análise dos principais fundamentos da crise dos anos 70 – pontos de vista os quais nos possibilitam apreender uma síntese, não obstante alguns elementos polêmicos.

II-1 Bipolaridade e ideologia

É indiscutível ter ocorrido uma sobredeterminação de natureza geopolítica (e acentuadamente ideológica), oriunda da contraposição à expansão da influência soviética na ampliação significativa do socialismo, para países do leste Europa. Além disto, ocorrem a revolução chinesa, em 1949; a guerra e a divisão da Coréia (1951-3); posteriormente, a revolução cubana (1959), e a derrota da intervenção militar norte-americana para a revolução vietnamita (1973).

Sob a liderança dos EUA, o conjunto de eventos políticos, combinados nomeadamente pelas reconstruções do Japão e Alemanha e de larga repercussão sócio-econômica, implicaram, no Plano Marshall (1947), nas intervenções contra movimentos revolucionários na Grécia e na Turquia, e na proibição feita à Itália e a França em coalizar governos com a representação comunista. Simultaneamente ao Plano Marshall, a ofensiva doutrina norte-americana de H.Truman constituiu o que ficou conhecido mundialmente com a "guerra fria". Contra uma geopolítica mundial então bipolar.

Aliás, o significado da bipolaridade mundial do pós-guerra para a desestruturação da hegemonia norte-americana e a crise capitalista dos anos 70 – e as tendências prospectivas – é assunto em geral bastante subestimado na literatura especializada, aparecendo, em inúmeras análises, ultimamente diluído (no debate sobre hegemonias imperiais) em "rivalidades interestatais", borrando-se assim o mapa das determinações nacionais na hierarquia mundial; ou mesmo fazendo-o desaparecer em meio à igualdade esquemática de ciclos de expansão financeira e quedas

do domínio das potências - sendo necessário detalhar o que queremos dizer como isso ⁹.

⁹ A questão da bipolaridade mundial já era apontada com clareza por W. Churchill. Em suas famosas "Memórias da segunda Guerra Mundial", após relembrar uma conferência (1946) feita no Missouri, na presença de H. Truman, Churchill descreve que, de Stettin, no báltico, até Trieste, no Adriático, "uma cortina de ferro" desceu sobre o continente. Por trás dessa linha, ficavam todas as capitais das antigas nações da Europa Central e Oriental: "Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia, todas essas famosas cidades e as populações que as cercam acham-se no que devo denominar de esfera de influência soviética, e todas estão sujeitas, de um modo ou de outro, não apenas à influência soviética, mas a um altíssimo grau e, em muitos casos, crescente controle por parte de Moscou" (ver: Editora Nova Fronteira, 1995, p. 1123). Apesar da importância do pioneiro enfoque, tudo isso (e muito mais) é deveras sabido. Mas este sentido estratégico global da resultante do pós-segunda Guerra, na anterioridade da criação dos inúmeros "aparelhos" para o exercício de hegemonia, pelos EUA, tem a seguinte interpretação de Kissinger: "Por mais inevitável que fosse, a Guerra terminou com um vácuo geopolítico...O mundo encontrava-se agora dividido em campos ideológicos". Numa outra ponta, comemorando a vitória dos objetivos permanentes da estratégia imperialista, H. Kissinger, referindo-se ao desenvolvimento e a desmontagem do mundo bipolar, afirma que, "No final, a geopolítica não podia ser negada... E a União Soviética embarcou em 45 anos de tensão e superextensão estratégica que conduziram ao seu colapso final (ver: "Diplomacia", Editora Francisco Alves, 1997, p.p. 498-99). Retrospectivamente, todavia ocorreria que, no plano geopolítico e militar, desde 1948 os EUA tinham perdido o monopólio do poder da fabricação atômica bélica - para a URSS. Especialmente com o avanço (posterior) das técnicas dos foguetes, sua inviolabilidade territorial e a invulnerabilidade, bem como as de sua área satélite na Europa Ocidental, configurou-se uma situação de relativo equilíbrio militar para possível confrontação, não obstante o maior poderio norte-americano. É o que analisara Celso Furtado, em cuja síntese, "a hegemonia americana tendeu a perder substância no plano político como consequência da evolução da tecnologia militar". Simultaneamente, entre 1952-1972, as taxas relativamente fracas de crescimento econômico dos EUA, contrastavam com aquelas "significativamente mais altas" da Europa Ocidental, da União Soviética e do Japão", afirma Furtado - aliás dos poucos economistas a logo identificar o duplo posicionamento da URSS (ver: "A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina", 1973). Recentemente, Paul Kennedy ("Ascensão e queda das grandes potências", especialmente cap. 7) considerava que a nova dinâmica do poder mundial, desdobrada na Guerra Fria, continuou a "afetar a conduta das relações internacionais" de 1945 a 1988. Nesse sentido, a) a intensificação da divisão em dois blocos na Europa; b) a constante escalada lateral da Guerra fria, passando da Europa para o resto do mundo; c) a corrida armamentista, sempre crescente, entre os dois blocos e a criação de alianças militares, emolduraram as três características principais de todo o longo período de tensão. Entretanto, na análise de Kennedy, no ano da explicitação da crise capitalista (1973), as "duas superpotências" enfrentavam o avanço multipolar, no terreno econômico; e a liderança norte-americana (Nixon/Kissinger) apontava então, além dos EUA, a URSS, a China, o Japão e a Europa Ocidental, como sendo os pólos da configuração do poder mundial, afirma Kennedy. Com efeito, L. Fernandes em "URSS - ascensão e queda. A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista" (1991) - livro que se sustenta em farta evidências empíricas - poderíamos localizar três momentos significativos da URSS e do "campo socialista", como co-integrantes do processo instaurador da "inflexão" imperial estadunidense. Um primeiro momento, caracterizado por Stálin (1953),

Por tais razões - além das respostas nacionais dadas pelo movimento da concorrência intercapitalista, dos instrumentos institucionais de exercício de hegemonia, da criação de um novo padrão monetário internacional -, pensamos consistir em cegueira, querer separar a *inflexão* (ou crise da hegemonia norte-americana), do contexto mundial da bipolaridade.

A isso dizendo respeito, em estudo recente, Aloísio Teixeira (em título altamente elucidativo: "Estados Unidos: a 'curta marcha' para a hegemonia") recorda, uma vez mais, que a divisão do mundo em dois blocos e a Guerra Fria "passaram a ser os parâmetros determinantes da política americana". Num segundo plano, os instrumentos de institucionalidade, um poderio assentado sobre a força da grande empresa monopolista norte-americana, fundada no caráter "intrinsecamente financeiro da associação capitalista que lhe deu origem".

Como afirma, no final dos anos 60, explicitava-se a crise, ou enfraquecimento progressivo de sua hegemonia, seja no plano comercial, no fiscal e mesmo no militar. Para "restaurar sua hegemonia" os EUA, nos fins dos anos 70, não apenas mudaram sua política econômica,

apontando um quadro mundial cujo resultado econômico, na "existência de dois campos foi a desagregação do mercado mundial único, englobando todos os países", geradores de dois mercados mundiais em oposição - o Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON), aos países do Leste europeu, data de 1949. Um segundo, exemplificada na simultânea "resposta", comandada pelos EUA - e já no compasso da Guerra Fria -, criando, sob a égide da OTAN, o Comitê Coordenador para o Controle das Exportações Multilaterais, organismo para "conter e reduzir o comércio dos países capitalistas centrais com a URSS"; o cerco econômico capitalista, relacionava-se, também, com o distintivo fato de que a URSS encabeçava "uma comunidade de estados socialistas, abarcando um terço da população do globo e mais de um quinto do seu território" - lembra Fernandes. Em terceiro, nos anos Krushchov (1954-64) - período considerado de revisionismo teórico-político -, que para além da série de reformas voltadas para a liquidação dos instrumentos de comando do planejamento centralizado, dirigiu-se para : a) uma nova política externa com países capitalistas dependentes; b) abertura para financiamentos ocidentais; c) política creditícia aos países capitalistas dependentes; d) mudanças - no sentido do maior controle econômico - no COMECON; e) forte incremento do comércio externo, também por medidas de redução do cerco econômico imperialista (1954 e 1958); ver os excelentes caps. VIII e XIX do estudo de Fernandes; para uma visão articulada sobre a crise norte-americana e a política soviética de endividamento, a corrida armamentista e de tendência à estagnação econômica, veja-se o capítulo X; Ed. Anita Garibaldi, 1991.

revalorizando o dólar, mas adotaram no plano estratégico militar, programas armamentistas de alto conteúdo tecnológico: "que contribuiu pra desgastar a capacidade financeira da União Soviética, levando-a ao destino terminal " ¹⁰.

De fato, no enfoque economicista, a discussão sobre o progressivo enfraquecimento dos EUA, a partir dos meados dos anos 60, ao marco da elevação violenta da taxa de juros (1979), termina por remeter às "respostas nacionais" dadas particularmente pelo Japão e a Alemanha: poderosa reação concorrencial intercapitalista na "era de ouro" sob comando norte-americano. Uma espécie de véu ideológico obscurece o fenômeno sócio-político-militar mais importante do século XX, contribuindo para análises reducionistas a propósito das perspectivas da inusitada assimetria pró-imperialismo estadunidense, nos dias que correm. Ou das possibilidades dos EUA, única superpotência desde o colapso do "socialismo real" de países leste europeu (1989), e a desintegração da URSS (1991).

II-2 O movimento de difusão do padrão de industrialização norte-americano e seu declínio

Entre 1900-1950, a produção industrial dos países avançados cresceu a um taxa média de 2,8%. Já no período 1950-1975, este foi de 6,1%. Na rápida expansão, além das transformações internas do setor industrial, há um empuxe e modificação do resto das atividades produtivas, processando-se : a) absorção de mão de obra do setor agrícola, repassando-se à agricultura, insumos e equipamentos para sua modernização; b) geração de atividades de serviços para a produção, comercialização e financiamento dos bens industriais, o que retroalimenta a expansão industrial; c) urbanização e modificação da infra-estrutura de transportes e comunicação, o que exerce influência direta e indireta sobre a expansão do setor público.

A expansão industrial teve dois grandes complexos que a lideraram firmemente: o metal-mecânico - incorporador de bens de capital, duráveis domésticos de consumo e automóveis - e a química. De 1955 a 1977, a indústria metal-mecânica eleva sua participação mundial de 34% a 43% e a química de 10% para 14%, enquanto que a de bens não duráveis passa de 30% para 22%; no Japão a de bens não duráveis cai de 35% para 19%, e a metal-mecânica passa de 18% para 36%. Assim, entre 1940-1970 o incremento do emprego no setor de máquinas - incluindo o setor

¹⁰ "Estados Unidos : a 'curta marcha' para a hegemonia "; in : Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Petrópolis , Editora Vozes, 1999.

automotivo, de eletrodomésticos e de bens de capital - foi de uma magnitude superior ao incremento total de serviços de produção e da mesma ordem ao do setor educacional. O deslocamento do consumo de bens não duráveis para o de duráveis (avançado nos EUA, mas que se difundiu ao resto dos países avançados e semi-industrializados). O emprego no setor manufatureiro se expande na primeira década dos anos 50 e parte dos 60, com variações destas tendências nos países capitalistas desenvolvidos (Japão e Alemanha, distintos de EUA e Reino Unido) ¹¹.

Uma das explicações para a redução do ritmo de crescimento econômico no capitalismo central - a partir do final da década de 60 -, destaca o início do esgotamento do padrão industrial até então vigente. Na mesma medida em que vários fatores contribuíram para a expansão registrada, foram variadas as causas para o começo do declínio.

Vinculado à reversão, uma "saturação" do movimento de difusão dos bens duráveis impactara o efeito acelerador que produzira os investimentos nos setores de bens de capital. Segundo Aloisio Teixeira, o "círculo virtuoso cumulativo", identificado por N. Kaldor e F. Fajnzylber, - articulador de crescimento e progresso técnico - teria se desfeito, provocando conseqüentemente diminuição no incremento das taxas de produtividade. Portanto, o menor ritmo do crescimento e a desaceleração da produtividade induziram ao aumento da capacidade ociosa, desestimulando os processos impulsionadores da inovação técnica e consolidando a tendência ao declínio. O encadeamento atingiu também o comércio internacional, levando a vários países utilizarem políticas protecionistas - redutoras dos efeitos de demanda externa sobre o crescimento (TEIXEIRA, idem, 1983).

Mas não se compreende, dizíamos, uma das principais razões do declínio da "era de ouro", sem que se acentue, ter, o estilo de crescimento da economia norte-americana, reforçado especialmente as estratégias de expansão do Japão e da Alemanha - leia-se : concorrência intercapitalista. Particularmente estes dois países apostaram em dinamizar seus setores de bens de capital, bem como se utilizaram amplamente do esforço exportador na ocupação dos espaços, pouco a pouco deixados pelo "engessamento" da indústria dos EUA. O que confluía

¹¹ Baseio-me no estudo clássico de Fernando Fajnzylber, "La Industrialización trunca de América Latina", Nueva Imagen, 1983 [1979]; e também em "Mudança estrutural e tendências dos sistemas industriais nas economias avançadas", cap. II de "O movimento da industrialização nas economias avançadas no pós-guerra", mimeo., 1983, de Aloisio Teixeira.

à "sincronização do auge cíclico", interpretavam L. Coutinho e L. Belluzzo¹².

Assim, a nova onda de internacionalização do grande capital e a abertura econômica "consentida" pelos EUA, levaram a ampliação dos déficits em seu balanço de pagamentos; a seguir ao desequilíbrio na balança comercial, pois financiando exportações européia e japonesa; junto à criação do mercado de eurodólares, enfim fatal para o comando financeiro norte-americano. A generalização do sobreinvestimento (sobreacumulação), por sua vez, estava ambientada, em 1968, pela erosão do sistema monetário internacional, por um lado marcado pelo rombo estrutural no balanço de pagamentos norte-americano (agravado pelo enorme aumento das despesas militares da Guerra do Vietnã) e, por outro, por movimentos de exportação de capitais.

Segundo a OCDE, entre 1960-73, as taxas médias de crescimento anual dos EUA, Japão e Alemanha, foram, respectivamente de 3,9%, 10,5% e 4,9%; de 1974 a 1978, encolheram para 2,2%, 3,7% e 1,7%, na mesma ordem. Eis que a quadruplicação dos preços do petróleo (1973) foi tão-somente a fagulha do curto-circuito que apagou as luzes da festança; houve intensa especulação nos preços de commodities e matérias-primas, alta inflação, falências e concordatas de grandes corporações e o ressurgimento do desemprego massivo.

Aprofundando as interpretações sobre as particularidades da "estagflação", os norte-americanos Harry Magdoff e Paul Sweezy¹³, também remetem a análise para as origens e do caráter do padrão de industrialização do pós-guerra; assim como do significado da relação preços/lucros/salários na crise capitalista que se gesta já nos fins dos 60, a partir dos EUA.

Segundo afirmam, nas várias e discretas recessões do período pós-2ª Guerra Mundial (1948-49, 1953-54, 1957-58), os preços, como um todo, aumentaram ou diminuíram moderadamente, permanecendo bastante estáveis - diferindo de depressões e recessões anteriores, normalmente implicantes em acentuada queda nos preços. Fundamentalmente assentada na dinâmica do capitalismo monopolista, a

¹² "Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-74", in: "Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise", v. I, p.p 11-12, UNICAMP.IE, 1998, 4ª edição.

¹³ Ver : Magdoff, H. & Sweezy, P., "Inflação sem fim ?"; in : "A crise do capitalismo americano", p.p 112-121, Rio de Janeiro, Zahar, 1982 [1979].

tendência ascendente dos preços no século XX, contrastou com a flutuação característica do século XIX. A longa expansão econômica do pós-guerra revelou um curso de ascensão dos preços, até a década de 60.

Enquanto nos quinze anos transcorridos entre 1952 a 1967, os preços subiram a uma taxa média anual de 2% - pouco mais, pouco menos, em uns ou outros anos -, com o início da Guerra do Vietnã, aparece o primeiro sinal de aceleração, passando a taxa média anual (1965 e 1966) a subir 50% mais do que os quinze anos referidos (3,1% contra 2%). O aumento de preços toma impulso ainda maior em 1967, tendo sido maior do que o do período 1952-67.

Haveria três importantes fatores inter-relacionados que explicariam a aceleração espiralada dos preços : 1) as pressões exercidas na economia norte-americana pela prolongada e exaustiva guerra do Vietnã; 2) cresceu-se o colapso do Sistema de Bretton-Woods, seguido por duas desvalorizações do dólar desde 1971, que junto a outros fatores, elevaram os preços das matérias-primas importadas e outros bens componentes da estrutura de preços internos; 3) o declínio do padrão industrial (*"as forças que alimentaram o prolongado período de prosperidade"*) no final dos anos 60, abriu caminho para "uma nova fase de estagnação" (MAGDOFF & SWEEZY, *idem*, [1979])¹⁴.

Os EUA reagem como o estímulo a uma grande explosão do débito, que, de momento, serve para intensificar a demanda de bens e serviços. Ocorre que a expansão constante das dívidas exigia a repetição deste mecanismo, permitindo que empresas e consumidores cumprissem compromissos coma as dívidas já assumidas, para evitar ainda o colapso potencial de todo o sistema de crédito hiperinflado (ver Anexo II).

As informações registradas nos quadros 12.1 e 12.2 (Anexo II), levam às seguintes conclusões: a) o padrão encontrado de dois "picos" na escalada do crescimento da dívida, assemelha-se, nos períodos examinados, ao dos aumentos anuais dos preços: entre 1968-73 a dívida aumenta 104% a mais que o período anterior, sendo em 1974-79, de 45% o salto líquido da dívida; b) a aceleração dos aumentos de preços começou antes de 1974, quando vigoraram plenamente os novos preços

¹⁴ Noutro texto, "A crise do capitalismo americano", Magdoff & Sweezy definem claramente seus entendimentos sobre o significado da crise : "O resultado lógico foi que o declínio cíclico de 1974-1975 foi muito mais acentuado do que qualquer um de seus antecessores no pós-guerra, e também muito mais uniforme e concentrado em seu impacto sobre o sistema capitalista global" (op. cit., p. 162, [1980]).

do barril de petróleo da OPEP: entre 1967 e 1973, o aumento anual médio dos preços foi duas vezes e meia os dos quinze anos anteriores.

Em relação aos salários, que nos dados descritos estão ajustados às variações do custo de vida, os salários reais aparecem com um aumento anual de menos de 2%, entre 1952 e 1967 (EUA); os ganhos dos trabalhadores encontravam-se à frente dos aumentos de preços - mas não muito -, diante de uma inflação relativamente suave. Ganhos estes que diminuíram em torno de 1,2% ao ano, exatamente no período de mais rápida aceleração dos preços: entre 1973 e 1979 baixaram os salários reais, tendo estes sofrido queda mais acentuada entre 1973-75; notando-se que mesmo numa recuperação posterior, desde 1973 os salários brutos reais não voltaram ao "pico" de antes. Ou seja, os salários semanais brutos reais estavam, em 1979, quase 7% abaixo do "pico" de 1973, e os salários disponíveis quase 5% abaixo; os salários semanais brutos encontravam-se, na primeira metade de 1979, abaixo mesmo do que os dos níveis de 1968 - o que não significa dizer que a demanda de consumo como um todo estivesse em queda (consumo de profissionais autônomos, de capitalistas, maior ingresso da mulher no mercado de trabalho e maior uso do crédito ao consumidor), analisam Magdoff & Sweezy (idem, [1979]).

Mas pensam diversamente, vários autores da "Escola da Regulação", então situada no campo da análise marxista ¹⁵. O núcleo teórico dessa escola, que busca explicar origens e desdobramentos obtidos pelo crescimento econômico das economias capitalistas centrais - o padrão fordista - no pós-2ª Guerra Mundial, articula duas grandes idéias gerais : 1) existência de um *modelo de desenvolvimento* cujo regime de acumulação intensivo, baseado na relação salarial, na produção de mercadorias em larga escala e no consumo de massas; 2) um modo de regulação monopolista. Esta "interligação" sustenta e orienta o processo de acumulação do capital, a partir de um conjunto de práticas e

¹⁵ A "Escola da Regulação", francesa, tem como marco o divulgado trabalho de Michel Aglietta, "Regulación y crisis del capitalismo" (1986 [1979]). De suas concepções básicas acerca da existência de um "padrão fordista desenvolvimento", compartilham, similarmente, R Boyer, A.Lipietz, e B. Coriat, de maneira destacada. Para uma análise crítica sobre o significado do fordismo na visão desta corrente, ver especialmente o conhecido estudo de H. Braverman "Trabalho e capital monopolista" (1981); "Marx, Taylor, Ford - as forças produtivas em discussão", de Benedito R. de M. Neto (1991); também "Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel", de Thomas Gounet (1999); e ainda "Crise do fordismo ou crise da social-democracia ?", de Simon Clarke (1991). Para uma abordagem ampla e expositiva, veja-se "A relação salarial fordista", de Walter A. Pichler (1988). Um enfoque crítico "radical" pode ser encontrado em "Da grande noite à alternativa - o movimento operário europeu em crise", capítulos II e III, I parte, de Alain Bihir (1998).

instituições sociais, sendo crucial o papel da negociação coletiva, notadamente nos EUA, objeto principal da análise de Aglietta.

No argumento conclusivo de M. Aglietta, o "*descenso absoluto do salário real*" ocorrido na segunda metade da década de 60, expressaria o "*princípio da crise orgânica do fordismo*", pondo em questão aquela histórica "norma social de consumo" – fenômenos resultantes dum período de predomínio da extração de mais-valia relativa (AGLIETTA, 1986, p.p. 131-135;167-70).

Trata-se de uma simplificação. J. Mattoso, descrevendo ter havido, na Europa, crescimento anual médio dos salários reais "ainda mais intenso" que nos EUA (1960-73), também considera que a crise, estrutural, resultou do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com enfraquecimento do progresso técnico, maior saturação de mercados internacionalizados, sobreinvestimento generalizado, crescente financeirização da riqueza, e o enfraquecimento da hegemonia norte-americana; o novo padrão industrial que emerge da Terceira Revolução Industrial, em curso, "entra em choque com as próprias bases materiais que deram sustento à relação salarial e às demais formas constitutivas do mundo do trabalho anteriores" (MATTOSO, 1995, p.p. 39, 52 e 77).

Ainda para C. Dedecca, a) sempre houve, exatamente nos EUA, tradição de minoritariedade das negociações coletivas, bem como ali domina a relação não-sindicalizada entre empresa/trabalhadores; b) onde Aglietta, por exemplo, enxergara na queda nos salários reais, no final dos 60, "o princípio da crise orgânica do fordismo" – o que terminou levando, por outras vias, às teses do enrijecimento do custo do trabalho -, Dedecca localiza na financeirização do capital industrial, na crescente instabilidade econômica, nas estratégias de valorização do capital e na racionalização produtiva, etc., a convergência objetivada em maior flexibilidade de capital e trabalho, para a redução máxima de custos (DEDECCA, 1999 , p.p. 22-23).

Ora, na medida em que se assentam numa construção teórica de um "modelo de desenvolvimento", essas concepções regulacionistas eludem a compreensão mais rigorosa do próprio significado do "padrão fordista". O que se pode notar nos questionamentos (não idênticos) resumidos a seguir (ver Anexo III).

Integrando outra variante da corrente de pensamento marxista, Ernest Mandel também afirma a emergência da crise dos anos 70 como oriunda de uma crise "clássica de superprodução". Onde uma recessão generalizada teria sido a conclusão de uma fase típica da queda da taxa

média de lucros, bastante anterior à subida dos preços do petróleo. Entretanto, Mandel destacava, de um lado, a singularidade daquela crise¹⁶. Assim, a recessão generalizada seria uma síntese do esgotamento de uma onda expansiva, iniciada em 1940 nos EUA, na Europa ocidental e no Japão em 1948, que durara "até o final dos anos 60".

De outro lado, a crise dos anos 1974-75, em seu sentido mais amplo, configuraria uma "crise social do conjunto da sociedade burguesa, das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas" (MANDEL, *idem*, p. 13).

Mas crise da "formação social capitalista", tanto dos países industrializados, como do terceiro mundo, de acordo com L. Dowbor. Clara em seus "fundamentos estruturais", a crise dos anos 70, resultaria do desenvolvimento desigual sistêmico, cujo traço essencial se encontraria na polarização da riqueza e da pobreza, em nível mundial, particularmente entre o Norte e o Sul, e internamente nos países subdesenvolvidos - mecanismos das "trocas desiguais", controladas pelo Norte. Nas raízes da crise, "naturalmente", residiriam o sistema de profunda injustiça de distribuição de renda, pertinente ao capitalismo; onde, nacional e internacionalmente, engendra o "mesmo processo de acumulação capitalista". Embora os mecanismos da reprodução do capital teriam, então, ultrapassado "o período do imperialismo clássico", na nova divisão internacional do trabalho¹⁷.

Porque a crise dos anos 70 ("a segunda crise") teria dado nova atualidade às conclusões essenciais da teoria de Lênin sobre o imperialismo, sendo essencial não confundir o "expansionismo geral do capitalismo", com o estágio contemporâneo do imperialismo, assevera Samir Amin (em interpretação anterior e muito semelhante)¹⁸. Segundo

¹⁶ "Na história do capitalismo, cada crise de superprodução combina traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam do momento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção. A recessão econômica generalizada de 1973/74 não escapa a essa regra" ("A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista", p.p. 23 e 29, 1990 [1975-85]).

¹⁷ Ver : "Introdução teórica à crise - salários e lucros na divisão internacional do trabalho", L. Dowbor, p.p. 7-8, 10, 14, 17, 33, Brasiliense, 1981.

¹⁸ Em : "O imperialismo e desenvolvimento desigual", p.p. 113-114, Ulmeiro, 1977. Um renomado defensor da "teoria" do desenvolvimento desigual ("a teoria dos valores internacionais e da troca desigual", p. 115), diz adiante Amin que "a crise atual é pois uma crise do imperialismo, e não do capitalismo em geral" (p. 128). No seu conhecido "A crise do imperialismo" ("Introdução", Graal, 1974), já tinha argüido por uma "crise estrutural do capitalismo contemporâneo", do imperialismo.

pensa, teria ocorrido duas fases de expansão imperialista: a) de implantação, entre 1880-1914; b) e a do pós-guerra, entre 1945-70. Coincidentemente, existiram duas grandes fases de crise: a de 1914-45, e a fase do pós-70 (idem, 1977, p. 125).

Vai noutra direção interpretativa, sobre a crise dos 70 e a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou Centro e Periferia), a vasta obra de Celso Furtado.

Em sua linha sistemática de pensamento, duas questões centrais aparecem para explicar as mudanças registradas, do pós-guerra aos anos 80: 1) houve alterações nas estruturas de poder econômico e político, com a dominância do papel da grande empresa transnacionalizada, a partir dos EUA; 2) a integração dos mercados nacionais do capitalismo central que ocorrera, ampliou a reprodução do subdesenvolvimento periférico. Assim:

a) no começo dos anos 60, já “parecia cada vez mais afastado da realidade”, a idéia de que o núcleo da economia mundial (a relação entre o protagonismo dos EUA e a periferia de distintos países) irradiaria progresso técnico. Desde meados dos anos 50, “o dado significativo mais geral” da dinâmica do capitalismo, foi a taxa relativamente fraca do crescimento da economia norte-americana; o que apontaria tendências de “duração seguramente significativa”. No plano internacional, Furtado afirmara existir a “coexistência de vários centros dinâmicos” (EUA, Europa Ocidental, URSS, China e Japão) ¹⁹.

b) No começo dos anos 70, o “traço mais característico” da evolução daquela fase do capitalismo, era o controle das grandes empresas transnacionalizadas, sobre grande parte das transações internacionais e os investimentos diretos estrangeiros, o controle das inovações tecnológicas, estabelecendo uma outra relação de poder com os Estados nacionais; que operavam de modo a escapar à ação isolada de qualquer governo, eram mantenedoras da liquidez fora do controle dos bancos centrais, com fácil acesso ao mercado financeiro internacional ²⁰.

c) Daí também porque, “no último quarto de século”, à homogeneização e integração do centro, correspondeu a um

¹⁹ Cf. “A hegemonia dos EUA e o subdesenvolvimento da América Latina”, p. 64, 68 e 78, Civilização Brasileira, 1973.

²⁰ Cf. “O mito do desenvolvimento econômico”, p.p 34-35, Paz e Terra, 1974, 4ª edição.

distanciamento crescente entre o centro e a periferia ²¹, cristalizando ainda uma minoria privilegiada e as grandes massas da população, dentro da periferia subdesenvolvida. O que o levou à conclusão de que "o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar de forma de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável", se compreendido isto "no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema"; "nunca serão desenvolvidos" (1974, *idem*, p.p. 46 e 75).

d) Em 1983 ²², afirmara Furtado que "o essencial" na evolução do capitalismo central, traduzia-se na mudança estrutural da economia internacional, advindo desajuste estrutural global, entre 1945-73; onde desde os fins dos anos 60, emergiu uma crise financeira internacional ou da finança bancária privada, expandida "fora de qualquer disciplina e controle". Onde se destacava o papel dos EUA com suas grandes empresas internacionalizadas e o dólar como moeda-reserva; ao tempo em que se verificava um endividamento externo "descomunal" dos países do Terceiro Mundo. No entanto, *não* se tratava de "uma crise no conceito que lhe emprestam os economistas", mas de uma complexa transição estrutural com reacomodação nas relações entre os centros de poder, tanto de natureza econômica como política (1992, *idem*, p. 17).

II-3 A desestruturação do Sistema Bretton-Woods e a metamorfose do dólar

Entre as estruturas de hegemonia montadas a partir de 1944 (FMI, BID, e depois o GATT), sob direção expressa dos EUA, a nova arquitetura do sistema financeiro internacional instituía, em seus fundamentos monetários: a) regime cambial relativamente fixo; b) o dólar como unidade contábil e ao mesmo tempo padrão monetário; c) uma paridade-ouro fixada em U\$S 35 a onça. Este padrão - que buscava conciliar uma "regulação" monetária internacional com políticas monetárias nacionais -,

²¹ Ou, em outra maneira resumida de enfocar as tendências de mais longo prazo (1945-75), subjacentes ao período de "expansão e prosperidade sem precedentes para o sistema capitalista global", apareciam : 1. Superinvestimento; 2. Acumulação de dívidas; 3. Enfraquecimento do sistema monetário; 4. Crescentes desigualdades entre o centro e a periferia. (MAGDOFF & SWEEZY, "A nova desordem global" (1982 [1979], p. 99).

²² Cf. "Brasil : a construção interrompida", p.p.15-16, Paz e Terra, 1992.

começa a ser confrontado já no começo da década de 60, particularmente pelos efeitos da reabertura do mercado de ouro em Londres, ainda em 1954 (BRUNHOFF, S) ²³.

Assunto complexo e controverso, a dinâmica sistêmica monetária e financeira, em fins dos anos 60 e começo dos 70 – o declínio do “consenso keynesiano” – registram os seguintes fenômenos mais importantes : a) elevação do patamar inflacionário; b) o surgimento do euromercado (ou mercado de eurodólares) e de praças *off-shore*, estimulados pelo “excesso” de dólares produzidos pelo crescente déficit no balanço de pagamentos dos EUA – seguindo-se a “reciclagem” dos petrodólares; c) a substituição das taxas fixas de câmbio por um regime de taxas flutuantes (1973). Os mecanismos de sustentação do longo período de crescimento das duas primeiras décadas do pós-2ª Guerra (marcado por taxas elevadas de crescimento do investimento privado, do gasto público, da produtividade e dos salários reais), terminaram minados pelo acirramento da concorrência intercapitalista e, quase em simultâneo pelo agravamento do conflito distributivo ²⁴.

Problema este decisivo no deflagrar do novo funcionamento sistêmico do capitalismo, isso significa dizer que reconstrução européia (revitalizadora de sistemas industriais na Alemanha, França e Itália, principalmente) e japonesa, de uma ou de outra forma, beneficiaram-se da condição norte-americana de “reguladora” da demanda e liquidez globais, porém praticando políticas de forte estímulo à acumulação interna e de estratégias mercantilista de comércio exterior. Desde meados dos anos 60, a persistência dos EUA em conjugar seu referido papel “global” com avanço do Estado social/industrial-militar – quando já se contestava sua supremacia industrial por novos países e novos concorrentes-, determinaram, já àquela época, sinais de desequilíbrio fiscal e deterioração na balança comercial ²⁵.

²³ Ver da autora, “A instabilidade financeira internacional”, In: “A Mundialização financeira”, Chesnais, F., (coord.), Xamã, 1998, p.p.48-49. Como tinham afirmado Magdoff & Sweezy, “o dólar foi estabelecido como a unidade de moeda universal”, em Bretton-Woods, acordos criados para “facilitar o funcionamento do sistema global”; onde “Tudo isso preparou o caminho para o enorme crescimento do comércio e dos movimentos de capital” (op. cit., p. 161 [1980]) .

²⁴ Ver : “Dinheiro e a transfiguração da riqueza”, de L. Belluzzo; In: “Poder e dinheiro – uma economia política da globalização”, p.p. 171-75, Tavares, M. & Fiori, J. (org.), Vozes, 1997.

²⁵ De conjunto, em 1969, a balança comercial das economias capitalistas desenvolvidas apresentaram um superávit de US\$ 1,270 bilhão ; ao passo que, em 1977, aparece um rombo de US\$ 27,087 bilhão. No entanto, no setor de bens de capital, o superávit de

Ou ainda: entre 1945-73, grosso modo, no período atípico do capitalismo central, essencialmente,

"A lógica do controle dos capitais prevaleceu nos anos 50/60, e por isso as economias puderam crescer de maneira mais ou menos equilibrada. Falava-se em milagre alemão, japonês, italiano... e tudo isso estava montado sobre essa arquitetura do chamado capitalismo domesticado, quer dizer, do capitalismo controlado" (BELLUZZO, L., 2002 -a).

De 1971 a 1974, os EUA foram forçados a duas pesadas desvalorizações do dólar. O padrão ouro-dólar, assim como as bases do funcionamento do sistema de Bretton-Woods foram desmontadas, unilateralmente, pelos EUA (1971).

E por que as tentativas, durante 25 anos após Bretton-Woods, de reconstrução de um sistema de taxas câmbio fixas mas ajustáveis, "fracassaram repetidas vezes"? A raiz do fracasso - assevera Barry Eichengreen - esteve "na inelutável escalada mobilidade do capital internacional, que fragilizou as âncoras cambiais e dificultou os ajustes periódicos" ²⁶.

O que nos leva a acompanhar os passo mais importantes dessa evolução.

US\$ 16, 810 bilhões (1969), salta para US\$ 77, 271 bilhões. Chamando aqui atenção, o fato de o Japão não ter apresentado déficit comercial nos anos considerados - quase duplicando o valor das exportações líquidas de bens de capital entre 1969-1976 -, enquanto os EUA regridem de um superávit de US\$ 1,230 bilhões, para um déficit de US\$ 41 milhões neste setor essencial, nos anos referidos. Por outro lado, o período de crescimento anterior tinha provocado um explosivo processo de endividamento de famílias (bens de consumo duráveis), governos e empresas. No caso dos Estados Unidos, a dívida total, que era de US\$ 500 milhões em 1946, logo ultrapassa US\$ 1bilhão (1965) e chega a 4 vezes mais em 1978. No caso das empresas, a relação existente entre oferta/demanda e progresso técnico explicaria (nos fins dos 60) uma diminuição da taxa de rentabilidade no setor industrial; o que as levou a fontes externas de financiamento (Teixeira, 1983)

²⁶ Ver : "A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional", p. 247, editora 34, 2000. Pois já nos anos 50, tornara-se viciada as tentativas de abrandamentos, vez que a conversibilidade nas contas correntes, a expansão do euromercado ale de outras inovações financeiras "tornavam cada vez mais difícil aplicar controles de capital"; ao logo da década de 60, "o conflito se aguçou" (p. 181). Como bem diz Eichengreen, durante os anos de Bretton-Woods, "os controles de capital tinham assegurado alguma imunidade em face de pressões nos balanços de pagamentos aos governos que sentiam necessidade de orientar a política monetária para outros alvos" (p. 183).

De fato, em 1973, esgotara-se o ciclo de expansão econômica no centro do capitalismo, essencialmente patrocinado pelos interesses geopolíticos e econômicos dos EUA. A partir de 1974, há uma "crise global de superacumulação industrial". Atingindo primeiramente os EUA e o Japão, a desaceleração atravessa a Europa no final de 1975 e início de 1976. Uma expansão moderada, com inflação, fazem os EUA respirar (1977-78), enquanto países do núcleo mais industrializado vêem suas economias soluçar. Esse assimétrico movimento implica, assim, num rombo nas transações correntes do balanço de pagamentos norte-americano e numa nova onda de especulação contra o dólar ²⁷.

Numa perspicaz apreensão teórica, Coutinho assinalara que a "circulação financeira globalizou-se", ganhara autonomia, generalizando-se de maneira "descolada" em escala mundial. Também porque desmontada a regulação financeira de Bretton-Woods, ineficiência e complexidade passaram a obstaculizar políticas monetárias nacionais; amplificando-se a volatilidade cambial e a especulação, vez que as taxas de câmbio passaram a ser flutuantes, desde 1973.

Examinando os processos de transmutação do papel da moeda (e do dólar) - também inspirado em Marx ²⁸ -, L. Belluzzo tem chamado a atenção de dois aspectos muito importantes para a explicação da relação juros/moeda/ "financeirização" na composição da riqueza do capitalismo dos nossos dias.

De uma parte porque a taxa de juros, "critério geral de avaliação da riqueza", estabelece a expectativa de variação dos preços dos ativos financeiros, exercendo assim um papel muito relevante na definição de empresas e bancos; configura-se a tendência à "financeirização" - interpretação pioneira de José Carlos Braga, diz Belluzzo - e ao rentismo da economia capitalista. Ou seja, corporações com distintas funções anteriores essenciais, passaram a ampliar expressivamente a posse daqueles ativos, não apenas como reserva: o processo de "acumulação"

²⁷ Cf. Luciano Coutinho, em "Percalços e problemas da economia mundial capitalista. Estado, estagflação e riscos financeiros", escrito em abril de 1979; in : "Desenvolvimento capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise", v. 1, UNICAMP/IE, 1998.

²⁸ "No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma D-D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos" (Marx, "O Capital", Livro 3, V. 5, Ed. Civilização Brasileira, p. 450. Diz adiante Marx que, "Em D-D' temos a forma vazia do capital, a perversão...; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção - a mistificação do capital na forma mais contundente" (Idem, p. 452).

de ativos financeiros, predominantemente, “ganha status permanente na gestão da riqueza capitalista”. Numa outra dimensão, e na media em que as taxas de câmbio passaram a ser flutuantes, desde 1973, os próprios déficits (orçamentário e comercial) dos EUA dos anos 80, impulsionaram o processo da “globalização financeira”: na ampliação dos mercados da dívida pública, não só cresceu a participação dos títulos norte-americanos na formação dessa riqueza, dentro e fora dos EUA, como também porque os papéis desse governo “são ativos dotados de grande liquidez” ²⁹.

Sobre esse movimento – lembra Robert Guttman ³⁰ - há mais de um século, Marx diferenciava os dois tipos de capital financeiro : o portador de juros, e o por ele chamado de capital fictício. Para Marx, o capital fictício representava títulos negociáveis sobre compromissos de fluxo de caixa futuros (*securities*). Este possuía valor derivado unicamente da capitalização da renda antecipada e sem nenhuma contrapartida em capital produtivo. Mais ainda: identificava como fontes-chaves do capital fictício, as ações ordinárias negociadas na bolsa de valores, títulos públicos e a própria moeda creditícia. “Todos os três se tornaram muito mais importantes do que eram nos tempos de Marx”, mas ele tinha razão, afirma Guttman. Ademais, hoje, o papel fictício da moeda-crédito (capital portador de juros) é fortalecido por sua criação estar condicionada, freqüentemente, à aquisição de títulos da dívida pública pelo banco central – disponibilizando aos bancos comerciais excedente para empréstimos, afinal matéria-prima da moeda bancária privada (GUTTMANN, idem).

Acresce que o movimento especulativo contra fortes moedas conversíveis (mais freqüentes a partir de 1989) não se baseia simplesmente nas posições das reservas cambiais dos bancos centrais desses países capitalistas centrais. Porque: a) a partir da bancarrota das bases do sistema de Bretton-Woods, o sistema deixou de funcionar como um tradicional sistema de reservas; b) pois, o valor do dólar é fixado pela taxa de juros norte-americana, que referencia o sistema financeiro internacional pela capacidade dos EUA assegurarem sua dívida pública como o título de “segurança máxima”. Na verdade, o dólar, até agora, vem cumprindo três funções principais para o capital internacional: 1) é provedor de liquidez instantânea em qualquer mercado; 2) garante

²⁹ Ver : “Finança global e ciclos de expansão”, L. Belluzzo, 1999. Examinaremos mais detalhadamente o debate sobre a “financeirização” no capítulo I.

³⁰ O artigo de Guttman é “A transformação do capital financeiro”; in: Economia e Sociedade, dez. 1996.

segurança nas operações de risco; 3) tem papel como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura ³¹.

Sob outro (e mais abrangente ângulo), Maria da Conceição Tavares ³² considera que a diplomacia do dólar no plano geoeconômico e a diplomacia das armas no plano geopolítico marcaram o período que se seguiu às crises e instabilidades dos anos 70. Na virada dos anos 80, a globalização financeira "estritamente ligada à diplomacia do dólar", a emergência do Japão como potência tecnológica/financeira/comercial, a integração européia num bloco econômico, a transnacionalização econômica do espaço norte-americano (indutora da transnacionalização asiática) e a regressão industrial e desequilíbrio financeiro da periferia do capitalismo, caracterizaram o movimento geoeconômico. Por outro lado, do ponto de vista geopolítico, a desintegração da URSS – e a desmontagem da bipolaridade mundial – origina uma instabilidade estrutural no sistema de relações internacionais, estabelecendo uma hierarquia de centralização do poder político internacional nos EUA, apesar deste "não ter consolidado seu domínio" como *imperium* propriamente dito; o que limitara decisivamente a soberania e comprometera a capacidade de regulação econômica e da proteção social dos Estados nacionais.

Em seu estudo, ela aponta que, no período que vai de 1979 a 1985, os principais fatos relacionados com a diplomacia do dólar, seriam :

1) o choque de juros provocado pelo FED (Paul Volcker), em setembro de 1979, depois do segundo aumento dos preços do petróleo, combinando-se posteriormente a uma política monetária restritiva, que valorizam violentamente o dólar e provoca desvalorização sucessiva de todas as outras moedas;

2) os juros altos e políticas deflacionistas levam a uma recessão mundial e provocam queda nos preços das *commodities*, deteriorando as trocas comerciais dos países exportadores de matérias-primas;

3) a dívida externa do Terceiro Mundo dobra em poucos anos, há crises bancárias e cambiais nos três continentes. Sujeitos à elevada exposição, bancos norte-americanos são fortemente atingidos, vez que sindicavam as operações de empréstimos externos na City londrina;

4) entre 1981-84, a política de Reagan possibilita o ajuste e a recomposição patrimonial de bancos e fundos de pensão, com apoio do

³¹ Cf. Tavares, M. & Melin, L., "A reafirmação da hegemonia norte-americana", em "Pós-escrito 1997 : A reafirmação da hegemonia norte-americana", in : "Poder e dinheiro – uma economia política da globalização", (org.) Tavares, M. & Fiori, J., Vozes, 1997.

³² Cf. TAVARES & MELIN, op.cit., p.p. 55-61.

Tesouro. Multiplicam-se as inovações de instrumentos financeiros e expandem-se os derivativos como mecanismo de securitização dos passivos de médio e longo prazo no mercado financeiro norte-americano - o que se inicia no mercado dos EUA de títulos imobiliários englobando a seguir os mercados futuros de câmbio;

5) a dívida interna dos EUA, que passara a servir de lastro nos mercados monetário e financeiro de Wall Street, converte-se em dívida externa, na medida em que é "absorvida por poupadores estrangeiros, em particular nos porta-fólios dos bancos internacionais, a partir da forte valorização do dólar";

6) após a moratória mexicana (1982) e da crise de liquidez internacional latino-americana que se seguiu, ocorrem desvalorizações cambiais forçadas para a produção na região de superávits comerciais para pagamento parcial dos juros da dívida, "como condição de sobrevivência dos grandes bancos" dos EUA;

7) a recuperação norte-americana com a abertura comercial, serve como impulso econômico para a maioria dos países da OCDE, especialmente para a Ásia ³³;

8) as transações em dólar e iene que passam a ocorrer nas praças financeiras autônomas asiáticas, foram inicialmente apoiadas nos capitais de procedência chinesa e alimentadas pela expansão das *trading companies* japonesas.

Em vários pontos, há clara coincidência na periodização de François Chesnais (1966-79), com o que foi visto até agora : desagregação e liquidação do sistema de Bretton-Woods (1966-1971); passagem aos câmbios flexíveis (1973); início do crescimento dos mercados de câmbio; início do endividamento do Terceiro Mundo; surgimento de mercados derivados (futuros, e de opções) sobre as moedas e as taxas de juros ³⁴.

No interregno entre 1980-85, verificaram-se os seguintes episódios que expressariam a nova dinâmica financeira:

³³ Aqui, observamos que, imediatamente após a crise e recessão de 1980-83, nos principais países capitalistas, seguiu-se uma recuperação do crescimento econômico. No EUA, Japão e Alemanha (de 1984 a 1989), as taxas de variação real PNB/PIB, foram respectivamente de : 6,8%, 3,4%, 2,8%, 3,4%, 3,9%, 3,0% (EUA); 5,1%, 4,9%, 2,5%, 4,5%, 5,7%, 4,9% (Japão); 3,3%, 1,8%, 2,3%, 1,8%, 3,4%, 2,7% (Alemanha). (Dados da OCDE/NEEIT-UNICAMP, apresentados por M. Conceição Tavares, em "Ajuste e reestruturação nos países centrais : a modernização conservadora", p. 33, quadro IV., Paz e Terra, 1993). Segundo D. Plihon, as taxas de crescimento econômico, nos países do G-7, foram de 3,6% nos anos 1970-79, passando 2,8% entre 1980 e 1989.

³⁴ In: "A Mundialização financeira", F. Chesnais (coord.), Xamã, 1998, : 24 - Quadro I.

- a) Início do monetarismo nos EUA e Reino Unido.
- b) Liberalização dos movimentos de capitais.
- c) Securitização da dívida pública.
- d) Rápida expansão dos mercados bônus.
- d) Políticas monetárias de atração dos investidores estrangeiros.
- e) Arbitragem internacional sobre os mercados de bônus.
- f) Início da desintermediação da demanda privada de liquidez dos grupos industriais e das instituições financeiras.
- g) Crescimento muito rápido dos ativos dos fundos de pensão e dos mutual funds.
- h) Crescimento rápido dos derivativos.
- i) Expansão internacional das operações dos fundos de pensão e dos mutual funds.
- j) Junk bonds e recursos alavancando os mercados de títulos das propriedades de empresas em Nova York e Londres (CHESNAIS, idem).

Uma vendeta liberal conservadora.

1. Do que vimos até aqui, não é possível compreender o desenvolvimento da situação internacional sem que se considere a conformação de um sistema de Estados socialistas, existente a partir dos meados da década de 1950. Isto foi fator decisivo na alteração da correlação sócio-política de forças no plano mundial, evidentemente compreendendo a *redução* da esfera de dominação/influência do capitalismo: na metade dos anos 70, 1/3 da produção industrial mundial, bem como 32,1% da população do planeta³⁵, diziam respeito ao "campo socialista". O que, incidiu indiretamente nos fenômenos relativos à crise capitalista dos anos 70.

Dito de outro modo, mesmo o movimento-resposta de "unificação transnacional" da valorização do grande capital, impulsionado pela condução da hegemonia norte-americana no pós-guerra, teria levado a um "semi-estilhaçamento lento do sistema de poder capitalista" baseado no domínio dos EUA – incapacidade de ordenamento naquela crise do sistema. O que resultara da relação entre a "hegemonia americana e da repartição bipolar do mundo", de "importância como fator determinante deste movimento" (TEIXEIRA, 1983 : 137).

³⁵ Além de Fernandes (1991), do citado em Furtado (1973), ver também "El movimiento obrero internacional – el movimiento obrero de los países desarrollados después de la segunda guerra mundial (1945-1979)", Historia y Teoría, Tomo 6, p.p. 9-22, Progreso, 1987.

2. O desenvolvimento da crise capitalista dos anos 70 não foi apenas uma crise sistêmica peculiar. Tratou-se de um fenômeno singularíssimo, por engendrar uma “contra-revolução liberal conservadora”, que simplesmente nos trouxe de volta à livre movimentação de capitais do início do século, que fez detonar a Grande Depressão dos anos 30. Rasgou-se o manto de uma sociabilidade costurada à base de profunda intervenção dos Estados do capitalismo central (Welfare State), que parecia ter atenuado, domesticado as tendências imanentes do capitalismo. Como em metáfora disse J.M. Cardoso de Mello, agora “podemos falar de uma vingança do capitalismo” (CARDOSO DE MELLO, 1997:21-23).

Diferentemente do afirmado sobre a *não-crise* (“econômica”), acima, por Furtado, se nos principais países industrializados, notadamente entre 1950-60, a pobreza e a miséria pareciam ter sido superadas, os salários cresciam, era baixo o desemprego, os gastos sociais garantiam as necessidades de amplas massas, em meados dos 70, “a crise e a instabilidade voltaram a se manifestar, juntamente com o desemprego ganhando força as propostas de retorno ao livre funcionamento dos mercados” (BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A., 1998 :15).

Também a reprodução das estruturas econômicas e sociais do subdesenvolvimento, ou a reafirmação dos vínculos de aprofundamento dos ciclos de dependência da periferia capitalista ao centro, em grande medida acentuaram paradoxos emblemáticos. Por exemplo: olhando a trajetória da região socialmente mais desigual do país que atingiu o mais elevado estágio da industrialização na América Latina (Brasil), Celso Furtado afirmou que o Nordeste brasileiro obteve um crescimento bem maior que o resto do Brasil nesses 30 ou 40 anos. A renda per capita do nordestino - disse ele - era de 40% da média brasileira, naquela época, quando cheguei lá [anos 60, na SUDENE]; hoje em dia é 60%; “No entanto, o Nordeste cresceu economicamente, mas seu drama social continua igual ou até pior” (FURTADO, 1998 - a: 21 e 42). Claro, Furtado ali concentra sua crítica também na “reprodução” das políticas neoliberais, para ele de desarticulação das estruturas que tinham levado ao período do desenvolvimentismo.

3. Mas, além do que foi exposto, como que, a partir dos EUA se generalizaram, e em que sentido isso reintroduziu do centro do capitalismo, para fora, políticas liberais/monetaristas? Analisando a cadeia das implicações das políticas liberais, Dominique Plihon – em opiniões similares às de M.C. Tavares e F. Chesnais - afirma que nos períodos de 1970-79 e 1990-94, o ritmo da alta de preços ao consumidor, nos países do G-7, passou respectivamente de 10,7% ao ano, para 3,3%.

As políticas restritivas - ou o endurecimento das políticas monetárias - provocaram uma alta brutal nas taxas de juros nominais em todo o mundo. Verificando-se um efeito contrário às previsões da teoria ortodoxa, nos anos 80, as taxas de juros atingiram níveis recordes, se comparadas às de 1960-70. A persistência altista nos juros reais constituiu em fenômeno novo, e corresponderia à emergência de "um novo modo de regulação financeira". Esta nova ordem financeira internacional decretou o domínio do credor sobre o devedor, onde, a alta das taxas de juros traduziria a relação de forças doravante favorável aos detentores do capital financeiro ³⁶.

Mas, de que maneira enquadram a crise dos anos 70, I. Wallerstein e G. Arrighi? Façamos então uma primeira aproximação crítica da questão.

As idéias sobre o caráter e as perspectivas da crise iniciada nos anos 70, de I. Wallerstein e G. Arrighi, circunscrevem esse movimento no interior de periodizações esquemáticas e de projeções, longínquas, proféticas mesmo. É que as que lhe são mais próximas são monumentais fracassos. A exemplo, vejamos algumas delas.

Muito recentemente, Wallerstein - adepto dos ciclos de "ondas longas" de Kondratieff - afirmou, sobre os anos 90, parecer-lhe "claro que este é o *sub-período final da fase b de um ciclo, de Kondratieff, na qual a economia mundial desde 1967-73 está mergulhada*" ³⁷. Antes, tentara

³⁶ Cf. Plihon, em "Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. ("A responsabilidade das políticas liberais : um ponto de vista keynesiano"), In : Economia e Sociedade, dez. 1996. Para J. Sayad, "Talvez pudéssemos inverter o raciocínio e justificar a globalização financeira e o crescimento das transações financeiras internacionais como causa e não a consequência dessa aparente descoordenação do sistema monetário internacional" ("O Dólar", Publifolha, 2001, p. 60).

³⁷ Em "Possibilidades globais - 1990-2025", Revista "Praga", 1998, p. 18. [Todos os grifos e os seguintes são nossos]. Uma vez mais, Magdoff & Sweezy : "É fora de dúvida a existência de ondas de crescimento acelerado e retardado, embora a possibilidade de que tenham o caráter cíclico que lhes é atribuído por Kondratieff constitua outro problema - e em minha opinião, um problema de pouca importância e que se pode constituir numa pista falsa" (In : "A atual fase de da crise global do capitalismo", 1978, op. cit. 1982, p. 50).

A mesma opinião de Wallerstein encontra-se em "Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo", publicado depois, e no Brasil em 2002 (Vozes, p.p 14 e 28). Onde também afirma que 1945-1989 "evidenciou a derrota da URSS na Guerra Fria" [1989 ?], mas que é conveniente considerar como "fim do período 1789-1989, ou seja, aquele do triunfo e do colapso, da ascensão e da *extinção final do liberalismo* como ideologia global - o que eu chamo de geocultura - do sistema mundial moderno" [?] (p.

justificar a sua análise, escolhendo uma sua segunda hipótese, "a da crise sistêmica", na qual seus argumentos se sustentariam; mas foi logo alertando: "se esses argumentos não se mostrarem plausíveis, convincentes, então a primeira alternativa, de manutenção normal do sistema, será mantida" (p. 17). Discorre a seguir sobre uma impressionante "novidade": "há que se notar que esta situação dos anos 90 deve ser transitória" ; uma vez que *"nesta transição, (provavelmente por volta do ano 2000), deve haver uma ascensão econômica"* (p.19).

Mas este lamentável fracasso analítico (seja em matéria de economia política, seja em desastrosas profecias históricas) de Wallerstein, tem a ver com seus conceitos disformes, demonstrativos de suas teorizações exuberantemente ecléticas.

Segundo ainda ele imagina ao descrever a dinâmica de seu "capitalismo histórico" ³⁸,

"A equívoca palavra 'superprodução' chama a atenção para o fato de que os impasses de curto prazo sempre estiveram ligados à ausência de uma demanda mundial suficiente para alguns produtos essenciais do sistema" (p. 34).

Se é equívoco usar a categoria da economia política superprodução, da "superprodução" intelectual de tolices ele não diz nada; na mesma medida em que diz

"(...) à diferença dos ajustes do século XIX, os do século XX não foram e não poderiam ter sido sustentados pela continuidade da expansão geográfica da economia-mundo capitalista. *Por volta de 1970 atingiram-se os limites do que podia ser oferecido na redistribuição mundial sem causar impactos negativos sérios na parcela mundial do excedente destinada aos gerentes do sistema*" (p.131; grifos nossos).

Mas, como não poderia deixar de ser, os anos 70 e 80:

9; grifos nossos). Primeiro, a desintegração da URSS se deu em 1991, não em 1989, sendo inaceitável essa adivinhação "ideológica" da história ex-post, de Wallerstein. Segundo, ele escreve sobre um simulacro, ao amputar a história, ao arrancar da história aguda luta de classes (tentativa de golpe e o contra-golpe de inspiração fascista de B. Ieltsin) ocorrente na URSS, entre 1991-93. Terceiro, são incontáveis os desempregados, o número de crianças que morreram de fome, os fenômenos de desmontagem estatal e desnacionalização das economias e sociedades periféricas, e ex-socialistas vítimas comprovadas da fúria neoliberal espalhada na década de 1990 : só Wallerstein foi chamado a esse tal "enterro" (clandestino) do liberalismo!

³⁸ Ver "Capitalismo histórico e civilização capitalista", Contraponto, 2001 [1995]).

"foram períodos de estagnação econômica global, resistência dos EUA à sua *iminente decadência* e, no Terceiro Mundo, *desencanto com a sua própria estratégia*" (2002, p. 20; grifos nossos).

Vez que,

"Por volta de 1970, os EUA haviam chegado *ao apogeu e limite de seu poder*. A *diminuição de suas reservas de ouro* forçou o país abandonar a paridade fixa ouro-dólar" (2002, idem, p. 24; grifos nossos).

Para Wallerstein,

"O capitalismo histórico entrou em sua crise estrutural no começo do século XX e *provavelmente morrerá*, como sistema histórico, no próximo século. *É difícil prever o que acontecerá*" (1995, p. 79, grifos nossos).

"Fim da história": não houve e não há, absolutamente, "ascensão econômica" alguma na economia capitalista mundial, como o sentenciado por Wallerstein. Estamos em 2003, e pelo contrário, entre 2000-2001, a partir da recessão norte-americana, falou-se em estagnação sincronizada, na medida em que o Japão e (grosso modo) a Europa encolhiam.

Utilizando aqui uma renomada e insuspeita fonte, escreveu em editorial o "Financial Times" ("O mundo sob o risco de estagnação", Folha de São Paulo, 01/9/2002, B -10), que na Europa a demanda doméstica se recusa a decolar como esperado, enquanto o "desemprego crescente domina o debate público". Segundo ainda o "FT", naquele momento, houve recuperação do crescimento no Sudeste da Ásia, continuando o Japão na estagnação. O "FT", porta-voz da *establishment* britânico, no artigo, clama por taxas de juros iguais a zero, como se completamente atordoado e a criticar o liberalismo, ou a enorme pressão altista dos juros que moveram o capitalismo central entre 1980 e quase toda a década de 1990.

Vão numa direção semelhante, os desdobramentos da crise dos anos 70 – embora por caminhos cada vez mais diferentes – nos exercícios futuroológicos de G. Arrighi. Miremos alguns de seus pressupostos.

Porque, primeiramente, ele partia de uma visão quase idêntica a de Wallerstein, ao defender enfaticamente os "ciclos longos" de Kondratieff, em análises sobre as perspectivas do capitalismo. Assim, em "A Ilusão do

desenvolvimento" (datados até 1997), todos os seus ensaios têm como marco teórico principal

"que o impasse da acumulação da atual fase B [Kondratieff], diferentemente da fase B do final do século XIX, não apresenta nenhuma solução capitalista óbvia. *Certamente, a atual fase B se transformará, mais cedo ou mais tarde, numa nova fase A*" ³⁹.

E todas essas fases B, nada mais são do que períodos de competição 'excessiva', que, simultaneamente, tendem a gerar acordos costumeiros "nas relações interempresas e inter-Estados", para que a competição volte a níveis suportáveis; exemplificando-se nas reuniões anuais do G-7 para regular as taxas de câmbio e coordenar as políticas monetárias do "núcleo orgânico" capitalista (p. 47).

Segundo afirma Arrighi, literalmente, neste texto, sob a hegemonia norte-americana, a "prosperidade da fase A de 1939/45-1967-73 foi, em grande parte, resultados desses acordos nas relações inter-Estados e da corrida para alcançar a liderança econômica dos Estados Unidos" (p. 29). Todavia, quando os principais conglomerados japoneses e europeus ocidentais atingiram o "nível das vantagens" organizacionais das empresas norte-americanas, "como ocorreu entre 1967-73, os aspectos competitivos da Revolução da Informação vieram para primeiro plano, e a economia mundial foi lançada numa nova fase B" (p.p.29-30).

Assim,

"Presas entre remunerações crescentes na zona do núcleo orgânico e um ambiente hostil na zona periférica, a acumulação pode estar se aproximando de seus limites históricos. *"O próximo Kondratieff bem poderia ser o último"*(p. 49; grifos nossos).

Mas em seu livro mais conhecido ("O longo século XX"), acima citado, Arrighi, muda completamente sua posição de defesa esquemática dos "ciclos longos" - para ele agora "mais curtos" - de Kondratieff.

É que os ciclos seculares e os de Kondratieff, passaram a ser "*construtos empíricos cuja base teórica é incerta, derivados da observação das flutuações de longo prazo das mercadorias*" (p.6).

³⁹ É o que ele afirma em "Costume e inovação : ondas longas e estágios do desenvolvimento capitalista", in : op. cit., p. 46; grifos nossos.

Tratam-se agora de “ciclos sistêmicos de acumulação”⁴⁰, onde, os “ciclos sistêmicos” são dedução das expansões financeiras *reiteradas*, extraídas de Braudel, e lógica decorrente “dessa relação estritamente instrumental com o mundo do comércio e da produção, e vem enfatiza-la”⁴¹. Porque a são sintomas de que “o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras” (ibidem). “*Nessa situação*” – acentua Arrighi –, o capital investido no comércio e produção tende “a retornar a sua forma monetária”, se acumula mais diretamente, “como na fórmula marxista abreviada DD” (ibidem; grifos nossos).

Tendo aqui introduzido uma parte da trajetória auto-reveladora de suas opiniões dos dois autores – que se repetem ora para trás, ora para distâncias onde, felizmente, a História ainda não existe –, veremos a continuidade da discussão no próximo capítulo, que trata principalmente dos anos 1990.

⁴⁰ Segundo Arrighi nos informa, seriam quatro os tais ciclos de acumulação em escala mundial : o genovês (século XV ao início do XVII; o holandês (do fim do século XVI até maior parte do XVII); o britânico (segunda metade do século XVIII até início do XX); o norte-americano (do fim do século XIX e que prossegue “até a atual fase de expansão financeira”); ver : op.cit, 1996, p. 6.

⁴¹ O raciocínio de Arrighi chega a ser enjoativo de tanto repetitivo e esquemático, caminhando tropeadamente de maneira a que os seus inúmeros “ciclos” se adaptem à lógica de seus supostos e conclusões. Assim, contra algo que é absolutamente consensual, ele diz que “não está nada claro” ser 1948-75 uma “era mais dourada” que a “do capital” (1848-75) (1996, p. 307); entretanto, “se escolhermos indicadores que fortaleçam uma tendência oposta” – aos da pesquisa de A. Glyn, constatando “prosperidade e expansão sem precedentes” no pós 2ª Guerra –), diz Arrighi, os dois períodos não parecem “nada diferentes” (p. 308). Mas isto é necessário para ele (enchendo a paciência do leitor) reafirmar que, compondo a crise pós-1970, “expansões financeiras desse tipo repetiram-se desde o século XIV” (p. 309), e que “Para apreender a lógica” do capitalismo mundial atual deve-se concentrar “nas contradições do regime norte-americano *em processo de desintegração*” (p. 111; grifos nossos). Quem sabe se utilizarmos a lógica “da tendência oposta” de Arrighi o regime dos EUA não se desintegre?

CAPÍTULO I

PARADOXOS DA CRISE DE CIVILIZAÇÃO

A última década do século XX surpreende-nos numa quadra histórica protagonizada por três variantes principais (de continuidade e ruptura) emergentes da formação social capitalista originária : o capitalismo central, o capitalismo tardio e dependente, e sociedades de socialismo em construção. Dissemos surpreende-nos por encontrá-las enquanto sistemas em nítido questionamento sincrônico, provavelmente por "opostas" razões: de afirmação e negação. Não por oposições binárias ou meros pares de contrários:

"Não é a negação vazia...que é característica e essencial na dialética... não, mas a negação como momento de conexão, como momento do desenvolvimento..."¹.

O que acentua ser imperioso a recusa dos esquemas interpretativos fatalísticos do quadro vigente; obrigando-nos a desafiar uma jornada que sua apreensão nos aproxime mais das conexões internas dos fenômenos.

Naturalmente, o colapso do "socialismo real" dos países do Leste europeu (1989), e a desintegração da URSS (1991), vêm provocando uma onda de ceticismo intelectual sem precedentes. Expressão fenomênica *imediata*² (real, não ilusória) das vicissitudes históricas e ideológicas de uma construção societária inusitada, o crepúsculo do primeiro ciclo das revoluções proletárias programaticamente socialistas, iniciadas na Rússia em 1917 – não obstante reconfigurarem seus cursos iniciais, China, Cuba e Vietnã, principalmente -, destravou também a ofensiva do capital em todos os terrenos. Enquanto a estratégia de desenvolvimento da transição socialista passou a reclamar convivência com formas mistas de propriedade social, refazendo-se inclusive o

¹ V. I. Lenine, "Conspecto do livro de Hegel 'Ciência da Lógica', in: "Cadernos filosóficos", p 203, Avante!/Progresso, 1989.

² Ao que Marx, serenamente, lembraria, antes mesmo de ter dito que a ciência seria supérflua se coincidisse imediatamente a aparência e a essência das coisas : "A verdade científica é sempre paradoxal, se julgada pela experiência de todos os dias, que apenas apanha a aparência enganadora das coisas" (em "Salário, preço e lucro", 1983, V. 2 : 55).

espectro dos comandos das funções estatais³; panorama este antes supostamente impensável...

Tal como acentuara acertadamente Olival Freire Jr., existia, no ambiente extremamente turvo do início dos anos 90, sublevações de paroxismos filosóficos do irracionalismo (FREIRE Jr., 1994, p. 32). Irracionalismos também relacionados à velhíssima noção do determinismo, sempre afeitos a conclusivamente declarar o caos como lei única da natureza; contrariamente a uma concepção dialética que havia muito recusara o determinismo laplaceano, entretanto seguindo em defesa da manutenção do princípio da causalidade (FREITAS BRANCO, J. 1990, p.p. 80-81). Para Frederic Jameson, contemporaneamente, irromperam manifestações ideológicas e culturais que elevaram um furioso mercado à categoria de divindade, e à "rendição por parte da esquerda ... imperceptível, mas alarmantemente universal"; à difusão de uma cultura de massa à espécie de princípio de Heisenberg, onde um sem número de vozes dizia não mais existir "o referente" (JAMESON, 1996, p.p. 282 e 295).

De outra parte, a visibilidade das tendências da crise e de decadência do progresso, alcançam nitidez, agora, no capitalismo avançado, que processa um alargamento destrutivo (e também centrífugo), para qualquer "esconderijo" da sociabilidade contemporânea. No capitalismo contemporâneo, o estágio de violenta exacerbação dos circuitos financeiros da valorização capitalista, particularmente aponta a confluência explosiva de tensões, de contradições reagudizantes em sua dinâmica; que por sua vez parecem ensejar a negação das possibilidades do progresso no capitalismo periférico, em infundável espera de mudanças quantitativas, ou do desenvolvimento em seus próprios termos.

³ Sobre a China, exemplifico, pela ordem de importância, em dois ângulos. "A situação de oferta de empregos na China é séria, e continuará sendo muito sério num futuro período bastante longo. A grande procura de emprego, a grande quantidade de mão de obra e a baixa qualidade profissional de trabalhadores são principais contradições do setor", avaliou o presidente chinês, Jiang Zemin. Em 2002 espera-se uma taxa de desemprego da PEA abaixo de 4,5%. A China tem atualmente cerca de 1,3 bilhão de habitantes (país mais populoso do mundo) e o número de empregados somou 730 milhões em 2001 ("Diário do Povo", 13/9/2002, in :www.vermelho.org.br). Por outro lado, as 800 milhões de pessoas que vivem na zona rural do país passaram a viver em melhor situação. Sua renda per capita aumentou em 62% entre 1990 e 2001. Nas zonas rurais, o salário dos trabalhadores aumentou 7 vezes, e a renda per capita da população urbana em 2001 é o dobro da registrado em 1990. (da Agência Nacional de Notícias Nova China - Xinhua -, www.xinhuanet.com, 23/9/2002). Mais elementos sobre a situação do inusitado desenvolvimento chinês serão vistos no cap. 3.

Há decadência do progresso – não da riqueza – no capitalismo da involução liberal. E antecipam-se fins de ciclos de prosperidade para o capitalismo tardio e dependente, periférico. Daí a reemergência axiomática da antiguidade, de um ocaso do progresso; paralelamente a uma singular desfiguração de seus supostos – as classes sociais.

Capitalismo, aliás, que constitui um modo de produção limitado e historicamente determinado: é contradição em processo. Em suas marchas *tendenciais*, centralmente, ele não consegue contornar o fato da supressão do trabalho necessário, simultaneamente à conversão direta e indireta em trabalho social. O que significa a tendência do capital negar determinações que lhe são essenciais e constitutivas, ao mesmo tempo impossíveis de serem negadas (MAZZUCHELLI, F., 1985).

Notável: no “vértice”, poder de Estado plutocrático sanciona, em escala mundial, o caráter místico do dinheiro. Pois se, remotamente, a usura, seja na antiguidade, seja na era feudal, solapava e destruía a “riqueza e a propriedade”, além de corroer e arruinar “a pequena produção camponesa e pequeno-burguesa”, e “todas as formas em que o produtor aparece como proprietário dos meios de produção” (MARX, Livro 3, v. 5, p. 683),

“No capital produtor de juros está perfeita e acabada a representação fetichista do capital, a idéia que atribui ao produto acumulado do trabalho e por cima configurado em dinheiro, a força de produzir automaticamente mais-valia em progressão geométrica em virtude de qualidade inata e oculta” (MARX, *idem*, p. 459).

O que vem por renovar o impulso “congénito” de autodestruição das formas pretéritas do capital. Noutra parte, na “base”, a desfiguração e a destruição funcionais massivas das classes proletárias originárias – metamorfoses do trabalho.

Nessa atmosfera, e reabrindo-se algumas “janelas” filosóficas da problemática, é bastante enfática a visão do destacado pensador cristão (da escola hegeliana) e canadense Charles Taylor, quando, às voltas com a profunda fratura ontológica da identidade moderna, pensa que o sonho liberal de Woodrow Wilson – uma nova ordem mundial de reconstrução pós-guerras – tem como obstáculo a “nossa” crescente incapacidade de a ele nos agarrar, produzindo “algo como uma crise espiritual” da civilização (TAYLOR, 1997, p. 470). Em seu pensamento lógico, são também cambaleantes os pressupostos epistemológicos contemporâneos – que urge superar, diz -, pois radicam numa compreensão do conhecimento bastante compatível com a moderna ciência mecanicista (“modelos de

pensamento da inteligência artificial”), e não passam de rebentos tradicionais, clássicos (TAYLOR, 2000, p. 16).

Ter-se-ia, noutra interpretação, materialista, que se rever os laços entre a ciência e a filosofia, pois estamos no dia seguinte à ruptura; fendas vão se formando, na ciência contemporânea, tendo-se que revisá-la desde as raízes, antes que se tornem abismos: “ciência é uma representação do Real”, matemática e lógica são a representação do Logos, diz conclusivamente o físico francês Roland Omnès (1996, p. 26 e 299).

Mesmo Perry Anderson, que acentua corretamente a importância do interregno iluminista para uma afirmação das conquistas civilizatórias (entrevendo a barbárie como seu “antônimo”), pensa a atualidade do nosso dilema, não como entre civilização capitalista global ou plural : “mas capitalismo ou civilização” (ANDERSON, 1997, p. 39; FORRESTER, V., 1997).

Mas se a evolução do significado de Civilização tem como marco a definição francesa no Dicionário Universal (Trévoux, 1771), a formulação conceitual moderna do Progresso deve-se a Francis Bacon. As suas identidades, ou o comum entre elas, encerram o nexos dialético decisivo da continuidade e ruptura, a formidável inspiração hegeliana. Porque na idéia de progresso em Bacon, ele aparece claramente como *possibilidade*, que ainda no século XVII ligava estreitamente uma “nova ciência” ao crescimento ou avanço do saber. O sentido de civilização, em sua evolução que emana do real, perenizar-se-ia gravemente tensionado pela barbárie ⁴.

De toda maneira, a imagem do progresso linear – argumenta Rossi – surge desde as origens do moderno “contaminada por (ou entrelaçada)” à idéia de andamento ondulatório, ou mesmo cíclico, das vicissitudes da história (idem, p.p. 14-15). E a civilização é inseparável do seu avesso, a barbárie, fulmina Starobinski (op. cit., p. 56). Conclusão ácida, que, todavia, em (quase) nada o distingue de Bacon⁵, escrevendo sobre a “história da ciência”, do saber, sempre os relacionando, nitidamente, ao progresso:

⁴ Ver a instigante discussão em “Naufrágios sem espectador – a idéia de progresso”, de Paulo Rossi (Unesp, 2000), em especial o capítulo 2; Jean Starobinski, em “As máscaras da civilização” (Companhia das Letras, 2001), notadamente às p.p. 11-56, esclarece as diversas fisionomias da conceituação.

⁵ Observe-se, na análise de Bacon abaixo, como mesmo a idéia de “longue durée” de Fernand Braudel se reduz a um “grão de areia” na história! (Ver: Braudel, “A dinâmica do capitalismo”, Teorema, 1985).

“Mesmo a longa duração, se examinada com atenção reduz-se bem a pouco, porque em cerca de 25 séculos de história..., mal podem se destacar cinco que tenham sido favoráveis e frutuosos para as ciências (...) É possível enumerar só três revoluções ou períodos do saber : um com os gregos, outro com os romanos, o último nos países da Europa ocidental. O resto da história do mundo é pleno de guerras...” (BACON, no estudo “Cogitata et Visa” [1607], apud Rossi, op. cit., p.26).

Civilização que seqüestrou o capital para móvel da guerra e do genocídio mundial. Multiplicou a rapinagem do imperialismo moderno em clivagens de gigantescas assimetrias. Desigualdades que fariam minúscula a pioneira denúncia do grande Rousseau, e, quem sabe, transforma-lo num Grachus Babeuf ainda mais radical!

Nada mais revelador da civilização dos dias que correm :

1) dos 6 bilhões de habitantes do planeta, quase a metade, 2,8 bilhões de pessoas sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia; um quinto, ou 1,2 bilhão com menos de US\$ 1.

2) Juntam-se aos considerados pobres pelo Banco Mundial (Relatório 2000-2001), mais 135 milhões de pessoas viventes nos países da OCDE, os 29 mais industrializados (PNUD-ONU, 2001).

3) O desemprego mundial atingiu 180 milhões de pessoas, ou igual a 6,5% da PEA (2002), tendo sido esta de 5,9% em 2000; somado ao subemprego, o número alcançaria 730 milhões (OIT, F.S.P, 24/01/2003).

4) Por outro lado, nesses últimos países gastou-se em pesquisa e desenvolvimento (1998) US\$ 520 bilhões, fortuna que supera a soma do PIB (Produto Interno Bruto) dos 80 países mais pobres do mundo.

5) Sangrando ao lado, a dívida externa de 24 países subdesenvolvidos, - chamados agora de “mais globalizados” pelo BM e FMI (que inclui aí Mali, Ruanda, Costa do Marfim, Haiti, Bangladesh, Nepal, Zimbábue, Nicarágua, República Dominicana e Paraguai)! - cresceu de US\$ 616 bilhões, para 1 trilhão e cento e dez bilhões de dólares, entre 1990-98.

6) Ainda no referido relatório do BM, pode-se ler : “A renda média nos 20 países mais ricos é 37 vezes maior do que as das 20 nações mais pobres; diferença que duplicou nos últimos quarenta anos”.

7) Em 1998, nos países da OCDE, com 19% da população mundial, concederam-se 99% das novas patentes emitidas neste ano, grupo de países que concentrava 80% dos usuários da Internet, de todo o mundo; enquanto 1/3 da população mundial não tem acesso aos serviços de eletricidade – desenvolvidos em rede de geração e distribuição desde 1831 (PNUD, 2001); a África, com 12% da população mundial, prossegue

sendo a região mais pobre também em infraestrutura, dispondo de uma linha telefônica para cada 100 habitantes – menos, toda a região, do que as cidades de Manhattan ou Tóquio -, enquanto 80% não tem acesso à televisão.

8) Para o informe sobre o desenvolvimento humano (PNUD, idem), têm-se acentuado as diferenças absolutas de renda per capita: mesmo no caso da Ásia Oriental e Pacífico (“região de mais rápido crescimento”), a diferença absoluta em relação aos países da OCDE considerados de alta renda, foi ampliada de cerca de US\$ 6.000, para mais de US\$ 13.000 (1998; preços em US\$ de 1985) ⁶.

Involução e vasta crise. Exagero?

Tabela 1: Média móvel anual das taxas de crescimento do rendimento per capita, OCDE e países em desenvolvimento ^a

	1960-1979	1980-1998
OCDE ^b	3,4	1,8
Países em desenvolvimento ^c	2,5	0,0

a) Os números mostrados nesta tabela representam valores medianos para o rendimento médio anual per capita dos países nos anos indicados. O valor mediano é o ponto no qual metade de todos os países no grupo estão acima da taxa de crescimento médio indicada, enquanto metade está abaixo.

b) Compreende as principais economias industrializadas da Europa, os EUA, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

c) Países em desenvolvimento aqui abrange todos os países em desenvolvimento, incluindo a China e estados ex-comunistas na Europa do Leste e Ásia Central.

Fonte: Robert Hunter Wade, "Is Globalization Making World Income Distribution More Equal?" (Development Studies Institute, London School of Economics and Political Science). Fonte original: William Easterly, "The Lost Decade: Explaining Developing Countries Stagnation 1980-1998", minuta, World Bank, Janeiro 2000,

<http://www.worldbank.org/research/growth/padate.htm> ⁷.

⁶ Todas as informações (exceto sobre o desemprego; OIT/FSP) encontram-se em "Comentarios al libro: Globalización, Growth and Poverty. A world Bank Policy Research Report, 2002", por Ramón Pichs Madruga, economista do CIEM (Cuba). O livro foi lançado e debatido no IV Encuentro sobre Globalización y Problemas del Desarrollo, La Habana, 11-15 febrero 2002; in : www.eleconomista.cubaweb.cu

⁷ In : "A nova face do capitalismo : crescimento lento, excesso de capital e uma montanha de dívida", escrita pelos editores da "Monthly Review" (dentre eles H. Magdoff e P. Sweezy), <http://resistir.info>, 11/06/2002. Os autores comentam o seguinte:

Mas, observe-se (na relação Exportação/PIB dos países considerados em desenvolvimento), L. Coutinho nos apresenta outro ângulo o problema do crescimento:

Exportações em bilhões correntes					Taxas de crescimento do PIB		
	1985	1990	1995	2000	85 - 90	90 - 95	95 - 2000
Brasil	25,6	31,4	46,5	55,1	4,4	1,4	2,5
México	26,8	40,7	79,5	166,4	1,3	3,9	3,6
China	27,3	62,1	148,8	249,3	10,4	10,7	8,6
Coréia do Sul	30,3	65,0	125,1	172,3	9,0	7,5	5,3
Índia	9,1	18,0	30,6	42,4	6,2	4,7	6,4

Fonte: Coutinho, L., [c/base na OCDE, FMI, estatísticas nacionais] ; In : "O resgate da esperança e da soberania" (FSP, 26/01/2003).

O que significa dizer, especialmente no caso da China, como veremos depois - e mesmo a Coréia do Sul após a crise asiática -, a "diluição" das taxas de crescimento per capita num amplo conjunto de países em desenvolvimento, não oferece um quadro preciso das tendências nacionais.

Todavia, eis então a contra-face da engrenagem da sociabilidade perversa do capital: a explosão da riqueza financeira, composta fundamentalmente de ativos transacionáveis nos mercados de capitais do planeta, subiu de **US\$ 5 trilhões em 1980, para US\$ 35 trilhões em 1995; e para US\$ 56 trilhões, em 2000**, de acordo com o Banco de

(1) O declínio nas taxas de crescimento desde a década de 1980 é típico dos países industrializados em geral;

(2) A procura de produtos primários por parte das nações ricas em crescimento rápido contribuiu para o crescimento significativo dos países pobres que haviam acabado de passar pela experiência da descolonização. Além disso, o fluxo de empréstimos e investimento estimulou o crescimento inicial.

(3) Entretanto, as condições de troca desigual e o desenvolvimento do subdesenvolvimento finalmente aprisionaram os países pobres. Muitos deles adotaram a estratégia imposta pelo Norte: um crescimento das exportações manufatureiras graças a corporações multinacionais à procura de força de trabalho com baixos salários e ao financiamento de bancos estrangeiros à procura de novos mercados para empréstimos.

Compensações Internacionais - BIS (COUTINHO, L., exposição de dez. 2001).

Mas quando falamos de crise, devemos compreendê-la hoje para além de como a compreendíamos no passado. Com efeito, se antes as crises econômicas capitalistas manifestavam-se como de superprodução (superacumulação) *disruptiva*, sobre a base da contradição estrutural do carácter social da produção X a apropriação privada individual, as crises que marcham ao lado da globalização neoliberal são *conduzidas* (e canalizadas) pela dominância financeira. Vale afirmar: os traços distintivos atuais da crise capitalista são expressos "por cima", pela instabilidade macroeconômica da financeirização. É o que se pode constatar nas "crises de grande intensidade" que vêm abalando, de maneira recorrente, o sistema monetário internacional : 1979, 1982, 1985, 1987, 1992-93, 1994, 1997, 1998 (SCANDIUCCI FILHO, J., 2000). Isto, por outro lado, não significa decretar a "morte" das crises de superprodução ⁸.

⁸ Cabe aqui dizer que, as informações acima do Banco Mundial, da ONU, OIT e a tabela publicada pela "Monthly", nos possibilita reafirmar um dos ensinamentos cardinais de Marx sobre a natureza do modo de produção capitalista : não lhe interessa as necessidades sociais "das massas", das "classes trabalhadoras", ou do consumo das classes assalariadas. Em sua Lei Geral da Acumulação, os móveis fulcrais do capital são a concorrência e o sistema de crédito, trazendo no seu interior unicamente a fúria da valorização do valor, ou a busca incessante de mais-valia. Sua irrefreável **tendência** para acumular sempre mais, somente esbarra no processo de sobreacumulação de seu movimento real (capital x trabalho), o qual se subordina à concorrência intercapitalista. Daí porque as crises de superprodução dizem respeito à sobreacumulação de capital, onde a variável independente é o investimento, conforme ensinaram Kalecki e Keynes. Como escreveu Frederico Mazzuchelli, em seu excelente "A contradição em Processo" (1985), "O capital, assim, nunca é 'excessivo' em relação às necessidades sociais. Seu excesso só é relativo à sua própria valorização, de modo que a superprodução de capital significa, única e tão somente, que o capital é excessivo a uma dada taxa de lucro" (p. 59; (ver especialmente as partes "A passagem da concorrência", p.p. 46-57; também "As crises e seu carácter determinado", p.p. 57-78).

Por outro lado, o economista argentino Jorge Beinstein - em sua recente e vigorosa denúncia "O capitalismo senil - a grande crise da economia global" (Record, 2001) -, também põe em relevo a "hipertrofia" da esfera financeira, e a "financeirização" crescente das grandes empresas (ver cap. 3). Entretanto - em meio à firme argumentação e comprovação empírica dos problemas da globalização neoliberal -, ele pensa que, após a crise dos anos 70, "a superprodução potencial se *eternizou*, tornando-se crônica", sendo diferente das velhas crises ; e ainda que, no pós-70, "assistimos à *megacatástrofe final*" - pela exarcebação de décadas de parasitismo financeiro (p. 266-267; grifos nossos). Não é o que pensa o destacado economista cubano Santiago Díaz, que escreveu há pouco: "En el pasado, las crisis capitalistas eran de sobreproducción, derivados de la contradicción esencial entre el carácter social de la producción y el carácter particular de la apropiación del producto. Con la aparición de la macroeconomía moderna y la hegemonía monetaria, las monedas y las tasas de interés se convirtieron en los instrumentos claves para regular la evolución del ciclo económico, por supuesto,

Prossigamos, argumentando sobre as interligações mais gerais da atual crise, buscando ir além da retórica. Discutamos inicialmente os pontos centrais da financeirização da riqueza capitalista.

I - CAPITALISMO, VALOR E FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA

Retomemos então os fios de questões conclusivas registradas na Introdução. Invertendo agora a maneira expositiva, e começando pelos pressupostos teóricos (erráticos) de G. Arrighi, que como vimos, pensa que (...) "*Nessa situação*" tem-se não DMD', mas DD', de Marx.

Para que compreendamos bem esses pressupostos (e as suposições) a que chega, antes ele argumentara o seguinte:

"Tal como na fórmula geral de Marx sobre o capital (DMD'), aquilo que, na definição braudeliana de capitalismo, faz com que um agente ou uma camada social sejam capitalistas **não** é sua predisposição as investir num dado produto (p. ex., a força de trabalho) ou esfera de atividade (p. ex., a indústria). Um agente é capitalista em virtude do fato de seu dinheiro ser sistemática e persistentemente dotado da 'capacidade de multiplicar-se' (expressão de Marx), seja qual for a natureza das mercadorias e atividades específicas que constituem, num dado momento, o meio contingente" (1996 : 8; **negrito nosso**).

Prossegue então Arrighi, dizendo que sua noção dos tais ciclos sistêmicos de acumulação - deduzida de Braudel -, decorre dessa lógica

acompañadas de una política fiscal, diseñada con iguales propósitos" (Santiago Díaz, "Problemas de la globalización neoliberal, In: www.eleconomista.cubaweb.cu, 10/2002). Sobre estes dois argumentos, a análise profunda de R. Brenner localiza os seguintes principais fatores da recuperação norte-americana entre os anos 70 e meados dos 90 (i) as frequentes desvalorizações do dólar frente ao marco e ao ien.; (ii) um brutal arrocho salarial; (iii) certa racionalização e revitalização da indústria manufatureira. O que mesmo tendo levado, nos EUA, a um crescimento lento, a rentabilidade do setor manufatureiro "comenzó a subir incluso de forma dramática hacia meados de los 90". Mas, afirma Brenner, "como casi todas las principales economías se orientaron aún más hacia el crecimiento de los mercados a través de las exportaciones manufactureras... la sobrecapacidad y el exceso de producción fueron perpetuados y exacerbados en todo o mundo capitalista" (Ver: "El desarrollo desigual y la larga fase descendente : las economías capitalistas avanzadas desde el boom al estancamiento, 1950-1998", Encuentro XXI, 2000, p.p. 57-59). Aí, Brenner então conclui se perguntando se o final do século apontaria para uma recuperação internacional, ou para um "estancamiento más profundo" (p. 59). Para uma crítica das opiniões de Brenner, ver E. Arceo (2002, p.p 114-118).

de relação estritamente instrumental do capitalismo com “o mundo do comércio e da produção”

E diz ele em seguida:

“Ou seja, as expansões financeiras⁶ são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do

⁶ Essas formulações de Arrighi podem ser encontradas em toda sua significância, no cap. 2 (1996), “A ascensão do capital”. Segundo ele imagina, a) na transformação da economia capitalista mundial, a idéia deve ser tomada da repetição da expansão financeira (como sempre, de Braudel) “como a expressão principal de uma certa unidade histórica capitalista desde o fim da Idade Média até nossos dias”, porém – diz ele –, ao contrário de Braudel, as ditas expansões são, explicitamente, “longos períodos de transformação fundamental do agente e das estruturas dos processos de acumulação de capital em escala mundial (p. 86) (?)”; b) o ponto de partida, “o ponto zero”, de seus ciclos sistêmicos de acumulação, e do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, é “a expansão financeira deslançada no fim da expansão comercial do século XIII e início do século XIV” (p. 89); grifos nossos; c) contudo, como se fosse para corrigir o que acabara de dizer, Arrighi nos informa que não se pode dizer que isso é bem “ciclo de sistêmico de acumulação”, mas sim que foi no decorrer dessa expansão “que os agentes do primeiro ciclo sistêmico de acumulação se formaram e que foram delineados os aspectos fundamentais de **todas** as expansões financeiras posteriores” (p. 90; **negrito nosso**); d) prossegue dizendo que a contribuição mais decisiva e duradoura do Renascimento italiano “para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial”, situou-se “na esfera das altas finanças”, e que estas (altas finanças), “em sua moderna forma capitalista”, foi uma invenção florentina - repetindo novamente que suas bases foram lançadas no fim do século XIII e início do XIV (p. 98); e) após enxergar uma fantástica, “prodigiosa expansão transestatal da Casa dos Médici” (século XIV e início do XV), baseada numa “estratégia de acumulação que priorizava as transações financeiras dos governos”, altamente seletiva (p. 106), ele nos informa ainda que a fundação da Casa di san Giorgio (1407) foi momento crítico no “processo de auto-organização da classe capitalista, impasse político fundamental entre o *poder do dinheiro e da espada*” (p. 115) [!!] ; f) evidentemente porque “**o capitalismo financeiro genovês** (na segunda metade do século XIV) encontrava-se nas *“mesmas circunstâncias sistêmicas do capitalismo financeiro de outras cidade-Estados italianas”* (p. 112; **negrito e grifos nossos**).

Francamente! Não há seriedade nisso tudo. É claro que não é possível Arrighi desconhecer a essência da famosa polêmica entre Maurice Dobb e Paul Sweezy (entre 1950-53), o mais importante debate teórico sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, que inclusive caminha até hoje, tendo sido vigorosamente retomado nos anos 70, por Robert Brenner. Mas não há qualquer referência, em 393 p.p. de seu livro às opiniões de G. Lefebvre, C. Parain, A. Souboul, G. Procacci., P. Vilar, E. Hobsbawm, H. Trevor-Roper tampouco de H. Takahashi, Rodney Hilton ou Brenner – *sobre o debate*. As referências (esparsas e a seu bel-prazer) a Hobsbawm, Vilar e Dobb, tratam de outras questões, por exemplo: as de Vilar e Trevor-Roper são sobre outros assuntos, as de Hobsbawm omite seu destacado estudo “A crise geral do século XVII”, e as sobre Dobb diz respeito a seus “Studies” (ou “A evolução do capitalismo”, publicado em 1946 (portanto anterior ao debate). Como se sabe, todos esses autores, numa ou noutra forma de abordagem, consideram ter havido uma longa transição (dissolutória) do feudalismo europeu ao capitalismo, entre os séculos XIV e XVII; onde a questão central enfoca-se a origem da emergência do regime de produção capitalista foi urbana

comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada" (DD') (ibidem).

Aqui se localizam dois problemas cruciais para a correta análise do que é capitalismo, coisa que também Arrighi parece não entender.

1) Como ele pensa, não há distinção entre o capital comercial e o industrial, o que conseqüentemente turva o significado da constituição (e funcionamento) do modo específico de produção capitalista; por isso não há qualquer referência ao fato decisivo de que D-M-D' ser também a forma do capital mercantil - ou como sub-intitula e analisa Marx (Livro I, p. 175), existem as "Contradições da Fórmula Geral"; porque "No modo capitalista de produção - isto é, depois que o capital se apoderou da própria produção e lhe imprimiu forma específica inteiramente nova - o capital mercantil aparece apenas como capital destinado a uma função *particular*" (Livro 3, v. 6, p. 376; grifo de Marx). Dito de outro modo, isto significa que o capital não pode se originar na circulação (pois o capital comercial, "todo seu movimento se processa dentro da esfera da circulação"; Livro I, v. 1, p. 184), tendo e não tendo ao mesmo que nela se originar. Por que? Porque o capitalista prefigurado no possuidor de dinheiro "tem de comprar mercadoria pelo seu valor, vende-la pelo seu

(citadina) ou agrária (rural) neste movimento; e se endógeno ou exógeno a "desagregação" feudal promovida pelo capital mercantil e o comércio mundial. Claro, essa verdadeira montanha de invencionices descrita por Arrighi são auto-explicáveis; e evidentemente, se auto-desabáveis ou feita em fatias pela "espada" do capitalismo, trata-se de um problema dele. Mas escutemos apenas o mestre Pierre Vilar:

"Falar de 'capitalismo' antigo ou medieval, porque haviam financistas em Roma e mercadores em Veneza, é um abuso de linguagem. Esses personagens jamais *dominaram a produção social de sua época*, assegurada em Roma pelos escravos e na Idade Média pelos camponeses, sob diversos estatutos da servidão.

Quanto à produção industrial da época feudal... [nela] Não há separação entre os meios de produção e o produtor, não há uma redução das relações sociais a simples laços de dinheiro : portanto, *não há capitalismo*". (...) "Nos séculos XVII e XVIII, a sociedade rural, surgida do feudalismo, viveu durante muito tempo fechada em si mesma, com um mínimo de trocas e de contratos em moedas. Contudo, no capitalismo evoluído, tudo é *mercadoria*. Nesse sentido, como falar de 'capitalismo' no século XV, ou mesmo no século XVII francês?" (VILAR, "A transição do feudalismo ao capitalismo", in : "Capitalismo. Transição", T. Santiago (org.), Eldorado, 1975, p.p. 36-37, 2ª edição; grifos do autor). Sobre o debate Brenner ver, por exemplo, o enfoque de Ellen M. Wood, em "A origem do capitalismo", cap. 3, Zahar, 2001).

valor, e, apesar disso, colher no fim do processo *mais valor* do que nele lançou" (idem : 186; grifos nossos). Mas não só, vez que essa mercadoria "o possuidor de dinheiro encontra no mercado", e ela é "mercadoria especial : é a capacidade de trabalho ou força de trabalho" (idem. : 187). Sendo que a força de trabalho, ao aparecer no mercado, para o possuidor de dinheiro, "é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa" (idem : 187-88).

Então: se o capitalista *não* necessita "investir" em força de trabalho, mas sim em "seja qual for a natureza das mercadorias e atividades específicas", ao designar isso de capitalismo, Arrighi processa uma reinvenção antediluviana, uma ficção do regime de produção capitalista. Pior ainda é creditar essa tergiversação a Marx!

2) Mas tal reinvenção é tanto necessária para Arrighi, quanto para ele sustentar a teorização de que todos os ciclo de expansão financeira são sintomas da eficiência de "negociações puramente financeiras", em detrimento do comércio e da produção, sendo nesse momento que o capital tende a retornar a DD' – fórmula "abreviada", diz ele.

Ora, a) na base da produção capitalista encontra-se o capital a juros, a forma "mais fetichista", mais completa, das formas e fontes do rendimento deste modo de produção, e $D-D'$, ou dinheiro que cria mais dinheiro, "É a fórmula mais *originária e geral* do capital concentrada num resumo sem sentido" (MARX, 1978 :261;grifos nossos); b) é muito diferente quando o capital aparece no processo de circulação - no capital comercial, em que o lucro se associa a uma "surda representação" do logro do comerciante ao industrial e esse ao operário -, daquele que se torna "unidade do processo de produção e do processo de circulação", ensejando o fetiche completo do capital a juros (o "capital acabado"), que num determinado tempo traz determinado lucro, entretanto – eis aí a questão – "sem a mediação dos processos de produção e circulação" (idem ; 262); c) no capital e lucro (em geral), "existe ainda a recordação do seu passado", enquanto que somente no capital a juros, que completa o fetiche, ocorrem "um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz mais dinheiro", e é também quando "a relação social se completa como relação da coisa [dinheiro, mercadoria] consigo mesma" – ou o "capital por excelência" (ibidem).

Assim, no capitalismo propriamente dito, quando se "fundem" – no sentido de que historicamente eles podem se complementar, ou não - os processos de produção e circulação, o fetiche do capital é expressão do capital produtor de juros; ou, mais uma vez, o $D-D'$ sem qualquer mediação entre as distintas formas da processualidade contraditória que são assumidas pelo capital. Evidentíssimo, portanto, que se trata da

dinâmica constitutiva e intrínseca do movimento do capital, em sua configuração específica: não depende ("nessa situação") dos tais ciclos de expansão financeira.

Ou - agora articulando duas questões relevantes - como afirma Marx, nos Grundrisse:

"O capital, por exemplo, sem o *trabalho assalariado*, sem o *valor*, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada" ("O método da economia política", 1978, p. 116; grifos nossos).

Falemos então de coisas sérias. Indo ao ponto nevrálgico das transformações ocorridas no processo da *valorização* capitalista, sem o qual também não se compreende a financeirização da riqueza capitalista em nossa época.

O VALOR HOJE: GUERRERO, TAIULE & FARIA X BRAGA

Subjacente à nova dinâmica mundial do capitalismo - ou, se se quiser, nos subterrâneos da engrenagem do capital "global" financeirizado -, o problema dos novos marcos em que se estabeleceriam os elementos fundantes da Teoria do valor-trabalho, de Karl Marx, é passado em revista por vertentes de pensamento anguladas a partir de abordagens do universo do marxismo⁷.

1. VALOR E CRISE DE SUPERPRODUÇÃO

Na identificação de Guerrero acerca da temática, distinguir-se-iam duas tendências principais dentre aquelas co-partícipes da verdadeira miríade - marxistas, pós-marxistas, marxianos, para-marxistas e marxólogos, alinha ele - do pensamento econômico marxista : 1) uma

⁷ Pensamos ser inevitável uma discussão mais longa sobre o que consideramos o núcleo teórico decisivo para a apreensão da problemática da financeirização da riqueza. Localizo como referências principais e bem recentes sobre o tema, em: 1) *Un Marx impossible : el marxismo sin teoría laboral del valor*, de Diego Guerrero (Universidad Complutense de Madrid), publicado em *Investigación Económica* out./dez 1997; 2) *As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*, de José Ricardo Tauile & Luiz Augusto Estrella Faria (IEI - UFRJ e UFRGS), em *Revista de Economia Política*, jan./mar, 1999; e, 3) *Temporalidade da riqueza - teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*, de José Carlos Souza Braga (IE - UNICAMP), Campinas, Instituto de Economia, 2000.

ampla gama de leituras impossíveis de Marx, defensora de certos aspectos do pensamento econômico ou social de Marx, mas “renunciando a sua teoria do valor-trabalho”; 2) o ponto de vista dele (Guerrero), como daqueles que vêem na teoria “laboral del valor” não só o “elemento central de toda sua economia”, mas como a única teoria coerente do valor aparecida até hoje – uma autêntica “revolução da ciência econômica”(p.p. 105-106). Segundo afirma este autor, há ecletismo e mesmo “traição”, do essencial no pensamento econômico marxista, tanto no caso em que se mescla “elementos metabolizados” da teoria de Marx fundindo-os com o sistema conceptual neoclássico, com ainda naqueles em que tenta se incorporar questões da economia neoclássica às conceituações marxianas – absorção rechaçada, diz Guerrero, por problemas de incompatibilidade (p.p. 106-107).

Destacar-se-ia, segundo Guerrero, uma linha crítica tanto em aspectos qualitativos como quantitativos, à teoria marxista do valor, que se centrariam, respectivamente, no trabalho como substância mesma do valor, assim como na forma e na medida do valor. Ou seja, marxistas associaram-se ao “utilitarismo e subjetivismo” de teóricos “neoclássicos puros” (Roemer, Steedman), ou compartilhando de uma nova versão da crítica neoclássica de enfoque bem mais “fiscalista e objetivista” (Elster, Vergara, Roemer); e ainda a partir de um ponto de vista “quantitativo e matemático” que se alia às características do neoclassicismo walrasiano, e também dos modelos de “equações lineares multisetoriais” (Leontiev, Von Neumann ou Sraffa); particularmente estes últimos - diz o autor - imputando a Marx um erro matemático decisivo no chamado problema da transformação dos valores em preços, supostamente suficiente para invalidar a teoria do valor e dos preços de Marx (p. 108).

Parte o autor das seguintes suposições – baseando-se em M. Bunge - : a) todo *Das Kapital* não é senão a exposição desenvolvida da ‘teoria do valor’ exposta globalmente no capítulo primeiro, ou seja : a construção efetiva do ‘modelo’ requerido pelas condições daquela teoria. [Quando dizemos ‘todo *Das Kapital*’ nos referimos à totalidade do projeto, e não só a parte efetivamente escrita]; b) que a ‘teoria do valor’, e , portanto, *Das Kapital* em seu conjunto, é a verdadeira obra filosófica de Marx, e que, como tal, é um momento essencial da história da filosofia. (Por isso, nada se compara à teoria do valor, sendo a obra de Marx uma ontologia do capitalismo, afirma Guerrero; trata-se de uma análise do modo como as coisas são no âmbito da sociedade moderna).

Nesse sentido, a teoria do valor de Marx não seria apenas “uma análise qualitativa da sociedade capitalista”, mas sim uma teoria com uma “dimensão matemática e quantitativa fundamental”. Que, outrossim, exigiria uma interpretação desta teoria que a compreenda como:

- Uma teoria completa do valor, o dinheiro, os preços e suas medidas;

- Uma teoria completa da concorrência (intra e intersetorial), baseada no livre movimento do capital (e não no monopólio) e no intercâmbio de equivalentes (e não no imperialismo, como mescla de monopólio e de intercâmbio desigual), que é ao mesmo tempo uma teoria da vantagem absoluta e do desenvolvimento desigual;

- Uma interpretação hylemórfica [ponto de vista material e formal na análise de Marx sobre a realidade social; duplo caráter do trabalho no capitalismo: concreto e abstrato; o conteúdo da forma social do trabalho no capitalismo] da sociedade capitalista, segundo a qual é necessário distinguir entre a matéria ou conteúdo das variáveis econômicas e sua específica forma social devida às relações de produção capitalista; tal interpretação está na origem da teoria marxista da crise e de sua teoria do socialismo (p.p.109-110)

Antecipando críticas ao que denomina de duas tendências básicas do pensamento econômico marxista contemporâneo (marxismo "absorvido e "absorvente")⁸, assevera ele que a teoria do valor de Marx descobre, pela primeira vez na história do pensamento econômico, o valor intrínseco da mercadoria, ou trabalho abstrato solidificado, que se mede indiretamente através do dinheiro pelo qual se troca de fato no mercado. Por outro lado, mercadoria distinta das outras, o trabalho não pode ser desvinculado de seu papel central na produção – por mais mecanizado que estejam os processos produtivos sempre haverá necessidade de uma quantidade finita de trabalho insubstituível (controle do sistema automático, etc.).

⁸ Guerrero aponta, para o primeiro grupo (heterodoxos) : os neo-ricardianos/Sraffa/marxismo sraffiano, o marxismo institucionalista/keynesiano/polanyano, e as "sete irmãs" ou correntes da órbita da Escola da Regulação, que incluiria, (segundo o próprio Lipietz) a da "economia radical americana". As "sete" seriam a "Escola do PCF-CME", ligada ao nome de Boccara ("teoria marxista da regulação como desenvolvimento do materialismo histórico"); o "Groupe de Recherche su la Régulation des Economies Capitalistes" (Borrelly, Bernis, Ruzza), cuja periodização do "modo de regulação" capitalista anuncia as fases competitiva ou liberal, a monopolista simples e a monopolista de Estado ; o "grupo dos parisienses" ou do destaque à "relação salarial fordista" (Aglietta, Boyer, Lipietz, e ainda Billaudot, Mazier, Baslé, Tolédano, Pastré, Lorenzi); a "escola de Amsterdã" (Bode, Holman, Overbeek); a "escola alemã" (Hirsch); a "escola nórdica" de Andersson e Mjose; e as diferentes correntes das "escolas norte-americanas" (EUA e Canadá), de Gordon, Bowles Gordon & Weisskopf, de Harvey, de Bernstein, Davis, e de Piore, Sabel, etc.

Ao analisar o movimento do valor, a partir dos mecanismos da concorrência nos ramos setorial e intersetorial, da concorrência internacional, e do helymorfismo social – na teoria da “crise” –, Guerrero conclui por haver, no capitalismo, “crescimento secular” da fração da mais-valia, ou lucros, que se destina à acumulação de capital; o que quer dizer, entre outras coisas, que “a tendência da taxa descendente de lucro é um fato, como descobriu Marx, e não uma mera elucubração metafísica”. Por outro lado, a generalização do crédito com o desenvolvimento interno do capitalismo materializa “as facilidades da sobreacumulação de capital” – em última instância ligada às necessidades de reposição do capital fixo, diz –, possibilitando às empresas um incremento mais rápido a partir do empréstimo bancário e expectativa de lucros futuros. Assim, “a massa absoluta de lucros experimentará, por necessidade, uma tendência periódica ao estancamento que conduz diretamente à crise de sobreacumulação” (p.p. 130-40).

2. Mudanças, negação e mistificação do valor

Sobre a problemática contemporânea do valor-trabalho, outro é o enfoque apresentado por Tauile & Faria. Que partem da constatação do “inchaço do capital financeiro”, numa interpretação que se inspira fundamentalmente nas formulações teóricas mais recentes de G. Arrighi; assim como nos trabalhos de Aglietta e Lipietz – também situados por Guerrero.

Pensam os autores que a globalização e a financeirização (“nomes da moda”, dizem) não seriam mais do que “as caras atuais” de um momento de existência do capitalismo, significantes, antes de seu triunfo, a eclosão de suas mais arraigadas contradições e “reafirmação de seus mais profundos desígnios”: a acumulação de riqueza abstrata (p. 170). Argumentando que já Marx chamava a atenção, tratando das crises comerciais e financeiras, da manifestação epifenomênica da exacerbação especulativa, de concentradas contradições originárias na oposição entre a produção social e apropriação privada, cravadas “nas relações sociais fundamentais, no mundo do trabalho e da produção”. Daí que, sendo a moeda o “agente da lei do valor” e supremo fetiche, ela seria “o fim e o começo do capital”(Idem).

Hoje, para Tauile & Faria, a difusão das novas tecnologias de informação (NTI), especialmente aquelas utilizadas no controle dos instrumentos de comunicação e em equipamentos de automação flexível, implicaria extremar as antigas “tendências do capitalismo produtivo de

negação do trabalho vivo" (p.171). Tendência que não seria nova, pois quase um século e meio antes, Marx, "visionariamente" – afirmam - analisara que deixava o trabalho ser o elemento do comando do processo de produção. Recorrendo ainda à afirmação de Marx, nos *Grundrisse* ("A atividade dos trabalhadores, reduzida a uma mera abstração de atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da máquina, e não o contrário"), eles consideram que já então estaria configurado "as primeiras manifestações do que poderíamos chamar de crise da centralidade do trabalho". Desse modo, haveria também um processo de indiferenciação, , cada vez maior das atividades profissionais, entre si, no contingente da força de trabalho das economias capitalistas centrais, assim como em segmentos econômicos desenvolvidos do capitalismo mais atrasado - num exemplo (curioso) : um piloto de avião e um operador de máquinas-ferramentas com controle numérico, agem e reagem sobre teclados e alavancas similares, na medida do surgimento em telas de símbolos e figuras diante deles (p. 172).

Atualmente, a crise do trabalho nas economias capitalistas mostraria sua face mais evidente "na crise do trabalho abstrato" ; o que seria resultado da crescente preponderância quantitativa do trabalho incorporado sobre o trabalho vivo necessário operante, do incremento gigantesco da composição técnica e do valor do capital. Assim, mais do que nunca o sistema capitalista tem se revelado incapaz de criar emprego suficiente para "manter a dinâmica vigente da reprodução ampliada da acumulação", inclusive na maioria dos países do centro capitalista. Crises de superacumulação de capital - que não conseguem funcionar como capital ou realizar o excedente produzido - são geradas, a partir mesmo de seu próprio funcionamento, mas não se tratando "meramente de crise de subconsumo"; há degradação da coesão social, "fratura do regime de acumulação" (p.p.172-173).

De acordo com Tauile & Faria, as contratendências à lei tendencial da queda da taxa de lucro foram previstas por Marx. Ocorreria, por vezes, no capitalismo contemporâneo, uma sobreposição de sobressaltos correspondentes a uma ruptura de tais limites, vigentes e cadentes, para a extração do excedente (p.173). E uma "saída estrutural" para a crise do trabalho, abstrato que seja, deve ser consensualizada na negociação desde mesmo "a era da informação", acesso para se construir "um importante espaço de acumulação através da redução das desigualdades sociais" (p.174).

Na essência da análise dos autores sobre a problemática em pauta, haveria, pois, "o trabalho negado e o valor mistificado". O que procuram demonstrar a partir dos seguintes argumentos:

- O desemprego, a flexibilização e a precarização do trabalho, são manifestações da crise da relação salarial, que se combina com a ductilidade da moeda e a incerteza do movimento predominantemente deflacionista de flutuações do câmbio e variações dos preços relativos das mercadorias. como resultado, a lei do valor parece desaparecer como fundamento das equivalências denominadas em moeda .

- Simultaneamente, o trabalho tem negado sua propriedade de único criador de valor na atualidade do paroxismo da valorização fictícia do capital na órbita financeira, onde, em grande medida, as rendas dos mais diversos monopólios tornaram-se predominantes sobre o valor do trabalho.

- Na medida em que o emprego é pouco, e nele há crescente maioria de trabalho cada vez mais abstrato (simples e indiferenciado), como se poderá preservar a oportunidade do direito à sobrevivência - numa sociedade baseada unicamente na inserção na estrutura produtiva - quando a oportunidade ao emprego é cada vez mais negada e as instituições da proteção social são atacadas como ineficientes e dispendiosas .

- A crise da centralidade do trabalho abstrato tem um duplo significado, sendo crise do processo de valorização e ao mesmo tempo crise do processo de realização do valor. o que poderia, também, ser verificado no fato de, desde a crise dos anos 70, uma quase estagnação domina a cena econômica mundial – exceção localizadas e breves numa ou noutra nação ou região.

- Como o papel moeda, sem valor intrínseco, foi transformado num *claim* sobre o valor da produção, também o capital fictício tornou-se um *claim* sobre o estoque de capital social; é apenas uma representação de um direito sobre o capital produtivo ou sobre as rendas do governo ou sobre patrimônios em geral. a especulação de ações ou com títulos públicos - em qualquer caso - é uma especulação sobre o potencial de apropriação de trabalho produtivo (p.p.174-176).

3. RIQUEZA CONTEMPORÂNEA E LEI DO VALOR

Inscribe-se num amplo, profundo (e já longo) esforço de construção teórica, a questão da valorização para José Carlos Braga, que avança sobre a base das formulações dos mais importantes economistas e pensadores do problema central do capital financeiro, ontem e hoje. Nuclearmente, não aceitando – no crucial debate sobre a financeirização -

aspectos centrais das teorizações de badalados autores, como F. Chesnais⁹ e G. Arrighi.

⁹ Observo que, em François Chesnais (autor do importante "A mundialização do capital", 1996 [1994]), neste estudo, o centro de sua interpretação secundarizava o comando do capital financeiro na nova dinâmica capitalista. Já no Prefácio à edição brasileira do livro (Ed. Xamã, 1996), Chesnais diz ter efetuado acréscimos significativos em vários capítulos, e não constantes, então, nas reedições francesas; cerca de 40 páginas a mais não teriam mudado "nem a estrutura do livro, nem os eixos centrais da argumentação", mesmo com "alterações substanciais" no que dizia respeito às formas específicas de valorização do capital na forma dinheiro (p. 13). Organizando e apresentando de "A mundialização financeira – gênese, custos e riscos" (Ed. Xamã, 1998), Chesnais passa a ser bem mais claro quanto as limitações de suas teses escritas anteriormente. Porque "A mundialização do capital" baseava-se na idéia de uma etapa a mais da internacionalização do capital produtivo, apesar de destacar o papel das "taxas de juros positivas" sobre o nível e orientação da acumulação, e da financeirização dos grupos industriais. Todavia, "a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo mundial, partia, ainda, das operações do capital industrial" - reconhece Chesnais -, sendo da esfera financeira que se deve "partir", para compreender o movimento e seu conjunto (p. 7). Enfatizando que se deve ser "muito cauteloso" com a utilização dos termos "autonomia" e "autonomização", a propósito do crescimento do capital na esfera financeira ("inchaço"), diz Chesnais que "A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações"; a valorização obtida pelos operadores financeiros, aplicações e arbitragens de ativos, "nasceram invariavelmente no setor produtivo e começaram por assumir a forma de rendimentos que se constituíram na produção e intercâmbio de bens e serviços" (p. 15). Outro, sem dúvida, é o tom que emprega Chesnais em "A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira" (Novos Estudos/CEBRAP, nov. 1998). Pois - destaca - é necessário "superar" a análise da mundialização do capital como uma nova etapa do processo de internacionalização do capital, e reconhecer que estamos diante de "um regime de acumulação plenamente constituído, que é também uma configuração particular do imperialismo"; "da minha parte" - sustenta o economista francês -, "denomino como regime de acumulação mundializado sob dominância financeira" (p.p. 25-26). Logo a seguir, diz Chesnais que "estamos em face de uma economia internacional de valorização de um capital que conserva 'a forma dinheiro' e que busca engordar (passar de D para D') investindo-se sob a forma de aplicações em bônus e ações, mas também sob a forma de empréstimos internacionais aos governos (ou, como no caso da Ásia, a bancos e empresas)"; uma economia internacional de valorização de um capital que conserva 'a forma dinheiro' e que busca engordar (passar de D para D') investindo-se sob a forma de aplicações em bônus e ações, mas também sob a forma de empréstimos internacionais aos governos (ou, como no caso da Ásia, a bancos e empresas)"; uma economia internacional orientada para "transferência de recursos de determinadas classes e estratos sociais e de determinados países a outros, restabelecendo toda a atualidade da noção de 'países rentistas' desenvolvidas pelos teóricos do imperialismo do princípio do século, obviamente Lênin, mas também Hobson e Veblen" (p. 27).

Diferentemente, vêm desde 1985 as pesquisas sistemáticas do economista José Carlos Braga, quando então teoriza sobre a presença da "dominância financeira" na engrenagem do capitalismo - datada por ele nos meados dos anos 60, a partir dos EUA; também sua formulação de "financeirização", em 1988-89 ("A Financeirização da riqueza : a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais"); passando por "Financeirização global - o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo" (In : "Poder e dinheiro - uma economia política da globalização"); e,

Para Braga, a “mundialização” do capital (Chesnais), ou a visão arrighiana de que a expansão financeira atual “é um fenômeno recorrente que marcou a era capitalista desde os primórdios”, não se confunde com a sua : a “financeirização é o padrão sistêmico de riqueza como expressão da dominância financeira” – modo de ser da riqueza contemporânea ¹⁰.

finalmente, seu livro, resultante, “A temporalidade da riqueza : a teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo” (UNICAMP, 2000).

Alinhado com a tradição dos economistas críticos da “Escola de Campinas”, Braga constrói suas teses avançando a partir de Marx, Schumpeter, Keynes e Kalecki; também em várias observações teóricas perspicazes do keynesiano Hyman Minsky. Vamos resumir aspectos de seu estruturado pensamento – por que é disto que se trata mesmo. Para Braga, para além de Chesnais (a seqüência, livre, é nossa):

1. Em Marx, o movimento do capital estabelece a valorização e a concorrência como lei imanente (ao capital), onde capitais particulares colocam-se como capital em geral; donde capitais centralizados diversificam seu espaço econômico de valorização e de suas decisões (investimento, gasto) determinam a dinâmica macroeconômica – “pode-se formular”.

2. O capital não é somente máquinas, equipamentos e instalações, tampouco mercadorias : é também ativos financeiros que rendem juros e dinheiro. Sob a gestão de capitalistas, o dinheiro produz “benefício ou rendimento implícito” por ser reserva de valor, por operar como capital a juros, por sua potencialidade de atração de mais capital, mais créditos.

3. O capital move-se incessantemente entre o dinheiro, os ativos financeiros, as mercadorias ampliando objetos de sua valorização. Na operação crédito/capital a juros o capital converte-se em mercadoria e exprime-se “cada vez mais como puro capital”, no capital por ações, e outros títulos financeiros que representam o direito de apropriação da riqueza.

4. “Sua autonomização” [do capital] se desenvolve nos mercados financeiros que em geral podem valorizar as ações e títulos, ganhando, em seu pleno movimento, a força de circulação do capital como tal. “O capital tem então essa propriedade de colocar-se sob múltiplas formas com a finalidade de valorizar-se”. Ocorre que é esta “autonomização financeiro-monetária [que] pode gerar a valorização fictícia”, pois ela não é regulada pelos “parâmetros da valorização produtiva (taxas de retorno operacionais)”.

5. A concorrência entre unidades de capitais dirige-os para o incremento de lucros, o que por sua vez não implica apenas na capitalização produtiva dos lucros, subsequente concentração de capitais e ampliação das escalas de produção, mas na referida centralização de capitais : a centralização potencializa o seu domínio. Efetivamente, colocam-se diante dos distintos mercados como “um centro de comando financeiro a partir do qual são estabelecidas as estratégias técnico-produtivas bem como as de ordem monetário-financeira” (Braga, 2000, p.p. 196-199).

¹⁰ Segue-se aqui uma interpretação do contido no capítulo 4, parte I, p.p. 150-158, do estudo de Braga.

Nesses marcos, parte da tríade valor-dinheiro-capital, para retomar as formulações marxianas decisivas sobre o valor-trabalho. Onde as mercadorias entre-si exprimem-se como valores, sendo o processo de trocas que determinará o valor de troca. É *a mercantilização da produção que determina o trabalho abstrato como substância do valor*, revelando, a partir da sociabilidade do intercâmbio, cada trabalho como elemento do trabalho social.

Num curso dialético, a generalização do intercâmbio pela sociedade, vinculada ao avanço da divisão social do trabalho, produzem a substantivação do valor de troca *no dinheiro*, que assume a representação do tempo de trabalho abstrato. Somente no comando sobre o trabalho assalariado e os meios de produção é que o dinheiro se transforma em capital, processo de trabalho este que se destina agora não apenas à troca, mas ao incremento do dinheiro como capital, - sua valorização.

Marx - diz Braga -, diferentemente da postulação da economia clássica, demonstra que o dinheiro, no capitalismo, é *a substância trabalho abstrato tornada sujeito*; não apenas um facilitador de trocas, mas que em verdade se subordina ao movimento, como capital que se valoriza. O dinheiro não é neutro : não pode ser dissociado do conceito de capital, tomando-se a análise concreta do valor e das trocas no capitalismo. Também por isso, não tem a ver com a teoria do valor de Ricardo, que infere fundamentar uma teoria dos preços relativos de equilíbrio (preços redutíveis a quantidade de trabalho), ou a de Walras (determinação simultânea de equilíbrio geral, de taxas de salário e de juros reais). Trata-se de revelar que, na passagem das sociedades mercantis, sem capital, para o capitalismo, na compreensão lógica amalgamada à história, verifica-se sim uma lei de valorização do capital. E, no processo de trabalho, a valorização do capital, para Marx, tem por base a teoria da mais-valia.

Ocorre que o capital subverte a lei do valor. Lei que emana de sua própria compreensão - movimento trabalho abstrato-valor-dinheiro. Como valor-dinheiro que se valoriza, "*o capital aponta para a sua autonomização financeiro-monetária*", que passará a exercer papel determinante no comportamento dos preços, em especial aos referentes a ativos de capital, na evolução da renda, do emprego e na própria dinâmica capitalista. Dinheiro, como o trabalho - prossegue o autor -, não é uma mercadoria como outra qualquer. Daí que, contra o classicismo, Marx, lapidarmente, assevera (*Grundrisse*) : "O dinheiro como capital é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode-se considera-la como uma realização

superior, do mesmo modo que pode dizer-se que o desenvolvimento do macaco é o homem”.

A referida autonomização do capital como valor no dinheiro, também não é uma mercadoria como outra qualquer: autonomiza-se, de maneira a criar uma circulação do capital como tal capital, *como capital a juros*, relativamente autônomo às demais mercadorias. Portanto, na análise de Marx, valor/dinheiro/capital implica numa circulação monetário-financeira, vez que o capital é um valor permanente que se multiplica a si mesmo – duplo movimento (permanência e multiplicação) donde imana a determinação financeira a ser representada monetariamente.

Numa síntese:

1. O dinheiro não é somente uma medida de valor e meio de circulação: sua terceira forma é o capital. O capital é relação, processo, sendo a-histórico ou naturalístico considera-lo apenas trabalho objetivado.

2. Nesse processo específico, o “trabalho modificou sua relação com sua condição de objeto: também regressou a si próprio. este retorno consiste em que *o trabalho objetivado no [capital como] valor de troca põe ao trabalho vivo como meio de reprodução desse valor , enquanto que originariamente o valor de troca somente aparecia como um produto de trabalho*” (Marx, apud Braga ; grifos. nossos.).

3. A propriedade “enigmática” do capital em só poder emergir, simultaneamente, dentro e fora da circulação, desvela-se na medida em que compra de mercadorias e venda do produto final, depende do processo de trabalho sob o capital. porque além de produzir as mercadorias, incorpora a mais-valia, o tempo de trabalho não pago, desequilibrando a hipotética equivalência entre capitalistas e trabalhadores na venda e compra da força de trabalho.

4. Na oposição trabalho abstrato/capital, considere-se que, sendo o primeiro a substância social do valor, o valor se converte em valor progressivo, em dinheiro progressivo, ou em capital. no processo de valorização, o verdadeiro não-capital é o trabalho, o que resulta na redundância do trabalho vivo. Enquanto que o capital só se revela mercadoria plena como dinheiro-capital a juros. A valorização, então, multiplica o dinheiro inclusive ficticiamente. Por sua vez, a monetização fictícia do lucro torna real a valorização fictícia: encontra-se assim a circulação financeiro-monetária com a instância plena da dominação do capital.

4. COMO COMPREENDER ESSAS TRÊS VERTENTES DO DEBATE? (ALGUNS COMENTÁRIOS)

Nas 138 páginas estudo de D. Guerrero, recentemente escrito, não há, literalmente, sequer uma linha, referente à questão central da análise sobre o valor-trabalho hoje, ou seja, o movimento dominante do capital de financeirização da riqueza¹¹. Evidentemente, o que dispensaria qualquer outro comentário.

Não obstante, não é verdadeiro - ou no mínimo é deformada - a visão de Guerrero, quando se baseia nos pressupostos filosóficos de Bunge, acima descritos. Porque, para além da dimensão teórico-lógico-histórica da categoria valor-trabalho, está suposto n'O Capital, para Marx (e Engels) que : a) o trabalho é atividade racional do homem, com o qual ele adapta os objetos da natureza assim buscando satisfazer as suas necessidades; b) ao criar sobre a natureza, o trabalho humano transforma a si, desenvolvendo sua cultura material, espiritual e suas aptidões físicas e também espirituais; c) na natureza radica a vida humana, cuja racionalidade do trabalho do homem pressupõe a construção de meios de trabalho sobre o objeto do trabalho - meios de produção sobre os quais a "adição" humana configuram as forças produtivas. É nesta dimensão - e não noutra - que repousa o traço essencial da centralidade antropológico-filosófica do trabalho em Marx. A

¹¹ A questão vem sendo examinada e destacada - até certo ponto de maneira exaustiva - , por inúmeros economistas da "Escola de Campinas". Tendo como marco o estudo de L. Belluzzo "Valor e capitalismo - um ensaio sobre a economia política" (UNICAMP/IE, 1998, 3ª edição [1980], registro aqui duas abordagens que guardam coerência evolutiva sob à temática. Frederico Mazzuchelli (1985), já indicara, numa teorização estrutural do capitalismo comandado pelos monopólios : "O próprio funcionamento deste sistema, por sua vez, dá origem - através da multiplicação das relações de débito e crédito - à proliferação de títulos financeiros que passam a ter uma circulação e valorização próprias. Desta maneira, *o desenvolvimento histórico do sistema de crédito coincide com o processo lógico de autonomização do capital a juros*, no sentido que ambos apontam para a estruturação de um circuito financeiro que inclui a mobilização e centralização do capital monetário e a valorização "fictícia" do capital "(p. 93.; grifos do autor). Em "A desordem do trabalho", publicado em 1995, Jorge Mattoso abre a análise sobre o novo padrão industrial e do trabalho, afirmando que, na atualidade, "Esta ofensiva *do capital reestruturado sob dominância financeira* reverteu o longo período de realinhamento de relação capital/trabalho, relativamente favorável ao segundo e golpeou o trabalho organizado, que, na defensiva, sofre mutações e perde parte do seu poder político, de representação e de 'conflitualidade'" (Mattoso : 67; grifos nossos).

(sofrível) interpretação de Guerrero nos conduz a um reducionismo caricatural duma economia política “economicista”, adornada na vontade de filosofar fora de hora.

Caricatura na qual Guerrero é repetitivo (e sectário), o que pode ser percebido, sem qualquer esforço, quando peremptoriamente acredita numa “completude” inexistente em Karl Marx. Ao contrário desta tolice, Braga, por exemplo, (cap. 4, III) assevera – à base de fartos argumentos –, *hoje*, ser o movimento efetivo da taxa de lucro fenómeno “mais rico do que a lei de tendência de Marx”.

Nessa questão crucial, vale a pena resumir a conclusão do debate que trava - incluindo Marx, J. Hobson, M. Kalecki, J. Keynes, M. Tavares, L. Belluzzo, F. Mazzuchelli, H. Lefbvre (e outros menos cotados como M. Possas e J. Giannotti). Há dois descaminhos (lei tendencial da queda da taxa de lucro), diz Braga: um primeiro, daqueles que lêem nela uma direção determinada, de trajetória efetiva de declínio secular, mas facilitam a “destruição” da obra de Marx “bloqueiam” a possibilidade de interpretar o mundo hoje a partir de uma leitura adequada. O segundo, percorrido por aqueles que desqualificam a lógica da contradição, pretendendo eliminar “a questão no plano da lógica formal”.

“Desqualificação”, aliás, que é a tônica argumentação-rotulação que procede Guerrero. Em sua ânsia classificatória, há, inclusive uma corrente do “marxismo leninista-kaleckiano”, diz ele; aduzindo (em concordância com um tal de Sr. Blaug, aliás “desmontado” por Belluzzo; 1998: 112-113) que seria, o eminente marxista polonês, “uma espécie de Keynes com monopólios”. Delírio ou algo mais?

Por outro lado, como se viu, a distinta caracterização de Braga sobre a financeirização, dificultaria uma concordância com o interessante ensaio de Tauile & Faria. Por que?

Porque, 1) o padrão contemporâneo de riqueza internacional seria marcado por a) mudança do sistema monetário-financeiro com o declínio da moeda e dos depósitos bancário como substrato dos financiamentos substituídos pelos ativos que geram juros; b) securitização que interconecta os mercados crédito e de capitais; c) a tendência à formação de “conglomerados” de serviços financeiros”; d) intensificação da concorrência financeira; e) ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas; f) transnacionalização de bancos e empresas; g) variabilidade interdependente de taxas de juros e câmbio; h) déficit público financeiro endogeneizado; i) banco central market oriented; j) permanência do dólar como moeda estratégica mundial (Braga : 274).

2) E ainda porque – e também pelas caracterizações acima elencadas -, parece tratar-se de um “forçar de mão”, querer enxergar no desenvolvimento das expansões financeiras remotas do capitalismo originário – a exemplo daquela acompanhou o colonialismo britânico, destacadamente entre os séculos XVIII-XIX, transformando o império em exportador de capitais -, fenômenos iguais aos da nova dinâmica da financeirização “global” do capital dos nossos dias.

É evidente que a teorização de Braga conduz a uma concepção sobre o movimento e a perspectiva dos processos de valorização capitalista muito mais convincente que os de Tauile & Faria. Para aquele autor - numa formulação nodal - as mudanças e o “modo de ser” de fabricação da riqueza indicariam uma economia não colapsante, de movimento conjuntural sequenciado por recessão-recuperação-recessão; o tendencial estrutural apresentar-se-ia como instabilidade-expansão-instabilidade, “com possível constituição de uma crise propriamente dita. Uma crise de reprodução” (idem :320).

Ou seja, não só pelos pressuposto teóricos – de um “inchaço” do capital financeiro - mas também pelas conclusões - “crise do trabalho abstrato” ou “valor do trabalho negado” - pelo *caráter paroxístico atual da órbita financeira*, Tauile & Faria deixam transparecer ter esquecido uma das conclusões centrais de Marx, n’O Capital : “A contradição expressa em termos gerais, consiste em que, de uma parte, o regime capitalista de produção tende ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, *prescindindo do valor e da mais-valia nele implícitos* e prescindindo também das condições sociais dentro das quais se desenvolve a produção capitalista, enquanto, por outra parte, tem como objetivo a conservação do valor-capital existente e sua máxima valorização” (MARX, apud Mazzuchelli : 30; grifos. nossos).

Finalmente – e a propósito das perspectivas, e do “duplo movimento” identificado por Braga -, é bom não esquecermos uma das lições magistrais do mesmo Marx. Se fenômeno não é essência – dizia -, eles formam uma unidade na diferença. Unidade no sentido de que o fenômeno é a base ontológica objetiva da essência. Diferença no sentido da determinação real dos processos, pela essência – o deve(r)-ser, ou devir, ou do conjunto de relações visto, incontornavelmente, no seu próprio movimento histórico.

Trocando em (“grandes”) miúdos: a dinâmica da valorização capitalista contemporânea, de financeirização da riqueza, não conseguirá manter-se, tendencialmente, numa espécie de pêndulo. O duplo movimento acima referido é uma manifestação *imediata*, no ambiente da

"globalização financeira", das contradições oriundas do desmantelamento do sistema financeiro internacional acordado em Bretton-Woods, no pós-2ª Guerra. Contradições formidavelmente acrescidas à natureza assimétrica e perversa que é imanente desse modo de produção, a partir mesmo do "chão da fábrica", donde emana, originariamente, o valor-trabalho.

Mas como compreender a dinâmica financeirização, a instabilidade e as manifestações reais da globalização neoliberal, numa das variantes centro-periferia do capitalismo?

II - CRISES FINANCEIRAS, GLOBALIZAÇÃO E AMÉRICA LATINA

Referindo-se à natureza e as consequências do colapso financeiro "global", de 1997-8, Michel Chossudovsky (2000), bem se acerca do problema – costurando-lhe as "duas pontas". Segundo afirma, no desdobramento do período posterior à Guerra Fria: a) a humanidade vivencia uma crise econômica a uma escala sem precedentes que leva ao empobrecimento¹² acelerado de grandes setores da população do mundo; b) quando da queda virtual das moedas nacionais em todas as regiões do mundo, desestabilizaram-se as economias nacionais e países inteiros foram empurrados a uma pobreza desastrosa c) hoje, os principais bancos e agentes da bolsa de todo o mundo são ao mesmo tempo credores e especuladores institucionais; d) no atual contexto, contribuem (através dos seus assaltos especulativos) para desestabilizar as moedas nacionais, aumentando assim o volume de dívidas denominadas em dólares. Segundo o pesquisador canadense, a guerra financeira também adota instrumentos especulativos complexos, incluindo toda a gama do comércio de derivativos, transações de futuros de comércio externo, fundos indexados, etc; onde instrumentos especulativos são como o fim último do seqüestro da riqueza financeira e de adquirir o controle sobre os ativos produtivos. Uma acentuada agressividade marca a corrida pela

¹² Após a crise financeira e econômica do sudeste asiático, esta pobreza proliferante, nos discursos do Banco Mundial, passou a apresentar mudança de tom. Note-se o discurso de seu presidente: "Tudo que estamos fazendo no continente (América Latina) visa obter uma melhor distribuição de renda". (...) A questão para nós, é descobrir como podemos reduzir o número de pobres" (F. de S. Paulo, 22/9/1999, 2- p. 7). Pouco antes, J. Wolfensohn declarou perante à Assembléia de governadores dos EUA (28/9/1999) : "Aprendemos que devemos colocar a pobreza à frente e no centro. Aprendemos que devemos tomar o social e o estrutural junto com o macroeconômico e o financeiro" ("Coalizões para a mudança", in : Banco Mundial 2000 [1999]).

riqueza global, e a crise financeira se elevava perigosamente, passando os bancos e os especuladores internacionais, ansiosos a exigirem um papel mais direto na formação de estruturas financeiras que lhes sejam vantajosas e controladoras de seus interesses em qualquer país¹³.

Mais concretamente, a crise de 1997 que levou de roldão alguns países do Leste e Sudoeste da Ásia, teve uma marca mais ou menos comum: capitais voláteis de curto prazo, relativamente às reservas disponíveis detonaram seus regimes cambiais, advindo uma gigantesca onda especulativa e fuga de capitais. Como diz C. Medeiros, as causas imediatas do colapso do câmbio e dos preços dos ativos domésticos foram: a) a abertura e desregulamentação financeira; e, b) a valorização da taxa de câmbio real (MEDEIROS, 2001; tb. CARNEIRO, R., 1999).

De fato, como disse Chossudovsky, essas são estratégias francamente deliberadas e "globais" : o Brasil e outros grandes países da América Latina ¹⁴ foram também capturados pela "bolha" financeira; ou

¹³ Chossudovsky transcreve então as palavras emblemáticas do então primeiro ministro da Malásia, Mahathir Mamad: "Esta desvalorização deliberada da moeda de um país pelos especuladores com divisas, unicamente para obter ganhos, é a *negação dos direitos das nações independentes*" (idem). Cf. Chossudovsky : "Guerra financeira", 05/2000, In : [http : // resistir.info](http://resistir.info); grifos nossos.

¹⁴ Mirando mais de perto essa démarche latino-americana, resguardando-se as singularidades nacionais, Brasil, México e Argentina - países que alcançaram maior estágio na industrialização latino-americana -, na passagem do século XIX para o XX, constituíram também um tipo particular de capitalismo, ao que J. M. Cardoso de Mello denominou de "Capitalismo tardio". Dito de outra forma, a rigor, demorou-se cerca de 100 anos (1870-1970) para que o Brasil, a exemplo, completasse, deformadamente, o ciclo da II Revolução Industrial, havia um século ocorrido nos principais países capitalistas centrais. Industrializações retardatárias, nuclearmente dependentes de tecnologia e financiamento. Os traços fundantes de economias e sociedades exportadoras de produtos primários, modificaram-se somente no terremoto da Grande Depressão no capitalismo central, que, grosso modo, abala o Continente entre 1929-37. Apesar da profundidade depressiva, com grande fuga de capitais internacional, há imobilização no comércio e finanças internacionais, e a América Latina supera uma fase industrial baseada em têxteis, calçados e vestuário, sendo incipientes a química, metalurgia e materiais de construção. Problema bastante atual, excetuando-se a Bolívia e o Paraguai, os outros países sul-americanos e o México desvalorizam fortemente o câmbio, suspendem os pagamentos dos serviços das dívidas, controlam drasticamente o câmbio e elevam tarifas de importação.

Por sua vez, a industrialização por substituição de importações tem como principal motivo a limitação da capacidade para importar : máquinas e equipamentos estrangeiros são pagos em dólares com o valor das exportações de produtos primários; ocorre "escassez de divisas", geralmente junto aos crônicos desequilíbrios da balança de pagamentos, crises e desvalorizações cambiais.

Como bem nota Wilson Cano, de 1930 a 1950, líderes industrialistas e nacionalistas (Perón na Argentina, Paz Estenssoro na Bolívia, Vargas no Brasil, Ibañez no Chile, Cárdenas no México, Alvarado no Peru e Caldera na Venezuela) enfrentaram as

seja, especialmente nos anos 90, à medida que executaram programas de estabilização, sob a tutela de liberalização dos mercados financeiros internacionais, mais reféns ficaram do movimento de concentração e centralização do capital em escala mundial; o que vulnerabiliza as alternativas macroeconômicas, tanto quanto os graus de dependência do financiamento externo dos apelidados mercados emergentes. Como tinham advertido Coutinho & Belluzzo, as armadilhas e os constrangimentos macroeconômicos para os países latino-americanos poderiam custar longos anos de sacrifício e estagnação; depois dos anos 80, tornou-se "trágico" a vulnerabilização submissa à pletora de capitais (especulativos) dos anos 90 (COUTINHO, L., BELLUZZO, L., 1996).

Efetivamente, a crise capitalista dos anos 70, e como vimos, bruscas alterações na política monetária norte-americana e a recessão mundial (1980-82), novamente abalaram a América Latina. Daí porque em quase todos os países da região, os anos 80 foram reconhecidamente como os da "década perdida", consumando-se o chamado "ajuste exportador" para o pagamento dos juros e serviços de brutais dívidas externas, contraídas principalmente nos anos 70. Aparece com força o desemprego industrial e inicia-se a desestruturação do mercado e trabalho. Em 1989, quando surge o Mercosul, o "Consenso de Washington" espalha-se como receituário neoliberal sistemático na região, sendo o momento crucial de abandono de projetos nacionais de

"pressões externas e internas". Nesse curso, o Estado passa a cumprir papel decisivo para suprir as debilidades do capital nacional e o "desinteresse" do capital estrangeiro; fabrica-se petróleo, aço, produtos químicos básicos, infra-estrutura, bancos, transportes, energia e telecomunicações. Não só: a luta pela industrialização assume caráter progressista (Cf. W. Cano, "Soberania e política na América Latina", Unicamp/Unesp, p.p. 15-21). Nesse trânsito de uma região de vida concentradamente rural, para a constituição de sociedades preponderantemente urbanas, a população nas cidades salta de 40,9%, para 63,9% (1940 a 1978). E o que é marcante : a produção industrial latino-americana, no período de 1950 a 1977, ultrapassara, efetivamente, aquelas da Europa e dos EUA. Há lenta diminuição da pobreza - antes massivamente rural - não obstante a concentração de renda, em arremedos de democracias constantemente interrompidas por golpes e ditaduras, bem como por políticas sociais residuais. Porém, um processo de industrialização desigual, ou "truncada", na denominação de Fernando Fajnzylber. (In: "América Latina : razões da rebelião contra a ordem", de A. S. Barroso, Revista Debate Sindical, set./out.nov/2002).

desenvolvimento, pela vassalagem dominante, subordinando as nações à "chuva de capitais especulativos".

Num resumo, os anos 90 resultaram, para todos os países da região (à exceção de Cuba), com maior ou menor intensidade em : (a) aumento pouco significativo da capacidade instalada, pois o capital estrangeiro se dirigiu em grande parte à aquisição de empresas existentes, em especial estatais; (b) acentuada desnacionalização da economia, em especial em setores de infra-estrutura que foram privatizados; (c) expansão do desemprego, do subemprego e da marginalização devido à automação e à "racionalização"; (d) pequena expansão em valor das exportações e grande expansão das importações, com déficit comercial significativo; (e) dolarização progressiva, ostensiva ou disfarçada, da economia; (f) lento crescimento econômico e até estagnação e recessão; (g) desarticulação das agências do Estado; (h) evasão crescente de divisas e de cérebros; (i) incremento do narcotráfico, crime organizado e tráfico de armas; (j) eclosão de rebeliões indígenas, agravamento de conflitos sociais e animosidade racial; (k) proliferação da corrupção em altos escalões do Governo e em setores empresariais ¹⁵.

Mas o desemprego na América Latina tem como principal causa a redução do crescimento econômico, e não problemas de tecnologia ou da "racionalização". Assim, tendo o PIB per capita médio estagnado em 1,7%, entre 1990-98, de acordo com o Banco Mundial, em toda a década de 90, o crescimento econômico médio foi inferior a 3%. Em termos de "exclusão social", evidenciava-se (2001) a existência de 44 % da população em estado de pobreza, 18% em situação de indigência (ou 224 milhões de pobres e 90 milhões de indigentes); os diferentes tipos de "informalidade" resultam da geração de 80 em cada novos 100 postos de trabalho que são caracterizados pela precarização, desproteção social e com níveis de salários reais, de maneira geral considerados inferiores aos de 1980! Ou ainda: em toda a década de 90 a região, ao crescer a uma média de menos de 3%, isto significaria um avanço em relação às taxas dos anos 80 (de 1%), mas seria menos da metade dos 6% médios dos anos 60 e 70 ("Diálogo Interamericano", cf. MARTINEZ, O., 2002)

A OIT, em seu ("Panorama trabalhista 2002, evolução do primeiro trimestre") indicava que o PIB latino-americano reduziu-se 3,6% no período, em comparação com o primeiro trimestre de 2001. A taxa regional de desemprego aumentou para 9,4%, contra 8,1% no mesmo período do ano passado. Argentina, a Colômbia, o Uruguai e o Equador seriam os países mais afetados pelo desemprego. O documento registra que o atual índice de desemprego é o *mais alto dos últimos 30 anos* e

¹⁵ Ver : "Globalização e eleições", de S. P. Guimarães, em Agencia Carta Maior, 7/2002

pode chegar a 10% até o fim do ano. Avança assim a desestruturação: a taxa de homicídios na América Latina cresceu em quase 100%, na década de 90, em relação aquela dos anos 70 e 80, informou, no início deste ano, o insuspeito BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para quem isto ocorreu como “uma consequência direta da piora socioeconômica, do aumento da pobreza e da concentração de renda”. Finalmente, a economia latino-americana poderia ter crescimento nulo ou negativo segundo um informe (18/6/2002) divulgado pela Cepal/ONU, que previu um PIB abaixo de 0,5%.

Identifiquemos agora os vetores determinantes dessas políticas dos anos noventa, aprofundando os elos centrais na dinâmica “centro-periferia”. Apontando ainda, o que nos parece fundamental: no interior da crise involutiva perpetrada pela globalização neoliberal, permanecem em desenvolvimento certas “contra-tendências” em que se debate a reprodução endogenamente assimétrica do capital.

III. GLOBALIZAÇÃO, MOVIMENTO DESIGUAL E HEGEMONIA

De pronto, consideramos fundamental distinguir a justa crítica sobre a enorme propaganda ideológica embutida nos signos da globalização, de uma outra visão bastante difundida e acentuante num certo significado “mitológico”¹⁶. De uma parte porque já no século XIX se formara e se uma economia capitalista mundial (ou “global”) sob hegemonia britânica, que veio por se expandir sistemicamente com a configuração dos Estados soberanos a nível mundial no século XX : “a novidade”; nada tendo isso a ver com ignorar os impactos de celeridade espacial/temporal das novas tecnologias da atualidade (FERNANDES, L., 1998 : 228; CARDOSO DE MELLO, J ., 1997). De outra parte porque apenas aludir à concentração de tecnologia/investimentos/riqueza internacionais no capitalismo avançado, é insuficiente para dimensionar possibilidades alternativas no desenvolvimento capitalista, desigual (*mas*

¹⁶ Para uma interpretação sobre esse enfoque, ver de P. .N. Batista Jr., “A ideologia da “globalização”, 1997. De acordo com Batista Jr., apesar da “rápida expansão das transações internacionais nos últimos trinta anos, os movimentos líquidos de capital, em relação ao tamanho das economias, ainda são menores do que foram nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial”; afirmando adiante : “Em um país como nosso... a difusão extravagante sobre a suposta ‘globalização’ ou ‘mundialização’ da economia tem produzido estragos consideráveis” (ver o Prefácio de “Globalização em questão”; P. Hirst & G. Tompson, 1998). Segundo James Petras, constitui “mito” a formulação: neoliberalismo é um fenômeno universal; “globalização” e “guardiãs da paz”, seriam novas palavras códigos representativas dos “esforços do imperialismo norte-americano para assegurar a dominação mundial e a intervenção militar a fim de aniquilar os regimes desobedientes” (Petras, 1999 : 38 e 41).

móvel) desde às raízes. Que se esclareça melhor o significado atual dos vínculos "centro/periferia".

Como foi visto, se parece absoluto que a globalização neoliberal amplifica o fenômeno da concentração de riqueza financeira, tecnologia, investimentos e poder militar - este, excepcionalmente nos EUA - na "tríade" (EUA, Japão e a União Européia/ Alemanha), está longe de ser absoluta a sentença exemplificada por F. Chesnais, onde, no doutrinário do Banco Mundial, os países da periferia praticamente não mais apresentariam interesse econômico ou estratégico; que eles seriam "pesos mortos, pura e simplesmente"; ou mais enfaticamente ainda : "não são mais países destinados ao desenvolvimento" e sim "áreas de pobreza" (CHESNAIS, 1996 : 37-38). Vimos entretanto acima as preocupações discursivas estratégicas do Banco Mundial.

Precisamente aqui, façamos um paralelo de como coloca a questão G. Arrighi (que inclui o Brasil, abstratamente, em suas considerações analíticas), tampouco longe de ser convincente ¹⁷.

Tais formulações de Arrighi, claramente generalizadoras, nos colocam diante de uma espécie de "hibernação" *ad infinitum* da teoria do "desenvolvimento desigual" do capitalismo, assim como de um precário mimetismo das teses principais da CEPAL : um esquematismo resultante numa análise que exclui as possibilidades reais dos dinamismos econômicos (e sociais) endógenos já ocorridos em vários países periféricos dependentes¹⁸. Sob outro prisma, poder-se-ia dali entender

¹⁷ São as seguintes, algumas conclusões de argumentação apresentadas no ensaio de objeto preciso "A ilusão desenvolvimentista", de Arrighi, 1997: 1) as relações do "núcleo orgânico-periferia" não são determinadas pelas combinações específicas de atividades, mas pelo resultado sistêmico do vendaval perene de destruição criativa e não tão criativa, engendrado pela disputa pelos benefícios da divisão mundial do trabalho; 2) a riqueza dos Estados do núcleo orgânico não pode ser generalizada porque é baseada em processos relacionais de exploração e de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial; 3) os Estados semiperiféricos podem ficar à frente da pobreza dos Estados periféricos, mas "enquanto grupo", nunca podem transpor o "golfo" separador de sua riqueza daquela "oligárquica" dos Estados do núcleo orgânico - mesmo o êxito das lutas contra a exploração/exclusão dos países leva a uma auto-exclusão "dos acessos aos mercados mais ricos e às fontes mais dinâmicas de inovações"; 4) nem todos os Estados (periféricos) podem se ousar tornar semiperiféricos; 5) olhando-se os últimos 50 anos, o núcleo orgânico, a periferia, a semiperiferia, enquanto posições estruturais, estão tão separadas hoje quantos sempre estiveram (Cf. ARRIGHI, op.cit. 1997 : 214, 217, 219, 228-229).

¹⁸ Uma das conclusões críticas à teoria da CEPAL, subjacente na dinâmica pós-1929-33 da industrialização "retardatária" latino-americana, é assim descrita por J.M. Cardoso

uma visão antípoda às referenciadas formulações de Alexander Gerschenkron, sob o "princípio organizador" dos diferentes tipos de desenvolvimento dos países europeus; no qual, sendo o problema o atraso no início da industrialização, "uma vez superado o grau de atraso estrutural inicial todos os países convergiriam para um padrão único ou para uma evolução linear" (FERNANDES, L., 1992 : 70-71 ; OLIVEIRA, C., 1985 : 87).

Numa outra perspectiva daquela de Arrighi, C. Furtado, discutindo problemas da relação desenvolvimento, tecnologia e globalização, pergunta: - Por que essa tirania da tecnologia? Por que devemos nos submeter, destruir o que já tínhamos como valores? A tecnologia vedete, de ponta, responde Furtado, "aumenta o poder de alguns grupos e na economia quem tem poder tem participação maior na renda. (...) Mas a boa verdade é que a distribuição de renda é um fenômeno político que reflete a relação de poder em uma sociedade, e não a situação do mercado" (FURTADO, 1997:78).

Também em direção oposta às análises simplificadas, são esclarecedoras as formulações de Wilson Cano, sobre os efeitos das políticas neoliberais. Em "Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil - 1970-95" (1998), Cano vai direto às implicações dessas políticas entre nós (América Latina, exceto Cuba), a partir de 1990. Onde se pode ver, num resumo de algumas de suas conclusões: 1) o Estado nacional e os governos locais estão sendo levados à quebra, o que paralisa "quaisquer intenções de planejamento" (p. 349); 2) abertura, desregulamentação e privatização, potencializam os feitos perversos da III Revolução industrial (substituição de trabalho e de insumos tradicionais, automação, informatização, concentração privada do capital, etc. - *ibidem*); 3) na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estabelece-se para os últimos uma predeterminação de suas eficiências competitivas que "difícilmente serão ampliadas", sendo "ilusão" pensar no poder transformador da modernização e competitividade trazidas pelo neoliberalismo aos países subdesenvolvidos (p.350); 4) para estes, não há, no discurso do neoliberalismo, espaço para equidade, pois em verdade "faleceram as políticas tradicionais de desenvolvimento regional em quase todos os países" (p. 351).

de Mello, em seu estudo "O capitalismo tardio": "(...) em suas linhas basilares, a problemática em que se move o paradigma cepalino: a problemática da industrialização nacional a partir de uma situação periférica... na oposição entre o desenvolvimento econômico da Nação... e uma determinada divisão internacional de trabalho que a havia transformado numa economia reflexa e dependente. (...) *Daí não haver nem sombra de um esquema endógeno de acumulação*" (Mello, 1982 : 95; grifos. do autor).

Nessa crucial questão, primeiramente, constitui grave equívoco isolar o complexo problema da defasagem e da produção tecnológica – ou interpretar este fenômeno concreto de maneira a-histórica –, do tipo de políticas econômicas contemporâneas severamente restritivas ao crescimento econômico; pois (quase) se decreta poderes divinos às inovações tecnológicas e termina por estabelecer uma rota inexorável para o não-desenvolvimento.

Ora, se é verdade que no caso brasileiro levou-se cerca de 100 anos (em relação ao centro capitalista) para consolidarmos nossa inserção no domínio dos processos da II Revolução Industrial, e mesmo considerando “ainda mais difícil” a passagem à III Revolução Industrial ainda em curso, W. Cano, imaginara este atraso hoje “em torno de 15 a 20 anos”. Porém, avesso ao fatalismo, ele não só localiza precisamente qual o tipo de nossas dificuldades atuais existentes do setor industrial, (a exemplo siderurgia, mecânica, automobilística, autopeças, complexo eletrônico, petroquímica, papel e celulose, farmacêutica, têxtil e confecções, e couro e calçados), como apresenta toda uma plataforma de uma “alternativa do possível e do necessário”, baseada numa agenda de reformas estratégicas e políticas públicas; para “derrubar o discurso ideológico e as receitas neoliberais” aqui se que tenta impor (CANO, 1994 : 21-46).

Noutra linguagem: a globalização, que se interpreta como um movimento do capital mais distanciador das novas tecnologias aos países capitalistas “tardios”, faz-se acompanhar de políticas econômicas (neoliberais) interessantes às grandes corporações do capitalismo avançado e seus Estados.

Mas não é só. Sucessivos estudos de Otaviano Canuto, provam a existência indiscutível de um aprendizado tecnológico nas experiências de industrialização “pesada tardia”. Examinando os casos distintos da Coreia do Sul e do Brasil, Canuto diz, entre muitas outras conclusões, que, o “ritmo de aprendizado é uma variável que depende da intensidade do esforço local como da assimilação, modificação, e adaptação da tecnologia recebida”, etc.; e mais especificamente : “A capacidade da política industrial brasileira quanto ao aprendizado tecnológico segue dependendo estritamente de sua capacidade de reativar mercados, e não no sentido inverso” (ver, p.ex. CANUTO, 1993 : 180 e 189). Lógico aqui inferir que isso é muito diferente da absolutização do “vendaval perene” professada no citado estudo de G. Arrighi.

Além disso, uma questão importante nessa discussão é que é inaceitável a caracterização definitiva dos impasses do

"desenvolvimentismo". Até porque, na atualidade, a *teoria do desenvolvimento econômico dos grandes sistemas heterogêneos, social ou culturalmente, ainda está por ser escrita* (FURTADO, 1998-b: 44; grifos. nossos).

No caso do Brasil (que Arrighi inclui na "semiperiferia"), com sua trajetória histórica e suas potencialidades, "o acesso ao mercado internacional despenhou papel apenas coadjuvante na promoção do desenvolvimento, sendo o impulso principal gerado internamente" (FURTADO, idem: 43). Para Furtado, no desenvolvimento do capitalismo em geral, o aumento do poder de compra da massa dos trabalhadores "desempenhou papel primordial" (refletindo a pressão das forças sociais que lutam pela elevação de seus salários), só comparado ao poder da inovação técnica. Em contraste - diz -, a globalização atual "desarticula a ação sincrônica" dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais (idem: 28-29; tb. POCHMANN, M. 1995). Assim, tendo tido o país no passado (pós-30) um papel decisivo do Estado no lançamento das bases do seu sistema industrial, seu dinamismo fora "especificamente fundado" na expansão do mercado interno, transformando-se por volta de 1975, na "fronteira em expansão mais rápida do mundo capitalista" (idem : 39-41).

Retomando emprestada novamente a idéia de Marx, o fato é que reaparece o fenômeno referido da "devastação". Como sub-produto do movimento do capital, "imantado" ao estágio processador dos circuitos da valorização capitalista. Daí o impacto - *assimétrico mas simultâneo* - provocado também no desenvolvimento econômico nacional/regional em geral. Podendo, em última instância, "uma cidade ser um lugar central numa dimensão, mas periférica em outra" (KON, A., 1998 : 52).

São por isso bastante instrutivas as observações do estudo de Edward Soja, sobre as mudanças ocorridas nas cidades que se desenvolveram em torno de Los Angeles, no sul da Califórnia, EUA - império da globalização neoliberal ¹⁹ . Reestruturação que Soja interpreta também resultante num mercado de trabalho crescentemente segmentado e polarizado. A reestruturação de Los Angeles - afirma -

¹⁹ Em torno da cidade de Los Angeles, e outras "quatro cidades exteriores", constata ele ter sido "mais devastadora a desindustrialização pós-fordista". Contendo em seu conjunto o chamado Aerospace Alley (a maior concentração do complexo industrial-militar norte-americano), Moreno Valley, região da quarta cidade exterior, transformou-se numa "favela suburbana pós-moderna", disseminando pela região urbana umas das populações mais desabrigadas do país. Vista regionalmente, a nova metrópole apareceria hoje como um "caleidoscópio" de modelos desenvolvimento desigual em rápida mutação (Soja, 1998 : 157-163).

"aprofundou a miséria mesmo sob condições de franco desenvolvimento regional".

Como nota também Georges Benko, na medida em que hoje cresce de importância a esfera das finanças e centros de comando nas grandes empresas, reforça-se o papel do que caracteriza como "cidades globais" e os potenciais urbanos, econômicos e espacial das atividades financeiras nas grandes cidades – suas estruturas sofrerão, "talvez", consequências "devastadoras" ²⁰.

Visto o fenômeno sob o ângulo do recente processo de integração regional e sub-regional latino-americana, Pablo Ciccolella conclui não ser improvável prever a "*desconstrução e a reconstrução de territórios*", seja nas áreas de contato entre os países membros ou em áreas industrializadas no Mercosul - algumas áreas terão o crescimento estimulado pelos impactos, ou o verá inibido, declinando ²¹.

No âmbito de um dos países de industrialização "retardatária", fenômenos similares aos interpretados por Benko e Soja - quanto a evolução atual da denominada "cidade regional" -, são encontrados na periodizada análise de Maria L. Silveira, acerca da região nordpatagônica Argentina (concentradora de 43,4% da produção total de petróleo, 58% da produção de gás e de 30% da energia hidroelétrica) - no subespaço de Neuquén e Rio Negro ²²

²⁰ "As relações que cidades como São Paulo, Londres ou Frankfurt mantêm com Paris, Nova York e Tóquio, são muito mais importantes do que as que podem ter com suas instituições regionais ou nacionais". Nos "sistemas locais com ambientes inovadores", o mais comum são as trocas comerciais interterritoriais (internacional), onde as vantagens de diversificação de recursos e extensão dos mercados desdobram-se no seu *hinterland*, como meio para "retomar" um desenvolvimento eficaz; não se trata - posiciona-se - do do "modelo centro-periferia, tão caro à ciência regional dos anos 70" (Benko, 1998 : 58-59 e 64).

²¹ Ciccolella afirma que, se tem sido comum grandes regiões industriais antes erguidas (siderurgia, metalurgia, têxtil, etc.) estarem hoje em declínio, nota-se que as emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia), não eram significativas ou compromissadas com aquelas áreas. Na Argentina, Brasil, México, Chile e Venezuela, diz, observam-se "processos de desativação e reciclagem de infra-estrutura-chave para a articulação regional", em áreas que não apresentam vantagens competitivas de per se (Ciccolella, 1998 : 101-105).

²² Na modernização contemporânea regional, há perda de função anterior regional da cidade, tornando-se uma intermediária da metrópole, ainda mais populosa e com mais serviços; adquirindo novas funções de uma especialização produtiva com modernos

Esclarecedoras, tais experiências demonstram fenômenos coincidentes em várias partes do mundo. Mas é necessário acrescentar elementos que ajudem a identificar processos desta globalização, modificando o movimento econômico fundamental de "polarização" que interage na própria desigualdade regional capitalista. Interage e orienta esse movimento, alavancado pelos instrumentos estatais e as engrenagens de financiamento e de poder. Porém, contrabalançado pelos nexos endógenos e motrizes de suas dinâmicas nacionais/regionais.

Uma identificação auxiliadora diz respeito aos impactos da globalização ou das diferentes dimensões, que o programa neoliberal passou a ter nas estruturas econômicas e sociais nacionais (e em regiões), em função das condutas dos Estados e de políticas implementadas - principalmente as industriais, tecnológicas e do trabalho.

Neste sentido, registra-se em praticamente quase todos os países da OCDE, iniciativas de política industrial e tecnológica, desde o final dos anos 80. Readequação de caráter protetivo à abertura ao exterior, distinta das políticas dos anos 50, 60 e 70 - reconstrução e restauração econômicas -, buscando-se integração das políticas tecnológicas e comerciais, nos anos 90 (ERBER. F., & CASSIOLATO, J. 1997: 47-57). Essas e outras políticas foram de reforço ao desenvolvimento nacional/regional, em países da OCDE - nos EUA a nível estadual -, tradicionalmente associadas aos países em desenvolvimento, lembram os autores. Ainda assim, mesmo no capitalismo central, aparece também deterioração intra-regional ²³.

Não custa reafirmar: é de natureza bem mais complexa à reação que parte dos condicionamentos estruturais do capitalismo "tardio" e

sistemas de engenharia, comandada politicamente pelos fluxos "imateriais" das cidades hierarquicamente superiores e "base de operação dos centros hegemônicos mundiais" (Silveira, 1998 : 138-139).

²³ Bruno Therét, examinando no início dos anos 90, os diferentes federalismos norte-americano e canadense (antes da formação NAFTA, com o ingresso do México) diz: na adoção de políticas neoliberais no Canadá, ainda garantindo programas de perequação entre as províncias, "os cortes drásticos" das transferências financeiras reduz os instrumentos de intermediação do governo federal. A ausência da perequação "como no caso dos EUA ou do Brasil", favorece a concorrência econômica (territórios, as regiões, as cidades) "sob a forma de guerra fiscal, de dumping social, etc." No balanço, registrava persistência das disparidades econômicas inter-regionais. (Théret, B., 1998 : 108, 111, 131-135, 166-167).

dependente - ou diretamente falando do capitalismo latino-americano. Porque "retardatário" seu padrão de industrialização²⁴. Sua capacidade de resposta aos novos impasses, como de projetos alternativos de desenvolvimento e transformação, permanece ainda presa ao seu passado econômico e político ²⁵.

Mas os impulsos da globalização têm levado, inclusive, a questionamentos sobre a natureza das relações internacionais, há séculos teoricamente inspiradas na principalidade do Estado-Nação; e, por outro lado, a um retorno das idéias referenciadas no (que vimos do) esquema teórico de Immanuel Wallerstein, de ter sido desde o começo o capitalismo um assunto da economia mundial e não dos Estados-nação : a "Economia-Mundo" (MALLMANN, M.,1999 : 163; FERNANDES, L., 1991 : 55).

Devemos então lembrar que, no interior da dinâmica mudancista, subleva-se um processo de oligopolização capitalista mundial, não só antes numa escala nunca verificada, como conformador da "argamassa" da globalização. Esta, principalmente no ambiente dos anos 80, passa a apresentar uma nova e mais avançada etapa de progresso tecnológico e de acumulação financeira, um aprofundamento da centralização capitalista via fusões e aquisições, que se destaca também a partir da concentração dos mercados nos blocos regionais (COUTINHO, L., 1995: 21-22).

Sabemos ainda que, em sua dinâmica estrutural, como disse Marx, em seu famoso capítulo XXIII, sequenciam o desenvolvimento do capital, a acumulação, a concentração e a centralização; sendo que "as leis dessa centralização" possuem na concorrência e no crédito suas duas alavancas

²⁴ Uma interessante conjugação analítica do núcleo conceitual desse padrão, pode ser encontrada, notadamente nas páginas indicadas, dos seguintes estudos : C. F.Cardoso & H. Brignoli, 1983 : 314; J.C. Cardoso de Mello, 1982 : 176-177; M.C. Tavares, 1998 : 123-139; F. Fernandes, 1976 : 91 ; C. Lessa & S. Dains, 1998 : 258-264.

Para uma crítica posterior e "pela direita", do sentido histórico-econômico do padrão "retardatário" de industrialização, ver "Repensando a Dependência" de L. Goldenstein, 1994; outra crítica mais recente (e que se coloca "pela esquerda") do significado do "capitalismo tardio", ver "Entre a Nação e a Barbárie", de P. A. Sampaio Jr., 1999, especialmente páginas 17-60.

²⁵ De todo modo - e como vimos - dois movimentos substitutivos de importações implicaram num crescimento do produto industrial na América Latina de 6,7%, bem maior que o dos EUA e Canadá (3,6%), entre 1950 e 1977 (Oliveira, 1998, p. 8). O continente obteve (1950 a 1980), a variação média anual das ocupações não-agrícolas, do setor formal, público e privado, em, respectivamente, 3,9%, 3,9%, 4,5% e 3,7%.

"mais poderosas". Flagrantemente, no final do século XX, o movimento do controle capitalista desta centralização manifestara-se como imposição da concorrência e incessante tentativa de redução do tempo de trabalho socialmente necessário; sob intensa volatilidade dos mercados e ampliando o desemprego estrutural, ao tempo em que se reduzem os espaços temporais da instabilidade financeira/cambial e reorganizam-se as formas de gestão de produção (BELLUZZO, L., 1995 : 18-19).

Nesse quadro, a redução (ou perda relativa) da soberania dos estados nacionais, viria acompanhada do reforço político dos Estados mais importantes do capitalismo central, que buscam ajustar um crescente poder político para "administrar" a expansão de espaços econômicos para seus capitais. Em outras palavras, na globalização seria decisivo o desempenho estatal, especialmente demonstrado numa complementaridade atual existente entre regionalização e globalização, ao tempo em que se afirmariam especificidades nacionais. Nos Estados poderosos, com a constituição dos blocos comerciais, seria maior ainda capacidade dos governos de implementar "mecanismos de regulação com o objetivo de assegurar a reprodução do sistema mundial" (MALMANN, 1999: 164-165).

Soberania onde o Estado - na perspectiva dramática de Jorge E. Barbará -, ao conviver com uma multiplicidade de centros de decisão (agências nacionais, regionais e internacionais), dele será exigido, "pragmatismo e desagregação de todo o componente ideológico", vez que poder político "indivisível e ilimitado, exclusivo e excludente", tornou-se coisa do passado (BARBARÁ, 1999: 110-111). Outrossim, o que se deve mesmo afirmar é a vigência do estabelecimento de alianças entre o capital financeiro e os grandes poderes políticos, ainda hoje mais intensa e indispensável que nas fases colonial e imperialista dos fins do século XIX (FIORI, J., 1997: 142).

Mas quais mudanças e móveis causais que nos possibilita concordar com a assertiva de Fiori? A indagação tem sentido porque sua interpretação entre a referida aliança e a hegemonia norte-americana tem como pressuposto a idéia da "retomada" desta, pelos EUA, no interior das tendências da crise pós-70 – precisamente a partir de 1979 -, conforme desenvolvemos na Introdução. Por sua vez, esta opinião acompanha o essencial da formulação pioneira (e aguda) da professora M. Conceição Tavares (1997 [1985])²⁶, cuja análise, pelo menos num decisivo aspecto, nos deixa a impressão de ambigüidade:

²⁶ Ver : "A retomada da hegemonia norte-americana", in: "Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização", Vozes, 1997, 2ª edição. Observe entretanto que, em 1983, C. Furtado olhando os efeitos dos anos 70, falara em "desajuste estrutural global",

"A questão da hegemonia é muito mais complexa do que os indicadores econômicos mais evidentes são capazes de demonstrar. Convém advertir desde logo, para evitar mal-entendidos, que nossa hipótese de retomada da hegemonia americana não passa por sustentar que a performance de valorização do dólar e a taxa de crescimento interno americana se mantenham".

E imediatamente no parágrafo seguinte:

"O fulcro do problema **não** reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários" (p. 28; **negrito nosso**).

Opinaremos mais detalhadamente sobre o assunto no capítulo que segue, agora enfocando a discussão da hegemonia dos EUA numa outra dimensão que não a econômica. O que nos levará ao debate crítico das alternativas, na *démarche* da crise.

decorrente da "rápida integração dos mercados nacionais" anterior, a vigência de uma "crise do sistema bancário privado internacional", com "descomunal" endividamento externo do "Terceiro Mundo" (Furtado, 1992: 13-14). Além disso, vimos sua opinião (Introdução), acerca da tendência econômica policêntrica em "A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina", 1973 [1972].

CAPÍTULO 2

Quando a década de 1960 terminava e começava a de 1970, perduravam ainda boas razões para que as relações de Washington continuassem a parecer de suma importância nas questões mundiais. Militarmente, a URSS se tinha aproximado muito dos Estados Unidos, mas ambos continuavam a situar-se numa faixa diferente de todos os demais países. Em 1974, por exemplo, os Estados Unidos gastavam 85 bilhões de dólares, e a União Soviética, 109, com a defesa, o que representava três a quatro vezes o da China (26 bilhões) e oito a dez vezes o dos principais estados europeus (REINO Unido, 8,7 bilhões; França 9,9 bilhões; Alemanha Ocidental, 13,7 bilhões).

(Paul Kennedy, "Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000", 1989 [1988], p. 377)

Seria tentador superestimar a gravidade e imediatidade da crise atual, saltando para o tipo de conclusão precipitada oferecida cinco anos atrás em um livro escrito em co-autoria por quatro intelectuais altamente respeitados, que prematuramente anunciaram 'o declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica'.

(I. Mészáros, "Para além do capital", 2002 [1995], p.p. 1087-88)

Os Estados Unidos ainda continuarão sendo a única superpotência por muito, muito tempo. Do ponto de vista da tecnologia militar, não consigo nem imaginar por quanto tempo.

(E. Hobsbawm, "O novo século", 2000 [1999], p. 62)

HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E TENDÊNCIAS DE CRISE

I – Sobre signos e questões da hegemonia

As epígrafes que abrem este capítulo são, a nosso ver, mais que ilustrativas da permanência dos EUA no controle do exercício da hegemonia político-militar, desde seus pilares imprescindíveis. São afirmações que guardam coerência com a realidade retratada nas décadas enfocadas, e sua evolução.

Até porque um país-potência, em verdade grande potência, não pode exercer a "hegemonia" mundial quando se encontram anulados seus elementos estruturadores : o econômico, o político e o militar. E, no caso dos EUA, no período da crise capitalista que se seguiu à sua vasta dominância do pós-2ª Guerra Mundial, o seu declínio econômico foi *relativo*. Como indiscutível foi a expansão política das idéias liberais, a partir dos EUA, na passagem dos anos 70 para os 80.

Assim, olhando-se o que constatara Kennedy, a correlação de forças na década de 1990, no item das despesas militares, amplificou o poderio dos EUA (ver Anexo IV). No caso da crítica de Mészáros, seu alvo é exatamente o estudo de S. Amin, Wallerstein, Arrighi e A. Gunder Frank¹, que havia muito faziam profecias sobre o colapso iminente do comando norte-americano no sistema de poder mundial. E sobre a recente e enfática sentença de Hobsbawm, o acréscimo que se lhe poderia fazer, refere-se à conduta ao pós 11 de setembro de 2001 - execução dos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono -, redundante na criação, pelo governo G.W. Bush (11/2002), de uma secretaria especial de segurança, programada para ter efetivos de 175 mil pessoas, e uma verba de US\$ 46 bilhões!

¹ Trata-se de "Dinamic of the Global Crisis" (1982). Para Mészáros, tal opinião contraditória diretamente Paul Baran ("A economia política do desenvolvimento"), para quem as relações internacionais de poder foram "radicalmente alteradas no mundo capitalista do pós-guerra", de permanente rivalidade interimperialista, de crescente incapacidade das antigas nações imperialistas em "manter seu domínio frente à investida americana"; ou pela afirmação da supremacia norte-americana no "mundo livre", implicar em reduzir a "Grã-Bretanha e a França (sem falar na Bélgica, Holanda e Portugal) à condição de parceiros minoritários do imperialismo norte-americano". O que teria sido um "diagnóstico de Baran velho de mais de três décadas, que suportou o teste do tempo, no confronto com outros, inclusive aquele muito mais recente citado". Com efeito - prossegue Mészáros -, "*não há como antes nenhum indício sério* do ansiosamente antecipado 'declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica', não obstante o aparecimento de numerosos sintomas de crise no sistema global" (Mészáros, op.cit., p. 1088, grifos nossos).

Apenas aparentemente nenhuma novidade:

"A reputação do poder é poder, pois com ela se consegue a adesão daqueles que necessitam proteção".

"(...) A fortificação, o fabrico de máquinas e outros instrumentos de guerra, enfim, as artes de utilidade pública são poder, porque facilitam a defesa e conferem a vitória" (HOBBS, "Leviatã", p. p. 70-71).

Isso nos remete a uma breve discussão acerca da utilização do conceito de hegemonia, pois a utilização freqüente de "a retomada de hegemonia norte-americana", sobre vários ângulos, tem se baseado na formulação teórica de Antonio Gramsci. Que aqui registramos sob o foco da relação entre "coerção" e "consentimento", a nosso ver o ângulo revelador da problemática ².

² Em Gramsci, o problema das diferenças entre as estruturas dos Estados ocidentais e orientais sofre análise inovadora no que tange à hegemonia e estratégia da conquista do poder político. Especialmente nos "Cadernos do Cárcere", uma série de oposições binárias - Força e Consentimento, Dominação e Hegemonia, Violência e Civilização - fundamenta a teoria gramsciana, que reorienta o conceito : nas palavras de Perry Anderson, uma "síntese de consentimento e coerção". Bem como, na medida em que sua análise desloca as alianças sociais do proletariado para a conformação estrutural do poder capitalista ocidental (onde Estado = Hegemonia política e Sociedade civil = Hegemonia civil), outra variante interpretativa desta opinião de Gramsci aponta o total desaparecimento da distinção entre "sociedade civil" e "sociedade política" : "tanto o consentimento como a coerção tornam-se extensões do Estado", desvela Anderson. O marxista inglês, sempre cuidadoso nas observações e elogioso ao pioneirismo do revolucionário Antonio Gramsci, destaca, por exemplo, que toda a gama de coações *econômicas* diretas que as classes exploradas sofrem no capitalismo "não podem ser imediatamente classificadas em nenhuma categoria de coerção ou consentimento - da força armada ou da persuasão cultural". Para Anderson, o problema do *consentimento* era o "centro real" da obra de Gramsci, e, simultaneamente, "o ponto crítico deste processo". Ressaltando as enormes dificuldades impostas pela censura e a dureza da prisão na redação dos "Cadernos", diz Anderson que todavia Gramsci estava "rigorosamente consciente da novidade e da dificuldade" da elaboração marxista para explicação do fenômeno do consentimento popular institucionalizado em relação ao capital no Ocidente. Emerge então a visão da conquista da hegemonia sob o prisma da direção cultural (ou intelectual) e moral. O tema é bastante enfatizado, nos estudos de Gramsci, pelo italiano Luciano Gruppi. Compreendida como um movimento progressivo das classes subalternas pela sua "autonomia", a conquista da hegemonia cultural deve se processar antes da conquista do poder, difundido-se por toda a sociedade as aspirações antagônicas dos setores populares, suas concepções não só política, mas cultural. Para Gramsci - assevera Gruppi - a hegemonia se conquista antes do poder, "é uma condição essencial da conquista do poder". Temática esta crucial em Gramsci, isso possibilita a conclusão - diz Anderson - de que, se o modo dominante do capitalismo ocidental (a "cultura") é também o modo determinante, onde, suprimindo-o ou incorporando-o nessa noção de hegemonia, "omite-se o papel, em última instância, decisivo da força". Ou seja : se a hegemonia cultura é decisiva, sua conquista poderia significar a assunção da classe operária

Afinal: em que medida se aplica a idéia de "retomada da hegemonia norte-americana", no final dos anos 70? Voltando a examinar a candente questão, em profundidade, M. Conceição Tavares & L. Melin, em ensaio a que já nos referenciamos ("A reafirmação da hegemonia norte-americana", 1997, p. 81), lembram que "o conceito de 'hegemonia' implica em dominação consentida" -, evidentemente captado do significado em Gramsci.

Já argumentamos que uma questão central, subjacente ao movimento de reposição das bases erodidas do poderio imperialista dos EUA, na década de setenta, diz respeito ao grande alcance da bipolaridade mundial naquele momento existente. Agora refaçamos outro pedaço do caminho, de maneira a que ele nos leve a uma "avenida", quem sabe, mais iluminada.

Um roteiro da estratégia norte-americana

Como vimos, a questão da hegemonia norte-americana encerra o capítulo anterior destacando uma nossa concordância à análise de J. Fiori, acerca do reforçamento do papel imperial dos Estados centrais no interior do movimento da globalização neoliberal.

Mas devemos fixar uma aproximação - não identidade - interpretativa, no referente à problemática da "retomada" da hegemonia estadunidense, uma vez que a compreendemos de maneira diferente, ou pelo menos, em alguns aspectos, de uma maneira mais matizada. A começar pela denominação de "retomada". Embora não se trate bem de uma querela filológica, "tomar novamente", "recuperar", "reaver" - diz o nosso "Aurélio" -, são as sinonímias básicas e atinentes à dita palavra que mais comumente se lhe aplicam. E convenhamos : Quem, de fato, "tomou", no decurso da crise da "era de ouro" do capitalismo central, o comando (econômico, político e militar) do sistema de relações internacionais?; ou, em outras palavras, quem assumiu, mesmo que temporariamente, no entanto por um período significativo, a hegemonia substitutiva aos EUA?

("direção da sociedade") sem a transformação estatal - ou revolucionária. Tal reformismo explícito, "jamais" - acentua Anderson - se conhece da pena de Gramsci. Entretanto, a partir do que se lê, disseminado em seus textos, "esta não era uma interpelação totalmente arbitrária". (Consultar "As antinomias de Antonio Gramsci", de P. Anderson, em "Crítica Marxista", Joruês, 1979 [1976]; de L. Gruppi, "Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci", L&PM, 1980).

Vejamos como bem antes, tanto da elevação abrupta das taxas de juros pelos EUA, e mais distante ainda dos já relatados "conchavos trilaterais" para coordenação de políticas macroeconômicas ("Plaza" e "Louvre"), a idéia, bem como as bases da "Nova Ordem Mundial" foram sendo operadas.

Embora sejam fatos relativamente conhecidos, o que segue é também secundarizado quando se reconstituem movimentos concatenados, e integrantes do posicionamento global dos EUA nos domínios das relações internacionais. O que ficará mais claro quando alinharmos algumas conclusões.

(1) Uma nova ordem global - contra as "acrobacias" de Kissinger

- [Outono de 1971] Jimmy Carter almoça com David Rockefeller no Chase Manhattan Bank, Nova York.

- [Outono de 1972] Carter anuncia sua candidatura a presidente, datada para 1976.

- [Inverno de 1972] D. Rockefeller, pelo "Chase" (Montreal), profere três conferências propondo uma cooperação entre as democracias industrializadas ("A Comissão Trilateral" - C.T.). De acordo com G. Franklin, então secretário da C.T., ela foi originalmente idéia de Rockefeller, então "muito preocupado pela deterioração das relações e crescente competição entre EUA, Europa e Japão".

- [Abril de 1973] O mesmo Franklin, presencia em Atlanta (EUA) a declaração de um membro da C.T. : "Impressionou-nos que Carter tivesse ido à Europa e ao Japão, abrindo escritórios comerciais para o Estado da Geórgia".

- [Primavera de 1973] Zbigniew Brzezinski é escolhido diretor da Comissão Trilateral (depois conselheiro para a Segurança Nacional do governo Carter).

- [Julho de 1973] Constitui-se oficialmente a C.T.; seu principal ideólogo é Brzezinski : "Nem sei se teríamos decolado sem Zbig", afirma Franklin. Nos EUA, financiaram e apoiaram J. Carter a seguinte "tropa de choque" também com seus presidentes representados na C.T. : C.M.Bank, Bank Of América, Exxon, Coca-Cola, Bendix, Caterpillar, Lehman Brothers, Sears and Roebuck, Texas Instruments, C.B.S, etc. (v. Micheo). Junto a Carter, o núcleo composto por W. Mondale, Michael Blumenthal, Paul Warnke, Richard Cooper e Henri Owen.

- [Outono de 1973] Peter Bourne, chefe da campanha de Carter, diz que "David (R.) e 'Zibg' estavam de acordo era que Carter era o político ideal para se lançar". Cyrus Vance e Harold Brown se juntam à C. T.

- [Outubro de 1973] O primeiro grande encontro da C.T., aprova um projeto imediato de 13 trabalhos sobre finanças internacionais, reforma monetária e política. Carter esteve presente em todas as reuniões. Numa

entrevista "profética", Brzezinski diz que : "O candidato democrata em 1976 terá de colocar toda a ênfase no trabalho, na família e no patriotismo, se deseja ser eleito".

- [Dezembro de 1974] Antes de um encontro de cúpula sobre economia ocidental (Martinica), a C.T. reuniu-se duas horas e meia com H.Kissinger e G. Ford, tendo Franklin relatado que acreditava terem se "reconciliado a posição francesa com a americana".

- [Verão de 1975] No documento "The crisis of democracy", da lavra principal de Brzezinski, a C. T. diz que nos EUA havia "excesso de democracia", diferentemente da Europa e Japão – "Nos EUA a democracia é uma ameaça a si mesmo", diz o texto. Que ressalta os valores "tradicionais e aristocráticos" europeus e japoneses, defendendo restrições prévias à imprensa norte-americana, "em circunstâncias excepcionais" (injúria, difamação e abusos).

- [Junho de 1976] Tendo antes (outono de 1975, autobiografia) elogiado a "magnífica oportunidade" de ter podido aprender sobre os problemas das relações exteriores na C. T., Carter faz seu primeiro discurso sobre política exterior : "Chegou a hora de buscar sociedade entre os EUA, a Europa e o Japão...Estes países têm hoje um significativo impacto mundial, e estão preparados para influírem ainda mais na formação de uma nova ordem internacional".

- [Novembro de 1976] Carter ganha as eleições presidenciais. Em janeiro de 1977, envia uma calorosa saudação à reunião da C. T., realizada em Tóquio.

- [Novembro de 1977] Em meio à viagem à Europa e ao Japão, o vice de Carter, Mondale, declara que, enquanto para Kissinger, a política externa norte-americana trabalhava o "equilíbrio político baseado na equação das superpotências (EUA-URSS)", a visão da administração Carter se concentraria com "a aliança trilateral", e na preocupação com "a ameaça do Terceiro Mundo".

- [Março de 1977] Carter conclui a nomeação de sua equipe, composta entre outros com : Brzezinski (Conselheiro para a Segurança Nacional); C. Vance (Secretário de Estado); H. Brown (Secretário da Defesa); M. Blumenthal (Secretário do Tesouro); P. Warnke (Chefe da Agência de Controle de Armas e Desarmamento e Chefe das Negociações SALT); F. Bergsten (Secretário- Assistente do Tesouro), etc., todos operadores da "Comissão Trilateral"³.

³ A C. T. consistiu na maior engrenagem que se tem notícia, e articulava institucionalmente as principais e maiores corporações do mundo capitalista ocidental, líderes políticos e ideólogos, governos e muitos de seus órgãos de segurança e espionagem. Com desdobramentos evidentes nas décadas de 80 e 90 nas políticas econômicas da "Tríade", ela foi muito mais além dos nomes, empresas e bancos citados; fazendo-se nela representar, a partir de países e organizações, entre muitos outros: Giovanni Agnelli (Fiat), Akio Morita (Sony), Gerard Schröder (hoje primeiro-ministro da Alemanha), G. Bush (depois presidente dos EUA, e representando à época a direção

Mas qual era o movimento estratégico que motivara essa portentosa operação para uma nova política global, nos anos que rondavam a explosão da crise mundial?

Pode-se afirmar, sem equívocos, que: a) a vitória da estratégia "trilateral", solidamente estabelecida nos altos círculos políticos e financeiros norte-americanos, serviu (servindo-se) da eleição presidencial de Carter; b) em disjuntiva a Foster Dulles-Kissinger – "estratégia rígida"; tratar os países nas regiões "caso por caso"; ter como alvo um "equilíbrio" EUA/China/URSS; "contenção" da URSS etc. -, Z. Brzezinski acusara Kissinger (sua "realpolitik") pela não existência de um plano coerente, orgânico e global, declarando ainda : "A reforma dos sistemas internacionais exige arquitetura e não acrobacias – existe uma diferença fundamental entre as duas coisas. (...) O esforço coletivo se fundamenta no desenvolvimento de proposições e respostas coletivas e não em ações espetaculares de liderança individual"⁴; c) financiado fundamentalmente pela "Ford Foundation", o "Lilly Endowment", a "Mellon Foundation" e a "Rockefeller Foundation", o principal projeto estratégico elaborado pela C. T. ("Projeto para a década de 80") analisava que as duas idéias centrais da política exterior norte-americana eram : o equilíbrio de poder que se assentava sobre a soberania nacional e a força militar, e a visão do "*internacionalismo liberal, que vislumbrava o desaparecimento do Estado-Nação*", enquanto se processava um reagrupamento de forças transnacionais dentro de uma federação política e econômica. A segunda idéia – muitos autores passam completamente ao largo do ineditismo desta estratégia ali esboçada, e levada a cabo -, "trilateralista", passou a dominar no gabinete de relações exteriores dos EUA ⁵.

Como entre os devaneios e a *realpolitik* existe a vida real, sabemos que foi de melancólica desmoralização os desígnios da administração Carter, para o *establishment* do gigante do norte da América. Se o proselitismo de Carter sobre os direitos humanos facilitou, no chamado Terceiro Mundo, maior vigor na luta democrática, é factual, a exemplo, que Brasil e Argentina só livram-se de seus regimes ditatoriais e fascistas no final da década de 1980; o Chile atormentou-se com as exéquias

máxima da C.I.A. – 1975-76), H. Kissinger (também consultor do "Chase"), Paul Volcker (presidente do FED no governo Carter), etc., etc. (Cf. L. H. Shoup & W. Minter, no esclarecedor ensaio "Rumo à década de 80 . A convergência dos Planos do Conselho de Relações Exteriores e da Comissão Trilateral para uma Nova Ordem Mundial" - especialmente o "anexo", in : "A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial"-, de Asmann, H., Santos, T. e Chomsky, N.(org.), Vozes, 1979. Ver também "Carter : um fenômeno planejado", de A. Micheo, in : op. cit., 1979).

⁴ Ver: "Da segurança nacional ao trilateralismo" , de A. Sist e G. Iriarte, in : "A Trilateral...", op. cit., p.p. 168-172. A opinião de Z. B. está no "Le Monde Diplomatique", edição de 11/1976.

⁵ Cf. Shoup & Minter, op. cit., p. 46; grifos nossos.

políticas de Pinochet, até quase o fim da década de 1990! E, o pior, para as elites norte-americanas: revoluções derrubaram as ditaduras a elas serviçais do Irã e da Nicarágua, em 1979. Ano em que Carter e Paul Volcker...

(2) Hegemonia à base do "terror". Uma visão original em Noam Chomsky

"Graças à autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe atribuído o uso de gigantesco poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no domínio da paz em seu próprio país e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros" (Hobbes, "Leviatã", p. 131).

Mais corajoso crítico, e profundo conhecedor da política externa norte-americana, Noam Chomsky (1979; 1993; 1996; 2002) é quem procede a uma verdadeira exegese da evolução das permanências (e metamorfoses) do núcleo da política imperialista dos EUA. Dos raros intelectuais norte-americanos que não guardaram qualquer ilusão com os verdadeiros objetivos do governo Carter, Chomsky, não aleatoriamente, se concentrou particularmente nos interesses estadunidenses no Terceiro Mundo, naquele novo ambiente internacional de nuvens carregadas ⁶.

Para que se compreenda melhor o desenvolvimento e o sentido da política norte-americana de então, interpretam Chomsky & Herman:

- Em setembro de 1974, W. Shannon ("New York Times"), analisava terem os EUA, durante meio século, procurado fazer obras, promover a liberdade política e fomentar a justiça social no Terceiro Mundo; mas que, na América Latina, "onde tradicionalmente sempre fomos amigos e protetores", onde teriam se sacrificado "sumamente" os jovens e a riqueza dos EUA, "nossa relações – diz Shannon – resultaram numa fonte maior de tristeza, desperdício e tragédia".

- Esse tipo de benevolência e boa vontade dos EUA no exterior, significariam a sustentação da "autojustificação e a autoilusão na pátria", que poderia atingir limites fora do comum. Por exemplo – comparam Chomsky & Herman -, suponhamos que Fidel Castro tivesse organizado

⁶ "O pano de fundo da manifestação dos problemas dos direitos humanos, de 1945 para cá [1977], inclui uma expansão econômica dos EUA sem precedentes, por todo o mundo. Inclui também o estabelecimento de uma presença militar global, compreendendo 3.375 bases militares no exterior, 'virtualmente cercando a União Soviética e a China comunista', e intervenção nos assuntos de outros Estados, incomparável em número, amplitude e alcance global"; N. Chomsky & E. Herman, "Os Estados Unidos contra os direitos humanos no Terceiro Mundo"; in : "A Trilateral...", [1977] p. 186.

ou participado de oito tentativas de assassinato contra diferentes presidentes dos EUA a partir de 1959 : "Porém, ... na verdade revela-se que os EUA participaram de fato de oito atentados contra a vida de Castro (relatório do "Senate Select Intelligence", 20 de novembro de 1975), sendo isto apenas 'uma das coisas que os governos fazem' " (idem, p. 187)⁷.

- Ao se referirem a algumas das atrocidades cometidas pelos EUA, entre 1969-76, no Vietnã - "quatro milhões de toneladas de bombas sobre um pequeno país rural que não tinha com o que se defender"-, assim como na ofensiva "fascista" na Argentina e no Brasil, Chomsky & Herman assim intitulam a cruzada norte-americana : "Violência no varejo : o 'terror' - violência por atacado: a manutenção da 'ordem' e da 'estabilidade' "(p. 189).

- Em retrospectiva dos anos do Reagan para trás, Chomsky, apreendendo o significado da política Carter, considera que os "reaganistas" ocuparam uma "brecha de estabilidade" fabricada pelo governo anterior, na medida em que "*implementavam as propostas de Carter de expansão militar*", sendo que o militarismo excessivo do próprio Reagan até certo ponto surpreendeu até os poderosos círculos financeiros dos Estados Unidos. Também por isto, ao se avaliar aquela repentina propaganda promocional aos direitos humanos por Washington, "podemos por de lado - diz Chomsky - a correlação próxima entre a ajuda dos Estados Unidos (incluindo a ajuda militar) e a tortura demonstrada em muitos estudos, remontando diretamente ao governo Carter", constatação que dispensaria maiores esforços de pesquisa, empreendimento este já realizado inclusive por G. Schultz, J. Kirkpatrick, E. Adams, etc.⁸.

Mas o que nos parece crucial na obra de Chomsky (cujos livros no Brasil foram publicados somente a partir de 1993), um pensador que nunca deixou dúvidas sobre o que entendia da URSS ("totalitária"), ou

⁷ Dizem ainda os autores nesse texto, dentre muitas outras barbaridades perpetradas pelos EUA, que no próprio governo Carter, na primeira metade de 1977, informou-se ("Washington Post e "Times") a matança de 500 porcos no território cubano, como "resultado de uma virose intencionalmente propagada". Em ironia, Chomsky & Herman notam que Carter, "bondosamente", propôs iniciar negociações para a normalização das relações com Cuba, se esta "cessasse de 'participar' da violência no outro lado dos mares e voltasse a se comprometer com a situação anterior que prevalecia em Cuba, no que diz respeito aos direitos humanos" (p.188).

⁸ Cf. N. Chomsky, "Novas e velhas ordens mundiais", p.p. 41-43, Scritta, 1996 [1994]. Em nota, diz ainda Chomsky que tal ajuda não se relacionava com a necessidade, mas com a "melhora no clima das operações comerciais", muitas vezes envolvendo "a violência do Estado para eliminar sindicalistas, personalidades políticas dissidentes e intelectuais trabalhando entre os pobres, etc." (p. 341).

dos regimes do Leste europeu ("tirânicos"), é que ele não apenas denuncia como ninguém as macabras investidas dos EUA, especialmente nos países do denominado Terceiro Mundo, durante a "Guerra Fria". Ele constrói uma teoria da cristalização da tendência histórica dos EUA na ávida busca da hegemonia.

A esse respeito e fazendo parte lembrar, ainda não acabara a guerra e a divisão da Coréia, os EUA inauguram sua caudalosa trajetória de intervenções, de golpes, de financiamento de terroristas e grupos paramilitares, e de guerras localizadas, após a derrubada do governo Mossadegh (Irã, 1953), quando impuseram o xá Pahlevi. Perpassando todas as administrações da Casa Branca (até os governos de B. Clinton), no rastro, e de maneira mais mórbida, vieram a Guatemala, Brasil, República Dominicana, Indonésia, Vietnã, Chile, Argentina, Uruguai, Honduras, Angola, Congo, Granada, Bolívia, Haiti, Nicarágua, Panamá, El Salvador, Somália, Iraque, Kosovo, principalmente:

"E tampouco [os ideólogos das políticas de Washington] se preocupam eles em explicar exatamente o que a ameaça soviética tinha a ver como *nosso apoio aos monstros genocidas* desde a Indonésia até a Guatemala, ou como tal ameaça esclarece a íntima correlação entre a tortura e ajuda americana" (Chomsky, 1993, p. 263; grifos nossos) ⁹.

No entanto essa não é a questão central, como dissemos. Segundo Chomsky, todo o fio que conduz o desenvolvimento da política externa norte-americana, remontaria à irrupção dos EUA, de seus traços nacionais originários, ilustrativo no ímpeto de sua conformação como potência industrial, e no trânsito ao seu papel de império mundial moderno. Em outras palavras, a máxima de que segurança necessita o domínio mundial – mais fácil para os planejadores da "guerra fria" –, basicamente sempre foi familiar aos EUA : em toda história norte-americana tornou-se recorrente invocar a iminência de grandes inimigos, sempre à espreita para destruir esse país! (cf. Chomsky, op. cit., 1996: 46).

Assim: a) uma espécie de "vocação" suprema ideológica norte-americana, reatualizando-se, direcionava-a   tarefa "altamente honrosa" de limpar o continente de pessoas "destinadas à extinção", de raça "não

⁹ Ver : "Ano 501. A conquista continua", Scritta, 1993. Vinte e sete páginas atrás, Chomsky reaviva a memória brasileira, sobre as vésperas do golpe de 1964 : "O embaixador Gordon telegrafou para Washington dizendo que os Estados Unidos deviam intensificar a ajuda militar para o Brasil porque os militares eram essenciais na 'estratégia para limitar os excessos da ala esquerda do governo Goulart'. Enquanto isso a CIA estava 'financiando as demonstrações urbanas de massa contra o governo Goulart, provando que os velhos temas de Deus, pátria, família e liberdade continuavam tão eficazes como sempre', observou Philip Age [ex-diretor da CIA] em seu diário" (idem, p. 236; grifos nossos).

válidas para a preservação”, essencialmente “inferiores à raça anglo-saxã”, e pessoas não aperfeiçoáveis ¹⁰; b) o extermínio de nativos indígenas, por exemplo, era perfeitamente justificado pela doutrina legal do presidente James Monroe, pois para esta, uma raça inferior, por direito, deveria abrir caminho “à forma mais compacta e densa e à maior força da população civilizada”, ou que os “direitos da natureza” solicitavam, pois nada poderia deter a “expansão rápida e gigantesca” com extermínio indígena e assentamento branco em seu território (p. 47); c) mais à frente, esse *corpus* doutrinário norte-americano poderia ser claramente exemplificado, também, pelo “memorando 68” – “o mais importante documento secreto da Guerra Fria”, de abril de 1950 -, que preconizava “a necessidade da justa repressão” como característica crucial do caminho democrático, e também o recurso repressivo à dissensão interna, na mesma medida em que os recursos públicos deveriam ser transferidos para as necessidades da indústria avançada (p. 13-14); d) na Era pós-2ª Guerra Mundial, os EUA “se tornaram os gendarmes globais”, tendo elaborado um registro “impressionante de agressão, terrorismo internacional, massacre, torturas, guerra química e bacteriológica” ¹¹, cometendo todo o tipo de infração aos direitos humanos (op. cit., 1993 : 47) - “O modelo persiste com pouca mudança”, diz então Chomsky, sobre o pós-guerra fria (op.cit., 1996 : 14); e) em

¹⁰ Chomsky se referencia, inúmeras vezes, nas formulações do ex-secretário de Estado, e ex-presidente dos EUA, John Quincy Adams – em vários aspectos também apoiadas por Thomas Jefferson -, que mais tarde se retratara, afirmando que as políticas praticadas contra “aquela desafortunada raça de nativos”, comparavam-se “entre os pecados mais hediondos desta nação, pelos quais, acredito, Deus um dia a levará em julgamento” (1996 : 46).

¹¹ Há quem pense ser isso contra-propaganda, ou no máximo coisa mais recente, em resposta à iniciativa de países à margem do controle ideológico ou religioso norte-americano. Vale a pena, sob vários aspectos, então lembrarmos passagens da carta-resposta do líder revolucionário *Ho Chi Min*, ao presidente *Lyndon Johnson*, datada de 15/02/1967. “Excelência: Recebi a sua mensagem no dia 10 de fevereiro de 1967. Eis a minha resposta. O Vietnã encontra-se a milhares de milhas dos Estados Unidos. Mas, contrariamente aos compromissos tomados pelo seu representante na conferência de Genebra de 1954, o governo dos Estados Unidos não deixou de intervir..., declarou e intensificou a guerra de agressão no Vietnã do Sul com o objetivo de prolongar a divisão no Vietnã e de transformar o Vietnã do Sul numa neocolônia e base militar americana.(...) O governo dos Estados Unidos cometeu crimes de guerra, crimes contra a paz e contra a humanidade. No Vietnã do Sul, recorreram às armas mais inumanas e aos mais bárbaros métodos de guerra, como napalm, produtos químicos e gases tóxicos, para massacrar os nossos compatriotas, destruir as colheitas e arrasar as aldeias. No Vietnã do Norte milhares de aviões americanos derramaram centenas de milhares de toneladas de bombas, destruindo cidades, aldeias, fábricas..., até igrejas..., hospitais, escolas. Na sua mensagem, mostra-se consternado...(...) quem perpetrou esse crimes monstruosos? Foram os soldados americanos e seus satélites.(...) O povo vietnamita não cederá diante da força; não aceitará conversações sob ameaças de bombas. A nossa causa é justa. Espero que o governo dos Estados Unidos atue de acordo com a razão” (“Ho Chi Min - Textos escolhidos”, Estampa, 1975, p.p 251-53).

1992, o documento secreto do Pentágono e diretriz “definitiva” da Secretaria de Defesa – que vazou para a imprensa –, “Guia de Planejamento e Defesa, propugna que os EUA devem deter o poder global e o monopólio da força, proteger a Nova Ordem, sendo que cabe a eles serem, diz o documento, “suficientemente responsáveis pelos interesses das nações industriais avançadas e desencoraja-las de desafiar a nossa liderança ou procurar subverter a ordem econômica e política estabelecida”, ou mesmo que um país deseje “aspirar a um papel regional ou internacional mais importante” (op.cit., 1993 : 74).

Daí sua (inusual) idéia-chave de que as relações Norte-Sul passaram a ser a contra-face mais fundamental para a estratégia dos EUA, que, digamos, a cortina de fumaça sempre levantada em nome da segurança contra tudo e todos.

Recentemente, declarou Chomsky, citando o NYT, que na primeira semana de bombardeios dos norte-americanos ao Aeganistão, cerca de 7,5 milhões de afegãos estavam passando necessidades extremas, sem qualquer tipo de ajuda para sobreviver. Com o início dos bombardeios, a entrega de alimentos foi reduzida pela metade. A civilização ocidental está antecipando a matança de 3 a 4 milhões de pessoas, de maneira silenciosa e com a cumplicidade da comunidade internacional – disse Chomsky. (23/01/02, entrevista a Marco Aurélio Weissheimer, ;agenciartamaior).

(3) Paul Kennedy e o “declínio relativo” dos EUA.

Pensamos constituir um lamentável equívoco (e uma injustiça) a interpretação que faz J. Fiori, sobre uma das conclusões mais importantes do estudo clássico de Paul Kennedy. Para Fiori, (“só”) editado em 1988, “The Rise and the Fall of the Great Powers” estava “ainda carregado de premonições sobre a decadência mundial dos Estados Unidos” ¹².

Curioso, no mínimo, vez que, segundo dissera conclusivamente Kennedy, a) em quaisquer análises realizadas sobre erosão da liderança

¹² Ver: “Depois da retomada da hegemonia”, de Fiori, in: “Polarização mundial e crescimento”, de J. Fiori, J. e L. Medeiros (org.), p. 10, Vozes, 2001. Observo primeiramente que em nenhum de seus outros estudos mais importantes publicados sobre a questão da “hegemonia”, o professor Fiori sequer cita “Ascensão e Queda...”, de Kennedy. Pela ordem, de sua autoria, não há qualquer referência em “Globalização, império e hegemonia” (1997, in: “Poder e dinheiro - uma economia política da globalização”; “De volta a questão da riqueza de algumas nações”, e “Estados, moedas e desenvolvimento” (1999, in : “Estados e moedas no desenvolvimento das nações”). A frase acima é a única menção às 675 páginas do livro de Kennedy (Campus, 1989). Curioso...

norte-americana, deveria sempre ser repetido que o "declínio" era ("é") relativo "e não absoluto", coisa "perfeitamente natural"; b) os recursos dos EUA "continuam" a ser consideráveis, desde que organizados de forma adequada, e se evidenciasse um juízo claro das limitações e oportunidades do seu poder;c) que não obstante o declínio econômico e "talvez militar" norte-americanos, este país continuavam a ser "o agente decisivo em qualquer equilíbrio e problema" (P. Hassner) (Kennedy : 506-7).

Sem qualquer dúvida, algumas conclusões nucleares de Kennedy sobre a situação econômica e a perspectiva dos EUA estavam, em termos empíricos, amplamente fundamentados. Apenas exemplificando:

Parcelas do produto mundial, 1960 -1980 (%)

	1960	1970	1980
Países menos desenvolvidos	11,1	12,3	14,8
Japão	4,5	7,7	9,0
China	3,1	3,4	4,5
Comunidade Econômica Européia	26,0	24,7	27,5
Estados Unidos	25,9	23,0	21,5
Outros países desenvolvidos	10,1	10,3	9,7
URSS	12,5	12,4	11,5
Outros países comunistas	1,8	6,2	6,1

Fonte: Kennedy, 1989, p. 415, quadro 43, a partir de várias fontes; grifos nossos.

População, PNB per capita, PNB em 1980

	População (milhões)	PNB per capita(US\$)	PNB (US\$ bilhões)
Estados Unidos	228	11.360	2.590
URSS	265	4.550	1.205
Japão	117	9.890	1.157
CEE (doze países)	317	--	2.907
Alemanha Occidental	61	13.590	828
França	54	11.730	633
Reino Unido	56	7.920	443
Itália	57	6.480	369
Alemanha Occidental-Oriental	78	--	950
China	980	290 (ou 450)	284 (ou 441)

Fonte : Kennedy, 1989, p. 417, quadro 44; baseado em dados de Chaliand e Gageau/Banco Mundial (1982) e Kennedy; adaptação e grifos nossos.

Claro, o comparativo histórico levava em conta que a produção manufatureira mundial – aumento de mais de três vezes (1953-73) -, não só difundira mundo afora o próprio padrão de industrialização norte-americano, como possibilitou a catapulta da reorganização econômico-social da Alemanha e do Japão. De fato os EUA não poderiam mais manter uma participação na produção manufatureira mundial num nível de 50% desta, o que detinham em 1949. Por isso Kennedy, a partir das importantes pesquisas de Paul Bairoch, lembra que já em 1953 a participação norte-americana tinha caído para 47%; chegando a 31,5% em 1980. E apesar do pico de valorização do dólar nos anos seguintes ter servido para certo aumento na participação na parcela do PNB mundial, os EUA, na verdade, “não estavam produzindo significativamente menos”, excetuando-se aquelas indústrias declinantes em todo ocidente: eram os outros que “produziam muito mais” (idem, p. 411) ¹³.

A nosso juízo, inúmeras outras questões relevantes, acerca do declínio econômico relativo “do nº 1” - como formulou o historiador e ex-colaborador do famoso estrategista britânico B. Liddell Hart -,

¹³ Ele exemplifica ainda, vendo a situação da indústria automobilística: em 1960 os EUA produziram 6,65 milhões de automóveis, ou 52% do fabricado no mundo (12,8 milhões); em 1980, os números eram de apenas 23% do total mundial, então de 30 milhões de unidades, o que significava ter a produção norte-americana mesmo assim aumentado em termos absolutos, ou 6,9 m milhões de automóveis (idem, ibidem).

permaneceram na marcha persecutória dos EUA pela hegemonia. No multilateral e rico painel apresentado por Kennedy, pode-se destacar:

1. Que a parcela de poder mundial que os EUA estava, de maneira mais rápida, relativamente declinante frente a da Rússia naquelas últimas décadas, porém seus problemas “provavelmente” não tinham “as mesmas proporções” daqueles atinentes aos do rival soviético. A “força absoluta” (especialmente na indústria e na tecnologia) dos EUA era “ainda muito maior que a da URSS”.

2. Os EUA corriam então o risco (conhecido dos historiadores da ascensão e queda das potências de antes) daquilo que na linguagem estratégica-militar costuma se chamar de “excessiva extensão imperial”.

3. A América Latina colocava crescentes desafios para os interesses nacionais dos EUA, podendo a região ser palco de (“iniciar”) uma grande crise internacional das dívidas, com sério golpe no sistema de crédito internacional, particularmente atingindo os bancos norte-americanos. [o livro de Kennedy foi terminado em 1986].

4. Em última instância, “a questão final” sobre a justa relação entre meios e fins da defesa dos interesses dos EUA, dizia respeito aos seus “desafios econômicos enfrentados”, com implicações enormes sobre as decisões de política interna, sendo que a *“extraordinária amplitude e complexidade da economia americana torna difícil resumir o que está acontecendo a todas as suas partes”*, especialmente num período em que enviava sinais tão contraditórios; mas os problemas descritos predominariam: na indústria, na agricultura “protecionista”, nas turbulências “sem precedentes” nas finanças, que levaram os EUA de maior credor a maior devedor mundial, “no espaço de poucos anos”.

Parece inevitável – afirmou Kennedy – que a parcela americana da manufatura mundial “declinará constantemente”, “sendo também provável que suas taxas de crescimento econômico sejam mais lentas do que nos países dedicados ao mercado e menos ansiosos” no financiamento para a defesa ¹⁴.

¹⁴ Embora Kennedy tenha alertado sobre a necessidade da atenção à transformação tecnológica mais rápida que em qualquer outro momento (p. 506), é evidente que ele passou inteiramente ao largo da “financeirização” operada pelos EUA, notadamente nos anos 80, como já vimos em detalhes. Tampouco estava em seu horizonte analítico a desenfreada especulação de ativos não tangíveis que alavancou o crescimento econômico “sustentado” entre 1992-2000; evidentemente inflado pela “exuberância irracional” dita por Alain Greenspan. Perspectivas inimaginada por quase 100% dos economistas e cientistas sociais, não havendo aí privilégio algum na omissão de Kennedy. Sobre a última seqüência de abordagem, ver as páginas 487-50 (Kennedy).

Em relação aos pontos de vista de Kennedy, diferentemente do que (simplesmente) registra Fiori, o problema do declínio econômico relativo e suas implicações em outras esferas do poderio estadunidense, vão num rumo semelhante tanto para Kissinger, como para L. Thurow. Mais enfaticamente, no equilíbrio militar pró-URSS, para o francês R. Aron; distintamente numa ampla interpretação, porém bizarra, para seu colega J-B. Duroselle ¹⁵.

Sobre a problemática, Henry Kissinger, coerentemente, não tinha e não tem dúvida alguma. Não tinha porque, ainda em 1971, o então presidente Nixon repetia para um grupo de executivos empresariais, a compreensão do governo no novo quadro criado, uma famosa formulação sobre a qual passou a teorizar o ex-Secretário de Estado: URSS, EUA, Europa, Japão e China, "Serão esses cinco que determinarão o futuro econômico e, como poder econômico será a chave de outros tipos de poder, o futuro do mundo sob outros aspectos, no último terço deste século" (apud Kennedy, *idem* : 389 e 395).

Sua volumosa narrativa-livro de mais de mil páginas - também uma espécie de memórias -, o talvez mais ardiloso especialista em pilhagem e guerras neocoloniais do planeta, constrói suas teses sem pestanejar :

"No mundo pós-Guerra Fria (...) a operação do novo sistema internacional caminhará em direção ao equilíbrio até na área militar, mesmo que leve algumas décadas para chegar neste ponto. *Estas tendências serão ainda mais pronunciadas na economia, onde a predominância americana já está em declínio, e tornou-se mais seguro desafiar os Estados Unidos*" (Kissinger, *op. cit.*, p. 18-19; grifos nossos).

Para ele, entretanto, por um lado, o poderio militar norte-americano permaneceria sem rival num futuro previsível; sua economia, "possivelmente", ainda seria a mais poderosa até os meados do século XXI. Mas como a prosperidade ampliou-se amplamente, assim como a tecnologia na sua capacidade para geração de riquezas, os EUA enfrentarão simultaneamente uma competição econômica "de um tipo que jamais experimentou durante a Guerra Fria"; pois isto não só eram favas contadas, relativamente aos centros de poder europeu ocidental, japonês e chinês, como os americanos não deveriam perceber isto como

¹⁵ Refiro-me ao citado "Diplomacia", de Kissinger, *cit.*, 1996 [1994]; a "O futuro do capitalismo" - como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã", de Thurow, Rocco, 1997 [1996]; a "Os últimos anos dos séculos", de Aron, Guanabara, 1987 [1984]; e a "Todo o império perecerá. Teoria das relações internacionais", de Duroselle, UNB/Imprensa Oficial, 2000 [1992].

"rebaixamento da América ou como um sintoma de declínio nacional", tenta consolar seus compatriotas, Kissinger (idem, p.p 964-65).

O problema central colocado no elegante estudo de Lester Thurow, vista a trajetória dos EUA, é o do "equilíbrio interrompido". Taxativamente, afirma que no século XXI não existirá nenhuma potência dominante, nos campos econômico, militar ou mesmo no social.

Pondo a questão em termos bem abrangentes, Thurow lembra que, enquanto na década de 60 a economia mundial cresceu a uma taxa de 5% em média, nos anos 70 esta caiu para 3,6% ao ano, nos 80 ela foi para 2,8%, tenda novamente decaído para 2,0% anual na metade dos anos 90. "Em duas décadas - diz -, o capitalismo perdeu 60% do seu impulso" (op. cit., p. 13).

O painel global então deveria ser montado então com o "fim do comunismo"; uma era tecnológica dominada por "indústrias de poder cerebral"; uma população mundial que muda de lugar e envelhece mais; quando a tecnologia dos transportes e da comunicação se planetariza, e as economias nacionais "estão desaparecendo":

"Mas o século XXI não terá uma potência dominante, capaz de conceber, organizar e impor as regras do jogo econômico. *O mundo econômico unipolar dominado pelos Estados Unidos acabou-se, dando lugar a um mundo multipolar*" (idem, p. 23; grifos nossos).

Num argumento cristalino, de acordo com Thurow, os EUA, ao invés de representarem mais de 50% do PNB mundial, que atingira no final da década de 60, representavam (1996) "pouco menos de 25% pelo critério das taxas cambiais" (p. 188).

Vista a questão da hegemonia sob outro ângulo, o badalado cientista político francês Raymond Aron (1987), chegou até mesmo a considerar (no aspecto militar-nuclear) preponderante o papel da URSS no sistema de relações internacionais. Para ele, exatamente na década de 70, quando Nixon e Kissinger alimentavam a idéia da "distensão", após a humilhante derrota no Vietnã, era o momento que a URSS fazia mais progressos do que em qualquer outro período ¹⁶. Em sua análise, os EUA,

¹⁶ Ver o derradeiro trabalho de Aron, "Os últimos anos do século", Guanabara, 1987 [1984], p. 258. O livro de Aron é concluído da seguinte maneira: "A partida não está decidida. Aprendemos que não se ganham guerras com estatísticas do produto interno bruto. Ainda não consideramos inevitável a vitória de um Estado que se orgulha de suas divisões blindadas e cujo povo se debate na pobreza e na servidão" (p. 260; ainda p.p. 255-56). Discordando de Aron e de outros, Fernandes demonstra que em todo período do pós-guerra, comparativamente aos EUA, "os soviéticos ficaram atrás dos norte-

hegemônicos durante 25 anos (1945-70), ainda assim não tinham sempre conseguido impor a sua vontade, nem resolverem os conflitos, armados ou não, de acordo com suas preferências; embora os soviéticos não tivessem substituído a função imperial norte-americana (idem, p. 257).

Embora declarando ser influenciado em vários pontos pela teoria das relações internacionais de Aron, Jean-Baptiste Duroselle tem como parâmetro o conceito real de império, a partir do desempenhado por Roma. Num rápido resumo, isto significaria que historicamente nem sempre uma potência é uma grande potência, tampouco esta é necessariamente um império.

Segundo afirma o então professor emérito de história da Sorbonne, numa observação pouco destacada, os EUA foram a primeira de todas as colônias a conquistar sua independência; por conta própria – diz Duroselle –, levaram à prática o princípio britânico de pagar os impostos que achassem necessários, além de possuírem um espírito da autodeterminação (p. 422). E distinguindo as características de um “império soviético”¹⁷ – invasão da Tchecoslováquia, a exemplo – da trajetória norte-americana, imagina o professor: “Pode-se dificilmente atribuir aos americanos um desejo de imperialismo territorial”, mas apesar disso, “eles lutam furiosamente por seus monopólios econômicos” (p. 430).

Façamos então algumas considerações conclusivas sobre a complicada trajetória da hegemonia norte-americana. Buscando ser coerente com o que vimos afirmando desde o início desta dissertação. Daí termos usado “inflexão”, “enfraquecimento” – como Aloísio Teixeira (1983) –, ou mesmo “crise” da hegemonia estadunidense.

Repetindo, isto não é uma questão de semântica, pois, assim sendo, não poderíamos compreender como os Estados Unidos da América (pelo menos 30 anos depois) são acusados de serem o protagonista de um mundo unipolar. “Império”, descrito em letras garrafais ou vociferado

americanos nas *principais áreas de produção e tecnologia militar*” (Fernandes, L., 1992, p. p. 152-53; grifos nossos).

¹⁷ Na primeira edição do livro, de 1981, Duroselle apostara: “Sempre houve impérios; à exceção dos que existem sob os nossos olhos – particularmente o soviético – todos impérios acabaram morrendo. Mesmo o Império Romano. A menos que a nova ideologia tenha dado ao sistema soviético um a ‘essência particular’, a predição é que o próprio Império Soviético perecerá como império...A ideologia e suas aplicações sociais concretas não conseguiram impedir as grandes regularidades humanas” (apud Freymond, J., in: “Todo o império...”, p. 440). Ponha-se ideologia nisso: a URSS era um “Império”, os EUA, nem tanto assim!

pelos órgãos de comunicação de todo o planeta, escandalosamente após o setembro de 2001 – para decepcionante surpresa de Hardt & Negri ¹⁸.

Mas o que Hardt & Negri propagandeiam em seu livro, ao riscarem do mapa a criminosa trajetória dos EUA como potência imperial no século XX, não deveria criticamente ser considerado como uma elaboração intelectual equivocada, ou ainda como se desinteressado devaneio “teórico”. Hardt & Negri pretendem a o que mesmo?

“Deixe-me contar a história do primeiro uso de uma bomba atômica. Em agosto de 1945, o Japão já havia sido derrotado militarmente, e as autoridades japonesas queriam discutir os termos da rendição. Mas o presidente Harry Truman rejeitou essa tentativa de diálogo. Na época, ele já sabia que a bomba atômica havia sido testada com sucesso e que estava pronta para o uso. Apesar dos fortes protestos de cientistas do Projeto Manhattan, ele decidiu explodir bombas atômicas em áreas populosas. Salvar vidas de soldados americanos não era um fator importante, nem a grande perda de vidas japonesas. A questão mais importante era demonstrar ao mundo, particularmente à União Soviética, a força militar adquirida pelos Estados Unidos. James Byrnes, o secretário de Estado da época, deixou claro quando disse: “nossa demonstração de força tornará a Rússia mais manejável” ¹⁹.

¹⁸ Não temos notícia de que a leitura de um livro possa acarretar a mais completa perda de tempo, como o de Michael Hardt e Antonio Negri, “Império” (Record, 2001[2000]). Aliás, bem não acabavam de lançá-lo, em meio a uma cínica badalação, os EUA provocaram uma destruição no Afeganistão que não se sabe, nem pela metade, sobre as características desse genocídio, perpetrado em nome da luta contra o “terrorismo” do grupo de O. Bin Laden. Para jogar o livro no lixo, são suficientes as seguintes observações; a) para Maquiavel, “o Império é formado não com base na força, mas com base na capacidade de demonstrar a força como algo a serviço do direito e da paz” (p. 33) : basta ler o cap. VIII de “O príncipe” (“Da conquista do principado por meio do crime”), para ver que isto é uma mentira descarada; b) “A legitimação da máquina imperial [atual] nasceu pelo menos em parte das indústrias de comunicação, ou seja, da transformação em máquina do novo modo de produção” (p. 52), onde tal modo de produção é o “imaterial” : certo, as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, já encerrada a 2ª Guerra Mundial, “pelo menos em parte”, são problemas da comunicação imaterial; c) a crise do império atual, geradora da “mudança mais importante”, “dentro da humanidade”, num “não-lugar, isto é no mundo, na multidão” , faz “reaparecer” o império “não como território, não nas dimensões determinadas de seu tempo e de espaço, e não do ponto de vista de seu povo e sua história”, simplesmente como “ a fábrica de uma dimensão humana ontológica que tende a se tornar universal” (p. 407). Recusamo-nos a comentar este espalhafate teórico. Por que? Porque para Hardt & Negri, os EUA “não são o seu centro” – do império vindouro; para eles, seu poder [Império], “não tem um terreno ou centro efetivo e localizável” (p. p. 406-7).

¹⁹ A declaração – nenhuma novidade -, ganha enorme relevância por ter sido dada (28/12/2002) em Londres, por Joseph Rotblat, de 94 anos, físico nuclear e membro da Royal Academy, detentor do Prêmio Nobel em 1995 por suas décadas de trabalho com a Conferência Pugwash, para alertar sobre os perigos de uma guerra nuclear.

Tampouco é possível afirmar que os EUA perderam, ou cederam para algum país, sua condição de superpotência claramente hegemônica no sistema de relações internacionais, no período 1945-73. O que subjaz a essa sua condição – para além de seus imensos recursos naturais, seu gigantesco mercado interno, e a construção de um amplo e profundo mercado financeiro – é sua predominante supremacia militar, econômica (individual) e político-ideológica, permanecidas em todos estes terrenos, ao longo da persistente crise advinda com a morte do padrão de desenvolvimento do pós- 2ª Guerra.

A formulação “declínio econômico relativo”, de Kennedy, parece-nos a mais adequada. Porque significa a continuidade da participação norte-americana, isoladamente, como a maior economia do planeta; visto que nem o Japão, nem a Alemanha ou a França – embora estes últimos tenham ultrapassado, em níveis diferentes, o produto per capita dos EUA (1980) – sequer se aproximaram da posição do PNB norte-americano, o mais relevante quando se fala capacidade de reproduzir a força do poder hegemônico. Aparece apenas uma microscópica diferença notada no PNB, a favor de doze países (!) da Europa (CEE), com relação aos EUA (1980). Ou, noutra definição, a “multipolaridade”, a partir dos novos centros econômicos, como asseveraram Nixon e Kissinger, bem no início dos anos 70.

Também não parece ter havido um “vácuo” na hierarquia do poder mundial, coisa diferente de um ulterior - contudo fundada ao redor da crise dos anos 70 - “equilíbrio interrompido”, como disse Thurow. Mas, ainda sim, equilíbrio interrompido a favor de quem mesmo? Quem continuou a ser a superpotência do Ocidente? Isso impediu ou tem impedido, em algum momento, que os EUA joguem bombas, mísseis - ou produzam armas químicas e bacteriológicas em massa – em países ou regiões que lhes se são “interessantes”? Além de seus aliados-vassalos ocidentais, sob ordens norte-americanas, quem tem feito algo semelhante, senão Israel?

Como expusemos, não há dúvida que os abalos na supremacia dos EUA levaram Carter-Brzezinski a reformular a estratégia internacional do país, bem antes da queda de Nixon. Junto às principais corporações do mundo capitalista, desde os EUA, a idéia da coordenação da ordem mundial com a Europa e o Japão operava em simultâneo a um pêndulo agora direcionado ao controle do chamado Terceiro Mundo, enquanto se indicara o aumento dos gastos militares, como assinalara Ckomsky²⁰ - ou

²⁰ Duplamente válido atentar para a corroboração de L. Fernandes ao que temos demonstrado, quando ele analisa, para além da influência da URSS sobre a (nova) conceituação de “Estados de orientação socialista”, a vitória dos movimentos de libertação, incluindo Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Cabo Verde, e outros formados por governos oriundos de “golpes de estado” (Etiópia, Benin, Congo,

o que foi chamado de "Segunda Guerra Fria" de Fred Halliday (Fernandes, 1992; Hobsbawn, 1995); sabidamente antes da batida em retirada de Nixon, e mais distante ainda de 1979; como sabemos que ainda em 1978, Volcker subira a taxa de juros de 6% para 8% - insuficiente para as ameaças contra a débâcle do dólar, ao que se seguiu o choque monetário.

Aqui, a questão que se coloca é: quem mais poderia, por um lado, tentar uma união dos EUA/Europa/Japão (governo Carter), frente a frente ao que seriam as "Décadas de Crise" (Hobsbawn), senão os EUA? E o que sustentava esta autoridade, assim como igualmente a que os fizeram, com a radical política monetária, levar o país e o mundo à recessão, até 1983? Claro: a força política e o poderio militar dos EUA, tutelares do mundo capitalista, assim como a capacidade de recuperação e reorganização da economia norte-americana. Seria ingenuidade supor algo diferente, e completo idealismo imaginar a capacidade de comando de uma grande potência sem sua afiada "espada de Dâmocles" - a **coerção**. De outra parte, não foi à toa que descrevemos bem acima o singelo "almoço de trabalho", entre Carter e Rockefeller : o movimento para a reposição do comando norte-americano, na alvorada da crise dos anos 70, foi afiançado pelo grande capital financeiro do império, à testa de seus grandes oligopólios.

Assim, é muito mais plausível e convincente seguir a seguinte linha de argumentação:

1) Nos sinais de desgaste da década de 1960, a hegemonia dos EUA "*declinou*" e, enquanto caía, o sistema monetário baseado no dólar-ouro desabou, aparecendo "alguns sinais de diminuição" da produtividade em vários países. Nas "Décadas de Crise" pós-1973, "A economia global não desabou", não obstante ter-se encerrado a "Era de Ouro" entre 1973-75, assemelhando-se isto a uma depressão cíclica bastante clássica, que em um ano reduziu a produção industrial no capitalismo desenvolvido em 10%, e o comércio internacional em 13% (Hobsbawn, 1995, p.p. 279 e 395). Repita-se então : o vendaval atingiu a todos.

Madagascar, Seychelles, Afeganistão e Granada); "A aproximação destes com a União Soviética foi 'lida' pela liderança norte-americana como uma 'escalada da ameaça russa', gerando **(a partir do final do governo Carter e, marcadamente, com a eleição de Reagan) um curso mais agressivo e belicista por parte dos EUA**" (op.cit., 1992, p. p. 152-53; negrito e grifos nossos). Entretanto, Fernandes, superficialmente, fala em "acentuado declínio da hegemonia norte-americana", ou mesmo "queda" da de sua hegemonia no bloco ocidental (p.p. 143-44).

2) O PNB da União Soviética, que manteve taxas de crescimento de 5,7% ao ano na década de 50, sofreu queda para 5,2% na de 60, depois para 3,7% na primeira metade dos anos 70, para 2,6% na segunda metade desta, caindo novamente para 2%, entre 1980-85 (Hobsbawn, 1995, p. 389). Involução caracterizada – dito resumidamente – por uma resposta integracionista de relações econômicas com o Ocidente, para tentativas de ultrapassagem à fase mais marcadamente de um desenvolvimento “extensivo” (anos 30), para uma de caráter “intensivo”; onde 1975 representa um momento visível, tanto de endividamento externo, como de estagnação do crescimento econômico (Fernandes, 1992, p. p. 187-192).

3) De algum modo coincidindo, a idéia de P. Kennedy sobre a tendência progressiva dos EUA verem decair sua produção industrial manufatureira, teve ampla acolhida num estudo bastante recente e já referido (Brenner). Mas em “El desarrollo desigual y la larga fase descendente: las economías capitalistas avanzadas desde el boom al estancamiento, 1950-1998” (2000), há profunda pesquisa da evolução das políticas macro-microeconômicas, no que respeita às origens, natureza, e desenrolar da concorrência intercapitalista central, alcançando os fins dos anos 90. Resumindo-se aspectos gerais da sua principal argumentação, Brenner analisa que, já nos fins dos anos 60, a superior resposta competitiva do Japão e Alemanha, frente aos EUA, provocou uma queda na taxa de rentabilidade dos setores manufatureiros, contaminando a seguir o restante das economias centrais como um todo; resultando, diante de uma menor produtividade das empresas norte-americanas, numa preferência para a diminuição da rentabilidade, ao invés de desaparecerem ou investirem em outros setores. A redundante produção, particularmente num quadro de queda do comércio internacional, promoveu a superprodução-superacumulação, onde a produção e o investimento eram incompatíveis à manutenção da taxa de rentabilidade do período anterior. Ademais, as marchas e contra-marchas das políticas econômicas do capitalismo central não alteraram substantivamente esse quadro, pelo menos até 1989. Segundo afirma Brenner:

“La reducción secular de la rentabilidad total significó un gran incremento de la inestabilidad pero no provocó una depresión porque el crecimiento masivo, tanto de la deuda pública como privada – facilitado en gran parte por el enorme crecimiento del endeudamiento gubernamental – impidió que la serie de grandes recesiones que estremecieron la economía internacional en 1974-75, 1979-82 y 1990-91 se dispararan fuera del control. Pero el mismo proceso que permitió a la economía internacional evitar la depresión, prolongó la fase descendente porque impidió la reestructuración de las empresas con altos costos y baja utilidades,

especialmente en el sector manufacturero. Este era el requisito necesario para llevar a cabo la recuperación de la rentabilidad total" (op. cit., p. 58).

Finalmente, em que termos poderíamos apontar - na medida do que asseveramos sobre o declínio econômico relativo - a existência real da problemática da tendência à decadência **histórica** do imperialismo dos EUA?

"Todavia, o declínio de Roma foi a natural e inevitável consequência da grandeza imoderada. A prosperidade fez com que amadurecesse o princípio da decadência; as causas da destruição se multiplicaram com a extensão das conquistas; (...) a estupenda estrutura desabou sob seu próprio peso; (...) e eis que o mundo romano foi engolfado por um dilúvio de bárbaros" (Gibbon)²¹.

O clássico estudo de Edward Gibbon, acresce outro elemento ao turbilhão que sucede a crise instalada na divisão do império romano (Ocidental e Oriental), seguindo-se o colapso com a tomada de Constantinopla : "o cisma nacional" de gregos e latinos alargou-se pela permanente diferença de língua, costumes, de interesses e até mesmo de religião", afirmara.

Coincidência ou não, dois anos atrás, o diplomata Rubens Barbosa, falando como embaixador do Brasil em Washington, voltou a destacar fenômenos contraditórios similares no ambiente "global", originários do avassalador esmagamento das tradições e das culturas que tentam decretar o imperialismo norte-americano. Barbosa identificava, sem subterfúgio, os EUA com "uma nova Roma"; mas haverá, disse, "e isso é inevitável, um grande choque com essa invasão da cultura americana". Imposição que o embaixador assinalara atingir até o Egito, país de tradição cultural refinadíssima ("Carta Capital", 16/8/2000).

Problema geopolítico central, o fato é que a corrosão das bases da hegemonia norte-americana voltou ao debate com o desaquecimento, seguido de recessão (2000-2002) de sua economia, após um crescimento de cerca de 8 anos - entre 1990-91 os EUA enfrentaram uma recessão.

E findo o século, J. Beinstein ²¹ - em vários aspectos numa análise algo similar a de Brenner - destaca a queda da indústria (em geral) dos

²¹ "Declínio e queda do império romano", p. 442-43, Companhia das Letras, 1989.

²¹ Resumindo, o economista argentino J. Beinstein, aponta : a) o conjunto de indicadores econômicos, sociais, culturais, institucionais e outros que alertam para a decadência dos EUA; b) a perda de peso relativo da força de produção norte-americana; c) o fenômeno do superdimensionamento estratégico - "o fator decisivo" da decadência, diz ("O capitalismo senil - a grande crise da economia global", Record, 2001).

EUA, como percentagem do PIB, de 33% (1975), para cerca de 25% (1995), enquanto os serviços saltaram de 63% para 72%, no mesmo período; a produtividade da mão-de-obra desacelerou, caindo também o investimento bruto fixo em relação ao PIB; entre 1968-98, houve queda de longo prazo no salário/hora real na indústria e nos serviços, tendo se ampliado as desigualdades sociais.

Desigualdades acentuadas nos anos 90, quando o Índice de Gini (medidor da concentração de renda), atingiu o nível mais alto, desde 1947 (US Bureau of the Census) : em 1998, os 20% mais pobres não haviam recuperado os níveis de renda de 1989, sendo que ela cresceu 22% para os 5% mais ricos (2000). Aliás, segundo a classificação desta instituição, o número de pobres naquele país passou de 25,7 milhões (1970), para 35,6 milhões, em 1998; enquanto o trabalhador do "chão da fábrica" teve um reajuste de 28% (1990-98; inflação do período de 22,5%), o cargo mais alto dos executivos dos monopólios norte-americanos obteve aumento de 443%!²².

De outra parte, ao invés do número oficial de 4,2% de desempregados da PEA dos EUA, L. Belluzzo (baseando-se no economista italiano Marcello De Cecco) notara que a omissão em considerar homens em idade de trabalhar, mas presos ou em liberdade vigiada (9,5 milhões do sexo masculino, a maioria jovens negros e latinos), contabilizaria o desemprego em mais de 12% da força de trabalho estadunidense. Nesse rumo, a "desintegração social" - afirma Beinstein -, começa nos anos 70, é impulsionado nos 80, acelerando-se na década de 90 : há "criminalização de pobres e excluídos", ampliação da marginalidade e delinquência, que obteve uma resposta de desmantelamento do "estado social" ou restrição de programas assistenciais ²³. Robert Bellah - sociólogo norte-americano (Harvard) autor de um grande retrato da "alma" americana ("Hábitos do coração", 1985) - perguntado se junto à "nova economia" há uma nova sociedade nos EUA - fulminava : "a sociedade que temos está caindo aos pedaços", é "uma sociedade em colapso". Noutra ponta, num artigo crítico, o insuspeito economista Eduardo Giannetti, disse que o mundo estava transferindo cerca de US\$

²² In : Benstein, idem; e "Ricos e pobres nos EUA - como no quintal", de Adriana Wilner; Carta Capital, 7/6/2000.

²³ "Era uma vez a América", de L. Belluzzo, Carta Capital, 25/10/2000.

360 bilhões ao ano "para financiar o sonho americano, bastante animado, é claro, pela euforia das bolsas e pelos prodigiosos lucros virtuais da 'nova economia'" ²⁴.

Então com um PIB de US\$ 10 trilhões, foi grave o impacto da crise norte-americana atual sobre o endividamento das empresas e famílias, que somava US\$ 6,5 trilhões (!), de acordo com "The Wall Street Journal" ("O Estado de São Paulo", 6/7/2000). A desaceleração atual impôs o inevitável do fim dos ciclos de expansão : na maioria dos ramos e setores da economia produtora das "Novas Tecnologias" de informática e telecomunicações, "queima" de capital com falências e concordatas, e queda do nível de consumo, hoje igual a 2/3 do valor do PIB. Entretanto, internamente, é sempre bom lembrar o gigantismo do mercado, o diversificado sistema financeiro e de crédito estadunidenses. O que, assentado sobre o enorme poder do dólar e das armas, denominaram os EUA de fabricantes do "dinheiro elástico".

Nos fins de 2002, a comissão de Orçamento do Congresso e do Fisco dos EUA concluiu ter o salário médio anual líquido (1979-1997) dos 20% mais pobres ter baixado de US\$ 10,9 mil para US\$ 10,8 mil, enquanto os que formam o 1% mais rico do país ter aumentado de US\$ 263,7 mil para US\$ 677,9 mil (crescimento de 157%). Segundo diz o relatório, no ano de 2000, "A desigualdade na distribuição de renda entre os lares aumentou substancialmente nos EUA"; o que confirma R. Grestein ("Center on Budget and Policy Priorities"), ao afirmar que "A diferença entre os pobres e ricos e entre estes e a classe média é a maior já registrada na história do país"²⁵.

Importa notar que, seguindo-se à acintosa fraude nas eleições presidenciais, G. W. Bush mandou efusivas congratulações ao carniceiro Ariel Sharon e ordenou novos bombardeios ao Iraque; anunciou maciça venda de armas sofisticadas a Taiwan, fato denunciado pela China; enquanto a assessora para a segurança nacional da Casa Branca, Condoleezza Rice, esgoelava-se : "nossa política externa deve partir de

²⁴ Ver: "Sociedade em colapso", entrevista de R. Bellah à Carta Capital, 25/10/2000; e "O sonho americano em perigo", de E. Giannetti, Valor, 5/5/2000;.

²⁵ Dados no artigo "Pobreza americana", de Sérgio D'Ávila, Folha de São Paulo, 1/12//2002, p. A-20.

sólido fundamento do interesse nacional, não do interesse de uma ilusória comunidade internacional". Seu Vice, Dick Cheney, foi ex-chefe do Pentágono, sendo o belicismo de Colin Powell por demais conhecido.

Bush, ativista radical da pena de morte quando governador do Texas – portanto um candidato a psicopata - foi amplamente financiado pela bilionária indústria armamentista e pela oligarquia da alta finança e petroleira do império. Daí que sua reorientação agressiva da política externa, após o 11 de setembro, ter voltado a preocupar profundamente cientistas que vislumbram dias sombrios no início deste século.

Com efeito, para o citado físico britânico J. Rotblater, o que ele chama de afluência econômica, teria revelado a face obscura do capitalismo: "ambição e egoísmo – diz - se tornaram a principal força impulsora"; onde a necessidade de proteger o "American way of life" resultou em uma assustadora força militar, incluindo decisões de continuar produzindo mísseis balísticos apesar da forte oposição dos outros países. Afirma Rotblater:

"Em reversão à doutrina anterior, quando as armas nucleares eram vistas como o último recurso, a nova revisão da postura nuclear esclarece uma estratégia que incorpora a capacidade nuclear em um planejamento de guerra convencional. Armas nucleares se tornaram agora parte de uma estratégia militar padrão, para serem usadas como qualquer outro explosivo. É uma mudança perigosa para toda lógica de armas nucleares. A implementação dessa política já começou. Os Estados Unidos estão desenvolvendo uma nova ogiva nuclear com baixos custos e com poder de penetração no concreto, uma espécie de 'destruidor de bunkers'. Essa bomba é capaz de destruir paredes de concreto de bunkers que inimigos, como Saddam Hussein, podem buscar refúgio" (op. cit.).

Parece-nos evidente: o recurso à "extensão imperial excessiva", a qualquer pretexto, indica a resposta às tensões do processo tendencial da decadência histórica dos EUA. Compreensão nossa da problemática que parece ficar mais evidente ainda quando os EUA não escondem ser o petróleo, o primeiro objetivo visível de suas ameaças – crescentemente mais contestadas - de guerra de destruição do regime do Iraque.

Daí também porque, do ponto de vista estratégico e geopolítico, ter muita importância a análise feita pelo professor argentino Atílio Boron. Tratando, nesse quadro, dos reais objetivos norte-americanos na América Latina, com a ALCA (Área Livre de Comércio das Américas), ele comentou numa Conferência em Havana sobre o tema:

"En un trabajo reciente, Robert Kagan - de la Hoover Institution y uno de los más influyentes asesores de George W. Bush Jr.- sostenía que los Estados

Unidos, a diferencia de Europa, deben ejercer su poder *"en un mundo anárquico y Hobbesiano, en el cual las leyes y normativas internacionales son inseguras y inciertas, y la verdadera seguridad, defensa y promoción de un orden liberal todavía dependen de la posesión y uso de la fuerza militar"* (Boron, 2002; grifos nossos).

Kagan não poderia ser mais claro. Mas sua "clareza" não é coisa inusual, ou aparentemente isolada da estratégia do império, como tanto insistimos em argumentar. Ouçamos novamente o pesquisador argentino agora nos trazendo de volta à cena Brzezinski. Segundo sistematização de Boron,

"Brzezinski identifica los tres grandes principios orientadores de la estrategia geopolítica norteamericana y al interior del cual será preciso descifrar el significado del ALCA: primero, impedir la colusión entre – y preservar la dependencia de – los vasallos más poderosos en cuestiones de seguridad (Europa Occidental y Japón); segundo, mantener la sumisión y obediencia de las naciones tributarias, como las de América Latina y el Tercer Mundo en general; y tercero, prevenir la unificación, el desborde y un eventual ataque de los "bárbaros", denominación ésta que incluye desde China hasta Rusia, pasando por las naciones islámicas del Asia Central y Medio Oriente" (idem, ibidem).

Curiosíssimo: do aprendizado histórico (Gibbon), Brzezinski recomenda a "divisão", e o bloqueio ao transbordamento daqueles que seriam os novos bárbaros!

Analisemos agora outros componentes estratégicos, que evoluíram marcando passo no interior das mudanças do pós-70, e indispensáveis para uma interpretação das alternativas à crise do capitalismo.

II – Metamorfoses do capital e do trabalho

Nesta seção do capítulo, devemos nos posicionar sobre dois problemas teóricos que dizem respeito ao conteúdo da estratégia anticapitalista frente à crise pós-70, especialmente. Trata-se de: 1. As mudanças ocorridas no chamado "mundo do trabalho" e nas camadas proletárias – ou na "classe em si". 2. Simultaneamente polemizando junto ao tema da existência (ou não) de um "estatuto ontológico" do proletariado, relacionando-o com aspectos da visão do "programa comunista" em Marx. Assim caminhando, olhamos as características atuais da base classista do trabalho - objetiva e integrante dos processos de transformação da sociedade capitalista; e alcançamos a necessária distância entre os pensamentos desarrazoados e opositores à historicidade programática do "movimento do real" (comunismo).

(1) Um breve panorama das mudanças hoje

"A chefia quer nos obrigar a trabalhar no sábado, no segundo turno, pagando apenas 30% do adicional noturno... Recebemos salários inferiores aos pagos pela Fiat, tivemos benefícios cortados e não estamos podendo nem tomar café ou ir ao banheiro, pois sofremos ameaças. Os chefes acham que somos escravos. Estamos com os nervos à flor da pele" (Correspondência - tornada anônima - de um operário da TNT Logistics, empresa terceira da Fiat, ao Sindicato de Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas, março de 2001).

Como é sabido, além do imperialismo significar a reação em toda linha - expressão concentrada de Lênin -, a irrupção da fase monopolista do capitalismo (cuja mola propulsora foi a II Revolução Industrial) redimensiona a dinâmica capitalista, particularmente no que tange à expansão acelerada dos processos de assalariamento, à concentração da classe operária multiplicada em gigantescas empresas e uma grande complexificação e ampliação das funções do Estado capitalista. Novos desenvolvimentos da organização do processo de trabalho passam a desempenhar papel especial nas novas formas de exploração capitalista. Neste último aspecto, sem dúvida o chamado *taylorismo* - correspondente à resposta burguesa para uma "organização científica" do trabalho - tem se metamorfoseado ao longo dos últimos cem anos. Esta engrenagem diabólica pensada pelo engenheiro norte-americano F. Taylor, no final do século XIX, persegue as grandes mudanças técnico-científicas, de maneira a reproduzir, sob as condições da produção automatizada, o operário e sua classe como apêndice da máquina, subordinando-os à técnicas e a tecnologias, ao tempo ao contrato e ao tipo de pagamento de salário.

De acordo com o que foi mostrado, o período atípico do capitalismo espalhou, notadamente em inúmeros países de seu centro, várias formas de assalariamento capitalista, a partir de altas taxas de crescimento do produto, do emprego e dos salários reais, diferindo quantitativamente os casos da Europa e dos EUA. Junto às intervenções estatais maciças nas economias centrais, e as mudanças nos padrões de industrialização do pós-2ª Guerra Mundial, devemos lembrar que o comércio internacional cresce mais que a produção industrial, mas é o mercado interno quem impulsiona o crescimento econômico; e cresce a participação do emprego industrial e também o emprego do setor de serviços (agora sob lógica industrial) continuando a cair o emprego agrícola (Mattoso, J. 1995, op. cit., p. 24).

Com a desmontagem do sistema financeiro internacional de Bretton-Woods e a crise capitalista dos anos 70, baixas taxas de crescimento econômico associadas à grande onda de inovações tecnológicas aumentam e cronificaram o desemprego, e as relações de

trabalho passam a sofrer o ataque da flexibilização e desregulamentação dos mercados de trabalho; há também mudanças nos contratos de trabalho e no tipo de estabilidade existente anteriormente. O que significa dizer: o crescimento da força dos sindicatos, impondo sistema nacionais de contratação coletiva no capitalismo avançado, retiraram a exclusividade do mercado na determinação salários e das condições de trabalho, onde sindicatos e Estados garantiam a conversão de ganhos de produtividade em salários reais maiores.

No que nos interessa, e num resumo concentrado da trajetória do pós-guerra aos dias da globalização neoliberal, pode-se dizer que se seguiram à evolução e às mudanças na economia e nas tecnologias, alterações importantes nos processo de organização do trabalho.

Ferro, Toledo e Truzzi, analisando em detalhes as mudanças para a *automação em indústrias de processos contínuos* – estágio mais avançado da automação industrial –, afirmam que, aí, as relações homem-produto praticamente desaparecem, passando a prevalecer as relações máquina-produto e homem-máquina. Nesses processos de produção, a natureza e o conteúdo do trabalho vêm sofrendo alterações, vez que sendo o trabalho produtivo executado essencialmente por máquinas e equipamentos, restringir-se-iam as intervenções humanas basicamente em: a) monitoração e controle da das máquinas e dispositivos; e, b) manutenção dos equipamentos e algumas atividades de apoio. Partindo dessa análise, consideram que a mão-de-obra mais diretamente vinculada ao processo produtivo poderia ser classificada em três tipos: 1. o auxiliar de produção; 2. Os operários da manutenção; 3. Os operadores da produção. Assim, e juntamente aos novos métodos de gestão e gerenciamento das empresas de ponta, duas vertentes de interpretação se bifurcariam em: a) possibilidade de um trabalho menos rotineiro e repetitivo, sem supervisão rígida, com tarefas em grupo, sugerindo, em última instância, o fim da alienação do trabalho industrial e uma requalificação profissional em novas bases tecnológicas e sociais; b) tendência fundamental de desqualificação e degradação do trabalho, onde o processo industrial no mais elevado estágio da automação representaria a submissão total às máquinas e, portanto, um nível mais intenso da de alienação do homem, acentuando-se ainda no trabalho o aumento do tédio e da monotonia²⁶. Ainda, em linhas gerais, a participação dos trabalhadores como prática de gestão é considerada uma estratégia de racionalização da empresa no contexto das novas tecnologias

²⁶ As referências e a discussão encontram-se, bem mais longamente, em "Automação e trabalho em indústrias de processo contínuo", dos professores do Departamento de Engenharia de Produção, UFSCAR, SP, J. Ferro, J. Toledo, e O. Truzzi, mimeo., S/d.

automatizadas e representam papel fundamental na chamada "fábrica flexível". Ao contrário da dimensão individual de trabalho (concepção taylorista), está em causa a dimensão coletiva. O grupo, e não a individualidade é quem conta ²⁷.

Devemos então considerar as mudanças que vêm ocorrendo no perfil da classe operária e demais trabalhadores assalariados, no capitalismo central, além de uma rápida situação delas no capitalismo mais "robusto" da América Latina (Brasil), a partir das seguintes constatações²⁸.

1) Em relação à composição ocupacional do capitalismo avançado, há crescimento da importância das ocupações caracterizadas como "superiores" e de postos diretivos, para os quais se requer maior exigência de qualificação e escolaridade. As profissões "inferiores", exigentes de operações simples e manuais, ainda majoritárias na estrutura ocupacional, estariam perdendo participação relativa. No caso de Alemanha e França, mesmo aderindo ao chamado novo paradigma técnico-produtivo, registram uma participação para as ocupações mais manuais e de operações simples ainda bem maior. No Brasil, a tendência da estrutura ocupacional apresenta alta concentração de trabalhadores na chamadas ocupações inferiores, e baixa concentração nas camadas profissionais intermediárias e superiores.

2) Em relação à queda na participação relativa das ocupações industriais, um dado real, deve-se lembrar que tal composição, ainda mais dependente do chamado setor terciário, parecem continuar dependendo muito do setor industrial, mas de agora de forma indireta, pois grande parte dos novos serviços encontram-se ligados às empresas manufatureiras. Na década de 90, somente Japão, Alemanha e Itália, possuíam uma participação relativa dos empregos industriais, no total das ocupações, um pouco superior àquela dos anos 20; ocorrendo o contrário com França, EUA e Inglaterra. No Brasil, a industrialização tardia bloqueou o mesmo resultado pleno do peso do emprego industrial das economias avançadas, em relação ao total das ocupações; nos anos 70 (máximo da expansão do emprego industrial), chegou-se a cerca de 20% do total de empregos sob responsabilidade da Indústria de

²⁷ Cf. Rosa M. S. de M. Soares; in : Microeletrônica e produção industrial : uma crítica à noção de "revolução generalizada", de Benedito R. Neto, 1995 : 29.

²⁸ O que segue se baseia amplamente na pesquisa de Marcio Pochmann. "O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu", Boitempo, 2001; todo o capítulo "O futuro das ocupações".

Transformação, sendo que se em 1990 o índice caíra para 13%, entre 1980 e 1990, houve de 1,5 milhão de empregos no setor de manufatura. Assim, entre 1980 e 1998, a estrutura do emprego no país evoluiu de 11,8%, para 14,5% no setor agropecuário, de 55,8%, para 55,9% no setor serviço/comércio e de 32,4% para 29,6% no setor industrial.

3) Em relação ao aumento na participação relativa das ocupações de serviços, nota-se (em se utilizando a tipologia de Castells & Ayoma) elencada em: a) *distribuição*, responsável principalmente por comunicação, transporte e comércio; b) *produção*²⁹, segmento moderno - que alguns sociólogos denominam de sociedade "pós-industrial" -, envolvendo as ocupações atendimento dos insumos e serviços diretos à produção indústrias; c) *social*, para o consumo coletivo, como educação, segurança e saúde; d) *pessoal*, representada por aquelas atinentes ao consumo individual, como lazer, alimentos e embelezamento. Assim, não obstante quase todos os ramos dos serviços terem aumentado a participação relativa no emprego total, exceto a redução dos serviços de distribuição na Alemanha, EUA e Japão, deve ser destacado o grande crescimento dos serviços ligados à produção (50% entre 1970 e 1990). No Brasil esse comportamento não ocorre, e deve-se considerar primeiramente a característica de existir entre nós abundante excedente de mão de obra, tendo vindo o êxodo rural direcionar as alternativas de ocupação e renda para o chamado setor informal agregando-se aí parcelas expressivas nas ocupações de serviços (sobretudo na distribuição).

Por outro lado, é fundamental compreender que é contínuo no capitalismo central, o movimento de expansão do assalariamento, o que desmoraliza qualquer tentativa, por mais sofisticada que seja, de alardear a tolice do "fim do trabalho". Aliás, o que se tornou propaganda massiva de intelectuais fabricantes de "categorias", não só vulgares como também ideologizadas o suficiente para o insistente esforço no sentido do desarme político-teórico da consciência anticapitalista dos trabalhadores³⁰.

²⁹ Em certa literatura especializada, os serviços de produção representam a generalização da produção industrial a partir de uma rede de apoio que determina decisivamente a plena aplicação e o desenvolvimento das novas tecnologias. Isto expressaria a tendência da exigência de novas ocupações profissionais, com trabalhadores "multifuncionais" e mais qualificado, diferindo dos demais serviços (Pochmann, 2001: 57).

³⁰ Claro, o grande impacto sobre o mercado de trabalho (altíssimas taxas de desemprego, precarização, subemprego, etc.) decompôs o que havia de róseo nos propalados "anos dourados". Juntos à tendência de polaridade social no centro do capitalismo e à difusão das novas tecnologias, aparecem o discurso sobre "o fim da sociedade salarial" ou da "sociedade do trabalho", bem como o questionamento da centralidade do trabalho. A. Gorz, que se notabilizara com o livro "Adeus ao

Indicador de assalariamento (IA = população ativa / População ocupada)

Anos	França	EUA	Japão
1970	76,27	89,79	64,20
1980	84,15	90,59	71,25
1990	87,01	91,20	78,42
1998	87,66	92,06	76,92
1999	-	92,34	-

Fonte : adaptado e selecionado de Teixeira, F., 2000;
(baseado em informações estatísticas oficiais).

De imediato, surge a necessidade da discussão em torno de: 1) trabalho assalariado e produção de valor - ou sob outro prisma, o significado de trabalho produtivo; 2) diferenças entre classe operária e trabalhadores assalariados.

No interior do amplo debate (capítulo I) que realizamos sobre a valorização capitalista na atualidade, devemos acentuar que foi sempre freqüente, permanecendo recorrente, as dificuldades do entendimento sobre o valor, em especial a sua produção do ponto de vista da condição social dos trabalhadores. Ou seja, um outro enfoque da problemática do valor.

Na primeira questão, L. Belluzzo observou, ironicamente, que nada pode causar mais desavenças entre os economistas do que tal palavra (valor), aduzindo ter se derretido por aí "muita massa cinzenta" em torno da questão, entretanto não ocorrendo arrefecimento da controvérsia, apesar do "grosso calibre" dos argumentos esgrimidos; observando ainda

proletariado" (1985), depois defensor da tese do "fim da sociedade salarial", recentemente (1995; 1997) passou a argumentar da impossibilidade de um capitalismo de "pleno emprego" em função dos efeitos das novas tecnologias. Defendem posições semelhantes às de Gorz, renomados intelectuais como J. Habermas, C. Offe ("Capitalismo desorganizado", 1985) e, num outro nível, G. Aznar ("Trabalhar menos para trabalharem todos", 1993), ou mesmo J. Rifkin ("O fim dos empregos", 1995) em outra variante. Já R. Kurz formula uma crítica anarquista radical do capitalismo contemporâneo, propondo um a luta dos trabalhadores não contra o desemprego, mas sim contra o próprio trabalho! Veremos adiante o "Manifesto Contra o trabalho" (1999). De Kurz e seu grupo "Krisis" . [Fonte: adaptado e selecionado de Teixeira, F., 2000; (baseado em informações estatísticas oficiais)].

que o processo de valorização do capital é ao mesmo tempo desvalorização do trabalho, na medida em que a desqualificação sistemática do trabalhador pelo capitalismo chega a até a transformá-lo num simples *supervisor da operação da maquinaria*. Situando a última instância da complexidade da temática, Belluzzo afirma que Marx ("Grundrisse") "chegou a vislumbrar" o momento em que o avanço dos mecanismos capitalistas de produção tornaria o tempo de trabalho uma "base miserável" para uma imensa massa de valor que deverá funcionar como capital (Belluzzo, 1987: 9 e 12). Eis então o problema, em todo seu esplendor : a necessidade vital do processo da produção capitalista - para a valorização - ter sempre que revolucionar a sua base técnica e degradar/expelir o trabalho.

Simultaneamente, as dificuldades de interpretação sobre o núcleo central da segunda questão, quase beiram ao hilário, se se leva em conta, por exemplo, a conclusão do capítulo "Trabalho Produtivo", do próprio Rubin (autor do principal estudo sobre a teoria marxista do valor), quando diz que deveríamos "lamentar que [Marx] tenha escolhido o termo 'produtivo'" para tratar às diferenças entre trabalho contratado pelo capital na fase da de produção, e o contratado na fase da circulação: "Um termo mais adequado, talvez, seria sido 'trabalho de produção'", diz ele (op. cit. p. 293).

Parece-nos compreensível tal observação de Rubin. Marx, no final da parte que trata de "Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo", no Capítulo VI (inédito) de O Capital, resume suas opiniões sobre o tema em duas vertentes e da seguinte maneira:

1) "O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo, livros, quadros, todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante, A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada". Estas pessoas, sempre que não tomem oficiais, etc., na qualidade de escultores, etc., em geral (salvo caso sejam independentes) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, editores livreiros, uma relação que constitui tão só uma forma de transição para o modo de produção formalmente capitalista. Que nestas formas de transição alcance a exploração do trabalho um grau superlativo, tal não modifica em nada a essência do problema". 2) "O produto não é separável do ato de produção. Também aqui o modo de produção só tem lugar de maneira limitada, e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas, (Necessito do médico e não do seu miúdo de recados), nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos os docentes podem ser meros assalariados. Casos similares *não* devem ser tidos em conta quando se analisa o *conjunto* da produção capitalista. (...) A diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante

com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital” (MARX, 1975: 102-103; grifos de K.M.).

Para Marx, todo o sistema de produção distingue-se pela totalidade de relações de produção, determinadas pela *forma social* de organização de trabalho, sendo no capitalismo este trabalho organizado na forma de trabalho assalariado; a economia organizada sob a forma de empresas capitalistas, cujo capitalista comanda o trabalho assalariado criador de mercadorias e de mais-valia. Como interpreta Rubin, somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, que tem a forma de trabalho assalariado, empregado pelo capital com a finalidade de extrair dele uma mais-valia, é incluído no sistema de produção capitalista: “Este trabalho é trabalho produtivo” (RUBIN, *idem*, p. 280).

A partir dessa compreensão, podemos agora ouvir do próprio Marx, o que tem se tornado contemporaneamente exemplos bastante corriqueiros e controversos. Um mestre-escola – afirma ele – que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Entretanto, aquele que é “contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo. Mesmo assim, a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição” (Marx, *idem*, p. 99; *gs. nossos*). Por isso, ao citar a passagem de “Teorias da Mais-valia” – onde Marx se refere aos fenômenos relacionados à produção *não-material* como “tão insignificantes, em comparação com o total da produção, que se pode prescindir inteiramente dos mesmos” –, Rubin considera que isto (o trabalho produtivo), independentemente do seu conteúdo, necessitaria de que: a) a produção material como um todo esteja organizada sobre princípios capitalistas; e b) que a produção não-material esteja excluída da análise – definindo-se o trabalho produtivo como trabalho que produz riqueza material (Rubin, *idem*, p. 285).

Como foi dito, a generalização do assalariamento promovida pela fase monopolista do capitalismo, não só ampliou como complexificou os serviços privados e públicos. Mas isto não autoriza a interpretação que confunde classe operária com trabalhadores assalariados, nem identificar trabalhadores assalariados produtivos em geral como “proletariado”. Muito menos ainda transmutar o “proletariado” em “classe trabalhadora”, numa visão de pretensão totalizante inteiramente desprovida dos critérios científicos do materialismo histórico ³³.

³³ Exemplo típico desse grave equívoco encontra-se na formulação de Ricardo Antunes, em sua conceituação de “classe-que-vive-do-trabalho”. Segundo ele imagina, até a

Contra esse tipo de ecletismo teórico, é suficientemente ilustrativa a distinção rigorosa e clara que realiza o Partido Comunista Português (PCP), nos documentos de seu XVI Congresso (12/2000). Analisando as mudanças processadas em Portugal, em *"A classe operária, os trabalhadores e as suas organizações de classe"*, constata-se a redução relativa do emprego industrial e aumento absoluto e relativo do emprego nos serviços; que as atividades de maior crescimento foram "os serviços

famosa consigna de Marx-Engels, "Proletários de todo o mundo, uni-vos", deveria ser traduzido por "Assalariados de todo o mundo, uni-vos" - um completo absurdo - que na verdade serve para fundamentar sua designação de ser o "proletariado hoje", "a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção" (Antunes, 1999:196). Mas Antunes vai muito mais longe em seu conceito amorfo de "classe trabalhadora hoje": "é preciso dizer que ela engloba também o conjunto dos trabalhadores **improdutivos**, novamente no sentido de Marx" [??] (p. 197; **negrito nosso**). Em suas justas preocupações em fazer a crítica das tergiversações teóricas do "fim do trabalho", Antunes confunde mais ainda ao incluir na "classe-que-vive-do-trabalho", um "subproletariado moderno, fabril e de serviços, que é part-time, que é caracterizado pelo trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, como são os trabalhadores dos MacDonald's, dos setores de serviços, dos fast-foods" (p. 199). Ora, não só a classe operária propriamente dita pode, e é, contratada para o trabalho temporário, como pode viver do trabalho precário (que significa simplesmente a queda na qualidade e na remuneração do posto de trabalho), não tendo isso a ver com "subproletariado"; do mesmo modo que trabalhadores assalariados em serviços pessoais para consumo individual, não podem ser rotulados pelo voluntarismo e o genérico de "subproletariado". É também teoricamente errônea, para além de gratuita, a classificação de Antunes de "novos proletários", para assalariados do comércio/intermediação como o dos setores "bancário, turismo, supermercados, os chamados serviços em geral" (p. 203).

Contra tais impropriedades de Antunes, a exemplo, argumenta Magalhães-Vilhena: 1) a denominação de "Associação Internacional dos Trabalhadores", deve ser transcrita em português para "Associação Internacional dos Operários, pois o que está em causa é efetivamente *a moderna classe operária, o proletariado nascido da revolução industrial e não propriamente os trabalhadores nem tampouco as classes laboriosas*" (p.111; grifos nossos); 2) que seu lema (deveria ser) "A emancipação da classe operária obra da própria classe operária", idéia sobre a qual que Marx avança a partir dos anos 40 (p. 126); 3) é nesse contexto que se deve compreender que a classe dos proletários é "uma classe de homens que não possuem outros bens além da sua capacidade de trabalho", conceituação de Marx em "Trabalho assalariado e capital" (p. 117-118); ver : "Notas da edição alemã referentes ao Prefácio", "Notas para edição alemã referente ao Manifesto" e "Notas complementares da edição portuguesa, por Vasco Magalhães-Vilhena"; in : "Manifesto do Partido Comunista", Avante!, 1975.

Sobre essa infundável controvérsia, ver especialmente os verbetes "classe", "classe média" e "classe operária", no "Dicionário do Pensamento Social do Século XX", Editado por W. Outwaite & T. Bottomore, 1996 : 92-100. Também no "Dicionário do Pensamento Marxista" (Ed. T. Bottomore, 1983) a discussão sobre as classes aparece mais clara nos verbetes "classe", "classe dominante", "classe média" e "classe operária" (p.p. 61-67). Ver ainda o verbete "classe", no "Dicionário de Política", de N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (1992: 169-175), em especial a parte "A teoria das classes em Marx"; e o verbete "proletariado" às páginas 1015-1018.

coletivos, sociais e pessoais, os serviços às empresas e atividades imobiliárias, a hotelaria, restaurantes e cafés”; que as pequenas e médias empresas surgem mais associadas às grandes (fornecimento e subcontratação), não havendo perda de importância da grande empresa (processo ligado “à aceleração da concentração do capital”), sendo diferentes a gestão do poder e seu funcionamento – os serviços às empresas ganham maior importância e tendem a “autonomizar-se”, sendo classificados “como atividades industriais”; que “intelectuais e quadros técnicos”, pelo peso e crescimento rápido da “camada social que representam”, por lidarem com as grandes necessidades nacionais (“da produção da educação e ao ensino, à saúde, à ciência, à administração da justiça e a comunicação”) configura uma camada social heterogênea – do ponto de vista de classe e quanto às condições de trabalho, ao estatuto hierárquico e remuneratório, ao papel na revolução técnico-científica e à natureza do seu trabalho –, possuindo influência política/econômica/social/cultural, claramente superior ao seu peso relativo; que são tendências marcantes desta camada social referida, “o crescente assalariamento (mais de 70%)”, a concentração em dinâmicos pólos de atividade, o peso relativamente grande de jovens, etc ³⁴.

Evidente: não há aqui qualquer confusão entre trabalhadores assalariados nos setores de serviços, assalariados intelectuais e técnicos, com a classe operária ou proletariado. Também não se mistura classe operária com trabalhadores assalariados produtivos, na mesma medida em que o PCP defende, intransigentemente, tanto a organização sindical de todos esses trabalhadores, com a necessidade da construção partidária entre eles!

Vejamos, sob outro ângulo, algumas questões conclusivas, a respeito das mudanças e permanências processadas na relação trabalho (e valor) hoje.

a) Dois elementos estruturais relevantes da nova dinâmica do capitalismo implicariam numa diferenciação do papel social e político (no sentido estratégico) de agência consciente transformadora: (i) o surgimento de um novo e crescente contingente de trabalhadores assalariados, de setores de serviços ligados à produção, que poderia indicar também a conformação de um proletariado qualitativamente

³⁴ Ver: “Teses preparatórias para o XVI Congresso do PCP”, 200: 48-53; mimeo., todos os grifos nossos. Observo que o PCP é dos poucos partidos comunistas europeus com ampla tradição de estudos dos clássicos, excelentes traduções e publicações teóricas e filosóficas do (e sobre) marxismo. O que não significa que suas observações sobre a estrutura de classes, em Portugal, devam servir de esquema.

distinto, ou uma “nova” classe operária; (ii) ao lado grande empresa da atualidade, há uma imensa rede que em geral engrena empresas subcontratadas, terceirizadas, micro/pequenas/médias empresas, oficinas fornecedoras de trabalho por peças, e o trabalho domiciliar. Ou seja, ocorre uma “horizontalização” da extração capitalista da mais-valia, cujo componente central combina a mais-valia relativa, a absoluta, e a super-exploração baseada no trabalho precário e sem direitos.

b) A classe operária da indústria - de transformação e não - continua encravada na essência material do modo de produção capitalista. É ela quem produz, diretamente, mesmo as sofisticadas inovações tecnológicas(NTI), assim como constrói as gigantescas instalações que albergam dos serviços (financeiros e comerciais) e das indústrias. A tendência de redução do proletariado industrial no centro do capitalismo - prevista com clareza por Marx, antes da etapa monopolista - é factual, merecendo estudos bem mais precisos do que aqueles hoje conhecidos. Igualmente, a enorme amplificação dos circuitos financeiros da valorização do capital acentua um vetor de criação “verticalizado” do valor, distinto do originariamente extraído do “chão da fábrica”.

c) Não se pode confundir classe operária (proletariado, no sentido definido por Marx-Engels, e também Lênin) com trabalhador assalariado em geral. Claro está, entretanto, que a visível deterioração das condições de vida e trabalho - para além da chaga hoje crônica do desemprego - da ampla maioria dos diversos setores de assalariados, pode os aproximar das condições miseráveis de vida dos proletários vinculados ao trabalho de operações mais simples e manuais, e dos trabalhadores precarizados.

d) Em última instância, não aceitamos a anulação especulativa do papel objetivo reservado às classes trabalhadoras no capitalismo e seu processo de produção. O que nos inspira e reforça a convicção desde a famosa conclusão de Marx, escrita no “Prefácio da Crítica da Economia Política”, que, dita de outra maneira significa que, não é a consciência que determina as condições de existência, mas as condições históricas e sociais que determinam a consciência.

Entretanto, o papel potencialmente reservado às classes proletárias, no sentido de Marx, tem sido amplamente contestado. As controvérsias aparecem na literatura desde como críticas à própria interpretação marxista sobre esta nova classe histórica, bem como a de que a sua própria trajetória existencial teria lhe negado a possibilidade de ser força consciente e transformadora - o proletariado seria, “em si”, reformista do capitalismo.

(2) Fundamentos prospectivos do programa comunista e o proletariado - além do "paradoxo da mentira".

Apontando nessa direção, argumentemos em uma direção oposta às afirmações e conclusões, de J. Gorender, retomando outro fio de "O marxismo sem utopia", já referido no "Preâmbulo". Considerando que as "teses" que procura o autor demonstrar em seu estudo, estão baseadas de maneira clara, nos capítulos IV ("Sistema, estrutura e incerteza") e V ("A pretensa missão histórica do proletariado"). Idéias e premissas, que, em grande parte, não passam de mistificação da trajetória do pensamento de K. Marx - descrita numa metodologia inaceitável. Tampouco se deve considerar seriamente sua proposição de entregar comando (a direção da revolução socialista) aos "intelectuais assalariados", ou seja a setores das classes médias, estas sim cada vez mais heterogêneas, fragmentadas, e "naturalmente" porta-vozes de uma volátil ideologia antioletivista. Esta sua "hipótese" conclusiva não possui fundamentos comprobatórios, tratando-se apenas de uma opinião - exercícios especulativos de fins de milênio.

Falando haver exaltação dos atributos do proletariado para redimir toda a humanidade, e aduzindo que Marx e Engels "não foram capazes de avaliar a grandiosidade da tarefa que o incumbiam", diz Gorender que na crítica da filosofia do direito de Hegel, há "até ostensiva cristianização do proletariado. Marx fez dele o Cristo" (p. 33); logo a seguir, cita I. Mészáros - a quem credita ter dito que Marx, no desenvolvimento posterior só parcialmente se libertou do apelo do imperativo categórico -, para daí apoiar-se (de modo faccioso e incompleto, como veremos) em E. Hobsbawn, e dizer : "a conclusão acerca da missão revolucionária do proletariado *no Manifesto* não derivou de uma análise científica do desenvolvimento capitalista, mas de um discurso escatológico sobre a natureza e o destino da humanidade" (GORENDER, p.34; grifos. nossos). Examinemos, de maneira mais ou menos extensa, pela sua importância, esta questão. Aqui se localiza a origem do fracasso de suas conclusões.

1) A "Contribuição a crítica da filosofia do direito de Hegel", foi escrita em fins de 1843, em Paris, em forma de *artigo*. Tornou-se conhecida como "Introdução", vez que foi um artigo destinado ao seu estudo inacabado "Crítica a filosofia do Estado de Hegel". Antes e no próprio período de sua feitura, Marx avançava na arquitetura de sua teoria³⁵. Importa ressaltar

³⁵ Datam desse período : " Anotações às novas instruções sobre a censura"; "Lutero, árbitro entre Strauss e Feuerbach"; "Sobre o Manifesto filosófico da Escola de Direito"; "Sobre a liberdade de imprensa", e a publicação das atas da Dieta" ; " Sobre a disputa entre o arcebispo de Colônia e o Governo"; "Sobre a centralização de poderes"; "O editorial do número 179 da Gazeta de Colônia"; "O Comunismo e a Gazeta Geral de Ausburgo"; " Sobre a lei contra o roubo da lenha"; Sobre os comitês das ordens na

que em todo este conjunto de estudos e artigos (especialmente para "A Gazeta Renana"), e particularmente em sua tese doutoral ("Sobre a diferença..."), Marx acelera sua ruptura com o poderosíssimo pensamento predominante de G. Hegel, na Alemanha. Onde, de uma parte, a questão ideológica central, no âmbito progressista na luta por reformas ou transformações revolucionárias, era polarizada pela dominância do liberalismo burguês, da idéia hegeliana que a sociedade civil era criação do Estado; e de outra, pela ilusão dos jovens hegelianos (ou hegelianos "de esquerda") para uma espécie de transplante à Alemanha do processo revolucionário e ecos do 1789 na França. O Regime reacionário prussiano e sua burguesia incapaz de dar curso à revolução, o fechamento (21 de janeiro de 1843, pelo Conselho de Ministros presidido pelo rei) da "Gazeta Renana" – onde Marx antes mesmo já se opunha à maioria da redação –, apenas impulsionaram a evolução de seu pensamento.

Como insistentemente argumenta José Manuel Bermudo, "Marx nunca chegou a ser totalmente hegeliano", mesmo antes da fase que este autor denomina de uma "autocrítica anti-burguesa", ou do "democratismo radical"; uma vez que Marx sempre esteve, politicamente mais ligado às posições do hegeliano "de esquerda", Bruno Bauer (BERMUDO, 1975 : 93). Na definição de E. Botiggelli, embora ligado à esquerda hegeliana, Marx desde logo revela "uma originalidade de pensamento" que o diferencia do hegelianismo e daqueles, da "esquerda" (BOTTIGELLI, 1989 : 61). Nestes momentos, a atividade de Marx se destaca então pela desenvoltura da crítica teórico-política, onde trava dura luta ideológica, afastando-se progressivamente dos hegelianos "de esquerda", posicionando-se incisivamente contra um Estado prussiano feudal "racional, religioso e classista" (BERMUDO, *ibidem*). Subseqüentemente, Marx se afasta dos irmãos Bauer, passando a sofrer influência do "materialismo sensível" de L. Feuerbach.

Relevantíssimo notar, nesse sentido, que o traço decisivo em "Sobre a diferença...", escrita entre 1840-41, era o "ateísmo" ("lutar contra todas divindades celestiais e terrestres") e a visão de "libertação do homem da *alienação religiosa*" (MARX, apud Bermudo, : 94; *gs. nossos*) - a passagem de Marx ao materialismo. Já neste estudo, e indo bem mais além, Marx expõe a grande percuciência de seu pensamento, inclusive atravessando os tempos e antecipando-se em respostas aos seus detratores de hoje ! :

Prússia"; "Sobre os vinheiros de Mosela"; além de sua tese de doutoramento "Sobre a diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro" (1840-41). (Cf. BERMUDO, 1975)

“Um ponto historicamente é certo : Demócrito serve-se da necessidade, Epicuro do acaso; e cada um deles rejeita o ponto de vista oposto com a aspereza da polêmica. (...) O acaso é uma realidade que não tem outro valor senão a possibilidade. Ora a possibilidade arbitrária é precisamente o antípoda da *possibilidade real*. (...) A necessidade aparece com efeito, na natureza acabada, como necessidade relativa, como determinismo. A necessidade relativa não pode ser deduzida da possibilidade real, o que quer dizer que se trata de um encadeamento de condições, de causas, de razões etc. que mediatiza essa necessidade. *A possibilidade real é a explicação da necessidade relativa*” (MARX, apud Bensaid, D., 1999 : 386-387).

Um vetusto enterro do determinismo mecanicista e laplaceano!

2) Ainda em setembro de 1843, numa famosa carta a Arnold Ruge, Marx, expressando as novas direções de seu pensamento, afirma que “Nós não antecipamos dogmaticamente o mundo, mas queremos encontrar o mundo novo somente a partir da crítica do [mundo] velho” (MOURA, J. B., 1990 : 152). Na opinião de Bensaid, nesta carta também aparecem novas noções de classe em si e classe para si, contrárias as da visão da fenomenologia hegeliana de ciência da consciência, onde o proletariado “deverá adquirir, queira ou não”, segundo Marx, “a consciência de si mesmo” (BENSAID, D. 1999 : 168). Data ainda do mesmo período em que Marx escreveu a “Introdução”, a elaboração do estudo “Sobre a questão judaica”, onde prossegue suas críticas a Hegel, mas volta-se centralmente contra B. Bauer.

No alentado estudo citado de J. Bermudo (“O conceito de práxis no jovem Marx”, 1975), dos mais completos sobre este período do pensamento de Karl Marx, afirma Augusto Cornu, a respeito da “Introdução”, que nele Marx “se despojava dos últimos vestígios da ideologia jovem-hegeliana e dava um passo decisivo pela senda do materialismo histórico e do comunismo científico”. Mario Rossi, considerando a “Introdução”, a culminância dos estudos anteriores, afirma a emergência do “tema da transformação da crítica religiosa em crítica política, como o tema da emancipação humana como emancipação social”; Bermudo, tentando o caminho da não simplificação, interpreta que, se olharmos aquele artigo de perto, notamos ainda distância das posições materialistas conseqüentes de Marx, para aduzir, entretanto, que : “é inegável que na “Introdução” se encontra, a nível de intuições, a nível de formulações incompletas e inexatas, teses importantes do materialismo histórico e dialético” (ver a discussão em : BERMUDO, 1975 : 166-175). Bem mais incisivo é E. Bottigelli, para quem – sem deixar de analisar, subseqüentemente, o desenvolvimento do pensamento marxiano -, partir da “Introdução” e nos fins de 1843, “(...) não há dúvida : o comunismo é a única via revolucionária possível, a única saída para a

miséria geral ... Marx proclama, portanto o comunismo como a via do futuro, e daí por diante, seu ponto de vista não se modificará" (BOTTIGELLI, 1989 : 114).

Na história (ideologicamente) vesga de Gorender, passa-se, numa penada só, de 1843 a 1848, novamente ele não transcrevendo (ver a nota 1 do capítulo V, p : 259) o que disse Marx. E, embora parecendo ele não ter a menor idéia de coisas óbvias, faço questão de assinalar : a) eram praticamente inexistentes as lutas operárias na Alemanha no período de formação inicial de Marx, sendo a época de a "Introdução" exatamente o momento em que Marx entra em contato "direto" com o movimento proletário francês, ainda fortemente influenciado pelas "seitas" do comunismo utópico, de E. Cabet, G. Babeuf, etc.; b) que o que é marcante na visão de Marx na "Introdução", é sua concepção de negação, no sentido da dialética de Hegel, ou falando português claro : o proletariado simultaneamente é e não é uma classe da sociedade civil, "uma classe universal porque seu sofrimento é universal", portanto uma negatividade (BERMUDO, idem : 144). Dito ainda de outra maneira, o proletariado é, "ao fim e ao cabo, a negação da filosofia, tal como a filosofia é a negação do proletariado" (BOTTIGELLI, idem: 115). Precisamente nas palavras de Marx, naquele estudo: "A filosofia encontra no proletariado as suas armas materiais, do mesmo modo que o proletariado encontra na filosofia suas armas intelectuais (...) A emancipação da Alemanha é a emancipação do homem. A cabeça desta emancipação é a filosofia, o seu coração é o proletariado. A filosofia não poderá realizar-se sem abolir o proletariado. O proletariado não pode abolir-se sem realizar a filosofia" (MARX, apud Bottigelli, idem: 114).

Por outro lado, o que quer dizer, e a que circunstâncias se refere Hobsbawn, quando menciona a tal "escatologia"? [Novamente, em filosofia, designa "considerações dos estágios finais do mundo ou do gênero humano"; ABBAGNANO, 1999 : 344] . Transcreva-se então a íntegra da descrição de Hobsbawn, e a (pretensa) interpretação a que lhe faz o professor :

"A visão do *Manifesto* sobre o desenvolvimento histórico da 'sociedade burguesa', que inclui a classe operária por ele gerada, não levava *necessariamente* à conclusão de que o proletariado derrubaria o capitalismo e, assim ao fazer, abriria o caminho para o desenvolvimento do comunismo, porque visão e conclusão não derivavam da mesma análise. A meta do comunismo adotada *antes* de Marx tornar-se 'marxista', não foi deduzida da análise da natureza do capitalismo, mas de um argumento filosófico, na verdade *escatológico*, sobre a natureza e o destino humanos. A idéia - fundamental para Marx *dali em diante* - de que o proletariado era uma classe que não poderia libertar-se sem com isso libertar a sociedade como um todo, primeiro aparece

com 'uma dedução filosófica em lugar de um produto de observação. Como afirmou George Lichtheim : 'o proletariado faz sua primeira aparição nos escritos de Marx como a força social necessária para realizar as metas da filosofia alemã', tal como Marx a via em 1843-4" (HOBBSAWN, 1998, p. 305; últimos grifos. nossos) ³⁶.

Aqui, Gorender ouviu o galo cantar, não sabe aonde e mesmo assim faz que não escuta. A expressão "antes de se tornar marxista" - uma tolice, pois, "Falar de uma fase filosófica juvenil de Marx como algo contraposto à sua imersão mais tardia na 'ciência' e na economia política é uma

³⁶ Tomando as passagens mais expressivas do estudo de Hobsbawn, observe-se, antes, à página 302 : "Em suma, o que está errado não é a previsão do *Manifesto* sobre o papel político central dos movimentos políticos baseados na classe operária (e por vezes ainda portando especificamente o nome da classe, como nos partidos trabalhistas britânicos, holandeses, noruegueses e australásio), mas a proposição de que "de todas as classes que enfrentam a burguesia **hoje**, só o proletariado é uma classe realmente revolucionária" cujo destino inevitável, implícito na natureza e desenvolvimento do capitalismo,. É derrubar a burguesia : 'Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis' (HOBBSAWN : 302; g. nosso). Mais adiante diz ele que "Na década de 1840, a conclusão de que a sociedade estava às vésperas da revolução não era implausível. Tampouco a predição de que a classe operária, ainda que imatura, iria liderá-la. Afinal de contas, no prazo de algumas semanas após a publicação do *Manifesto*, um movimento dos trabalhadores de Paris derrubou a monarquia francesa e sinalizou a revolução para metade da Europa. Apesar disso, a tendência do desenvolvimento capitalista de gerar um proletariado essencialmente revolucionário não poderia ser deduzida da análise da natureza do desenvolvimento capitalista. Era uma consequência possível desse desenvolvimento, mas não poderia ser demonstrado como a única possível. Menos ainda seria possível demonstrar que uma derrubada bem sucedida do capitalismo pelo proletariado abriria necessariamente o caminho para o desenvolvimento comunista. O Manifesto apenas afirma que isso *iniciaria um processo de mudança muito gradual*. A visão de Marx de um proletariado cuja essência mesma o destinava a emancipar toda a humanidade e eliminar a sociedade de classes pela derrubada do capitalismo, representa uma *esperança* interpretada em sua análise do capitalismo, *mas não uma conclusão necessariamente imposta por essa análise*" (idem, 306; grifos nossos). E na página 307 : " Entretanto, ao contrário das suposições muito difundidas, na medida em que o *Manifesto* acredita que a mudança histórica é processada por homens que fazem sua própria história, ele *não é um documento determinista*. Os sepulcros precisam ser cavados direta ou indiretamente pela ação humana" (ibidem; grifos nossos).

Duas observações : na citação da página 302, o grifo em **hoje** é em função de, no parágrafo imediatamente antecedente, o autor ter se referido ao ano de 1997, restando - imagino - um sentido ambíguo : o hoje do Manifesto era ou está errado? De todo modo, não custa lembrar que Lênin, no balanço da derrota da revolução de 1905, na Rússia, destaca a não efetivação da aliança operária-camponesa como sendo das causas mais importantes, ou seja o proletariado revolucionário, como em 1917, objetivamente necessitava de alianças. O que estou querendo dizer é que ao se referir Hobsbawn que o "que está errado" no Manifesto é a referência a "só" o proletariado ser realmente revolucionário, não significa que ele tenha deixado de ser. Não se encontrando no texto de Hobsbawn, em nenhum lugar, a conclusão, de J. Gorender, de que o proletariado deixou de ser revolucionário e "é ontologicamente reformista" .

representação grosseiramente equivocada, por trás da qual oculta-se uma singular ignorância ou distorção dos fatos mais elementares”, afirma certamente I. Mészáros (1980 : 160); ou ainda, “o conhecimento do homem, não é, não segue uma linha reta, mas uma linha curva, que se aproxima infinitamente de uma série de círculos, de uma espiral”, escreveu Lênin (1989 : 304) - é utilizada para o Marx da anterioridade de 1845, quando, junto com Engels escreveu, “A ideologia alemã”, um novo “salto” de seu pensamento na interpretação da história. Ou como se distancia Gorender, para não admitir o materialismo histórico em Marx antes de 1848, e, muito depois, dizer que o livro “assinala a primeira exposição do que *viria* a ser conhecido como marxismo, ou particularmente o materialismo histórico” (p. 67; g. nosso) jogando areia nos olhos do leitor desavisado para impactá-lo com sua “escatologia” de 1843 a 1848, e creditando a Hobsbawm uma linha reta na teoria de Marx entre a “Introdução” e o Manifesto.

Aliás, sobre o documento de 1848 de Marx e Engels, nos dias que correm, tornou-se questão decisiva compreender o significado da historicidade do programa comunista. Historicismo “teórico” mas sob perenidade ideológica de seu antagonismo totalizante ao ideário burguês, que se relaciona ao posicionamento político, à identidade ideológica e social. Questões cruciais, já demarcadas teoricamente numa ênfase de Engels no Prefácio do *Manifesto do Partido Comunista*, distinguindo - mirando 1847 - um socialismo como expressão do pensamento burguês, do comunista, representativo do movimento operário. Também exemplificado, por sua força revolucionária, então nos ares da derrota do nazi-fascismo (1943), pela perplexidade do interlocutor de Pierre Vilar, diante de numerosos ouvintes e exclamando acerca daquele notável documento : “Que texto! A gente sempre pensa que o conhece de cor e sempre fica surpreso quando o relê” (VILAR, 1980 : 115); e perspectivados desta feita sociologicamente, na assertiva de João Amazonas, situando no panorama soviético anterior, a assunção do proletariado ao “status de classe dominante como se previra no *Manifesto*” (AMAZONAS, 1990 : 176). Também desvelados, numa dimensão mundial, pela aguda percepção de Marx e Engels naquele documento, acerca da natureza heterogênea do sistema internacional, ainda hoje em oposição aos “modelos lógicos predominantes na premissa de Estados homogêneos nos estudos das relações internacionais” (FERNANDES, L., 1998 : 230). Ou registrados ainda numa passagem do próprio Hobsbawm, para quem hoje é possível, “em determinado sentido, porém, ver até com mais clareza a força das previsões do *Manifesto* de que as gerações passadas que nos separam da sua publicação” (HOBBSAWN, 1998 : 301-302).

Mas, voltando a insistir na citação da "Introdução", da própria pena de Marx, transcrita acima, existe, segundo D. Mclellan (1980), *resposta* numa passagem que foi freqüentemente utilizada para quem via em Marx uma figura messiânica, profética : "Para Marx, portanto, era claro qual seria o veículo revolucionário : o proletariado destinava-se a assumir o papel universal que Hegel, equivocadamente, atribuíra à burocracia". De-, na passagem já referida, analisando as opiniões de Marx na "Introdução", diz que, "Pois 'assim com a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais (...) A filosofia não pode se realizar...'. 'Segundo Marx - assegura Mészáros - os dois lados dessa interação dialética ou se implicam mutuamente, ou nenhum dos dois se cumpre'" (MÉSZÁROS', idem : 158).

Pensamos estar suficientemente explícito que não há "escatologia" coisíssima alguma no Marx, relativamente ao proletariado, na "Introdução". Que esta questão não se reduz à ótica interpretativa de fulano ou beltrano : o decisivo é que há trânsito do pensamento de Marx ao materialismo, uma inovadora visão dialética da negatividade do proletariado, expressão da positividade fática da estrutura de classes do capitalismo. Especificamente neste aspecto, o historiador Hobsbawn está *equivocado*.

De outra parte, a única "escatologia" perfeitamente visível encontra-se em Gorender, quando, ele sim, numa completa fantasia, quer transformar Marx num Cristo, num ideólogo sobrenatural, vez que ele e Engels, "não foram capazes de avaliar a grandiosidade da tarefa que o incumbiam". Nesta concepção, Marx deveria ser um não-Marx Deus.

A poderosa força teórica analítica de Marx, que como disse Hobsbawn, além de ter revelado que em "algumas semanas após a publicação do Manifesto, um movimento dos trabalhadores de Paris derrubou a monarquia francesa e sinalizou a revolução para metade da Europa", deveria, para Gorender, substituir, de uma só vez, o ser e a consciência social. Se agregarmos a isso sua adulteração da lógica interpretativa do respeitável historiador Hobsbawn, no que se refere ao significado do Manifesto, torna-se fácil identificar quem de fato apossou-se de um voluntarismo teórico "teleológico".

Em conclusão : quem acusa Marx de uma inexistente visão "escatológica" sobre o proletariado - ainda que em escritos anteriores ao Manifesto - para translada-la e enxerta-la neste texto de Marx; quem o condena (e a Engels) por não estarem "a altura da grandiosidade da tarefa que o incumbiam", porque eles se equivocaram "seriamente acerca da tendência revolucionária do proletariado" e incumbiram o proletariado

de “uma missão histórica fora de seu alcance” (cap. V, p. 41), como afirma J. Gorender, ocorre em grosseira deturpação de Marx.

Dessa maneira, se percorremos a trajetória acima foi para asseverar que as idéias sobre a natureza fundante do programa comunista nada têm a ver com as decepções de Gorender – anunciadas logo na abertura de seu livro -, típicas de um regressivo abandono do marxismo no ambiente do pós-crise do “socialismo real”. Mais ainda, o que ele entende da perspectiva histórica do programa comunista é uma hipostasia creditada a Marx:

“Marx e Engels se distinguiram dos utopistas sectários pelo projeto de elaboração de bases científicas para o objetivo comunista e pelo encaminhamento do movimento operário no sentido da luta política. Mas se identificaram com eles no que se refere à paixão revolucionária. E isto os amarrava também ao espírito utópico” (GORENDER, p. 16).

Bem ao contrário dessa acusação anti-Marx, Barata-Moura vai ao ponto central dos horizontes para o comunismo, em Marx, ao apontar a seguinte síntese “antiutópica”:

“A ‘sociedade comunista’ que Marx entrevê – não para lhe prescrever receitas, nem para lhe antefixar contornos, mas fundamentalmente para lhe desenhar traços essenciais a não perder de vista, uma sociedade que, por outro lado, supõe períodos de transição... - como uma associação consciente e planificada, que articuladamente pressupõe e leva a cabo transformações profundas de estrutura,... no ‘caráter do próprio modo de produção’ ”³⁷.

Mas, eventualmente, se Gorender, num ato de autocrítica, vier a dizer que se enganara profundamente no passado - ao não economizar louvores esquemáticos à teoria marxiana, como vimos -, eu aqui repito Cícero, sobre a Escolástica de Parmeníades : “ou estás dizendo a verdade

³⁷ Em “Do Comunismo. Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos da racionalidade”, de José BARATA-MOURA, p. 252, “Avante!” 1997 [1992]. Contrariamente a Gorender, Michel Lowy, em recente reedição de “A teoria da revolução no jovem Marx” (2002 [1997]) interpreta a idéia de Marx do “comunismo de massas”, em três momentos perspectivantes e interligados dialeticamente: a) Constatação da natureza potencialmente revolucionária do proletariado; b) Tendência do proletariado para a consciência comunista no curso da práxis revolucionária; c) Papel dos comunistas para desenvolver essa tendência até a coerência total. (Cf. LOWY, p.52, Vozes, 2002).

e então estás mentindo, ou estás dizendo mentira e então dizes a verdade" (ABBAGANANO, 1999 : 63).

Discorremos uma interpretação sobre a problemática do "declínio relativo" da hegemonia norte-americana; afirmamos a relativização das mudanças que evolutivamente metamorfoseiam as classes proletárias "originárias", na evolução das mudanças do período pós-70; e apontamos uma crítica de concepções falsas dos fundamentos do programa comunista e da própria idéia de uma "ontologia reformista" do proletariado. Relativamente longa, essa correlação nos parece necessária para a apresentação da crítica às saídas políticas da crise do capitalismo contemporâneo, interpretadas por Kurz, Wallerstein e Arrighi.

CAPÍTULO 3

QUESTIONAMENTOS E PERSPECTIVAS ANTICAPITALISTAS DIANTE DA CRISE

Procuremos ir, primeiramente, direto e “de súbito” ao assunto. Vale dizer, sinteticamente definindo nossa posição frente ao debate sobre os elementos centrais da alternativa estratégica à crise estrutural (e/ou sistêmica) do capitalismo. A partir de uma crítica, do ponto de vista teórico – e não como receituário de aplicação universal –, apontemos os pontos cruciais dos limites apreendidos pela trajetória anticapitalista “real”.

Problemas fundamentais da transição socialista. Apontamentos

“Entre a sociedade capitalista e a comunista fica o período da transformação revolucionária de uma na outra. Ao que corresponde também um período político de transição cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*” (MARX, 1875; grifos de Marx)¹.

É surpreendentemente engraçado constatar que uma verdadeira multidão de cientistas sociais – sejam eles críticos “radicais” do capitalismo, ou mesmo os famosos “complementadores” dos equívocos de Marx, e também alguns que dizem ter nele referência teórica – procedem à fuga do problema da alternativa de transformação do sistema capitalista, e especificamente dessas formulações políticas conclusivas da teoria de Marx. Como se tivessem “medo” de enfrentar a concretude da interpretação absolutamente histórica sobre o *conteúdo classista* que assume o poder político no Estado burguês, exatamente expresso nas maneiras que nele se adaptam (ou se fundem) as *formas* de representação da democracia, ou da democracia liberal; bem como de

¹ Ver : “Glosas marginais ao programa do partido operário alemão” (ou “Crítica ao programa de Gotha”), *Avante!*, V. 3, 1985, p. 25. Como falaremos algo adiante sobre o desenvolvimento chinês, cabe ilustrar o tema num duplo sentido. Sabe-se que o ex-presidente Deng Xiao Ping sofreu acusações de ser “revisionista”, e, depois de “liberal”, ao comandar as reformas da atual modernização chinesa. No seu “Aprovechar la oportunidad para resolver el problema del desarrollo” (24/12/1991), lembrando passagens de Marx na famosa carta a J. Weydemeyer, e falando do problema da estabilidade política em seu país, Deng afirma que “Para persistir em el socialismo, hay que persistir em la dictadura del proletariado, que nosotros llamamos de dictadura democrática popular” (In: “Obras Escogidas”, Tomo III (1982-1992), Ediciones em lenguas extranjerias, 1994, p. 376). Refiro-me ao escrito e dito...

negarem o direito do exercício da coerção do poder estatal na aguda luta de classes que atravessa o movimento da transição socialista. Coerção à contra-revolução, entenda-se bem.

Claro, a palavra ditadura, em si, é “tenebrosa”, embora sempre tenha sido o aríete (e o álibi) do discurso anti-socialista dos “aparelhos ideológicos” do Estado capitalista, exatamente também enquanto sequer conseguem promover a simulação dos controles férreo e brutal exercitados pelos instrumentos militarizados, jurídicos e institucionais para a manutenção e reprodução da ditadura do capital.

A questão é evidentemente polêmica e complexa, mas eludi-la é desenraizar o passado, contornar o (real) presente, e mistificar possibilidades futuras.

Sabidamente, para Marx, jamais a formulação em pauta se tratava de uma questão de vontade, e sim da maneira conseqüente de fazer a proposição crítica pelo movimento operário, no largo significado do termo, no combate aos gracejos das comédias das filosofias políticas das reformas travestidas em alternativas transformadoras do capitalismo. Em outras palavras : a substituição do modo de produção capitalista pressupõe a sua transformação revolucionária para a transição socialista, em direção ao comunismo. Embora em seus escritos não haja teorização sobre o que seria mesmo a sociedade comunista – aí então uma profecia fantástica, acentuemos -, ele não ficou “no meio do caminho”, pois tinha (passou a ter) uma impressionante clareza das limitações da irrupção socialista nas condições de “escassez” (veremos isto a seguir). Tinha porque é fato conhecido que ele, junto com Engels, escreveram na “Ideologia Alemã” (1845-46) sobre a idéia-chave da concepção materialista da história: um *modo de produção*, só dá lugar a outro, *efetivamente*, quando esgotadas as suas possibilidades de continuidade histórica. Mais ainda, para Marx, como primeira fase da sociedade comunista - e não um modo de produção - o socialismo “sai da sociedade capitalista”, estando nela todos os aspectos (“econômicos, de costumes, espirituais”) “carregada das velhas marcas da sociedade” (op. cit., p. 15). Esta era a verdadeira *lógica* da construção do seu pensamento; coerente com sua análise *histórica* das contradições e do desenvolvimento da sociedade capitalista. Simultaneamente à intensa batalha que travou pela organização da *práxis* política (sindical e partidária) do proletariado.

Desnecessário explicitar entretanto não haver qualquer aval às deformações do conceito de “ditadura do proletariado”, mais conhecidas e condenadas particularmente no caso do período de Stálin. Mas, inclusive para o professor britânico Ralph Miliband, tratando das variadas experiências da construção socialista, se por um lado nada desmentiria o

caráter "autoritário e repressivo desses regimes" [no regime bolchevique antes, e na atualidade da pós-desagregação da URSS, a China, a Coreia do Norte, o Vietnã, e "de modo muito diferente, Cuba"] (2000, p. 80), isto não obliteraria "os progressos alcançados"; por outro, diz Miliband serem estes países possuidores de práticas (políticas e econômicas) que foram determinadas "acima de tudo" pelas condições em que surgiram :

"Pois esses regimes nasceram em condições de crise externa, perturbações, guerras externas e internas, intervenção estrangeira, enormes perdas de vida e imensa destruição material" ².

Numa direção similar - no sentido da defesa do socialismo -, uma análise fundamental do conjunto da problemática do "socialismo real" e perseguidora do cerne das determinações da "crise do socialismo", encontra-se no mais recente trabalho de L. Fernandes³. O livro, para além da crítica sintética da epistemologia das ciências sociais, desmonta o modismo intelectual pós-moderno que não distingue sujeito e objeto nestas ciências (p.17); é uma elaboração para identificar e/ou confrontar a miríade das formulações teóricas *versus* o concreto desenvolvimento histórico das experiências do "socialismo real" (p.p. 18-19). Na rota do balanço que faz Fernandes, indica-se que o colapso do "socialismo real" pode estar fornecendo as condições "necessárias para uma análise de classe marxista", mais precisa no "desenvolvimento passado e presente" dessas sociedades (p. 162).

Sendo que o centro nevrálgico de suas conclusões (caps.7 e 8) está em : 1) o problema da autonomização do poder do Estado nos marcos do processo de abolição da propriedade privada (democracia socialista; "fusão" partido/Estado) ; e, 2) o problema da perda de dinamismo da economia socializada/estatizada (produtividade; tecnologia). O que significa essencialmente que: a) as idéias clássicas da "democracia direta e participativa", integrantes e projetadas das pioneiras formulações teóricas marxistas, não foram – e, óbvio, parece-me, improvável que pudessem ser – suficientes para apreender prospectivamente a

² Ver o último livro de R. Miliband, que não viu ser publicado, "Socialismo & Ceticismo", EDUSC/UNESP, 2000 [1994], p.p. 76-78. De outra parte, Miliband acha que é possível encontrar, menos em Marx, e mais nos textos de Engels, "frases isoladas" com distinto enfoque "centralizante e até mesmo autoritário", não obstante apontarem o conjunto de seus escritos "segura e inequivocamente para o outro lado" (P. 77). Destaco ainda que para Miliband, democracia (ou democracia socialista), igualitarismo e socialização de uma parte predominante da economia definiriam nuclearmente o socialismo (p. 81).

³ Ver: "O enigma do socialismo real. Um balanço crítico das principais teorias marxistas ocidentais", MAUAD, 2000.

magnitude da problemática da democracia socialista; b) num quadro da permanência duma economia de "escassez relativa", as assimetrias, previstas em anterioridade para a construção socialista por Marx, ensejam a tendência da reprodução de um tipo de fragmentação individualística. Ou correlacionando as duas questões:

"Para além do inevitável problema da alienação enraizada na escassez, outros traços estruturais das sociedades socialistas também reforçam a autonomia do Estado e o imperativo da mediação política no seu interior" (p. 205).

No exame da experiência da URSS, o objeto central de suas pesquisas, Fernandes aponta a necessidade da obtenção da produtividade, eficiência, etc., ter engendrado uma "burocracia poderosa" (Alec Nove) funcional, ingredientes sinérgicos e contrapostos à exigência da afirmação do "coletivo/universal"; dada a "fragmentação" particularista que se fizer acompanhante da generalização simplificada dos mecanismos da democracia direta e participativa "como eixo estruturador do Estado" (p. 203). Acrescendo, corretamente - para o esclarecimento das configurações da experiência socialista -, uma sobredeterminação estrutural, expressa na marcante dualidade "ruptura sistêmica" x "reação sistêmica particular", que emerge, a partir da URSS, no novo cenário internacional de enfrentamento ao imperialismo ⁴.

Portanto, em suas linhas mais gerais, para nós : 1) Da experiência do socialismo realmente existente - e de suas derrotas e vitórias -, o exame mais aproximativo das "conexões internas dos fenômenos", ou de caráter científico, reafirmam o problema-chave da *principalidade* do

⁴ Sendo vastíssima a bibliografia sobre o tema, consideramos imprescindível a leitura de visões diferenciadas da experiência soviética, contida em: "A Luta de classes na União soviética. Primeiro período 1917-1923" (Bettelheim, C., 1976); e a de Edward Carr, "La revolución bolchevique 1917-1923. 1. La conquista y la organización del poder" (1979), também "A revolução russa de Lênin a Stálin (1917-1929)", e "1917 Antes y después" (1969) - esta com uma relevante síntese da evolução da industrialização/planejamento, antes e após a revolução; assunto este estudado teoricamente em detalhes, no "Metodología de la planificación 1924 1930 - aportaciones soviéticas" (1972), com ensaios de Popov, Litosenko, Preobrazhenski, Rosentul, Bazarov, Sarov, Strumilin e Kovaleski. Sobre breves pontos de vista antagônicos, especificamente acerca dos "processos de Moscou", ver "O Processo de Moscou", de Isaac Deutscher (1994 [1936]), bem como "Os ensinamentos do Processo de Moscovo (contra os trotskistas-zinovievistas [1936])", de Georg Dimitrov e Nadeja Kupskaia, edição portuguesa não datada. Sobre a origem, características e sentido político internacional da revolução bolchevique, ver o normalmente subestimado "A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo", de Lênin (1983); e, apesar de um ou outro enfoque "maoístico", o excelente (e quase nunca referenciado) "Lenine, os camponeses e Taylor - a organização soviética e o partido bolchevique", de Robert Linhart (1977). E de Fernandes (além de 1991 e 2000), ver "Rússia : do capitalismo tardio ao socialismo real" (1999).

estágio particular das formações sociais (infraestrutura e superestrutura), e (para) seu ulterior desenvolvimento; ou seja, o movimento e a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as determinações históricas das formas políticas, jurídicas, culturais, ideológicas dessas sociedades. 2) Ao contrário da derrogação do estatuto classista do Estado, de sua natureza coercitiva à contra-revolução capitalista “permanente”, na transição socialista a questão fundamental parece ser a construção dos mecanismos (“estruturais”) indutores da redução da forte tendência à autonomização do Estado, que se processa em detrimento da *apropriação real* do poder político pelas amplas massas trabalhadoras – o desenvolvimento da democracia socialista⁵. 3) Compreender a revolução e a transição socialistas à revelia das determinações sócio-políticas (ou não só econômicas e geopolíticas) internas e externas, é o mesmo que não compreende-las, pois isto significa eliminar os interesses, os antagonismos (e as contradições) de classes – ou a “ontologia” delas – no âmbito nacional e internacional; mas é igualmente anular as externalidades das leis da concorrência, da concentração/centralização capitalistas nos marcos da oposição entre apropriação do capital monopolista/imperialista, financeiro, e a social-coletiva dos meios de produção.

Complementando essa discussão, no final de toda a próxima seção, faremos observações sobre a situação mais recente particularmente da China, mas também algo sobre o Vietnã e Cuba. Antes, enfrentemos a crítica dos nossos autores, envolvendo também suas alternativas.

Kurz, Wallerstein e Arrighi : a saída pela “porta de emergência”

(1) Robert Kurz e a retórica do fetiche e do “caos”

O Principal estudo do sociólogo alemão Robert Kurz - que aliás, dizem muitos, só repercutiu mesmo no Brasil – é “O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da

⁵ Uma análise crítica envolvendo a relação ditadura do proletariado/democracia socialista, alguns exemplos da história soviética, cubana e chinesa, e uma discussão acerca do “pluralismo” partidário, encontra-se no recém lançado “A burocracia e os desafios da transição socialista” (Martorano, L., 2002, cap. 2). Para Martorano, “O pluralismo partidário socialista reserva o direito de participar do processo de decisão e de implementação da política de Estado unicamente aos partidos comprometidos, através da sua prática, com a defesa da ditadura do proletariado e a construção do socialismo rumo à sociedade sem classes, como programa mínimo comum da frente socialista” (p. 111).

economia mundial" (1992 [1991]). Pensamos que este título é por si só esclarecedor, porque para ele, a experiência do "socialismo real" (de maneira quase idêntica a Wallerstein) como um todo, sempre integrou o conjunto do que denomina de "sistema mundial produtor de mercadorias". Onde ao mesmo tempo em que o socialismo real "faleceu sem cerimônias" – simples "base comum" obsoleta do paradigma da sociedade industrial da economia de mercado -, amadurece uma "metacrise" da sociedade do trabalho ⁶.

Mas o que significa para Kurz o capitalismo? Afirma ele que capitalismo é "*a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma do automovimento do dinheiro*" (p. 42; grifos nossos); onde o estabelecimento do livre mercado nunca foi sua pretensão, como sempre disseram simultaneamente "os ideólogos" da direita e da esquerda. Assim, e ao invés, deve-se falar em capitalismo como um movimento ondulatório antagonicamente constitutivo, onde se revezam e penetram "elementos estatistas e monetaristas" (p. 43); antagonismo sempre violento, catastrófico, cegamente autodestrutivo, pois o "verdadeiro conflito básico" moderno "não é aquele entre 'trabalho' e 'não-trabalho', como sempre supôs o marxismo ingênuo do movimento operário" (ibidem).

E esse capitalismo (o sistema mundial produtor de mercadorias) de Kurz, onde a forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma "segunda natureza", de necessidade "igualmente insensível" para a humanidade (p. 25), é vigente "*desde a Renascença*, [quando] a conexão natural entre estafa e riqueza de produtos veio a ser rompida pelo dinheiro" (p. 26; grifos nossos).

Como Kurz aparenta não viver num mundo fantasmagórico - embora o fantasma da "mercadoria" e do "fetiche" o persiga de maneira quase delirante - para ele o dinheiro é categoria que "atravessa muitas formações históricas", estando o valor escondido atrás dele; igualmente às mercadorias, "os produtos são coisas do valor abstrato" sem "qualidade sensíveis", sendo isso manifestação "somente nessa forma

⁶ Mas ele pensa que a dita "crise da sociedade do trabalho" é remotíssima tanto quanto atual, e aparece analisada pelos autores participantes ou não do "marxismo do movimento operário" (em suas "cegueira", "ingenuidade" ou ilusão) como um problema particular, por eles não se referirem às "formas sociais básicas" do tal sistema produtor de mercadorias dele; Paz e Terra, 1992, p.p. 20-21. Essa questão é central (para Kurz), consistindo na base de sua crítica teórica a todos sem exceção - inclusive ao próprio Marx e a Lênin -, e a justificativa para sua visão apocalíptica da crise, como veremos. Ver ainda as p.p. 35, 43, 81, principalmente.

estranha a mediação da sociedade". Diz em seguida Kurz que na economia política de Marx,

"esse valor econômico determina-se de modo *puramente negativo*, como forma objetivada, fetichista, *desprendida de todo conteúdo concreto sensível, abstrata e morta*, em que se apresenta nos produtos um trabalho social que pertence ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente às relações de troca, *até alcançar a forma de dinheiro*, a 'coisa abstrata'. Esse valor é a qualidade *distintiva* de uma sociedade que não é dona de si mesmo (idem, ibidem; grifos nossos).

Mas o que é mesmo compreendido por ele como o processo de produção capitalista ("produção da mercadoria moderna") o valor, e o fetichismo ? Observemos mais atenta e longamente.

"O valor, na forma da mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica a *si mesmo* : o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si a sua própria finalidade. O processo de produção deixou de 'extinguir-se' no valor de uso, apresentando-se como *automovimento do dinheiro*, como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstrato em outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto-reflexão tautológica do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e, portanto um fenômeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de usos sensíveis e transforma-se naquela atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade" (p. 27; grifos de Kurz).

Eis aí o fundamental da dinâmica de seu "sistema mundial produtor de mercadorias" que é translada para qualquer país, em qualquer parte do planeta, não importando o que aconteceu (e acontece) na história dessas sociedades ⁷. Aliás, sobre este gigantesco disparate, L. Fernandes

⁷ Ver as p.p 60-61, similarmente 65, 84, 91, 103-5, e 198-222, onde ele põe sinal de igualdade (integra em seu sistema) entre o que era a URSS, a Europa Oriental, todo o leste europeu, a China, a Alemanha Ocidental e Oriental, o que são os EUA, o Japão, etc.! Para Kurz, "Desde o princípio, o socialismo real...Faz parte, ele próprio, do sistema mundial produtor de mercadorias burgueses e não substitui essa forma social histórica por outra, mas sim representa somente outra fase de desenvolvimento da mesma formação de época" (p. 29). Para o filósofo Ruy Fausto, conhecido suas análises sofisticadas sobre a dialética – e também por um discurso político liberal-democrático muitas vezes "o equivalente geral" ao daquele anticomunista "real" -, "(...) Kurz é obrigado a enfrentar o problema das sociedades burocráticas que existiram no passado e ainda existem no presente. Seria forte demais afirmar que elas são capitalistas como pretenderam alguns" (In : "Marx : Lógica e política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética", Tomo III, p. 29, Ed. 34, 2002). Quem quiser saber exatamente o que apontamos sobre o discurso de Fausto, deve procurá-lo ao longo das p.p. 16-72, nas

acerta “na mosca” quando liquida, de modo simples e direto, a obsessiva idéia-chave de Kurz – na verdade ela é, num outro nível, de Wallerstein, como vimos – da submersão da experiência socialista soviética, mas não só, em seu sistema mundial produtor de mercadorias :

“Do ponto de vista da teoria marxista, não deixa de ser curioso (e revelador) o fato de Kurz não ter incluído a **propriedade privada** na sua relação das ‘categorias básicas’ do capitalismo. (...) Marx resumiu sua proposta de superação do capitalismo na fórmula ‘abolição da propriedade privada’ (o que implica que ele concebia esta propriedade como **constitutiva** desse sistema)” (FERNANDES, 2001, p. 141; negritos de FERNANDES).

Façamos de imediato dois registros gerais, contra as teorizações de Kurz nas duas referências da p. 27. Mercadoria e dinheiro são determinações categoriais presentes na fase (ou esfera) da circulação simples, e são, por sua vez, formas primárias (ou imediatas) de existência do capital. O “capital”, entretanto, é ao mesmo tempo dinheiro e mercadoria : ele é o *sujeito*. Portanto, a) tautologismo real é o movimento descrito por Kurz para “até alcançar a forma dinheiro”, dinheiro que para ele é a “qualidade distintiva” do capitalismo!; b) porque para nascer o capital exige, necessariamente, a força de trabalho assalariada – mercadoria especial -, e não transformar “trabalho morto e abstrato em maior quantidade de trabalho morto e abstrato (mais-valia)” – linguagem retilínea de desfaçatez - gerador de um automovimento do dinheiro.

Dissemos acima a essência de sua compreensão porque, como sempre, no referimos aos pressupostos e supostos a que chega. Vejamos então algo.

Robert Kurz *mente* quando afirma a omissão, seja de teóricos pertencentes ao movimento operário marxista, notadamente os das experiências do “socialismo real”, ou de seus intérpretes críticos conseqüentes, os quais são acusados por ele, arrogantemente, de negarem as “formas sociais” de Karl Marx (nota 34, acima); problema teórico relevante que necessariamente deve ser imerso (e “extraído”) na análise categorial da economia política de toda formação social, em especial do modo de produção capitalista e suas fases históricas. É porque desse modo Kurz quer aparecer como radical inovador da crítica do capitalismo e do fetichismo da mercadoria - e não **do capital**, pois é disto que se deve tratar -, crítica grotesca e oportunista. Para mentir, necessita então fraudar pressupostos teóricos e históricos, fundir

notas 17 e 168 da “Introdução Geral”, op. cit., 2002; e quem achar pouco, também na entrevista em “Conversa com filósofos brasileiros” , p.p. 168-171, Ed. 34, 2000.

capitalismo e "socialismo real"; fazer caricaturas de textos e obras de revolucionários, à base do ridículo chavão.

Exemplifico agora. Em sua obra "A nova econômica" (1924) – das "mais audaciosas e mais profundas" de análise teórica da economia soviética, disse Ernest Mandel –, Eugênio Preobrajensky dedica capítulo especial à "Lei do valor na economia soviética". Vigente na URSS a NEP ("Nova Política Econômica"), considerava Preobrajensky que a lei da acumulação socialista *não* era a única lei fundamental existente naquela economia. A outra, a lei do valor, também existia e *pressionava*, pelo "nosso passado", e esforçava-se "obstinadamente" em se manter para "fazer voltar atrás a roda da História". O pressuposto, segundo assinalava, era a constatação de

"Uma particularidade do sistema econômico mercantil-socialista que existe entre nós consiste no fato de *duas* leis com suas tendências diametralmente opostas atuarem simultaneamente no interior de um mesmo sistema econômico"⁸. O que diz Kurz sobre isso? "Já Preobrachenski, mais tarde condenado e executado como 'trotskista', tinha criado o conceito logicamente absurdo da 'acumulação primitiva socialista' " (p. 59); e absolutamente mais nada sobre as idéias do economista russo.

Isaac I. Rubin, brilhante economista russo e outro ativo participante do "movimento operário" (já citado e ainda hoje famoso por sua profunda análise da teoria do valor de Marx), cerca duas dezenas de anos antes (1928) do nascimento do sociólogo Kurz (!) não só compreendia a importância decisiva da problemática das *formas*, como oferecia minucioso roteiro para uma justa interpretação marxista, em inúmeras dimensões e relações dialéticas na dinâmica capitalista, desde a mercadoria – mas não só. Questão esmiuçada à exaustão ao longo de seu livro, registramos, a exemplo :

⁸ Paz e Terra, 1979, p. 167, grifo de Preobrajensky. Como depõe, enfaticamente, Roman Rodolsky, ele próprio não podia dizer nada sobre o tema que, "em matéria de clareza e profundidade, possa comparar-se à conhecida obra ["A nova econômica"] **do mais importante economista da Revolução Russa**" (Rodolsky, 2001. p. 360; negritos nossos). Registrando o que se diz sobre a História, da escola Rubin-Preobrajensky, o último é considerado "desaparecido" (em 1937; ver a "Apresentação" de L.M. Rodrigues), não havendo até qualquer registro sobre sua condenação judicial, como outros no período de Stalin; Rubin morreu em prisões e campos de concentração "estalinistas", "dolorosa questão", descreve Rodolsky (Idem, p. 613). Noto, sobre o assunto que segue, uma interpretação de Preobrajensky : "O que denominamos de categorias da economia política são descrições logicamente puras, ideais, *das relações reais de produção*, troca e repartição que se estabelecem com base na produção mercantil e mercantil-capitalista" (p. 168; grifos nossos).

"A economia política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma* social, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a 'estrutura econômica' do capitalismo" (1987 : p. 15; grifo de Rubin).

Prosseguindo, e ao dizer que a economia política não é uma ciência das relações entre coisas, nem entre pessoas e coisas, mas sim "*entre as pessoas* no processo de produção", resume o marxista russo afirmando que se deve *pressupor*, em "uma forma social concreta de economia", essa mesma relação de produção entre as pessoas na sociedade mercantil capitalista - (uma formação econômica concreta de sociedade) (ibidem).

Exatamente por isto é que Marx, diz Rubin, partindo de um suposto sociológico concreto, ou seja, a estrutura social concreta de uma economia, nos oferece as "características gerais" da forma social de economia e das relações de produção que lhe são específicas, na "teoria do fetichismo da mercadoria" (p. 16).

Supondo-se uma ojeriza de Kurz aos russos - na verdade fato demonstrado fartamente em todo o seu livro, onde contra eles mistura espécie de pavor, e ódio - e seu "desconhecimento" dos inúmeros estudos de Rubin, a faceta da arrogância germânica dele aparece quando omite, sem qualquer pudor, "Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen Kapitals", título original da edição alemã, datada de 1968, de "Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx", de Roman Rodolsky, livro mundialmente conhecido ⁹. Rodolsky, também um integrante do "marxismo do movimento operário", que inclusive foi preso pela Gestapo nazista...

E o que devemos destacar, de Rodolsky, sobre as formas, e, na seqüência, a verdadeira interpretação de Marx acerca do significado de

⁹ Ver a recente tradução brasileira, Contraponto/Eduerj, 2001. A propósito, Rodolsky - destacado por F. Mazzuchelli no "A contradição em processo..." (1985) - utiliza várias vezes dois estudos de Rubin, a quem se refere elogiosamente; Rubin ("A teoria marxista do valor") que influencia o destacado estudo de L. Belluzzo ("Valor e capitalismo - um ensaio sobre a economia política", 1ª edição de 1980), economista brasileiro que também apresenta a 1ª edição brasileira do livro de Rubin; livro este que aparece em "O processo de industrialização...", de C.A. Barbosa de Oliveira (1985), estudo aqui já referenciado. Todos esses trabalhos levam em conta, de maneira conseqüente, o problema das "formas" em Marx. Observo ainda que existe em castelhano a edição de 1978 de "Genesis... (estudio sobre los Grundrisse)", pela Siglo XXI; bem como a de "Ensayos..." (1974), de Rubin, da Pasado y Presente. Ou seja : a "ignorância" de Kurz sobre Rubin e Rodolsky é deliberada, ideológica, e de conduta intelectual altamente suspeita.

"valor de uso" e "valor", contrariamente a visão *errada* de Kurz (cit. da p. 26) ?

A) Exatamente também segundo Rodolsky, "Para Marx, as formas sociais de produção e de distribuição constituem, em sua especificidade, o verdadeiro objeto da análise econômica" (op. cit., p. 79). Também por isto, trata-se de uma enganosa (e perniciosa) idéia fazer evaporar-se do "valor", o "valor de uso", desprendendo-o "de todo conteúdo concreto sensível, [forma] abstrata e morta", como diz, repetidamente, Kurz. Por que? Porque "para mim", diz Marx:

"(...) o valor de uso desempenha um papel **importante, muito diferente do que desempenhou na economia até aqui**, embora só se possa leva-lo em conta quando essa consideração surge da análise de uma formação econômica dada, e não de raciocínios tortuosos e conduzidos tendo como eixo os conceitos ou palavras 'valor de uso' e 'valor' " (MARX, apud RODOLSKY, p. 77; negritos nossos).

B) Para que não se tenha dúvida do que estamos querendo dizer, note-se o que afirma imediatamente antes, Marx:

"Seria puro disparate, ao analisar a mercadoria – considerando-se que ela se apresenta, por um lado, como valor de uso ou bem e, por outro como 'valor' – 'acrescentar' nessa ocasião todo o tipo de reflexões triviais sobre os valores de uso e os bens, reflexões que não pertencem à esfera do mundo mercantil [como faz a economia acadêmica oficial]" (idem, *ibidem*).

Vale dizer: nesta assertiva, Marx não só refuta a idéia (da "economia acadêmica oficial" – Kurz?) da *fratura* do valor de uso/valor, que passaria a ser despossuído de caráter "sensível" (sensorial) na economia mercantil capitalista; assim como considera uma besteira completa, nesta análise, fazer digressões da relação valor de uso/valor em pretéritas formações sociais (cit. da p. 27). Pois, no caso de Kurz, um fidalgo adversário da compreensão materialista da história, para além do que já apontamos (nota 35), ele não entende que "relações sociais de produção" designam uma categoria estrutural – o "esqueleto", disse certa vez Lênin -, e conteúdo de uma formação social (ou econômico-social), somente podendo estas ser definidas historicamente. Por isso, ao ele afirmar que "O valor, na forma da mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção", fabricando uma falsa oposição, não faz mais do que exercitar a aporia para confundir os desavisados. Falsa oposição porque juro, lucro e renda da terra expressam sim determinadas relações de produção, e são formas singulares de "mais-valia" que existiram muito antes do modo de produção capitalista propriamente dito. [Veremos isto adiante em Marx].

C) Entretanto, esses mesmos “desavisados” podem perfeitamente indagar : - Mas o que está sendo criticado em Kurz está confuso! Afinal, ele não relaciona valor econômico a trabalho abstrato, a fetichismo e a dinheiro? Relaciona não, respondemos: em verdade, Kurz é bem o protótipo de um agitado “feirante” da Idade Média – a frenética Veneza do século XIV, por exemplo -, esforçando-se ao máximo para vender gato por lebre, pois seu “sistema mundial produtor de mercadorias” vem desde a Renascença.

E bem ao contrário do que ele afirma, no capitalismo, o “valor”, portanto seu específico trabalho abstrato, **não** se determina de modo “puramente negativo”(cit. da p. 26):

“O trabalho materializado no valor das mercadorias *não* se representa tão somente de um modo negativo, como trabalho no qual se faz abstração de todas as formas concretas e qualidades úteis dos trabalhos reais, mas como isso colocamos em relevo, ademais, de modo expresso, seu próprio caráter positivo”; isto significando a igualação de todas as formas de trabalho numa troca multilateral dos produtos do trabalho (MARX, apud RUBIN, p. 159; grifo nosso).

Viu-se também : abstração da qualidade do trabalho concreto, claro. É que, essencialmente, Robert Kurz parece desconhecer a dialética que interliga e dá unidade a relação valor de uso/valor de troca integrante da mercadoria no capitalismo. Mais uma vez, nas palavras de Marx, desta feita numa carta a Engels, logo após a publicação do v. 1, Livro I de “O Capital” (24 de agosto de 1867):

“O melhor de meu livro é : 1) (nisto reside toda a compreensão dos fatos) o *duplo caráter do trabalho*, que é posto em relevo já no primeiro capítulo, segundo se expresse em valor de uso **ou** de valor de troca; 2) o estudo da mais-valia *independentemente de suas formas específicas*, como o lucro, o juro, a renda da terra, etc.” (apud RUBIN, p. 146; grifos de Marx, negrito nosso).

Aqui, onde aparece em Marx com toda nitidez a dupla natureza do trabalho, um comentário : sublinhamos o **ou**, claramente para explicitar uma interpretação novamente errada, qual seja, da aparente dicotomia que existiria entre o valor de uso/valor, ou uma *fratura* como falamos acima. Erro grave e condenável, quando pseudomarxistas (como Kurz) em suas tergiversações buscam iludir a todos, fingindo conhecer o desenvolvimento do pensamento de Marx, ao citar fragmentos esparsos e frases cortadas de seus escritos geniais. Para que não esqueçamos o que Marx nos ensina nos “Grundrisse”:

“A primeira categoria sob a qual a riqueza burguesa se apresenta é a da *mercadoria*. A própria mercadoria aparece como unidade de duas determinações.

É valor de uso e, ou seja objeto de satisfação para um sistema qualquer de necessidades humanas. Neste seu aspecto material, pode ser comum às épocas de produção mais díspares e sua análise fica além da economia política. *O valor de uso penetra na esfera desta disciplina quando as modernas relações de produção o modificam ou então quando ele intervém nelas, modificando-as* (apud RODOLSKY, idem, p. 500, nota 29; últimos grifos nossos) ¹⁰.

Mas do dinheiro e do fetiche “à moda Kurz”, como então devemos encarar ? Devemos fazê-lo desde logo afirmando que o sociólogo alemão regride na crítica do capitalismo atual, ao transmuta-lo em “sistema mundial produtor de mercadorias”; ou em outras palavras, que ele enxerga a categoria básica, elementar, do capitalismo em Marx, a mercadoria, como provida de um movimento subjetivista, verdadeira “coleção” de imagens mercantis descolada da materialidade da unidade-produção/circulação; (centrada e) que não consegue se libertar da dinâmica da circulação do capital. Onde o “automovimento do dinheiro” determina todas as demais relações da sociedade “produtora de mercadorias”. Como disse textualmente Kurz, repita-se, capitalismo é “a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma do automovimento do dinheiro” (cit. da p. 42). E daí?

A propósito, sobre a relação dinheiro/capital, é não só irônico como desmistificador da prepotência e das mentiras de Kurz, quando acusa, literalmente, “no registro quilométrico das obras de Lênin”, faltar “*completamente...* (e não apenas nele) a referência ao trabalho abstrato como forma do capital”. Diz o sociólogo adiante que em Lênin - para ele “um burguês jacobino”! - não se encontra “*nenhum indício*” do conceito do valor econômico e da crítica do fetichismo de Marx (p. 49 e notas; grifos nossos).

Transcrevo, *em passant*, novamente Rodolsky, dissertando sobre o processo de evolução da compreensão do dinheiro em Marx:

“(...) Lênin escreve : “Lassalle fala aqui sobre o valor (...), tratando-o de maneira hegeliana (como uma ‘unidade abstrata que se liberta’) e acrescentando: (...) O fato de que essa unidade, o dinheiro, não é algo real, mas somente algo *ideal* (grifo de Lassalle), se revela em que’ etc. (...)”. Prossegue Rodolsky: Lênin anota na margem : “Incorreto (o idealismo de Lassalle” (RODOLSKY, p. 507, nota 17).

¹⁰ Definitivamente, no capitalismo o valor de uso sofre transformação, transformando pela generalização da troca, no intercâmbio social, o conteúdo da mercadoria. Como assinala com rigor, num outro enfoque, Belluzzo : “Desta forma, o trabalho útil de cada produtor dissolve-se no trabalho social, tornando-se *trabalho abstrato* e a este título é conduzido à posição de substância do valor” (op. cit., p. 99, grifos de Belluzzo). Perfeito!

Ou Lênin se antecipa à mentira (tautológica) de Kurz!

Mas se eventualmente Rodolsky não necessitara lembrar, em Lênin, outra passagem que se refere exatamente ao fetiche, tomamos a liberdade de recordá-lo. No seu clássico "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria" – como lembra muito bem o professor José Paulo Netto, um "*tour de force* para um jovem teórico de menos de trinta anos" -, afirma com toda a clareza Lênin:

"Essa 'nítida consciência' de sua atitude face à produção perdeu-se na sociedade capitalista em função do **fetichismo** que lhe é peculiar e que apresenta as relações sociais entre os homens sob a forma de relações entre produtos, consequência da transformação de cada produto em mercadoria fabricada para um consumidor desconhecido e destinada a realizar-se num mercado também desconhecido" ¹¹.

Desde 1899 ("O Desenvolvimento...") – apenas 4 anos depois de ter aparecido o Livro 3 de Marx -, aí estão as formas, as relações sociais, o fetichismo e mais. Mas como o mais renomado dos integrantes do "marxismo do movimento operário" não conhecia nenhum indício do conceito de valor, do fetichismo, etc.? Na verdade, diante de Lênin, Robert Kurz além de mentiroso, é um desastre "funcional" em matéria de marxismo: em seu livro as "formas" de movimento da própria mercadoria no capitalismo estão "borradas", não "encaixam" no "conteúdo". Como se não bastasse ele pensa que realizou uma verdadeira façanha: a descoberta do já descoberto, ou melhor dizendo: descobriu a pólvora – molhada! E, enquanto ele ainda permanece vivendo num tipo de terapêutica hipnótica regressiva (para se livrar da perseguição de "fetichismo"?), a maneira que Lênin e os revolucionários do mundo inteiro descobriram para combater e superar o "fetichismo" capitalista foi a revolução social, tendo eles que lutar ainda contra as teses intelectuais reformistas – como as de Robert Kurz. Evidentemente, a opção pelo reformismo nada tem de pecaminoso : oportunismo é quando se tenta passar por esquerdista crítico radical de Marx.

Como ficou evidente, uma coisa é falar em perda da "**nítida consciência**" (Lênin) face à produção advinda com o fetichismo; outra é dizer que as mercadorias, igualmente a "os produtos são coisas do valor abstrato" ("morto"), sem "qualidades sensíveis"(KURZ, p. 26). Semelhantemente, o que significa a formulação "É característico que na

¹¹ Página 24, Abril Cultural, 1982. J.P. Netto escreve a "Introdução" .

ideologia do movimento operário o conceito crítico de valor, denunciado como forma fetichista, foi invertido pela afirmação do 'trabalhador criador de valores' ", aparecendo nessa figura ideológica "o antagonismo irreconciliável de valor de troca fetichista e valor de uso sensível? (p. 27). Ou ainda falar que na troca no mercado "a mediação dos bens de uso passou a constituir somente um fenômeno secundário", onde a "submissão do conteúdo sensível do trabalho e das necessidades à auto-reflexão cega do dinheiro é de caráter monstruoso" (p. 28). Em primeiro lugar, usando aqui uma paráfrase, acontece que Marx nunca disse que no capitalismo os valores de uso são 'apenas' o "substrato material do valor de troca"; disse que são "*ao mesmo tempo*" esse substrato, e essas são duas afirmações muito diferentes – declara Rodolsky numa sutil (mas importante) crítica a H. Marcuse (RODOLSKY, p. 498, nota 8; grifos nossos). Em segundo, enfatizemos, o trabalho é o *único* valor de uso "que se pode *opor e complementar* o dinheiro como capital", sendo o trabalho, na condição de valor de uso, "a partir do qual se origina, se produz e se multiplica próprio valor de troca" (RODOLSKY, p. 169, citando Marx nos "Grundrisse", grifos nossos). Em terceiro, e por outro lado, o fetichismo da mercadoria e a criação do dinheiro são dois aspectos diferentes de uma mesma realidade ("coisa que os manuais de economia marxista habitualmente ignoram"; RODOLSKY, p. 169); ignoram - afirmemos então – porque é crucial no processo de desenvolvimento categorial do capitalismo compreender que dinheiro como capital diz respeito ao dinheiro em sua terceira dimensão (a "tríade"), uma vez que só nesta o dinheiro não é "um mero meio de circulação de mercadorias" (RODOLSKY, p. 167, citando Marx nos "Grundrisse").

Ora, mas dinheiro não é capital – e Kurz insinua saber disso. Assim sendo tal sociedade por ele idealizada vive um falso fetiche! Por que? 1. Não só porque, como disse Marx, "Considero o sistema da economia burguesa por esta ordem : capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial", explicando a seguir ter seqüenciado sua análise, como é absolutamente sabido, em mercadoria, dinheiro ou circulação simples, e no capital em geral¹²; ou ainda quando diz n'O Capital, ser o existente de específico na forma valor (ou forma mercadoria), forma que ao se desenvolver, "conduz à forma dinheiro, à forma capital, etc." (apud MAZZUCHELLI, idem, p. 15). 2. Mas fundamentalmente porque "Os atos de circulação D-M e M-D', em que o valor total funciona como dinheiro ou como mercadoria, são apenas processos intermediários, falsos, fases isoladas do movimento total do valor"; e prosseguindo – naquilo mais nos interessa : "Como capital, o

¹² É como Marx abre o "Prefácio" de "Para a crítica da economia política", de 1859 ("Contribuição..."); "Avante!", 1982, V. 1, p. 527.

valor todo efetua o movimento D-D' "(Marx, Livro 3, volume 5, p. 404) : o que significa a forma mais reificada e efetivamente fetichista no capitalismo, como já vimos detalhadamente nesta dissertação - a forma do capital produtor de juros. 3. Ou como afirmou Rodolsky de maneira claríssima e a não deixar qualquer sombra de dúvida: "Aqui caberia destacar que a **reificação** das relações sociais de produção **só alcança seu ponto culminante no capital (especialmente, no capital que rende juros)**" (RODOLSKY, p. 511, nota 79; negritos nossos).

Temática sobre o qual o sociólogo Kurz não escreve sequer uma letra, em todo o seu livro; embora fale sem qualquer consistência teórica, em "especulação", "alta de juros", e reduzidíssimas vezes, alegoricamente, em capital.

Alegorias do capital ¹³ e do trabalho : "Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho" (Kurz, 1999). Assim, se para Kurz o capital não é *sujeito*, é espécie de predicado amorfo, e sujeito é o "automovimento do dinheiro", a força de trabalho, que em seu livro só aparece na designação não "inocente" de "trabalho vivo", é também uma alegoria. Note-se: "O fato de que o trabalho vivo, ao produzir mercadorias, se transforma em trabalho morto, 'representado' (expressão de Marx) na forma encarnada do dinheiro, parece óbvio à consciência moderna (p. 26)". E não adianta, teoricamente, buscar outro sentido em seu livro porque não se encontrará.

Mas são claras as intenções dele : se o tal "valor econômico" determina-se como forma fetichista, "abstrata e morta", o trabalho vivo só poderia ser focado, para seus propósitos, pela ênfase adjetivada do "trabalho morto". Mas, (i) o trabalho abstrato é real como substância social do valor, ou seja, a categoria valor "é assim uma abstração real, *reprodução pelo pensamento de uma realidade social*, ainda que não seja uma realidade efetiva, tangível, empírica" (Braga, 2001, p.p 151 e 156; grifos nossos); (ii) efetivamente, para Marx, a transformação que se processa como resultado do intercâmbio entre capital e trabalho, é a "do

¹³ Mais uma vez sobre isso, e no enfoque de R. Fausto, no plano teórico Kurz se distancia de Marx na medida em que "A crítica ao capital se transforma na crítica da mercadoria; ou mais precisamente, acentua-se a crítica da mercadoria mais do que a crítica do capital". Mas ele acha a leitura, "em termos de explicação de texto", que faz Kurz, de Marx, "de bom nível", comparando-se com o que circula internacionalmente. Imagine-se então que nível seria esse, para Fausto! Por outro lado, Fausto diz estar Kurz "muito preso a Marx, excessivamente...". O que seria compreensível se se referisse a uma exegese (de textos de Marx) dogmática e parca; mas é melhor entender Fausto aí como um equívoco de sua excessiva "generosidade" (Idem, 2002, p.p 29 e 27, respectivamente).

trabalho em capital", aquele como atividade viva e orientada a um fim, "na medida em que outorga ao capitalista o direito de propriedade sobre o produto do trabalho" (MARX, "Grundrisse", apud Rodolsky, p. 178; grifos de Marx); (iii) ou ainda, como resultado do intercâmbio o capital pôde *incorporar* o trabalho vivo, convertendo-o em um elemento seu, ao lado de seus elementos materiais (RODOLSKY, p. 179); (iv) e para viver, o trabalhador assalariado precisa entregar uma parte de seu tempo de vida ao capital, pois só assim o capital pode valorizar-se, criar mais-valia : "O que, do ponto de vista do capital, é mais-valia, do ponto de vista do trabalhador é mais-trabalho (RODOLSKY, p. 191).

Ora, tudo isso foi agora revisto - feliz ou infelizmente - apenas para dizer que, se Kurz, por um lado "borra" as passagens categoriais da análise de Marx, por outro, o seu objetivo é um só: passar a idéia de que o alucinado fetichismo ¹⁴ da mercadoria de seu sistema mundial **mata** não só o valor, como também o trabalho. Mas Ruy Fausto, retomando formulações d'O Capital, nos fornece mais pistas (inequívocas) deixadas pelo "serial killer" das categorias de Marx:

"O valor é um hieróglifo social, um produto social como a linguagem : 'O valor não (...) tem escrito na frente o que ele é. O valor antes transforma cada produto do trabalho em *hieróglifo social*. Maus tarde os homens tentam decifrar o sentido dos hieróglifos, penetrar no enigma do seu próprio produto social, pois a determinação dos valores de uso como valores é seu produto social como (so gut wie, quase como) a linguagem' " (Idem, 1997. p. 79; grifos de Fausto).

Finalmente podemos compreender os motivos que levam Robert Kurz a utilizar a retórica do da crise do seu "sistema", do "caos" e do "fim do trabalho". Assim,

"(...) a causa da crise é a mesma para *todas* as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição do 'trabalho abstrato', em consequência da alta produtividade ('força produtiva da ciência') alcançada pela mediação da concorrência" (p. 220; grifo de Kurz). Sem comentários em **todas** (estas) partes. Até porque, se nossa "alta" produtividade chegou ao cansaço - por

¹⁴ Noutro estudo, tem completa razão R. Fausto quando desvela que na passagem das formas, da primeira forma de valor às últimas, a essência se revele e se oculta, progressivamente, podendo-se avançar até a "ilusão convencionalista". "Mas o preço da 'desconvencionalização' é a fetichização", diz ele; ou leia-se : **o fetiche do fetiche**. Isto significando, resumidamente, que "De um lado se supõe pois que as relações sociais são 'produtos *arbitrário* da reflexão dos homens' [Marx, n'O Capital;], de outro se exclui toda a reflexão, em proveito de uma qualidade natural. Que se trata de uma *reflexão*, mas *objetiva*, é a resposta dialética". Excelente! (Ver: "Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples", de Ruy Fausto, Brasiliense, 1997, p.p 78-79; grifos de Fausto).

ouvirmos tanta tolice - e está em queda, imagine a do capitalismo central desde 1970!

Por isso, o tal "sistema" de mercado ocidental, é o vencedor de "lábios roxos preste a cambalear", e "já na tem cura"; a "terceira e última crise de dívidas" arrastará os últimos vencedores (Japão e Alemanha) "para dentro do abismo", porque o mercado mundial "substancialmente já se encontra em estado de coma" : é como se "toda humanidade tivesse tomado alucinógenos". E toda essa desgraça inaudita - numa página só, a 215! - deveria culminar com a crise do "subsistema ocidental" nos anos 90, cujo início "será o colapso financeiro global".

Mas qual era a saída - "superação", como fala - para toda essa catástrofe gigantesca, terminal, que recomendava o sociólogo Kurz? Numa só direção, apesar das tergiversações:

"(..) um tipo completamente diferente, exatamente oposto, de 'razão prática' e 'imanência', que ao invés de moderar a crítica social torna-a mais radical e mais aguda. Em palavras mais precisas : a substância material das potências alcançadas da socialização tem que ser radicalmente liberada da forma histórica que contaminou essa substância e tornou-a extremamente destrutiva. O que é exigido é, portanto, uma razão sensível..." (p. 232).

Não alertamos que Kurz era um teórico das reformas dissimuladas do capitalismo? Reformismo, aliás, que não só desserve à transformação social, como também é de fundo anarquista: "Já não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado" (p. 234).

Assim, desde 1991 elucubrando sobre o demoníaco "fetiche" , e sentenciando "O colapso da modernização", seu autor não teve outra alternativa senão a de mergulhar no pântano movediço da "teoria" por ele mesmo fabricada. Mergulho profundo...¹⁵

¹⁵ Em 1997, ele escreveu "Antieconomia e antipolítica", onde suas idéias centrais são: a) reforçar o ataque histriônico ao "fetichismo do valor", de modo que nas primeiras quinze páginas isto aparece nada menos de 63 vezes, quatro vezes só num parágrafo (p. 8) - contamos; b) a radicalização no anarquismo e no reformismo burguês : (i) "O *mainstream* do antigo marxismo do movimento operário simplesmente contornou esse problema [da emancipação] e substituiu-o por outro - por uma orientação politicista e estatal voltada à questão de poder" (grifos de Kurz); (ii) "Na mesma medida em que a **revolução microeletrônica** torna-se a força produtiva da crise para o sistema produtor de mercadorias, ela pode também tornar-se **uma força produtiva da emancipação social** em relação às formas fetichistas do valor"; (iii) mas a saída da crise capitalista é o organizar o "**movimento em rede e da subversão cibernética**", movimento ligado em rede de diversas iniciativas, em diversos planos, de "caráter de pluridimensional", das organizações de base, pois, "o objetivo emancipatório não pode ser mais *conquistar o poder*, mas somente *desapoderar o poder* (grifos de Kurz). 2) Em 1999, Kurz e seu

"Grupo Krisis" deram à luz o "Manifesto contra o trabalho" – claramente influenciado por Nietzsche –, repetindo as mesmas idéias, que destacamos: (i) "Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho.(...) Pois a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto"; (ii) A luta contra o trabalho é antipolítica : **"Quando o fim do trabalho é o fim da política**, um movimento político para a superação do trabalho seria uma contradição em si. Os inimigos do trabalho dirigem reivindicações ao Estado, mas não formam nenhum partido político, nem nunca formarão. A finalidade da política só pode ser a conquista do aparelho do Estado para dar continuidade à sociedade do trabalho. Os inimigos do trabalho, por isso, não querem ocupar os painéis de controle do poder, mas sim desligá-los. **A sua luta não é política, mas sim antipolítica**"; (iii) Como "tripalium" é a origem latina que deu origem ao termo trabalho, e significava um objeto para tortura de escravos, daqueles que perderam sua liberdade, o marxismo do movimento operário, ou seja, a esquerda tradicional, elevou o trabalho à essência do homem e o contrapôs ao capital – seu lema sempre foi libertar o trabalho da exploração pelo capital e não libertar do trabalho; (iv) "Neste sentido, interessa aos inimigos do trabalho encontrar novas formas de movimentos sociais e ocupar pontos estratégicos para a reprodução da vida, para além do trabalho. Trata-se de juntar as formas de uma práxis de oposição social, **com a recusa ofensiva do trabalho**". 3) Em "Uma vida humana? Só sem mercado, estado e trabalho", entrevista a Dieter Heidemann (prof. do Dep. de Geografia da USP), sobre seu "Livro Negro do Capitalismo: um epodo à economia de mercado", (1999), Kurz afirma o seguinte (i) "O apelo à nação não é nenhuma alternativa à globalização, **mas é apenas reacionário**. A esquerda precisa de formas de organização e ação transnacionais para estar de novo à altura do desenvolvimento capitalista. Só podemos pensar um futuro pós-capitalista através de formas pós-nacionais de reprodução" (negritos nossos); (ii) e prosseguindo, "Mas, para isso, precisaria surgir um movimento social que não se definisse mais através da formas pós-nacionais de reprodução" (negritos nossos); (ii) e prosseguindo, "Mas, para isso, precisaria surgir um movimento social que não se definisse mais através da forma capitalisticamente constituída dos interesses concorrenciais. Precisaria ser um "movimento de apropriação" que se apropriasse diretamente dos recursos, não mais pelo desvio do mercado, do Estado, do dinheiro e da política". 4) Em "A crítica radical de Robert Kurz" (entrevista ao caderno Mais!, FSP, 23/01/2000), diz ele que desde a publicação de seu livro ("O colapso..."), tudo se confirmaria "empiricamente pela dimensão atingida pela crise e a **catástrofe absoluta deste estágio terminal do capitalismo**" (p. 30, negritos nossos). Ao falar de privatizações, FMI e patrimônio público nacional, diz que "esse ponto de vista da assim chamada economia nacional se tornou ilusório", pois as economias se definiriam hoje pela participação no sistema mundial (p.31). 5) Apenas como registro, no artigo "O mecanismo da corrosão" (Folha de S. Paulo, Agosto 2002), Kurz assevera que "os EUA são **a última potência mundial** não só na esfera política e **militar** mas também na econômica" (negritos nossos). 6) Entretanto, pouco antes da ultrapassagem do Euro frente ao dólar, em "O Euro derrete" (outubro de 2002), dizia Kurz que "Simultaneamente, a experiência monetária do euro começa a ficar fora de controle. O Pacto de Estabilidade, celebrado festivamente, e que devia dar peso à nova moeda mundial na concorrência com o dólar, foi dissolvido pela Comissão Européia, como se se tratasse de uma piada do dia das mentiras para os mercados financeiros". (Todas as referências e textos de Kurz, excetuando a entrevista da "Folha de São Paulo", encontram-se no endereço eletrônico www.krisis.org; todos os grifos em negrito são nossos).

Podemos passar agora às opiniões sobre a as saídas que propõem face à crise terminal do capitalismo, de Wallerstein e Arrighi.

(2) Wallerstein: circularidade histórica, retorno à "racionalidade liberal". "Que horas são?"

Lá se vão mais de 20 anos que I. Wallerstein e G. Arrighi, às vezes por caminhos diferentes, vaticinavam o "colapso iminente" da hegemonia norte-americana, como havia comentado criticamente I. Mészáros. De lá para cá é incontável o número de vítimas humanas fatais, fruto da compulsão pelo domínio mundial encravada na condição de superpotência imperialista agressiva, algumas poucas vezes camuflada no exercício da alcunhada "hegemonia benigna".

Mas para Wallerstein não se tratava apenas de problema dos EUA, coisa óbvia e menor em sua óptica. Para ele, "(...) podemos dizer que a economia-mundo capitalista entrou em sua crise terminal, **uma crise que deverá durar cerca de 50 anos**" ¹⁶.

Já comentamos que não houve e não há ascensão econômica alguma no capitalismo mundial; e mesmo "visionários" ou apologistas do *status quo* não vislumbram no imediato a ocorrência de tal fenômeno. A não ser que tenha havido uma espetacular "ascensão" do financiamento econômico do "Fernand Braudel Center", onde realiza suas pesquisas nosso autor. Se esta (mera especulação) ocorre, deve ser pelo mérito e importância "global" dos estudos lá produzidos. Um exemplo (emblemático) do que queremos dizer com a ideologia desse tipo de pesquisas : em 2001, examinando as perspectivas após a bancarrota do Leste e a desagregação da URSS, disse Wallerstein:

¹⁶ Ver: "Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of The World-System", Papers Fernand Braudel Center, 1999). Relembro que Wallerstein dissera : "(...) que esta situação dos anos 90 deve ser transitória...nesta transição, **provavelmente por volta do ano 2000, deve haver uma ascensão econômica**" (1998; negritos nossos). E após o setembro de 2001, buscando adaptar o mundo à sua lógica, afirmou : "O êxito dos Estados Unidos como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para o colapso hegemônico do país. Esse processo é bem descrito por *quatro eventos simbólicos*: a Guerra do Vietnam, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e *os atentados terroristas de setembro de 2001*. Cada evento ergueu-se sobre o anterior, culminando na situação em que os Estados Unidos hoje se encontram: uma superpotência solitária, *que carece de verdadeiro poder...*" ("O declínio do império norte-americano", in <http://resistir.info>, 12/08/2002; grifos nossos).

"Este colapso da estratégia da esquerda representa um desastre para o sistema-mundo capitalista, pois, longe ser revolucionária, a estratégia clássica da esquerda foi parte do cimento integrador da civilização capitalista"¹⁷.

Mas voltemos ao "caos terminal", sigamos em frente, aproveitando enquanto isto, seja lá o que for, não desabe, traiçoeiramente, nas nossas costas; e ao que propõe efetivamente Wallerstein.

Certa feita, completamente perplexo com o ambiente mundial do início dos anos 90, o filósofo Emmanuel Levinas em declaração ao jornal italiano "La Stampa", exprimiu uma sensação que certamente não era só dele : "estamos vagamos perdidos e sem rumo"; como se tivéssemos – diz – a nos perguntar a cada minuto "que horas são?", numa alusão a um corriqueiro hábito russo... "Ninguém mais sabe", completava Levinas. Ledo engano do filósofo! Notemos como o dr. Wallerstein não só sabe de tudo que se passou, o que vai acontecer com a história, e ainda como nos oferece um calendário da salvação:

[a "economia-mundo capitalista", de "400 anos"] "está atravessando uma crise estrutural atualmente e, **portanto cessará de existir em 30 ou 40 anos**", por causa de seu próprio sucesso ("Folha de São Paulo", 10/02/2002; grifos nossos).

Quer dizer (e mais uma vez), existindo nessas suas contas desde 1598 - sabidamente antes da revolução inglesa, da I Revolução Industrial, da Independência dos EUA, da revolução francesa, etc. -, a economia-mundo capitalista, agora, terá sua morte decretada! Mais quem decretará, de que morrerá, aprazadamente, o futuro defunto, embora "gordo", "rosado", pleno de sucesso? Bem, mas se ele tinha "chutado" que haveria ascensão econômica e não houve, ao contrário, por que agora deveríamos acreditar que a tal crise terminal "deverá" ter a duração de "cerca" de 25, 30, 40 ou 50 anos!!? Muito simples. Observemos bem como, na medida em que suas profecias são fracassos retumbantes (e estivesse exausto por tantos anos de espera do "colapso terminal") ele nos amedronta com seu pânico relativístico :

¹⁷ Ver : "Capitalismo histórico & Civilização capitalista", Contraponto, 2001, edição ampliada, p. 131. Mas essa "integração" ideológica é clichê em Wallerstein. Ele sempre entendeu "wilsonianismo" (liberalismo) como igual a "leninismo"; por isto depois, a URSS fez "um arranjo" com o dito sistema mundial, para "permanecer no seu canto"; a "nomenklatura dos regimes comunistas" eram as mesmas das do Terceiro Mundo e dos regimes social-democratas; ou "a velha esquerda" (comunistas, socialdemocratas e os movimentos de libertação nacional) usava um discurso universalista mas "praticava uma política particularista"; a IIª [socialdemocrata] e a IIIª [comunista] Internacionais passaram a não ter "qualquer discordância", na mesma medida em que a política na época de Lênin se resumia a "socialismo é igual a soviets mais eletricidade" (Wallerstein, 1995; 2001).

"Do caos surge uma nova ordem. Não podemos saber com certeza, a não ser uma coisa. A civilização capitalista terminará; este sistema histórico específico não existirá mais. Além disso [além disso o que? o senhor não disse absolutamente nada além de vulgaridades de filosofia da história !], o máximo que podemos fazer é esboçar umas poucas trajetórias históricas alternativas possíveis – esboça-las em grandes pinceladas, sem os detalhes institucionais que são imprevisíveis" (op. cit., 2001, p. 142).

Mas o nosso "pintor" avisa que não concluiu seu "quadro". Alternativas possíveis - para ao menos benzer o defunto? Perfeitamente : a) uma "espécie de neofeudalismo"; b) uma "espécie de fascismo democrático"; c) e a alternativa de sua preferência, a mais "radical" e "descentralizada em escala planetária": uma "nova ordem mundial altamente igualitária" (2001, p.p. 142-143) ¹⁸.

Em poucas palavras, o "viável" - em todo lugar, em toda a estrutura política e em todo o nível, informa - é "a meta é mais democracia, isto é, mais participação popular e tomada de decisão mais aberta". Entretanto, na medida em que esta tendência não avançou em função da "profunda desconfiança dos movimentos de esquerda" frente à "psicologia das massas", "é preciso de um *tipo de liberalismo social global que hesitamos em aceitar*" (WALLERSTEIN , 2002, p.220; grifos nossos).

Devemos então, finalmente, aclarar mais : por que em suas teses I. Wallerstein processa um pensamento circular e regressivo à razão burguesa? **1)** Porque em matéria de ciências sociais ele se alinha à construção metodológica do pensamento *fragmentário, atomizado* (embora de aparência "totalizadora" - o que não é novo), para apreender e interpretar a realidade sócio-histórica. Como ele próprio enfatiza, não

¹⁸ A mesmíssima conversa fiada - na verdade piorada! -, à base de perfume sedutor do liberalismo burguês, encontra-se em "Após o liberalismo - em busca da reconstrução do mundo" (Vozes, 2002). Dissemos piorada porque Wallerstein parece ter compreendido que sua utopia "liberal social" (é essa sua formulação estratégica de sociedade substitutiva do capitalismo histórico ou seu "sistema-mundo") não é bem assim, tão boazinha : "Nada podemos fazer para superar o caos atual se não concordarmos em que a única saída viável é um sistema histórico *relativamente igualitário e plenamente democrático*" (p. 270; e caps. 13 e 14; grifos nossos). Dito isto mais claramente ainda, "A idéia de que a democracia é uma noção burguesa que obstaculiza a atividade revolucionária tem sido substituída pela idéia de que, **na verdade, a democracia pode ser um conceito profundamente anticapitalista e revolucionário**" (p. 218, negritos nossos); porque (e) contra as "desgastadas e ecléticas carcaças" da "velha esquerda", os partidos em luta para "tomar o poder estatal", a revolução, dos marxista-leninistas "já não é um conceito viável" (218-219).

deixando qualquer sombra de dúvida ¹⁹, o que implica em seu sistema-mundo obedecer a um determinado padrão de regularidade; de tal maneira que jamais explicará, por exemplo, como, simultaneamente à catástrofe que arrasou a capitalismo mundial na Grande Depressão (de epicentro entre 1929-33), este só se “recuperando” em meio à 2ª Guerra Mundial, a URSS, plena integrante da economia-mundo capitalista de Wallerstein, obteve taxas de crescimento “impressionantes” ²⁰. **2)** Regularidade e circularidade que não apenas o impedem de compreender a tendência das contradições históricas processarem rupturas sistêmicas concretas – caso evidente da URSS, do “campo socialista”, e das revoluções de libertação nacional –, bem como a da recusa da concepção dialética que ressalta a dinâmica histórica e especificidades dos processos, em contraste à abordagem “naturalista”; pois as determinações históricas reais têm que responder pela “gênese e transformações subseqüentes das estruturas históricas”, ao invés de se “assumir convenientemente através da circularidade auto-referida” – “do espírito retornando a si”, em Hegel –, ou preestabelecida logicamente como “presentidade eterna” (MÉSZÁROS, 1993 [1986], p.p. 187 e 173). **3)** Daí que todas as tentativas de se produzir “sistemas de explicação históricas nitidamente fechados e encerrados em si próprios” levarem à redução arbitrária da complexidade das ações humanas, terminando em simplificações grosseiras de “determinações mecânicas” e idealizadas “a priori à imanência do desenvolvimento humano” (MESZÁROS, p. 168); pois se querendo ou não, os conceitos que dizem respeito à teoria social são sempre totalizadores, ainda que se expressem numa representação distorcida do tipo “atomismo lógico”, ou como “individualismo metodológico”, onde nas tentativas conectivas de se realizar a contraposição de sistemas alternativos do passado e do presente aparece “o perigo da circularidade” (MESZÁROS, p. 53). **4)** Circularidade, “atomismo lógico”, também porque a razão cartesiana (ou a razão racionalista, liberal-burguesa) é a razão do

¹⁹ Diz Wallerstein sobre a metodologia utilizada para a descoberta do sistema mundial moderno ou economia-mundo capitalista: “Não estou a apelar para uma abordagem multidisciplinar do estudo dos sistemas sociais, mas antes para uma abordagem unidisciplinar. O conteúdo substantivo deste livro, espero, tornará claro o que pretendo significar com esta frase e quão seriamente eu a assumo” (“O Sistema Mundial Moderno”, V. 1, p. 22). Quer dizer, para além do conteúdo, este método secular é invenção dele! De outra parte, e não sem razões, E. Wood e R. Brenner acusam a Wallerstein e A. G. Frank de serem “neo-smithianos”: **“aderem a algo semelhante ao modelo mercantil clássico”** (Wood, 2001, p. 40; negritos nossos).

²⁰ É o que demonstra L. Fernandes, ao analisar os planos três quinquenais da URSS (1928 a 1941), interrompido o 3º pela invasão nazista: 13,2% médios no 1º Plano, e 16,1% no 2º (Fernandes, 1999, p. 270). Para que diabos servem os “ciclos de Kondratieff”, da tal economia-mundo capitalista?

indivíduo isolado, atomizado, que encontra na autoconsciência *a única certeza de si e do mundo*, é razão independente mas em seu movimento e realização é dependente (está submetida) “a seus próprios produtos, os quais no seu conjunto se mostram irrazoáveis e irracionais” (KOSIK, K., 1989, p.p. 90-91; grifos nossos); e enquanto a razão dialética busca modelar racionalmente a realidade, para a razão racionalista a realidade é criação sua, portanto deixando partes, aspectos da realidade “fora da razão” : a) ou são “inatingíveis” à tal razão, ou são “indomáveis” a ela – as duas significações do irracionalismo (KOSIK, p. 92). E como nos ensina o filósofo tcheco Karel Kosik,

“Ao contrário do *procedimento analítico contábil* da razão racionalista..., que *parte de pontos de partida fixados de uma vez por todas para realizar a soma do saber humano* (...) A razão dialética... Não confunde o relativo com o absoluto, mas *compreende* e realiza a dialética de relativo e absoluto no processo histórico” (p.97, último grifo de Kosik).

Era o que tínhamos a comentar sobre a pintura “impressionista” do caos terminal, e sobre o calendário (“contábil”) de filosofia da história de Immanuel Wallerstein.

(3) Giovanni Arrighi: o pensamento “caótico” da crise

Como destacamos na “Introdução” deste trabalho, o professor Arrighi utilizava como referência não só mais que enfática, os “ciclos de Kondratieff”, como tinha afirmado que na crise pós-70 a acumulação capitalista poderia estar se aproximando de seus limites históricos, onde “O próximo Kondratieff bem poderia ser o último” (1997, p. 49; escrito antes). Depois passou a formular a “teoria” do “ciclos sistêmicos” de acumulação, não mais baseada em Kondratieff, mas então em “ciclos sistêmicos de acumulação”, onde, os “ciclos sistêmicos” são dedução das expansões financeiras reiteradas, extraídas de Braudel (1996, p. 6). Entretanto observo que o economista russo ainda era referenciado, mesmo que sendo para criticar suas concepções, ou seja, como dizia então Arrighi, os ciclos seculares e os de Kondratieff, passaram a ser “construtos empíricos”, de incerta base teórica (idem, ibidem).

Em “Caos e governabilidade no sistema mundial moderno” (2001 [1999]), organizado e escrito com B. Silver (e outros colaboradores), sua conversa muda completamente de tom e de figura - de tal modo que o “coitado” do Kondratieff desaparece completamente das 334 páginas do livro.

Examinemos então seus (novos, ou diferentes?) pressupostos teóricos. Segundo pensa Arrighi, 1) O período atual é “de declínio e crise da hegemonia norte-americana”, com semelhanças e diferenças quanto às transições holandesa e britânica (p. 13). 2) O “modelo” de Wallerstein passou a ser “falho”, na medida em que a ascensão de novas hegemonias mundial não foi mero reflexo de “propriedades” sistêmicas, senão também, em todos os casos, “uma reorganização fundamental do sistema e uma mudança de suas propriedades”(p. 35); ou seja, há concordância com a descrição do “ciclo hegemônico” como em Wallerstein, mas a mudança sistêmica é tornada “endógena” (p. 38). 3) Sendo o seu conceito de hegemonia derivado de Gramsci ²¹, as “expansões sistêmicas” se inserem em uma dada estrutura hegemônica “que tendem a minar”, onde as crises hegemônicas têm as características de: a) intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; b) a escalada dos conflitos sociais; c) surgimento intersticial de novas configurações de poder (38). 4) Por sua vez, as expansões financeiras sistêmicas resultam de duas tendências complementares: “a hiperacumulação de capital, e a intensa competição entre os Estados pelo capital circulante”; e *todas* as expansões financeiras sistêmicas, “*passadas e presentes*”, são “resultado do desenvolvimento conjunto, ainda que desigual, dessas duas tendências” (p. 40-41). 5) O caos sistêmico é uma situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irreversível, e as expansões financeiras “tem impacto contraditório nessa tendência”; os colapsos hegemônicos “são momentos decisivos das transições hegemônicas” (p. 42). 6) Para Arrighi, os mesmos processos que geraram o caos sistêmico “geraram também a maior concentração de aptidões sistêmicas que, em combinação com o caos sistêmico, acaba resultando no estabelecimento de uma nova hegemonia” (p. 43).

Pelo visto, não é improvável que o professor Arrighi tenha de fato mudado bastante suas opiniões. O que, em nossa opinião, representa um grande esforço no sentido de se aproximar mais das “conexões internas dos fenômenos”, formulação sintética de Marx que dá a “pista” de sua construção epistemológica – afirmamos no “Preâmbulo”. Assim, os tais “ciclos” desaparecem, tomando a fisionomia mais definida de “expansões” financeiras sistêmicas. Contudo, nesta questão observo que essencialmente a lógica que preside a própria compreensão das expansões é a mesma; o que fica explícito quando afirma a repetição

²¹ Onde “a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como ‘dominação’ e como ‘liderança intelectual e moral’ . Um grupo social domina grupos antagônicos que tende a ‘liquidar’ ou ‘subjugar’, talvez até pela força armada; ele lidera grupos aparentados ou aliados” (2001, p. 35). Já vimos (Cap. 2) que o conceito de Gramsci possibilita a interpretação de superestimação da “moral”, em detrimento da luta (em suas variadas formas) pela conquista do poder político.

destas no sistema capitalista moderno, em suas origens mais remotas, terem surgido “nas cidades-Estado da Itália Renascentista - ou “o outono” na interpretação de Braudel, que Arrighi subscreve (p. 40).

Ora, já argumentamos de diversas maneiras contra essa idéia, porque sabidamente isto não corresponde ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Lênin, por exemplo, a cujo “panfleto” nos referimos na “Apresentação” ²², não se cansando de chamar à atenção acerca do significado da nova fase do capitalismo, diz que o velho capitalismo caducou. O imperialismo – afirma Lênin – é o domínio do capital financeiro, onde o seu predomínio financeiro “sobre **todas as demais formas** do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira” (LÊNIN, 1979, p. 619; negritos nossos).

Mas digamos que Lênin, nessa questão, não tem qualquer importância para o professor Arrighi, não lhe serve de referência intelectual. Ouçamos então Joseph Schumpeter, citado por ele (sobre outro assunto e não no que segue) em seu estudo, no “A teoria do desenvolvimento econômico” (1912), obra considerada por muitos como clássica na economia política. Diz Schumpeter discorrendo no capítulo sobre o que considera o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico:

“E se a economia concorrencial for rompida pelo grande desenvolvimento dos cartéis, como ocorre hoje em dia em todos os países...A diferença assim criada é suficientemente grande para servir de *divisor de águas entre duas épocas do capitalismo*” (SCHUMPETER, 1982, p. 49; grifos nossos).

Mas não é especificamente dessa temática, por nós bastante discutida, que devemos concentrar nossas observações críticas. 1) Num sentido distinto daquele de Wallerstein, no raciocínio de Arrighi torna-se

²² Na verdade, é Lênin quem chama sua obra, de longa repercussão mundial, de “brochura”, “livrinho”, ou o sub-intitula de “ensaio popular”. Ocorre que seu livrinho, “O imperialismo fase superior do capitalismo” (1916), condensa uma poderosa síntese de 148 livros (106 em alemão, 23 em francês, 17 em inglês e 2 traduzidos em russo), 232 artigos (206 em alemão, 13 em inglês) de 49 publicações periódicas, compilados nos ainda hoje pouco estudados “Cadernos do imperialismo” (1912-1916). Bem a propósito, neles já encontramos críticas a “O capital financeiro”, de Rudolf Hilferding : “não é suficiente dizer: ‘capital financeiro = capital bancário’; bem como a “O Imperialismo – um estudo”, de Jonh Hobson : [o perigo do capitalismo da época não vem das autênticas inversões industriais estrangeiras] “(...) senão do manejo que fazem os financistas dos valores e ações que se baseiam estas inversões” – anota Lênin : “utopia pequeno-burguesa!!!”. (Lênin, “Cuadernos Del Imperialismo” Tomo XLIII, p. 329, e XLIV, p. 35, Akal, 1977).

impossível compreender como os países integrantes do "socialismo real" - a URSS e os países do Leste europeu - ou do Sistema soviético, ou a configuração sistêmica da bipolaridade mundial, conforme a compreendem Churchill, Kissinger, P. Kennedy, Duroselle ("Império"), L. Fernandes, e outros autores que estudamos. Porque se isto não representava um "Sistema", Arrighi não pode explicar o fato de, antes desintegração da URSS, este país viveu um prolongado processo de estagnação de sua economia (dos anos 70 a 1989), onde se deve destacar duas constatações importantes: a) a estagnação soviética não coincide com as crises de superprodução de 1974-75, nem com a recessão mundial de 1981-83; b) tampouco ela acompanhou a recuperação econômica no centro do capitalismo, entre 1984-1989. Ou seja, a crise que levou ao colapso os países do Leste e depois da URSS, do "bloco soviético" não teve absolutamente nada a ver como "expansão financeira" ou coisa parecida! ²³ 2) Se no estudo de 1996 [1994], Arrighi comete um verdadeiro desastre analítico ao transformar o Japão (país que se encontrava alguns anos em clara estagnação econômica, o que continuou até o início de 2003!) e os capitalistas japoneses "numa categoria à parte...verdadeira herdeira das classes capitalistas genovesa, holandesa, britânica e norte-americana"!(p. 347) - inclusive insinuando ("não está nada claro") que "a emergente liderança japonesa" poderia traduzir-se "num quinto ciclo sistêmico de acumulação" (p. 349); e ainda que em 1993 a uma "espiral descendente" ("rodada de cortes nos gastos"; p. 367) "pareceu" ter chegado ao Japão, reafirma Arrighi que "o que há de novo na atual configuração de poder" é ele ter se saído tão bem, especializando-se na busca de lucro" no leste asiático, enquanto os EUA "se especializaram na busca de poder" (p. 368) ²⁴ -, ele muda o

²³ Sobre a estagnação soviética e parte do argumento por nós utilizado, ver Fernandes (1991, cap. XII e p. 258). Note-se: são "nações do pacto de Varsóvia" (Arrighi, op. cit., p. 27), "ordem mundial 'bipolar' da Guerra Fria" (expansão imperial dos EUA e da URSS) (p. 47), "colapso de um dos dois gigantes mundiais" (a URSS) (p. 100), "Estados do Leste ...centrado na URSS" (p. 272), "esferas de influência soviética e norte-americana (na Ásia) (p. 297), etc, como designa Arrighi o que *não* chama de sistema - porque não quer mesmo. Claro, se o fizer não pode enquadrá-lo no seu "caos sistêmico". E mesmo a tese dos pesquisadores do Fernand Braudel Center, de que os países periféricos e semiperiféricos não obedecem aos ritmos dos "ciclos" do centro, faz a emenda pior do que o soneto : a URSS era uma "superpotência" (Arrighi, p.273) - evidentemente não se podendo rotular de semiperiferia este país. [Devo a observação sobre a idéia do FBC, ao Mestre em História Econômica, Eduardo Mariutti].

²⁴ De modo algum estamos a subestimar o Japão. Apenas registro que no "Epílogo" de seu livro, essa verdadeira apologia ao Japão aparece em 25 páginas seguidas! (344-369). Pior ainda : "isso não foi uma questão de industrialização como tal", repete Arrighi, referindo-se à ascensão do Japão e do leste asiático como "novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação de capital" (p.p. 349-350). O motivo foi que "várias de suas

assunto em "Em caos...". Junto a cidades-estado (Hong Kong e Cingapura), Japão e Formosa ("Estados semi-soberanos") ressurgiram como os "cofres" do sistema capitalista mundial; porém não se pode esperar que nenhum deles, inclusive o Japão ("o maior deles"), tente se transformar em potência militar além de local, ou "fornecer soluções de nível sistêmico para problemas de nível sistêmico" (p. 288). Em seguida afirma Arrighi:

"Essa é mais uma razão para esperar que a atual crise não tenha uma tendência intrínseca a evoluir para uma guerra entre as unidades mais poderosas do sistema; mas ela também não tem nenhuma tendência intrínseca a evitar um longo período de caos sistêmico" (p. 288).

3) Indo ao que consideramos essencial e deriva das proposições de Arrighi, devemos notar que, (i) a China, que aparece como espécie de resíduo inútil, contida e caudatária dos EUA, em raras referências em "O longo..." (p.p. 317, 354-55, 364), num outro passe mágica sofre um exuberante aparição, chegando à controvérsia polemística de ser a mais recente fonte de poder mundial – inclusive no terreno militar (2001, p.p. 24-30), mas neste livro já tinha passado a ser, no pós-1930, uma nova China em luta pela centralidade no Leste da Ásia, "que desde então tem moldado as tendências e os acontecimentos da região" (p. 273), etc. Como? Muito simples : através "da diáspora comercial" do chineses além-mar (p. 297), ou do casamento unificador de capital estrangeiro baseado em suas "reservas imensas e muito competitivas de mão-de-obra", matrimônio este facilitado pela "diáspora capitalista chinesa ultramarina" (p. 276). (ii) A expansão financeira dos últimos vinte anos – "aproximadamente", diz ele -, é o sinal mais claro que estamos em meio a uma crise hegemônica, "que acabará em catástrofe maior ou menor, dependendo de como a nação hegemônica vier a lidar com a crise"; pois foram as diversas cegueiras das elites (holandesa e britânica), assim como a "aparente cegueira" das atuais norte-americanas, que definirão

jurisdições fizeram grandes avanços na hierarquia do valor adicionado e na hierarquia monetária da economia mundial capitalista" (p. 350). Bem, aí o problema passa a ser de *magia*, matéria, que não temos condição de meter a colher. Mas quem quiser conhecer a sério o assunto, nomeadamente sobre feitiçarias e irracionalismo, recomendo o excelente "Os andarilhos do bem. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII", de Carlos Guinzburg (2001) – que ainda por cima nos mostra qual o "capitalismo" existente à época, na Europa. Noto ainda quer Fu Mengzi, chefe da divisão de Estudos Americanos do Instituto chinês de Relações Internacionais (portanto conhecedor da matéria), diz que as políticas industriais e de desenvolvimento do "modelo asiático" (e do Japão) sofreram maiores conseqüências exatamente por não ajustarem devidamente "suas estruturas industriais", cujas distâncias na região diminuíram bastante (Mengzi, 2000, p.p. 65-66). Sobre a industrialização japonesa ver ainda "Japão: da industrialização tardia à globalização", de E. Torres Filho (1999).

"com que rapidez" virão os efeitos catastróficos do desmoronamento dos mercados financeiros desregulamentados (p.p. 282-283). (iii) Entenda-se, entretanto, que nem tudo está perdido: é provável e esperável uma nova onda de conflitos em função da proletarização, feminização crescente e da mudança da configuração espacial e étnica da força de trabalho mundiais (p. 292); então "podemos esperar que as contradições sociais desempenhem um papel muito mais decisivo do que antes (ampliação dos "blocos sociais") na moldagem da transição em curso, seja qual for a ordem mundial a emergir do caos sistêmico iminente"²⁵(p. 299).

Vamos então a duas conclusões. Uma primeira questão que não custa lembrar diz respeito à verdadeira catástrofe que se abateu sobre o mundo capitalista, a Grande Depressão dos anos 30; perguntamos então : no desastre, a ascensão do nazi-fascismo era inevitável? A resposta, evidentemente é NÃO! Porque o processo histórico é unidade e diversidade, a casualidade o integra, vez que a singularidade da história não é apenas um fato empírico, relaciona-se à irregularidade do próprio processo da história. Dito de outra maneira, mesmo no estágio mais elevado da dissolução feudal na Europa, Marx não considerava existir a História com resultado da História Universal (regiões isoladas, comércio mundial pouco desenvolvido, etc.), o que para ele advém com o desenvolvimento do capitalismo (KELLE & KOLVAZÁN, 1990, p. 315). Como salientava Agnes Heller, a História é a substância da sociedade e a sociedade não possui nenhuma substância além do homem (1992, p. 2), ou diferentemente do tempo que torna irreversível os acontecimentos, o tempo histórico é a "irreversibilidade dos acontecimentos sociais" (p. 3). O que deve ser compreendido como sendo, nos tempos fragmentados e discordes do capitalismo, de relações de troca, de exploração e de dominação, a história aparece num processo de "determinação rítmica, inventando sem parar novas harmonias e desarmonias" (BENSAID, 1999, p. 378), e a incerteza da necessidade histórica é atestada pela contingência do evento, nada havendo nele que o torne necessário ou proíba que qualquer outra coisa podia acontecer em seu lugar (p. 380). Bensaid que recorda o ambiente dos '30 na a seqüência de obras de Freud, de A. Kojève, de K. Popper ou de E. Husserl, quando, circundando a catástrofe, o pensamento nas ciências sociais dividiu-se entre o

²⁵ Arrighi aparece extremamente confuso numa entrevista ao Jornal do Brasil. À pergunta "China ou Japão?" Arrighi diz que "Essa é uma dificuldade que apontamos. O Japão é militarmente muito fraco e não sabe exportar ideologias". Informado das teses dele, pergunta o jornalista: "O colapso está próximo?" Diz Arrighi : "Não sabemos. O que sabemos é que ainda não chegamos a este ponto. Não há sinais sequer de um colapso iminente" ("Jornal do Brasil", 1 de setembro de 2001, Caderno "Idéias", p. 3).

“desencadeamento da razão calculante e a revanche obscura dos mágicos matinais” (p. 410); na atualidade, já nos satisfizemos por muito tempo – diz – com o determinismo mecânico aplicável aos sistemas simples, e o determinismo estatístico aos sistemas complexos” (p. 419). Ora,

“o caos nos diz que, mesmo quando nossa teoria é determinista, todas as suas predições não conduzem a experiências reproduzíveis” (STEWART, I., Apud Bensaid, p. 420).

Uma segunda questão, ilustrativa da simplificação de história econômica (e ideológica) que faz Arrighi, são suas análises sobre a China. Olhemos isto mais de perto, pela sua indiscutível importância.

- De 1989 a 2001, o Produto Interno Bruto (PIB) passou dos US\$ 211,3 bilhões para US\$ 1,2 trilhão, o que supõe um aumento anual de 9,3 %; o PIB per capita, dos US\$ 189 a US\$ 915, um aumento anual de 8,2 %, e em 1995 se materializou, com cinco anos de antecipação, a meta prevista de quadruplicar o PIB de 1980. A economia chinesa, em que pese uma severa prova (a crise asiática), experimentou entre 1997 e 2001, 7,5 % de crescimento anual do PIB, porcentagem muito maior do que a da economia mundial em um mesmo período. Mais nada disso é muito recente: de 1978 a 2001, o PIB registrou um aumento anual de 9,4 %. Em 1997 o volume total da economia da China ocupou o sétimo lugar do mundo, e em 2001 subiu ao sexto.

- Frente ao complicado quadro devido à crise financeira asiática de 1997, o Comitê Central do Partido e do Conselho de Estado, tomaram decisões, adotando uma série de medidas políticas macroeconômicas destinadas a expansão do mercado interno, e aplicando uma política fiscal ativa e uma política monetária prudente, incrementando as necessidades de inversão e de consumo e impulsionando o contínuo e rápido crescimento econômico.

- Atualmente, muitos produtos industriais e agrícolas principais figuram entre os mais produzidos do mundo. Os cereais, carnes, algodão, sementes, frutas e outros produtos agrícolas mais importantes se situam em primeiro lugar, o chá em segundo lugar e a cana de açúcar em terceiro. Entre os principais produtos industriais, a produção de aço, carbono, cimento, fertilizantes químicos e televisores ocupam o primeiro lugar no mundo, a de eletricidade, tela de algodão e fibras químicas estão em segundo plano; a de açúcar e petróleo em terceiro e quinto respectivamente. A produção agrícola se tem desenvolvido a largo passo, aumentando o valor agregado da agricultura dos US\$ 12,4 bilhões em 1978 aos US\$ 182,6 bilhões em 2001, um incremento de 190 % depois de descontado o fator do preço, ou seja, um incremento anual de 4,7 % (“Diário do Povo”, 22/8/2002).

- Em 22/10/2002, o vice-primeiro ministro chinês Wu Bangguo disse ao Fórum Global de Dirigentes Industriais e Comerciais (Pequim), que entre os diversos fatores que se atribuem ao rápido e sustentável desenvolvimento da economia nacional da China, os principais são: 1. A série de políticas como a financeira ativa e a política monetária firme e prudente; 2. integrar a ampliação da demanda interna com o reajuste estratégico da estrutura econômica, o aprofundamento da reforma do sistema econômico, o aumento do emprego, a

elevação do nível de vida do povo e o desenvolvimento sustentável, com a finalidade de consolidar de maneira incessante a base do desenvolvimento econômico; 3. elevar ainda mais o nível da abertura para o exterior, e aproveitar de modo efetivo os dois mercados, o interno e o externo; e também os recursos dos dois tipos. Na medida em que se desenvolva a economia nacional, será aperfeiçoado cada vez mais o sistema de garantia social, o que tem salvaguardado efetivamente os interesses fundamentais das amplas massas populares e tem criado uma base sólida para o desenvolvimento econômico.

- Com isso, diz Wu Bangguo, também o nível de vida do povo chinês melhorou e alcançou, em termos gerais, o de "uma vida modestamente confortável", Dessa forma, a China entra numa nova etapa de desenvolvimento capaz de construir uma realidade tranqüila para todos os setores da sociedade e "acelerar a modernização socialista" ("Diário do Povo", 22/10/2002).

Destacaria ainda aspectos da fundamentação teórico-política da liderança chinesa, a partir do discurso de Jian Zeming no último Congresso do PCCh (8/11/2002), elucidativamente denominado como :**"Construir en todos los sentidos una sociedad modestamente acomodada y abrir nuevas perspectivas para la causa del socialismo con peculiaridades chinas"**.

1. Se ha establecido de manera preliminar el sistema de economía de mercado socialista. Se ha robustecido todavía más la economía de propiedad pública y se ha impulsado a pasos sólidos la reforma de las empresas de propiedad estatal. La economía individual, la privada y otras de propiedad no pública han registrado un desarrollo relativamente veloz. Se ha desenvuelto en todos los terrenos la construcción del sistema de mercado, se ha perfeccionado ininterrumpidamente el sistema de regulación y control macroeconómicos y se han agilizado los pasos en la transformación de las funciones gubernamentales.

2. Ha seguido adelante la construcción de la democracia y del sistema legal y se han dado nuevos pasos en la reforma de la estructura política. Se ha desarrollado y robustecido el frente único patriótico y se han hecho nuevos avances en los trabajos relativos a las minorías étnicas, la religión y los asuntos de chinos de ultramar. (...) Es imperativo persistir en la dirección del Partido Comunista de China, consolidar y perfeccionar la dictadura democrática popular como régimen estatal y el sistema de asamblea popular como régimen político, y mantener con firmeza y mejorar el sistema de cooperación multipartidaria y consulta política bajo la dirección del Partido Comunista y el sistema de autonomía regional de minorías étnicas. (...)Es preciso impulsar la reforma de la estructura política, desarrollar la democracia, perfeccionar el sistema legal, administrar el país de acuerdo con la ley y construir un país socialista regido por la ley.

3. Nivel de vida modestamente acomodada alcanzado por el pueblo en su conjunto. Han crecido a pasos sólidos los ingresos de los habitantes de las ciudades y las zonas rurales. Se respira prosperidad en los mercados urbanos y rurales, se nota un abundante surtido de mercancías, y se ha elevado la calidad de la vida de la población, con un mejoramiento considerable en lo tocante a la ropa, alimentación, alojamiento, artículos de uso diario y desplazamiento. Se han conseguido obvios éxitos en el fomento del sistema de seguridad social. Se

ha cumplido en lo fundamental el plan septenal de ayuda a los 80 millones de habitantes pobres.

4. Nuevos progresos en la gran causa de la reunificación de la patria. Nuestro Gobierno ha reanudado el ejercicio de su soberanía sobre Macao. Ha seguido con firmeza el principio de "un país, dos sistemas" y ha aplicado estrictamente la Ley Fundamental de la Región Administrativa Especial de Hong Kong y la de la Región Administrativa Especial de Macao, de modo que en estas regiones se presenta la estabilidad social y económica. Se han intensificado continuamente los contactos del personal y los intercambios económicos y culturales entre los dos lados del estrecho de Taiwan. Se ha profundizado en la lucha contra la maquinación de la "independencia de Taiwán" y las otras intenciones escisionistas.

5. Persistir en la política exterior independiente y de paz, salvaguardar la paz mundial y promover el desarrollo común. Es preciso colocar siempre en primer lugar la soberanía y la seguridad del Estado. (...) desarrollamos las relaciones de amistad y cooperación con los diversos países, nos oponemos al hegemonismo y a la política de fuerza e impulsamos el establecimiento de un nuevo orden político y económico internacional que sea justo y racional. Tratamos los asuntos internacionales de acuerdo con el principio de serenidad en la observación y aplomo en la reacción y según el espíritu de respeto mutuo y de búsqueda de terrenos comunes archivando las diferencias, respetamos la diversidad del mundo, promovemos la democratización de las relaciones internacionales y trabajamos por lograr un ambiente pacífico internacional y un buen entorno en nuestro alrededor" ²⁶. [ZEMIN, op. cit., transcrição literal de partes do discurso].

²⁶ Aproveito a oportunidade para umas poucas informações mais recentes sobre a situação do Vietnã e Cuba. Sobre o Vietnã, o insuspeito "International Herald Tribune", diz que apesar de várias décadas de guerras e pobreza, os 80 milhões de habitantes "parecem ser os mais otimistas do continente", segundo pesquisa da entidade norte-americana Pew Research Center, e realizada no segundo semestre de 2002. O país tem médias de crescimento superiores aos 7% anuais; tem alcançado resultados bastante positivos na batalha contra a pobreza, segundo o embaixador permanente nas Nações Unidas, Nguyen Thanh Chau, que afirma ter a taxa de pobres no país passado de 30% a 10% nos últimos 10 anos. Sob o título "Vietnã lidera expansão no Sudeste asiático", o jornal "Valor econômico" (3 a 5/01/2003, p. A13), confirma o crescimento de 7% (2002), diz ser o PIB de US\$ 35 bilhões e renda per capita de US\$ 435.

No discurso (La hermosa paradoja de la economía cubana en el 2002 "Un año de bajo crecimiento y alto desarrollo", 12/2002), aprovado pelo parlamento nacional, o presidente da Comissão e Assuntos Econômicos, Oswaldo Martinez, já citado, analisa que "el crecimiento promedio del PIB de Cuba entre 1994 y el 2001 fue de 4,1%, mientras que en América Latina fue de 1,3%. En ese período y en términos per cápita Cuba creció 3,7% y América Latina decreció 0,5%. Entre los sucesos relevantes del año 2002 se encuentra la reducción del desempleo a solo 3,3%, un nivel excepcionalmente reducido en cualquier comparación internacional" (In : www.eleconomista.cubaweb.cu).

Um último registro. Para Wallerstein, em 1949, o que realmente preocupava os EUA não era que a China passasse a ser "um títere soviético", e sim que "isto não acontecesse" (2002, p. 191); bem depois, a esquerda periférica e semiperiférica, progressista, foi incapaz de tornar efetivo "um desenvolvimento nacional" perdeu "sua legitimidade", o que culmina com Gorbachev e a política da "zonas especiais" na China (p. 244), país que "se juntará" ao eixo Japão-EUA (p. 245). De acordo com o escrevera R. Kurz – como se estivesse quase que comemorando –, as taxas de crescimento "estão diminuindo" na China, Vietnã e particularmente em Cuba (1992, p. 153); "Precisamente na China – acrescenta ele – está se iniciando... uma gigantesca catástrofe sócio-econômica com conseqüências incontroláveis" (p. 154). Noutro texto, acusa de incrível ingenuidade econômica, os restos do antigo "radicalismo politicístico de esquerda", em adoração 'negativa das glórias do capitalismo', simplesmente estima o número de empregos na China, na Índia etc"; e refazendo sua profecias macabras : nos grandes Estados asiáticos, "sobretudo na China", a "expansão fordista", induzida pelas exportações limitou-se a setores relativamente minúsculos, "o que conduzirá a graves abalos sociais" (A ascensão do dinheiro aos céus", 2002 [1995]) – onde "descobre" o D-D', entretanto para tirar estas e as mesmas conseqüências já conhecidas.

Nesses (maus) olhados, o novo do desenvolvimento na China é movido à diáspora comercial ultramarina, e não por sua gigantesca força interna; não há desenvolvimento na China porque o seu (evidentemente de esquerda) governo perdeu a legitimidade, e seu futuro deve ser o de "títere" do imperialismo nipo-norteamericano; a política chinesa de promover a geração de centenas de milhões de empregos significa "adoração" às glórias ao capitalismo, mas lá há iminência de incontrolável "catástrofe econômico-social".

Ocorreu-nos agora, estranhamente, uma sensação de que Zhu Min, gerente-geral do Banco da China, estava a ouvir nossa discussão e disparou:

"A China está consumindo anualmente 180 milhões de toneladas de aço, o que corresponde ao consumo dos Estados Unidos e Japão" ²⁷.

²⁷ Ver a declaração no artigo de Clóvis Rossi, "O mundo cruel que espera Lula" (Folha de São Paulo, 24/01/2003, p. 2).

É esse, resumidamente, o discurso dos cientistas sociais atrevidos a demiurgos da História.

Mas sem a ingenuidade da apologia ²⁸, imaginemos o que aconteceria se uma nação de cinco mil anos, - após cinquenta anos de uma revolução social vitoriosa por uma estratégia de brilho singular, um país hoje com um bilhão e trezentas mil pessoas, com cinco idiomas e incontáveis dialetos - fosse dar ouvidos aos aconselhamentos ideológicos desses fabricantes de "sistemas".

²⁸ Apenas como registro : estivemos por quinze dias na China (Pequim e Shangai), em agosto de 2001, para um seminário internacional sobre "A informalidade e o papel dos sindicatos". Metaforicamente, intitulei um artigo para o jornal "A classe operária" (PCdoB), no mês seguinte, intitulado "O dragão e o capital".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos a impressão que cumprimos o percurso traçado ou pretendido pelos objetivos desta dissertação. Certamente não num caminhar retilíneo, hábito este de um trajeto que pode refletir ainda um pensamento quase idêntico, teimosamente mecanicista. Tentemos resumi-lo. Não obstante apontemos algumas conclusões fora do texto.

Vimos que a concepção de "Sistema", do ponto de vista filosófico, tem uma "construção" (aberta, inacabada) em Marx, não só "invertida" quando cotejada ao pensamento dos ícones da tradição clássica alemã, como Kant e Hegel. Ela é sobretudo uma radical ultrapassagem na correlação epistemo-ontológica das poderosas teorias originárias da época moderna.

Assim compreendendo é que logo alertamos sobre a necessidade de se enfrentar – de nos esforçarmos para – a aproximação das "conexões internas dos fenômenos", nomeadamente no debate de idéias acerca do desenvolvimento da crise capitalista do pós-70 aos dias que correm.

Sobre essa grave problemática, de uma ou de outra maneira relacionado ao "método", um elemento aparece – quase espontaneamente – decisivo no curso do aprendizado; surgindo recorrentemente em quase toda a pesquisa : a questão do valor. Por outras palavras, a investigação resulta numa certa sincronia entre os fenômenos e a essência na análise das marchas e contra-marchas da crise capitalista contemporânea, e as *formas* que assumem a valorização do valor.

Sob outro ângulo – ou momentos visualizados -, foram dois os movimentos principais no âmbito das relações internacionais que impulsionaram, implicaram diretamente, na ampliação dos circuitos da valorização capitalista: a) o desmantelamento do padrão monetário internacional criado em Bretton-Woods; b) o colapso do "socialismo real" no Leste europeu e na URSS.

Por detrás desses dois fenômenos, por sua vez, estiveram os efeitos estratégicos, de longa e profunda repercussão internacional, em vários terrenos, da configuração da bipolaridade sistêmica mundial do pós-2ª Guerra.

Simultaneamente, do turbilhão de idéias que emerge do pós-70, mesmo no interior do pensamento crítico, evolui-se progressivamente em direção a variadas manifestações do irracionalismo. Melhor dito, podemos falar num ocultamento da Razão contemporânea, numa "eclipse" dela; algo subsumida. Mas haveria determinações desta "subsunção"? 1.

Através da reificação exarcebada das relações sociais, ou se se quiser de um processo de ultralienação engendrada pela *particular* financeirização da riqueza capitalista atual; a impulsão para virtualizar tudo. 2. Pela dinâmica regressiva da dominância da ordem liberal-rentista, por sua vez reprodutora como nunca de embotamentos teóricos e ideológicos, de modo a fazer ressurgir velhas idéias, concepções “idealistas”, defiguradoras da Razão dialética, em particular nas ciências sociais – mas não só.

É bem o caso - como assumimos interpretar -, com identidades e diferenças, de inúmeras das opiniões de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Robert Kurz, em suas formulações pressupostas e conclusões de argumentação. Idéias que conduzem, em última instância, a uma visão *finalística* do mundo; são determinísticas no sentido de um círculo de causalidade dos processos históricos.

Daí a defesa da transformação revolucionária estratégica – também no sentido de processos - para superação do modo de produção capitalista, pela ordem socialista. Mas isso não significa de modo algum por “debaixo do tapete” os graves problemas que atravancaram, deformaram partes significativas das experiências dos países do “socialismo real”, estabelecendo para os trabalhadores e os povos viventes enormes desafios. Aliás, o que enseja inédito e renovado aprendizado. Tampouco cabe esperar as transformações contemplativamente, fora do curso das batalhas políticas táticas, das lutas pelas reformas antineoliberais, alternativamente ao modelo imposto em quase todo o planeta pelo supermonopólio das finanças. Seria outro tipo de fuga, de recusa à ação da *práxis* política nos processos históricos concretos.

Assim, os chavões reacionários do tipo “carcaças da velha esquerda”, os raivosos ataques aos partidos e à política, ou mesmo a franca desconsideração com a brutal ofensiva contra os trabalhadores e os sindicatos – desprezo às vicissitudes para reconstrução da consciência social coletiva -, passando-se a apostar na evolução das “contradições sociais”, refletem nada mais que o grau de ceticismo (e conservadorismo) que atingiram por exemplo, a I. Wallerstein, a G. Arrighi e R. Kurz, como discutimos aqui.

Esses autores, nenhum deles, conseguem explicar (e não dão qualquer importância) como num país como o Brasil, um partido de força e influência entre os trabalhadores – o PT -, à esquerda no espectro político do país, em aliança com outras forças de esquerda e do centro, conquista a presidência da República neste quadro internacional extremamente adverso. Vamos ser claros: para todos eles isso não serve

para nada, está fora de seus esquemas de explicação da história. Note-se ainda: não escrevem também uma linha sobre o significado histórico-político da revolução democrática da África do Sul, que, aliás, possui na Frente política que a governa (o "Congresso Nacional Africano", CNA) o Partido comunista sul-africano como a força dirigente. Não se interessam por compreender também a importância da recente (2002) onda de greves de trabalhadores, gerais e setoriais, dirigidas pelas centrais sindicais européias – não por uma "rede de base pluridimensional" (Kurz) -, ocorridas principalmente na Itália (10 milhões de grevistas), na França, na Alemanha, na Espanha, em Portugal (1,2 milhão de grevistas); movimentos contra mais um "ajuste" liberal e o crescimento do desemprego. Para nós, é assim que avança a resistência, arduamente preparada, de elevado nível de organização e enfrentamento ao capital.

Ora, só desconhecer ou desconsiderar isso revela com nitidez a ideologia de um cientista social. Quer ele se apresentando como "fabricantes de sistemas" - sarcasmo de Engels à mania alemã -, ou como frenético antagonista (verbal) do fetiche, ou ainda como um verdadeiro "químico", conhecedor com décadas de antecipação (Wallerstein) de como ocorrerá e quais os "cenários" para os simples mortais diante de um "caos sistêmico iminente".

Na base material do profético "caos" iminente ou terminal, nos sentidos descritos pelos autores que estudamos, felizmente existe a História dos homens ainda que estes tenham a consciência social predominante da sua época; e a incerteza que traz em si a casualidade. Num exemplo minúsculo : era possível imaginar Harry Dexter White, a figura norte-americana mais poderosa na elaboração dos acordos de Bretton-Woods, depondo (1948) perante a Comissão de Atividades Antiamericanas do Congresso, acusado de protetor e agente dos comunistas? (Cf. J.K. Galbraith). Estes eram, a exemplo, os ares do fascismo que se respirava nos EUA, no início da Guerra Fria de Truman, por sua vez ocorrida em função da bipolaridade mundial. Ora, como Wallerstein e Kurz podem explicar (e profetizar) a História real quando "colam" a tudo e a todos num sistema mundial moderno, ou produtor de mercadorias?

Igualmente por tal razão é que eles não enxergam o verdadeiro caráter da involução à barbárie capitalista que penetrou fundo, a olhos vistos, na sociabilidade de inúmeros países antes componentes do "socialismo real", particularmente na ex-URSS. Por que não? Porque este "simples" fato liquida com os fundamentos das teses que defendem. Claro, toda a verdadeira epopéia das lutas mundiais do trabalho por sua emancipação não serviu para nada, conclui-se do que pensam esses autores.

Na mesma direção, os três subestimam completamente o poderio político-militar dos EUA - na ausência da bipolaridade efetivamente sistêmica -, uma superpotência imperial em manifesta tendência à decadência *histórica*, portanto a cada "segundo" mais agressiva; tendo suas classes dominantes sabidamente que responder por seus atos de insanidade perante a História; e não de "aparente cegueira" (Arrighi).

Ademais, trata-se de uma *forma* manifesta da Razão "contábil" ou calculista, ficar marcando inúmeras datas (Wallerstein) para um apoteótico "caos sistêmico" – exercício pirotécnico na festança dos "ciclos" estatísticos.

Especialmente quando se traja uma (desbotada) fantasia, propagandística da mudança deste capitalismo guerreiro e desfigurador das forças do trabalho a partir de uma espontaneidade rósea dos movimentos sociais antiglobalitários, em geral de viés apátrida, ou "anti-sistêmico". Não que tais movimentos, extremamente heterogêneos, sejam desprovidos de significado; mas porque transferem ao longínquo o decisivo enraizamento político das lutas anticapitalistas no terreno das nações.

O que bem poderia ser chamado de "Antinomias do arco-íris". Mas, como numa parábola do pensamento magistral de Kant : sim, é bonito...e daí?

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999

AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. Madri, Siglo Veintiuno de España, 1986.

AMAZONAS, J. *A teoria se enriquece na luta por um mundo novo*. In : Os desafios do socialismo, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1999 [1990]

AMIN, S. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1974.

_____. *O imperialismo e desenvolvimento desigual*. Porto, Ulmeiro, 1977.

ANDERSON, P. *As antinomias de Antonio Gramsci*. Crítica Marxista, Jorruês, 1979.

_____. *A civilização e seus significados*. São Paulo, Praga, Boitempo, 1997.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

ARANTES, P. E. *Hegel. A ordem do tempo*. São Paulo, Polis /Hucitec, 2000.

ARCEO, E. *Hegemonia norte-americana, internacionalização financeira e produtiva e novo pacto colonial*. In A guerra infinita. Hegemonia, e terror mundial, Ceceña, A., Sader, E. (org.). Petrópolis, Vozes, 2002.

ARON, R. *Os últimos anos do século*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

ARRIGHI, G. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Contraponto/Unesp, 1996.

_____. *Costume e inovação. Ondas longas e estágio do desenvolvimento do capitalismo*. In : A ilusão do desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.

_____ *A ilusão do desenvolvimentismo*. In : *A ilusão do desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.

_____ *Caos e governabilidade no sistema mundial moderno*. São Paulo, Contraponto, 2001.

_____ *Entrevista*. *Jornal do Brasil*, , Caderno "Idéias", 1/ 8/2001, p. 3.

ASMAN, H. SANTOS, T. E CHOMSKY, N. *A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial* (org.), Petrópolis, Vozes, 1979.

AZNAR, G. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo, Scritta, 1993.

BARBARÁ, J.E. *Globalizacion y la división de la soberania*. IN : *Estado actual de los procesos de integración*. Contribuciones, Konrad Adenauer/Stftung. Buenos Ayres, 1999.

BARBOSA, R. *Entrevista*. *Carta Capital*, 16/8/2000.

BARROSO, A. S. *América Latina : razões da rebelião contra a ordem*. *Debate Sindical*, set./out./nov/2002.

BATISTA Jr., P. N.,. *A ideologia da globalização*. In : *Princípios*, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, n.º 46, 1997.

BARATA-MOURA, J. *Totalidade e Contradição*. *Acerca da dialéctica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

_____ *Marx e a cientificidade do saber*. In : *Materialismo e subjetividade – estudos em torno de Marx*, Lisboa, Ed. Caminho, 1997 [1983]

_____ *Marx e o humanismo – raiz ontológica do humanismo de Marx*. In : *Materialismo e subjetividade*, Lisboa, Ed. Caminho, 1997 [1990]

_____ *Do comunismo – Marx e o programa comunista perante os questionamentos contemporâneos da racionalidade*. In : *Materialismo e subjetividade – estudos em torno de Marx*, Lisboa, Ed. Caminho, 1997 [1992].

BEINSTEIN, J. *O capitalismo senil – a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro, Record, 2001

BELLAH, R. *Sociedade em colapso*. In: entrevista à Carta Capital, 25/10/2000.

BELLUZZO, L. G. M. *Prefácio à edição brasileira*. In: A teoria marxista do valor, Issac Rubin, São Paulo, Polis, 1987.

_____. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados"*. Campinas, Economia e Sociedade, UNICAMP/IE, n.º 4, 1995.

_____. *Valor e Capitalismo. Um ensaio sobre economia política*. Campinas Unicamp/IE, 1997, 4ª edição.

_____. *Dinheiro e a transfiguração da riqueza*. In: In : Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

_____. *Finança global e ciclos de expansão*. In: Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização (org.) Tavares, M. & Fiori, J., Vozes, 1997, 2ª edição.

_____. *Era uma vez a América*. Carta Capital, 25/10/2000.

_____. [Referência 2002-a]. Artigo na Revista Carta Capital; n/l.

_____. *FHC evocou Keynes*. In: O outro lado da moeda, www.agenciartamamior (23/8/2002).

BEISTEIN, J. *O capitalismo senil. A grande crise da economia global*. São Paulo, Record, 2001.

BENKO, G. *Organização econômica do território: reflexões sobre a evolução no século XX*. In . Território - globalização e fragmentação, Santos, M., Souza, M. e Silveira, M.(org.). São Paulo, Editora Hucitec, 1998, 4ª edição

BENSAID, D. *Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999

BERMAN, M. *Aventuras no marxismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001

BERMUDO, J. M. *El concepto de praxis en el joven Marx*. Barcelona, Ediciones Península, 1975.

BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética. Primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 198

BIHIR, A. *Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

BLOCH, M. *Apologia da História – ou o ofício do historiador*. São Paulo Zahar, 2001.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N e G. PASQUINO. *Dicionário de Política*. Brasília, Edunb, v. 2, 1992.

BORON, A. *El Alça. Del "Relato Oficial" a la realidad*. Habana, in: www.eleconomista.cubaweb.cu (2011/202).

BOTTIGELLI, E. *A gênese do socialismo científico*. São Paulo, Ed. Mandacaru, 1976.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, 1983.

BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa, Teorema, 1985.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981, 3ª edição.

BRANCO, J. M. F. *Dialética, ciência e natureza*. Lisboa, Caminho, 1989.

BRAGA, J. C. S. *A Financeirização da riqueza : a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais*. Campinas, Economia e Sociedade, nº 2, agosto 1993.

_____. *Financeirização global*. In : Poder e dinheiro - uma economia política da globalização, Tavares, M.C. & FIORI, J. L.(org.), Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.

_____ *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas, Unicamp/IE, 2000.

BRENNER, R. *El desarrollo desigual y la larga fase descendente : las economías capitalistas avanzadas desde el boom al estancamiento, 1950-1998*. México, Encuentro XXI, 2000.

CARTAS *sobre el Capital*. Barcelona, Ediciones de Bolsillo, Editorial LAIA, 1974.

CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e nova (des)ordem internacional*. São Paulo, UNICAMP/Fapesp, 1994, 3ª edição

_____ *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970 1970/1995*. Campinas, UNICAMP/IE, 1998.

_____ *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, UNICAMP/Unesp, 2001.

CANUTO, O. *A experiência da industrialização pesada tardia - Coréia do Sul e Brasil*. Campinas, Economia e Sociedade, Unicamp/IE, n.º 1, 1993.

CARDOSO, C. Flamarion & BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina - Sistemas agrários e historia colonial. Economias de exportação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal Ltda., 1983.

CARNEIRO, R. *Globalização financeira e inserção periférica*. Campinas, Economia e Sociedade, Unicamp/IE nº 13, dezembro 1999.

CARR, E. *1917 Antes y después*. Barcelona, Anagrama, 1969.

_____ *La revolución bolchevique 1917-1923. La conquista y organización del poder*. Madri, Alianza Editorial, 1979.

_____ *A revolução russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

CEPAL. *Informe*. In: www.vermelho.org.br (18/6/2002).

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____ *A mundialização financeira.* (org.). São Paulo, Xamã, 1998.

_____ *A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira.* São Paulo, Novos Estudos/CEBRAP, novembro 1998.

CHOMSKY, N. e E. HERMAN, T. *Os Estados Unidos contra os direitos humanos no Terceiro Mundo.* In: A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial, Petrópolis, Vozes, 1979.

CHOMSKY, N. *Ano 501. A conquista continua.* São Paulo, Scritta, 1993.

_____ *Novas e velhas ordens mundiais.* São Paulo, Scritta, 1996.

_____ *Por que EUA são uma potência terrorista, segundo Chomsk.* Entrevista a M. A. Weissheimer. In: [www. Agenciartamainor](http://www.agenciartamainor.com.br) (01/2002).

CHOSSUDOVSKY, M. *Guerra financeira.* In: In : [http : // resistir.info](http://resistir.info) (05/2000).

CHURCHILL, W. *Memórias da Segunda Guerra Mundial.* Nova Fronteira, 1995.

CICOLELLA, P. *Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino.* In : Território - gl set., obalização e fragmentação, Santos, M., Souza, M., e Silveira, M. (org.). São Paulo, Hucitec, 1998, 4ª edição.

CLARKE, S. *Crise do fordismo ou crise da social-democracia ?* São Paulo, Lua Nova, nº 24, 1991.

COUTINHO, L. *Nota sobre a natureza da globalização.* Economia e Sociedade, Campinas, UNICAMP/IE, n.º 4, 1995.

_____ & BELLUZZO, L. *Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas.* Campinas, Economia e Sociedade, UNICAMP/IE, nº 7, dez. 1996.

_____ *Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise :1929-74.* In: Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise, Belluzzo, L., & Coutinho, R.(org.), v. I, Campinas, UNICAMP/IE, 1998, 4ª edição.

COUTINHO, L. *Percalços e problemas da economia mundial capitalista. Estado, estagflação e riscos financeiros*. In : Desenvolvimento capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise Belluzzo, L., & Coutinho, R. (org.), Campinas, UNICAMP/IE, 1998, 4ª edição.

_____ *O resgate da esperança e soberania*. Folha de São Paulo, 26/01/2003.

D'ÁVILA, S. *Pobreza americana*. Folha de São Paulo, 1/12//2002, p. A-20.

DEDECCA, C. S. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas, UNICAMP/IE, 1999.

DENG. X. *Textos Escogidos*. Tomo III (1982-1992). Beijing, Edición en lenguas extranjeras, 1994.

DEUTSCHER, I. *Marxismo, Guerra e Revoluções*. São Paulo, Ática, 1991.

Diário do Povo. 22/8/2002. In: www.vermelho.org.br

_____ 13/09/2002. In: www.vermecho.org.br

_____ 22/10/2002. In: www.vermelho.org.br

DÍAZ, S. "*Problemas de la globalización neoliberal*". In: www.eleconomista.cubaweb.cu (10/2002).

DOBB, M. *A crítica da economia política*. In : História do Marxismo, v. I., E. Hobsbawn (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

DOSTOIEVSKI, F. *Diário de um escritor*. Ediouro, s/data.

DICKENS, C. In : *Os carrilhões e outros contos*. Ediouro, s/data.

DUSORELLE, J-B. *Todo o império perecerá. Teoria das relações internacionais*. UNB/Imprensa Oficial, 2000.

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo, 34, 2000.

EL MOVIMIENTO OBRERO de los países capitalistas desarrollados después de la Segunda guerra mundial (1945-1979). In: El m movimiento obrero internacional (v. 6). Moscou, Progreso, 1987.

ERBER, F. S., CASSIOLATO, J. E. *Política Industrial : teoria e prática no Brasil e OCDE*. In : Revista de Economia Política, São Paulo, Editora 34, abr./jun. 1997.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

FERNANDES, L. *Ascensão e queda da URSS - a economia política das relações da União Soviética e o mundo capitalista*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1991.

_____. *O Manifesto Comunista e o "Elo Perdido" do sistema internacional*. In : Rio de Janeiro, Contexto Internacional, jan./jun. 1998.

_____. *Rússia: do capitalismo atrasado ao socialismo real*. In : Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Fiori, J. (org.) Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. *O enigma do socialismo real. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

FERNANDES, R. C. *Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. (org.) Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

FAJNZYLBBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. Nueva Imagen, 1983.

FAUSTO, R. *Dialética Marxista dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. São Paulo, Brasiliense, 1997..

_____. *Entrevista*. In : *Conversa com filósofos brasileiros*. Nobre, M., Rego, J. (org.), São Paulo, 34, 200.

_____. *Marx: Lógica e Política. Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Tomo III. São Paulo, 34, 2002.

FERREIRA, M. J. C. G. W. F. *Hegel. Prefácios*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

FIORI, J. L. *Globalização, hegemonia e império*. In : Poder e dinheiro - uma economia política da globalização, Tavares, M.C. & Fiori, J.(org.). Petrópolis, Editora Vozes, 1997, 2ª edição.

_____ *De volta a questão da riqueza de algumas nações*. In: Estados, moedas no desenvolvimento das nações, Petrópolis, Vozes, 1999.

_____ *Depois da retomada da hegemonia*. In: Polarização mundial e crescimento. Fiori, J. e Medeiros, C. (org.), Petrópolis, Vozes, 2001.

FORRESTER, V. O horror econômico. São Paulo, Unesp, 1997.

FREIRE Jr. O. *Friedrich Engels e as ciências da natureza*. In : Revista Princípios, n.º 39, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1994.

_____ *David Bohm e a controvérsia dos quantas*. Campinas, Unicamp/CLEHC, 1999.

FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

_____ *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, 4ª edição.

_____ *Brasil - a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____ *Celso Monteiro Furtado (1920)*. In : Conversas com economistas brasileiros, Biderman, C., Cozac, L.F.L., Rego J.M.(org.), São Paulo, 34, 1997, 2ª edição.

_____ *Seca e poder - entrevista com Celso Furtado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998 - a.

_____ *O capitalismo global*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998 - b.

GIANNETTI, E. *O sonho americano em perigo*. Valor Econômico, 5/5/2000.

GIBBON, E. *Declínio e queda do império romano*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GORENDER, J. *O Escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

_____ *Apresentação*. In : O Capital – MARX, V. 1. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____ *Marxismo sem utopia*. São Paulo, Ática, 1999.

GORZ, A. *Metamorfosis del Trabajo. Búsqueda del Sentido. Crítica de la Razón Económica*. Madrid, Sistema, 1995.

GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre, L&PM, 1980.

GUERRERO, D. *Um Marx impossible: um marxismo sin la teoria laboral Del valor*. Madri, Investigación Económica, out./dez. 1997.

GUIMARÃES, S. P. *Globalização e eleições*. In: [www.agenciartamaior](http://www.agenciartamaior.com.br) (06/2002).

GUTTMAN, R. *A transformação do capital financeiro*. Campinas, Economia e Sociedade, Unicamp/IE, Campinas, nº 7, dez. 1996.

HABERMAS, Juergen. *A Nova Intransparência. A Crise do Estado de Bem-estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas*. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, n. 18, 1987.

HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 4ª edição.

HIRST, P. e TOMPSON, G. *A globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, 1998.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo, Martin Claret, 2001.

HOBBSBAWN, E. J. *Introdução. Marx Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 2ª edição.

_____ *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 2ª edição

_____ *A Era dos extremos - o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

_____ *Introdução ao Manifesto Comunista*. In : *Sobre História*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

_____ O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?. In: Sobre história. São Paulo, Companhia das letras, 1998 [1984].

_____ A história e a previsão do futuro. In: Sobre história. São Paulo, Companhia das letras, 1998 [1981].

_____ *O novo século – entrevista a Antonio Polito*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2000.

GALBRAITH, J. K. *Moeda : de onde veio para onde foi*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1983, 2ª edição.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

INWOOD, M. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

JAMESON, F. *O pós-modernismo e o mercado*. In : Um mapa da ideologia, Slavoj Zizec (org.), Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo, Martin Claret, 2001.

KISSINGER, H. *Diplomacia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.

KON, A. *Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil*. Coleção ABET - mercado de trabalho, v. 2, São Paulo, 1998.

KONDER, L. *Hegel. A razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

KOPNIN, P.V. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____ *Antieconomia e antipolítica*. In: www.krisis.org (1997).

_____ *Manifesto contra o trabalho*. In: www.krisis.org (1999).

_____ *Uma vida humana? Só sem mercado, estado e trabalho* - entrevista a D. Heidemann, www.krisis.org (2001).

_____ *A crítica radical de Robert Kurz* - entrevista ao caderno Mais!, FSP, 23/01/2000.

_____ *O mecanismo da corrosão*. Folha de S. Paulo, Agosto 2002.

_____ *A ascensão do dinheiro aos céus*. In: www.krisi.org (2002).

LEFBVRE, H. *Lógica formal e lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, 5ª edição.

LENIN, V. I. *Cuadernos Del imperialismo*. México, Akal, vs. XLIII, XLIV (Obras completas), 1977.

_____ *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

_____ *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, Tomo 3, 1980.

_____ *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril, 1982.

_____ *Cadernos filosóficos*. In : Obras Escolhidas, V. 6, Lisboa-Moscou, Edições Avante!- Progresso, 1989.

LESSA, C. e DAINS, S. *Capitalismo associado : algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento*. In : Desenvolvimento capitalista no Brasil - v. I, Belluzzo, L., Coutinho, L.(org.). Campinas, UNICAMP/IE, 1998.

LESSA, S. *Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva*. São Paulo, Crítica Marxista, Boitempo, 2002.

LINHART, R. *Lenine, os camponeses e Taylor. A organização soviética e o partido bolchevista*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

LOWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis, Vozes, 2002.

LUKÁCS, G. *Os princípios fundamentais ontológicos de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MADRUGA, R. P. "Comentarios al libro: Globalización, Growth and Poverty. A world Bank Policy Research Repor, 2002. in : www.eleconomista.cubaweb.cu (11-15/02/2002).

MAGDOFF, H. & SWEEZY, P. *A atual fase de da crise global do capitalismo*. In: A crise do capitalismo americano, Rio de Janeiro, Zahar, 1982[1978]

_____ *Inflação sem fim ?* In : A crise do capitalismo americano, Rio de Janeiro, Zahar, 1982 [1979].

_____ *A nova desordem global.* In: A crise do capitalismo americano, Rio de Janeiro, Zahar, 1982 [1979].

_____ *A crise do capitalismo americano.* In: A crise do capitalismo americano, 1982 [1980]).

MALMANN, M. I. *Globalización y regionalización.* In : Estado atual de los procesos de integración, Contribuciones - Konrad-Adenauer/Stiftung, Buenos Ayres, 1999.

MANDEL, E. *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista.* São Paulo, Ensaio, 1990.

MAQUIAVEL, N. *A Arte da guerra e outros ensaios.* Editora Universidade de Brasília, 1987, 3ª edição.

MARTINEZ, O. *La hermosa paradoja de la economía cubana en el 2002. Un año de bajo crecimiento y alto desarrollo.* In: www.eleconomista.cubaweb.cu (12/2002).

MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista.* São Paulo, Anita Garibaldi, 2002.

MATTOSO, J. (1995). *A Desordem do Trabalho.* São Paulo: Scritta, 1995.

MARX, K. *O Capital (Crítica da economia política - o processo de produção capitalista).* Livro 1, volume 1, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

_____ *O Capital (Crítica da economia política) O processo global de produção capitalista.* Livro 3,V. 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

_____ *O Capital (Crítica da economia política - o processo global de produção capitalista).* Livro 3, volume 6, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974.

_____ *Capítulo inédito D'ó Capital - resultados do processo de produção imediato.* Porto, Escorpião, 1975.

_____. *O 18 Brumario e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de E. J. Hobsbawm. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 2ª edição.

_____. *Para a crítica da economia política* (Grundrisse). São Paulo, Abril, 1978.

_____. *Resultados futuros da dominação colonial britânica na Índia*. Lisboa-Moscú, v.I, Avante! - Progresso, 1982.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa, Avante!, Tomo I, 1982.

_____. *Para a crítica da economia política*. Prefácio. Lisboa, Avante!, Tomo I, 1982.

_____. *Maquinaria e grande indústria*. In : O Capital, v.I - Tomo II, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____. *A Lei geral da acumulação capitalista*. In : O Capital, v. I, Tomo II, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____. *Glosas marginais ao programa do partido operário alemão*. Lisboa, Avante!, Tomo III, 1985.

MARX, K. e Engels, F. *Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista*. Lisboa, Avante!, Tomo I, 1982.

_____. *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Avante!, 1985

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em Processo. O capitalismo e suas crise*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

MAURO, F. *A história econômica mundial – 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 2ª edição.

MCLELLAN, D. *A concepção Materialista da história*. In : História do Marxismo, E. Hobsbawm (org.), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

MEDEIROS, C. A. *A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia*. Economia e Sociedade, nº 17, dezembro 2001/2001;

MENGZI, FU. *Mitos e realidades da crise financeira asiática. Reflexões sobre as rivalidades e desenvolvimentos na globalização*. In: A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio, Karrion, R., Vizentini, P. (org.), Porto Alegre, Universidade/UFRGS, 2000.

MELLO, J. M. C. de. *A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana - um prólogo em homenagem a Celso Furtado*. In : Poder e dinheiro - uma economia política da globalização, Tavares, M.C., Fiori, J.L.(org.), Petrópolis, Editora Vozes, 1997, 2ª edição.

_____. *O capitalismo tardio*. São Paulo, brasiliense, 1982

MÉSZÁROS, I. *Marx "filósofo"*. In : História do Marxismo, E. Hobsbawn (org.), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

_____. *Ideologia e ciência social*. In: Filosofia, Ideologia e ciência social. Ensaio de negação e afirmação. São Paulo, Ensaio, 1993 [1972].

_____. *Kant, Hegel, Marx: a necessidade histórica e o ponto de vista da economia política*. In: Filosofia, Ideologia e ciência social, Ensaio de negação e afirmação. São Paulo, Ensaio, 1993 [1985].

_____. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002 (exclusivamente Capítulo 25).

METODOLOGIA DE LA PLANIFICACIÓN – *aportaciones soviéticas*. Madri, Comunicación, 1972.

MIN, HO CHI . *Textos escolhidos*. Lisboa, Estampa, 1975.

MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.

MONTHLY REVIEW. *A nova face do capitalismo : crescimento lento, excesso de capital e uma montanha de dívida*. In: <http://resistir.info>, 11/06/2002

MOURA, M. C. B. *Sobre o projeto de crítica da economia política de Marx*. In: Crítica Marxista, n.º 9, Xamã, 1999.

NABUCO, J. *O eclipse do Abolicionismo*. UFPE,Universitária, 1999.

NETO, B. R. de M. *Marx, Taylor, Ford – as forças produtivas em discussão*. São Paulo, Brasiliense, 1991, 2ª edição.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral*. São Paulo, Moraes, 1991.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado*. Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

OIT. *Panorama trabalhista 2002 - evolução do primeiro trimestre*. In: www.vermelho.org.br (07/2002).

OLIVEIRA, C. A. B. de. *O processo de industrialização - do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, Tese de doutoramento, mimeo., 1985.

_____. *Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra*. In : Economia & Trabalho, Oliveira, M.(org.), Campinas, UNICAMP/GDF-SETER, 1998.

OMNÈS, R. *Filosofia da ciência contemporânea*. São Paulo, Unesp, 1996.

OUTWAITE, W. & BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1996

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

PETRAS, J. *O imperialismo, o principal problema do milênio*. In : Revista PUC-viva, São Paulo, n.º 6, 1999.

PICHLER, W. A. *A relação salarial fordista*. Porto Alegre, Ensaios FEE, 1998.

PINTO, A. V. *Ciência e existência - problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 2ª edição.

PLIHON, D. *Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. (A responsabilidade das políticas liberais : um ponto de vista keynesiano)*. In : Economia e Sociedade, Campinas, UNICAMP/IE, nº 7, dez. 1996.

POCHMANN, M. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança - um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo, Ltr.,1995.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado - exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, Contexto, 1999.

_____. *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 2001.

POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PREOBRAJENSKI, E. *A nova econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODOLSKY, R. *Gênese e estrutura da capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2201.

ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador – a idéia de progresso*. São Paulo, Unesp, 2000.

ROTBLAT, J. *A ameaça nuclear é real*. In: [www. uol com.br](http://www.uol.com.br) (01/2003).

RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Polis, 1987.

SAMPAIO Jr., P de A. *Entre a Nação e a barbárie - Os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.

SCHMITT, C. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo, Scritta, 1996.

SCANDIUCCI FILHO, J. *Hegemonia, Estados e mercado nos arranjos de Bretton-Woods*. Tese de doutoramento, Unicamp/IE, 2000.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo Abril Cultural, 1982.

SHOUP, L. & W. MINTER, W. *Rumo à década de 80 . A convergência dos Planos do Conselho de Relações Exteriores e da Comissão Trilateral para uma Nova Ordem Mundial*. In: *A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, Vozes, 1979.

SILVEIRA, M. L. *Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana Argentina e Nordpatagônica*. In : *Território - globalização e fragmentação*, Santos, M., Souza, M., Silveira, M.(org.), São Paulo, Editora Hucitec, 1998, 4ª edição.

SIST, A. e G. IRIARTE, G. *Da segurança nacional ao trilateralismo*. In: *A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, Vozes, 1979.

SODRÉ, N. W. *Desventuras da marxologia*. In : Revista Temas de ciências humanas, São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

SOJA, E.W. *O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA . virando Los Angeles pelo avesso*. In : Território - globalização e fragmentação, Santos, M., Souza, M., Silveira, M. (org.), São Paulo, Editora Hucitec, 1998, 4ª edição.

STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

Stendhal. *Napoleão*. Prefácio. São Paulo, Boitempo, 1996.

TAUILE, J.R. & L. A. FARIA. *As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*. IEI/UFRJ- UFRGS, Revista de Economia Política, jan./mar, 1999.

TAYLOR, C. *As fontes do self. A construção da identidade moderna*. São Paulo, Loyola, 1997.

_____ *Argumentos filosóficos*. São Paulo, Loyola, 2000.

TAVARES, M. C. & MELIN, L. *Ajuste e reestruturação nos países centrais : a modernização conservadora*. In: Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

_____ *A reafirmação da hegemonia norte-americana. Pós-escrito* 1997 in : Poder e dinheiro – uma economia política da globalização Tavares, M. & Fiori, J (org.). Petrópolis, Vozes, 1997.

_____ *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: Poder e dinheiro – uma economia política da globalização (org.) Tavares, M. & Fiori, J., Vozes, 1997.

TEIXEIRA A. *Mudança estrutural e tendências dos sistemas industriais nas economias avançadas*. In: O movimento da industrialização nas economias avançadas no pós-guerra. Rio de Janeiro, Textos para a discussão, de Janeiro IEIRJ, 1983

_____ *Estados Unidos : a "curta marcha" para a hegemonia*. In Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Petrópolis, Vozes, 1999.

TEIXEIRA, F. J. S. *Empregabilidade: Passado Imperfeito... Caminhando para o Futuro?* Fortaleza, mimeo., 2000.

TESES preparatórias para o XVI Congresso do PCP (Partido Comunista de Portugal). Lisboa, mimeo, 2000

THERÉT, B. *O federalismo como princípio de regulação do regionalismo. Uma análise dos programas de perequação destinados a compensar as desigualdades interregionais na América do Norte (Canadá- EUA).* In : Contexto Internacional, PUC-RJ., (Instituto de Relações Internacionais) jan./jun. 1998.

THUROW, L. *O futuro do capitalismo - como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã.* Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

Wallerstein, I. *O sistema mundial moderno. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI - v. I.* Porto, Afrontamento, 1990.

_____. *O sistema Mundial Moderno. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750 - v. II.* Porto, Afrontamento, 1994.

_____. *As agonias do liberalismo: as esperanças para o progresso.* In: O mundo depois da queda. Sader, E. (org.), São Paulo, Paz e Terra, 1995.

_____. *Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of The World-System.* Papers Fernand Braudel Center, 1999. (Tradução de Eduardo Mariutti).

_____. *Possibilidades globais - 1990-2025.* São Paulo, Praga, 1998.

_____. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista.* Contraponto, Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Entrevista a Márcio S. de Moraes.* Folha de São Paulo, 10/02/2002.

_____. *Após o liberalismo - em busca da reconstrução do mundo.* Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. *O declínio do império norte-americano.* In: <http://resistir.info> (12/08/2002).

WILNER, A. *Ricos e pobres nos EUA – como no quintal*. Carta Capital, 7/6/2000.

WOLFESOHN, J. *Coalizões para a mudança*. In : Banco Mundial 2000

_____ *Entrevista*. Folha de São Paulo (22/9/1999).

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Vietnã lidera expansão no Sudeste asiático. Valor Económico (3 a 5/01/2003, p. A13),

VILAR, P. *Marx e a História*. In : História do Marxismo, E. Hobsbawn (org.), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.

_____ *A transição do feudalismo ao capitalismo*. In : *Capitalismo. Transição*. Santiago, T. (org.), São Paulo, Eldorado, 1975, 2ª edição.

ZEMING, J. Entrevista à Agência Nacional de Notícias Nva China (Xinhua). In: www.xinhuznet.com (23/09/2002).

_____ *Construir en todos los sentidos una sociedad modestamente acomodada y abrir nuevas perspectivas para la causa del socialismo con peculiaridades china*. (Discurso) mimeo. (8/11/2002).

ANEXO I

Índices gerais do movimento grevista ¹

A – número de greve; B – número de participantes (milhares); C – número de homem/dias de greves (milhares)

	1951-55	1956-60	1961-65	1966-70
EUA e Canadá	A – 4.745	3.892	3.942	5.647
	B – 2.548	1.789	1.468	2.976
	C – 33.911	34.097	28.840	5.879
Europa Ocidental ²	A – 6.011	6.765	8.522	9.400 ³
	B – 4.364	4.302	7.079	10.050 ³
	C – 13.864	16.308	21.171	58.200 ³
Japão	A – 717	865	1.311	1.611
	B – 1.218	1.214	1.422	1.232
	C – 6.534	5.440	4.432	2.992
Austrália e Nova Zelândia	A – 1.562	1.139	1.261	1.992
	B – 468	393	443	901
	C – 1.255	683	740	1.531
Total	A – 13.035	12.661	15.051	18.650
	B – 9.108	7.707	10.309	13.159
	C – 55.564	56.523	47.506	113.602

1 – médias anuais calculadas à base de estatísticas oficiais.

2 - Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Inglaterra, Itália, Noruega, Países Baixos, RFA, Suécia.

3 – incluída a greve geral política de quase 10 milhões de trabalhadores da França (maio-junho de 1968).

Fonte : El movimiento obrero internacional – historia y teoria, Tomo 6 (Academia de Ciencias de la URSS/Intituto de Economia Mundial y Relaciones Internacionales), 1987 : 307; [tabela 6, dados selecionados].

ANEXO II

Deflatores de estimação da variação preços/PNB – EUA (Quadro 12.1)

Aumento percentual anual médio dos preços	
1952-67	2,0
1968-73	5,0
1974-79	7,8

Acréscimos anuais da dívida governo/empresas/consumidores–(EUA) (Quadro 12.2)

Acréscimo anuais médios à dívida em preços de 1972 – US\$ bilhões	
1952-67	65,5
1968-73	133,5
1974-79	193,3

Salários semanais de trabalhadores na produção e não-supervisores – US\$ de 1967(Quadro 12.2)

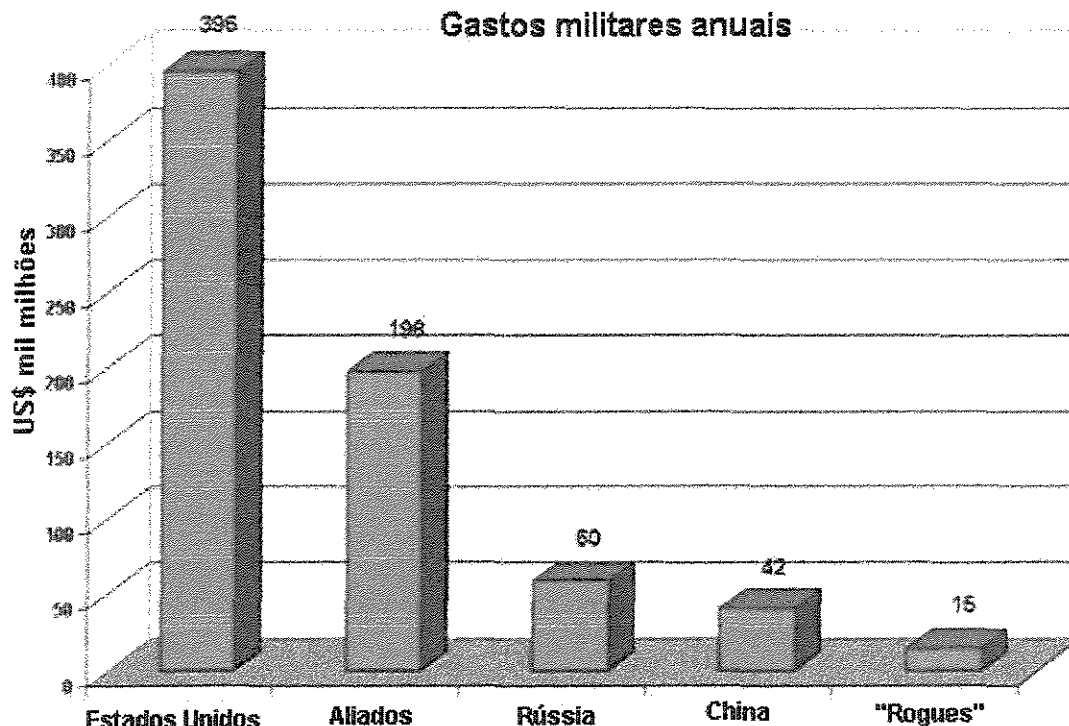
	Salários brutos	Salários disponíveis *
1952	76,29	72,9
1967	101,84	90,86
1968	103,39	91,44
1973	109,26	95,73
1974	104,57	90,97
1975	101,67	90,53
1976	103,40	91,79
1977	103,93	93,48
1978	104,25	92,50
1979(primeira metade)	102,15	90,72

* Os salários disponíveis são aquilo que um trabalhador com três dependentes teria depois de pagar o imposto de renda federal e as contribuições previdenciárias.
Fonte : Magdoff, H. & Sweezy, P., 1982 [1979]; p.p. 117, 118 e 120;

ANEXO III

<u>AGLIETTA</u>	<u>BENEDITO RODRIGUES NETO</u>	<u>THOMAS GOUNET</u>
O fordismo desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, incrementou a intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre trabalho manual e mental, submeteu rigorosamente os trabalhadores à lei da acumulação e tornou o progresso científico contra eles como um poder a serviço da expansão uniforme do valor.	Para Aglietta, o fordismo inaugura a fase histórica de subsunção real do trabalho ao capital. Em uma palavra, com o fordismo o capitalismo encontrou (anos 20 do século XX !) sua base técnica adequada...	Em 1926, a Ford é ultrapassada pela G.M.(...) Em 1927, a Crysler por sua vez a suplanta. E apenas no pós-guerra que a Ford retoma o segundo lugar nos EUA. Esse nivelamento mostra uma competição mais encarniçada. As empresas já não podem destinar recursos à melhoria de certas condições de trabalho. Pelo contrário, no universo da competição, só quem impõe custos mais baixos de produção pode conquistar fatias do mercado. A Europa dos anos 60 introduz os trabalhadores imigrantes para pressionar os custos para baixo. Daí a crise do sistema, a crise do fordismo.
<u>BEJAMIN CORIAT</u> Taylorismo e fordismo determinam, pois, um novo auge das forças produtivas e imprimem a estas, até em seus aspectos materiais (como objetos físicos) características muito precisas. Se estamos diante de uma 'revolução' das condições de produção, trata-se de uma revolução interna no seio do capital, em seu benefício e baseada em processos que controla totalmente.	Já a consideração de que "taylorismo e fordismo determinam, pois, um novo auge das forças produtivas" é insustentável e significa um profundo desconhecimento do processo de revolucionamento das forças produtivas encetado pelo modo de produção capitalista.	Ao analisar o fordismo em seu livro <i>L'atelier et le chronomètre</i> (A oficina e o cronômetro), Benjamin Coriat faz dela uma noção essencial : 'Fundamentalmente, na medida em que inauguram um novo modo de emprego produtivo da força de trabalho operária, é a uma formidável elevação da taxa de exploração que se deve creditar as novas normas de trabalho'. São os trabalhadores que criam os ganhos de produtividade, tal como criam o conjunto dos valores das mercadorias. As máquinas, elas próprias produto do trabalho humano, não fazem mais do que transferir seu valor, no decurso do processo produtivo.
	<u>HARRY BRAVERMAN</u> "A solução mecânica para o problema assumiu a forma do controle numérico, que foi considerado 'provavelmente o mais significativo aperfeiçoamento novo na tecnologia fabril desde que Henry Ford apresentou o conceito de linha de montagem móvel . A principal vantagem da linha de montagem industrial é o controle que ela permite sobre o ritmo de trabalho... De um ponto de vista tecnológico, é extraordinariamente primitivo e tem pouco a ver com 'tecnologia de máquina moderna' ".	

ANEXO IV



Aliados: países da NATO, Austrália, Japão e Coreia do Sul.

"Rogues": Cuba, Irão, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria.

1. Os gastos militares dos EUA são mais de 26 vezes superior aos gastos combinados dos sete países que o Pentágono considera serem os adversários mais prováveis (Cuba, Irão, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão e Síria). E maior do que os gastos militares combinados dos 25 países seguintes.

2. Os EUA e os seus aliados gastam mais do que todo o resto do mundo, o que representa mais de dois terços de todos os gastos militares do planeta. Juntos a quantia gasta ultrapassa em 39 vezes os sete estados que o Pentágono classifica como "bandidos" ("rogues"). Os sete potenciais "inimigos", Rússia e China incluídos, gastam US\$ 117 bilhões, ou seja, menos de um terço do orçamento militar dos EUA.

3. Os gastos militares globais diminuíram de US\$ 1.200 trilhões em 1985, para US\$ 812 bilhões em 2000. Durante esse intervalo de tempo, a fatia dos EUA nos gastos militares totais aumentou de 31% para 36%.

Fonte: preparado por Christopher Hellman, Senior Analyst, February 13, 2001; in: <http://www.cdi.org/issues/budget/ProgramsToDate.html>, do Center for Defense Information. [Adaptação nossa, mantendo-se a reprodução original do gráfico, de grafia do português de Portugal].

O documento encontra-se em <http://resistir.info>